



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LVI - Nº 044 - SEXTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2001 - BRASÍLIA - DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **RAMEZ TEBET** - PMDB-MS⁽¹⁾

1º Vice-Presidente

Deputado **EFRAIM MORAIS** - PFL-PB

2º Vice-Presidente

Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES** - PSB-SE

1º Secretário

Deputado **SEVERINO CAVALCANTI** - PPB-PE

2º Secretário

Senador **ANTERO PAES DE BARROS** - PSDB-MT

3º Secretário

Deputado **PAULO ROCHA** - PT-PA

4º Secretário

Senador **MOZARILDO CAVALCANTI** - PFL-RR

(1) Eleito em 20/09/2001

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – RESOLUÇÃO

Nº 1, de 2001 – CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição e sobre a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo.	20016
--	-------

2 – ATA DA 20ª SESSÃO CONJUNTA, EM 4 DE OUTUBRO DE 2001

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Discursos do Expediente (Breves Comunicações)

DEPUTADO EDINHO BEZ – Anúncio da abertura de linhas de crédito da Caixa Econômica Federal às micro, pequenas e médias empresas, destinadas à aquisição de equipamentos com maior eficiência energética.	20044
--	-------

DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Preocupação com a integridade física dos presos removidos, sem autorização judicial, do presídio José Parada Neto, na cidade de Guarulhos/SP.	20044
--	-------

DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA – Comentários às atitudes e declarações do Ministro da Educação, Sr. Paulo Renato de Souza, relativas à greve dos funcionários das universidades federais.	20045
---	-------

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO – Considerações sobre a posição do Governo Brasileiro diante da invocação, pelos Estados Unidos, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR. Registro do discurso proferido pelo Presidente de Cuba, Sr. Fidel Castro, em repúdio ao terrorismo.	20046
--	-------

DEPUTADO ALCEU COLLARES – Contrariedade com a incidência de 20% de Imposto de Renda nas transações feitas com os fundos de pensão, prevista no texto da Medida Provisória nº 2.222, de 2001.	20047
---	-------

DEPUTADO CLOVIS ILGENFRITZ – Transcurso, em 1º de outubro último, do Dia Nacional do Vereador.	20048
---	-------

DEPUTADO WELLINGTON DIAS – Lançamento conjunto na manhã de hoje, na Câmara dos Deputados, da Campanha pela Convivência com o Semi-Árido Brasileiro e do livro <i>Água de Chuva, o Segredo da Convivência com o Semi-Árido Brasileiro</i>	20049
---	-------

2.2.2 – Comunicações da Presidência

Continuação da fase de recebimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 5, de 2001 – CN, que dispõe sobre a apreciação pelo Congresso Nacional das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal e dá outras providências.	20050
--	-------

Sugestão ao Deputado Gerson Péres para que apresente emenda ao Projeto de Resolução nº 5, de 2001 – CN, cujo prazo encontra-se aberto, de forma a contemplar a possibilidade de tramitação conjunta de medidas provisórias; em resposta à indagação de S. Exª suscitada na sessão conjunta realizada no último 2 do corrente.	20050
--	-------

2.2.3 – Leitura de Veto Presidencial

Veto Total nº 28, de 2001 (Mensagem nº 616/2001 – CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, 1992 (nº 604/91, na Casa de origem), que define e pune contravenção penal referente a condutas atentatórias contra o patrimônio público e privado. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.	20051
---	-------

2.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Resolução nº 6, de 2001 – CN, de autoria do Senador Ney Suassuna e outros Congressistas, que denomina “Salão Senador Antônio Mariz” o Salão Negro do Congresso Nacional. Às Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.	20052
--	-------

Projeto de Resolução nº 7, de 2001 – CN, de iniciativa das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição e sobre a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo. 20057

2.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 157, de 2001 – CN, de urgência para o Projeto de Resolução nº 7, de 2001 – CN. **Aprovado.** 20067

2.2.6 – Apreciação de matérias

Projeto de Resolução nº 7, de 2001 – CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição e sobre a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. José Carlos Aleluia e Virgílio Guimarães. À promulgação. 20067

Redação final do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 31, de 2001 – CN, que altera o Plano Plurianual para o período 2000/2003, oferecida pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização como conclusão de seu Parecer nº 38, de 2001 – CN. **Aprovada** com votos contrários do PCdoB, PSB, PT e PDT, na Câmara dos Deputados, após o Sr. Presidente Ramez Tebet prestar esclarecimentos acerca da matéria, tendo usado da palavra os Srs. Sérgio Miranda, Jorge Bittar, Walter Pinheiro, José Carlos Aleluia, Dr. Hélio, Ricardo Barros, Virgílio Guimarães e Antonio Carlos Pannunzio. À sanção. 20078

2.2.7 – Leitura de requerimento

Nº 158, de 2001 – CN, de urgência para o Projeto de Lei nº 35, de 2001 – CN. **Aprovado.** 20188

2.2.8 – Apreciação de matéria

Projeto de Lei nº 35, de 2001 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério Público da União e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$1.713.481.357,00, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes. **Aprovado**, após parecer de plenário proferido pelo Sr. Virgílio Guimarães. À sanção. 20188

2.2.9 – Discurso do Expediente – Breve Comunicação (Continuação)

DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Crença na probidade da Srª Tereza Grossi, diretora de fiscalização do Banco Central. 20193

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei nº 10, de 2001 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$8.350.000,00 (oito milhões, trezentos e cinquenta mil reais),

para reforço de dotação consignada no vigente orçamento. **Apreciação adiada.** 20194

Item 2

Projeto de Lei nº 18, de 2001 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$700.000,00 (setecentos mil reais), para os fins que especifica. **Apreciação adiada.** 20194

Item 3

Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2001 – CN, que autoriza a execução de contratos relativos à doação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0237.5730.0001 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia – Tocantins – BR-060/GO – Entroncamento BR-153/GO – Divisa DF/GO, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER. **Apreciação adiada.** 20194

Item 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2001 – CN, que autoriza a execução de contratos relativos à doação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.784.0237.5749.0005 – Implantação de Hidrovias no Corredor Araguaia – Tocantins – Hidrovia do Capim, da Unidade Orçamentária 39.101 – Ministério dos Transportes. **Apreciação adiada.** ... 20194

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2001 – CN, que autoriza a execução de contratos relativos à doação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0230.5725.0019 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Leste – BR-040/MG – Santos Dumont – Ressaquinha – Belo Horizonte – Sete Lagoas, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER. **Apreciação adiada.** 20194

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2001 – CN, que autoriza a execução de contratos relativos à doação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0237.5710.0013 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia – Tocantins – BR-235/TO – Divisa TO/MA – Divisa TO/PA, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER. **Apreciação adiada.** 20194

Item 7

Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2001 – CN, que autoriza a execução de contratos relativos à doação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0230.5704.0024 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Leste – BR-482/MG – Conselheiro Lafaiete (BR-040) – Piranga – Fer-

vedouro – da Unidade Orçamentária 39.201 –
DNER. **Apreciação adiada.** 20194

Item 8

Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2001
– CN, que autoriza a execução orçamentária da
dotação consignada no Orçamento Fiscal da União
para 2001 no subtítulo 18.544.0515.1851.0123 –
Construção e Recuperação de Obras de
Infra-Estrutura Hídrica – Adutora do Oeste no
Estado de Pernambuco, constante do Quadro V
da Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001, nas
condições que especifica. **Apreciação adiada.**..... 20195

Item 9

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2001
– CN, que autoriza a execução orçamentária da
dotação consignada no Orçamento Fiscal da União

para 2001 no subtítulo 02.122.0567.3756.0001 –
Recuperação do Palácio da Justiça do Distrito
Federal no Distrito Federal, da Unidade
Orçamentária 16.101 – Tribunal de Justiça do
Distrito Federal, listado do Quadro V anexo à Lei
nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001, nas condi-
ções que especifica. **Apreciação adiada.** 20195

2.4 – ENCERRAMENTO

**3 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**4 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALI-
ZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL
DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)**

**5 – COMISSÃO PARLAMENTAR CON-
JUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO
BRASILEIRA)**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 1, DE 2001-CN

Dispõe sobre a comissão mista permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição e sobre a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo.

O Congresso Nacional resolve:

Disposição Preliminar

Art. 1º Esta Resolução é parte integrante do Regimento Comum e dispõe sobre a tramitação das matérias a que se refere o art. 166 da Constituição e sobre a comissão mista permanente prevista no § 1º do mesmo artigo, que passa a denominar-se Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO.

CAPÍTULO I
DA COMPETÊNCIA E COMPOSIÇÃO

Art. 2º A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização tem por competência:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, assim como sobre as contas apresentadas nos termos do *caput* e do § 2º do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição, nos termos do art. 166, § 1º, inciso I, da Constituição;

III - examinar e emitir parecer sobre os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal, nos termos dos arts. 70 a 72 e 166, § 1º, inciso II, da Constituição, e da Lei Complementar nº 101, de 2000, especialmente:

a) relatórios de gestão fiscal previstos no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e na lei de diretrizes orçamentárias;

b) informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União ou por órgãos e entidades da administração federal, por intermédio do Congresso Nacional, inclusive as relativas a contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em que foram identificados indícios de irregularidades e relacionados em anexo à lei orçamentária anual, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias;

c) relatórios referentes aos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, e demais relatórios de acompanhamento da execução orçamentária e financeira, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias; e

d) informações prestadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000; e

IV - demais atribuições constitucionais e legais.

§ 1º A Comissão, no exame e emissão de parecer à medida provisória que abra crédito extraordinário, conforme art. 62 e art. 167, § 3º, da Constituição, observará, no que couber, o rito estabelecido em resolução própria do Congresso Nacional.

§ 2º Para o exercício das competências mencionadas neste artigo a Comissão poderá:

I - solicitar ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeções e auditorias, bem como requisitar informações sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

II - requerer informações e documentos de órgãos e entidades federais;

III - realizar audiências públicas com representantes de órgãos e entidades públicas e da sociedade civil;

IV - realizar inspeções e diligências em órgãos da administração pública federal, bem como órgãos das administrações estadual e municipal que recebam recursos a título de transferência voluntária e entidades privadas que recebam recursos do orçamento da União a título de transferência, como subvenção, auxílio ou contribuição, ou que administre bens da União.

§ 3º Após haverem sido apreciados pelas comissões de mérito de cada uma das Casas do Congresso Nacional, os projetos de planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição serão examinados pela Comissão, a qual emitirá parecer quanto à adequação e compatibilidade com o plano plurianual, nos termos do art. 165, § 3º, da Constituição, e com as leis de diretrizes orçamentárias, orçamentária anual e complementares e normas que regem a matéria.

§ 4º Os projetos de planos e programas de que trata o § 3º serão votados pelo plenário das duas Casas do Congresso Nacional, em reunião conjunta.

Art. 3º A Comissão compõe-se de 84 (oitenta e quatro) membros titulares, sendo 63 (sessenta e três) Deputados e 21 (vinte e um) Senadores, com igual número de suplentes.

Art. 4º Na segunda quinzena do mês de fevereiro de cada sessão legislativa, a Mesa do Congresso Nacional fixará as representações dos partidos ou blocos parlamentares na Comissão, observado o critério da proporcionalidade partidária.

§ 1º Aplicado o critério do *caput* deste artigo e verificada a existência de vagas, estas serão destinadas aos partidos ou blocos parlamentares, levando-se em conta as frações do quociente partidário, da maior para a menor.

§ 2º As vagas que eventualmente sobrarem, após aplicado o critério do § 1º, serão distribuídas, preferentemente, às bancadas ainda não representadas na Comissão, segundo a precedência no cálculo da proporcionalidade partidária.

§ 3º A proporcionalidade partidária estabelecida na forma deste artigo prevalecerá por toda a sessão legislativa.

Art. 5º Estabelecidas as representações previstas no art. 4º, os líderes indicarão ao Presidente do Senado Federal, até o quinto dia útil de março, os nomes que integrarão as respectivas bancadas na Comissão, como titulares e suplentes.

§ 1º Esgotado o prazo referido neste artigo, não havendo eventualmente a indicação das Lideranças, o Presidente do Senado Federal fará a designação dos integrantes das respectivas bancadas.

§ 2º A instalação da Comissão ocorrerá até o último dia útil de março.

Art. 6º A representação, na Comissão, é do partido ou do bloco parlamentar, competindo ao respectivo líder solicitar, por escrito, ao Presidente do Senado Federal, em qualquer oportunidade, a substituição de titular ou suplente por ele indicado ou designado pelo Presidente, na forma do disposto no art. 5º, § 1º, desta Resolução.

§ 1º Será desligado da Comissão o membro titular que não comparecer, durante a sessão legislativa, sem justificativa, a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) alternadas, convocadas para votação nos termos do art. 39 desta Resolução.

§ 2º Para efeito do disposto no § 1º, o Presidente da Comissão comunicará, imediatamente, ao respectivo líder do partido ou bloco parlamentar para que seja providenciada a substituição nos termos do *caput* deste artigo.

CAPÍTULO II DA DIREÇÃO

Art. 7º A Comissão terá 1 (um) Presidente e 3 (três) Vice-Presidentes, eleitos por seus pares, em reunião a ser realizada nos 5 (cinco) dias úteis que se seguirem à sua constituição, com mandato anual, encerrando-se com a instalação da Comissão subsequente, vedada a reeleição.

§ 1º As funções de Presidente, Vice-Presidente, Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual e Relator do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, serão exercidas, a cada ano, alternadamente, por representantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º deste artigo.

§ 2º O Relator do projeto de lei do plano plurianual será designado, alternadamente, dentre representantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, não podendo o mesmo pertencer ao partido ou bloco parlamentar a que pertença o Presidente da Comissão.

§ 3º A primeira eleição, no início de cada legislatura, para Presidente e 2º Vice-Presidente, recairá em representantes do Senado Federal e a de 1º e 3º Vice-Presidentes em representantes da Câmara dos Deputados, alternando-se anualmente conforme disposto no § 2º.

§ 4º O Relator do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, bem como o Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual, não poderão ser designados entre os membros da Casa ou do partido ou bloco parlamentar a que pertença o Presidente da Comissão.

§ 5º O suplente da Comissão não poderá ser eleito para funções previstas neste artigo, nem ser designado Relator.

Art. 8º O Presidente será, nos seus impedimentos, ou ausências substituído por Vice-Presidente, na sequência ordinal, e na ausência deles, pelo membro titular mais idoso da Comissão, dentre os de maior número de legislaturas.

Parágrafo único. Se vagar o cargo de Presidente ou de Vice-Presidente, proceder-se-á a nova eleição para escolha do sucessor, que deverá recair em representante da mesma Casa, salvo se faltarem menos de 3 (três) meses para o término do mandato, caso em que será provido na forma indicada no *caput* deste artigo.

Art. 9º Compete ao Presidente, designar:

I - o Relator-Geral e os Relatores-Setoriais do projeto de lei orçamentária anual;

II - os Relatores dos projetos de lei do plano plurianual e das diretrizes orçamentárias;

III - o Relator das contas de que trata o art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

IV - o Relator das contas do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

V – os Relatores das matérias atinentes ao acompanhamento e à fiscalização da execução orçamentária e financeira, estabelecidas no art. 2º, inciso II, desta Resolução;

VI – os Relatores de projetos de lei de créditos adicionais e demais Relatores que se fizerem necessários aos trabalhos da Comissão.

§ 1º A designação dos Relatores mencionados nos incisos I a IV do *caput* observará o disposto nos §§ 1º, 3º e 4º do art. 7º e no § 3º deste artigo e será procedida de acordo com a indicação das lideranças partidárias ou dos blocos parlamentares, observado o critério da proporcionalidade partidária.

§ 2º As designações dos Relatores obedecerão ao critério de rodízio dentre os membros titulares da Comissão.

§ 3º Na designação dos Relatores-Setoriais, será adotado o critério de rodízio de forma que não seja repetido, no ano subsequente, o mesmo Relator para a mesma área temática.

§ 4º O Relator que, no prazo regimental, não apresentar o seu parecer, será obrigatoriamente substituído.

§ 5º Ocorrendo o previsto no § 4º deste artigo, quanto aos Relatores-Setoriais do projeto de lei orçamentária anual, a programação da respectiva área temática e as emendas a ela apresentadas serão remetidas à apreciação exclusivamente na fase do Relator-Geral.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO

Seção I

Dos Procedimentos

Art. 10. O projeto de lei do plano plurianual e o projeto de lei orçamentária anual poderão ser divididos em até dez áreas temáticas, que ficarão a cargo dos respectivos Relatores-Setoriais, nos termos do regulamento interno.

Parágrafo único. Na apreciação, na Comissão, do projeto de lei orçamentária anual, a análise da parte relativa à receita, à reserva de contingência e ao texto da lei ficarão a cargo do Relator-Geral.

Art. 11. Serão constituídos até 5 (cinco) comitês, sob a coordenação do Relator-Geral, com o mínimo de 3 (três) e o máximo de 7 (sete) integrantes cada, para apoio aos Relatores-Setoriais e ao Relator-Geral do projeto de lei orçamentária.

§ 1º Serão constituídos, pelo menos, os seguintes comitês:

I – Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária;

II – Comitê de Avaliação das Emendas;

III – Comitê de Avaliação das Informações enviadas pelo Tribunal de Contas da União.

§ 2º Cada comitê terá sua atribuição e número de membros fixados em ato da Comissão, sendo seus membros designados pelo Relator-Geral.

§ 3º As conclusões e recomendações dos comitês estarão previamente disponíveis na Comissão e subsidiarão os Relatores-Setoriais e o Relator-Geral, sendo parte integrante do relatório final.

Art. 12. A Comissão realizará audiências públicas para o debate e o aprimoramento dos projetos do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual, bem como para o cumprimento de suas atribuições no acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira.

Art. 13. Os Relatores do projeto de lei orçamentária anual e dos créditos adicionais deverão indicar em seus relatórios, para votação em separado, cada subtítulo que contenha contrato, convênio, parcela ou subtrecho em que foram identificados indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 14. A apreciação dos relatórios setoriais será realizada em separado para cada uma das áreas temáticas definidas no parecer preliminar.

Art. 15. As propostas de modificação das matérias constantes do art. 166 da Constituição, enviadas pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º daquele artigo, serão recebidas até o início da respectiva votação na Comissão.

Parágrafo único. As propostas de modificação do projeto de lei orçamentária anual somente serão acatadas se recebidas até o início da votação, na Comissão, do parecer preliminar a que se refere o art. 18 desta Resolução.

Art. 16. Os Relatores das contas apresentadas nos termos do caput e do § 2º do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, apresentarão parecer, que concluirá por um projeto de decreto legislativo, ao qual poderão ser apresentadas emendas, na Comissão.

Parágrafo único. No início dos trabalhos do segundo período de cada sessão legislativa, a Comissão realizará audiência pública com o Ministro Relator do Tribunal de Contas da União, que fará exposição do parecer prévio das contas referidas no caput.

Art. 17. Os projetos de decretos legislativos referentes ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira previstos nesta Resolução poderão ser objeto de emendas na Comissão.

§ 1º No caso do previsto no inciso III, alínea "b", do art. 2º desta Resolução, a Comissão concluirá pela iniciativa de projeto de decreto legislativo, quando:

I – entender necessária a suspensão da execução orçamentária e financeira de dotação; ou

II - entender terem sido adotadas as medidas saneadoras pelo órgão responsável necessárias à autorização para a execução orçamentária e financeira de dotações previamente condicionadas.

§ 2º A Comissão, quando da apreciação das matérias mencionadas nas alíneas "a", "c" e "d" do inciso III, do art. 2º desta Resolução, poderá concluir pela iniciativa de projeto de decreto legislativo, com base no art. 49, inciso V, da Constituição, determinando ainda, a órgãos ou entidades, a adoção das medidas cabíveis.

§ 3º No exercício da competência de que tratam os arts. 70 e 71 da Constituição aplica-se o disposto no art. 151 do Regimento Comum e, no que couber, na Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

Seção II

Do Parecer Preliminar

Art. 18. O Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual apresentará parecer preliminar que, depois de aprovado pelo plenário da Comissão, estabelecerá os parâmetros e critérios que, obrigatoriamente, deverão ser obedecidos pelos Relatores-Setoriais e pelo Relator-Geral na elaboração do parecer sobre o projeto de lei, inclusive quanto às emendas.

§ 1º Ao parecer preliminar poderão ser apresentadas emendas, por parlamentares e pelas Comissões Permanentes das duas Casas do Congresso Nacional, além das previstas no *caput* do art. 22 desta Resolução, que serão apreciadas pela Comissão.

§ 2º Os parâmetros e critérios a que se refere o *caput* deste artigo resultarão dos seguintes elementos, fixados isolada ou combinadamente:

I - as dotações globais de cada função, subfunção, programa, órgão ou área temática, indicando as reduções e os acréscimos propostos;

II - as condições, restrições e limites para o remanejamento e o cancelamento de dotações, especialmente no que diz respeito aos subtítulos que nominalmente identifique Estado, Distrito Federal ou Município;

III - os limites de programação que contribuam para determinar a composição e a estrutura do orçamento, bem como critérios para apreciação das emendas.

§ 3º O parecer preliminar deverá conter, ainda:

I - exame da conjuntura macroeconômica e do endividamento, com seu impacto sobre as finanças públicas;

II - análise das metas fiscais, com os resultados primário e nominal implícitos na proposta orçamentária, comparado-os com os dos dois últimos exercícios;

III - avaliação da proposta encaminhada pelo Poder Executivo, do ponto de vista do atendimento ao que dispõe o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias;

IV - análise da evolução e avaliação das estimativas das receitas, com ênfase na metodologia e nos parâmetros utilizados;

V - observância dos limites previstos na Lei Complementar nº 101, de 2000;

VI - análise da programação das despesas, dividida por área temática, incluindo a execução recente;

VII - quadro comparativo, por órgão, entre a execução no exercício anterior, a lei orçamentária em vigor, o projeto do Executivo e as alterações eventualmente determinadas pelo parecer preliminar;

VIII - referência a temas que exijam maior aprofundamento durante a tramitação do projeto ou que merecerão tratamento especial no relatório.

§ 4º O parecer preliminar, com base no inciso IV do § 3º e no *caput* do art. 22 desta Resolução, poderá incorporar ao projeto de lei orçamentária eventuais reestimativas de receita, indicando, em nível de função, órgão ou área temática, as alterações das despesas delas decorrentes.

§ 5º O parecer preliminar estabelecerá critérios de preferência para as emendas que contemplem ações definidas como prioritárias na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 19. O Relator-Geral, na avaliação das estimativas das receitas orçamentárias, contará com o apoio de comitê consultivo de membros da Comissão.

§ 1º Os Relatores-Setoriais e o Relator-Geral deverão observar os limites fixados para as receitas nos termos do *caput*, vedada a utilização de quaisquer recursos cujas fontes não tenham sido previstas no parecer preliminar ou em suas alterações aprovadas.

§ 2º O Relator-Geral poderá, no decorrer dos trabalhos, propor à Comissão alteração do parecer preliminar, com a devida comprovação técnica e legal, caso identifique erro ou omissão nas estimativas de receita ou alteração relevante na conjuntura macroeconômica, nos resultados fiscais ou nas despesas obrigatórias.

Seção III

Das Emendas

Art. 20. As emendas às proposições em tramitação na Comissão serão inadmitidas quando contrariarem as normas constitucionais, legais e regimentais.

Parágrafo único. O Relator indicará, em demonstrativo específico, as emendas que, no seu entender, deverão ser declaradas

inadmitidas pelo Presidente da Comissão, cabendo recurso da decisão ao Plenário da Comissão.

Art. 21. As emendas ao projeto de lei orçamentária anual e aos projetos de lei de créditos adicionais, que proponham inclusão ou acréscimo de valor, somente poderão ser aprovadas pela Comissão caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal;

III - não sejam constituídas de várias ações que devam ser objeto de emendas distintas; e

IV - não contrariem as normas desta Resolução, bem como as previamente aprovadas pela Comissão.

Parágrafo único. Somente serão apreciadas emendas que proponham anulações de despesa mencionadas nas alíneas do inciso II deste artigo quando se referirem a correção de erros ou omissões.

Art. 22. Na apreciação do projeto de lei orçamentária anual poderão ser apresentadas, no âmbito do parecer preliminar, emendas que objetivem à correção de erros ou omissões de ordem técnica ou legal nas estimativas de receita.

Parágrafo único. Os valores acrescidos por reestimativa da receita, nos termos do *caput* deste artigo ou do § 4º do art. 18, poderão ser utilizados para aprovação de emendas à despesa.

Art. 23. As emendas aos projetos de lei de que trata o art. 2º, inciso I, desta Resolução, serão apresentadas, sempre que possível, em meio magnético e terão a assinatura do autor substituída por autenticação eletrônica, segundo as normas e procedimentos fixados pela Comissão.

Art. 24. Cada parlamentar poderá apresentar até 20 (vinte) emendas individuais aos projetos de lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias, quanto ao seu anexo de metas e prioridades, do orçamento anual e de seus créditos adicionais, excluídas deste limite aquelas destinadas à receita, ao texto da lei e ao cancelamento parcial ou total de dotação.

Parágrafo único. O parecer preliminar estabelecerá limite global de valor para apresentação e aprovação de emendas individuais por mandato parlamentar.

Art. 25. Aos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual poderão ser apresentadas emendas coletivas cuja iniciativa caberá:

I - às comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, relativas às matérias que lhes sejam afetas regimentalmente e de caráter institucional ou nacional, acompanhadas da ata da reunião deliberativa, até o limite de 5 (cinco) emendas por Comissão Permanente;

II - às bancadas estaduais no Congresso Nacional, relativas a matérias de interesse de cada Estado ou Distrito Federal, aprovadas por 2/3 (dois terços) dos Deputados e 2/3 (dois terços) dos Senadores da respectiva unidade da Federação, acompanhadas da ata da reunião da bancada, respeitados simultaneamente os seguintes limites:

a) mínimo de 15 (quinze) e máximo de 20 (vinte) emendas;

b) as bancadas com mais de 11 (onze) parlamentares poderão apresentar além do mínimo de 15 (quinze) emendas, 1 (uma) emenda adicional para cada grupo completo de 10 (dez) parlamentares da bancada que excederem a 11 (onze) parlamentares;

III - às bancadas regionais no Congresso Nacional, até o limite de 2 (duas) emendas, de interesse de cada região macroeconômica definida pelo IBGE, por votação da maioria absoluta dos Deputados e maioria absoluta dos Senadores que compõem a respectiva região, devendo cada Estado ou Distrito Federal estar representado por no mínimo 20% (vinte por cento) de sua bancada.

Parágrafo único. A emenda coletiva e prioritária incluirá na sua justificação elementos necessários para subsidiar a avaliação da ação por ela proposta, apresentando informações sobre a viabilidade econômico-social e a relação custo-benefício, esclarecendo sobre o estágio de execução dos investimentos já realizados e a realizar, com a definição das demais fontes de financiamento e eventuais contrapartidas, quando houver, e definindo o cronograma de execução, além de outros dados relevantes para sua análise.

Art. 26. As modificações introduzidas pelas relatorias aos projetos de lei em tramitação na Comissão dependerão da apresentação e publicação da respectiva emenda.

§ 1º A Comissão não apreciará emenda à despesa, com parecer pela aprovação, cujas fontes de custeio, incluindo-se as condicionadas, não estejam previamente definidas.

§ 2º Nenhuma emenda poderá ser atendida em valor superior ao da proposição original, ressalvados os casos de remanejamento entre emendas individuais de mesmo autor, preservado o limite global previsto no parágrafo único do art. 24.

Art. 27. Os Relatores somente poderão apresentar emendas à despesa e à receita com a finalidade de:

I - corrigir erros e omissões de ordem técnica ou legal;

II - agregar proposições com o mesmo objetivo ou viabilizar o alcance de resultados pretendidos por um conjunto de emendas.

§ 1º É vedada a apresentação de emendas de Relator tendo por objetivo a inclusão de subtítulos novos, bem como o acréscimo de valores a dotações constantes no projeto de lei orçamentária, ressalvado o disposto no inciso I do *caput* e no parecer preliminar.

§ 2º As emendas de Relator serão classificadas de acordo com a finalidade, nos termos do parecer preliminar.

Art. 28. Na apreciação do relatório final ao projeto de lei orçamentária anual, serão votadas, inicialmente, as emendas apresentadas à receita, seguidas pelas emendas que proponham cancelamento parcial ou total de dotações e as destinadas a alterar o texto do projeto de lei, ressalvados os destaques.

Art. 29. As emendas a projeto de lei de crédito adicional não serão admitidas quando:

I - contemplarem subtítulos em unidade orçamentária não prevista no projeto de lei;

II - oferecerem como fonte de cancelamento categoria de programação não constante do projeto de lei;

III - se destinarem a contrapartida a empréstimos externos, exceto para a correção de erro ou omissão devidamente comprovado.

§ 1º Fica vedada, em projetos de lei de crédito suplementar, a criação de subtítulos novos.

§ 2º Aplicam-se aos projetos de lei de crédito adicional, quanto às receitas e cancelamentos, as restrições existentes na apreciação do projeto de lei orçamentária anual.

Seção IV Dos Relatórios

Art. 30. Os Relatores do projeto de lei orçamentária e de créditos adicionais farão constar nos seus relatórios análise sobre:

I - o atendimento das normas constitucionais e legais, especialmente quanto à compatibilidade da proposta com a lei do plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - a execução recente, comparando-a com os valores constantes da proposta;

III - os efeitos da aprovação dos créditos especiais e extraordinários aprovados ou em apreciação pelo Congresso nos últimos 4 (quatro) meses do exercício, no caso do projeto de lei orçamentária;

IV - os critérios básicos utilizados nos cancelamentos e acréscimos efetuados e quanto à distribuição regional;

V - as medidas adotadas em relação às informações enviadas pelo TCU quanto às obras com indícios de irregularidades, justificando sua inclusão ou manutenção, observado o previsto no art. 13.

Art. 31. Constarão dos relatórios de que trata o art. 30 os seguintes demonstrativos:

I - dos pareceres às emendas individuais à despesa apresentadas, por autor, contendo número da emenda, classificação institucional e funcional-programática e a denominação do subtítulo, com a decisão e o valor concedido;

II - dos pareceres às emendas coletivas e de Relator apresentadas, por unidade da Federação e autor, contendo número da emenda, classificação institucional e funcional-programática e a denominação do subtítulo, com a decisão e o valor concedido;

III - dos acréscimos e cancelamentos das dotações por unidade orçamentária e por subtítulo, indicando expressamente aqueles constantes do relatório encaminhado pelo Tribunal de Contas da União nos termos da lei de diretrizes orçamentárias;

IV - dos acréscimos e cancelamentos das dotações por unidade da federação.

Parágrafo único. As emendas de Relator que venham a ser formuladas nos termos desta Resolução serão publicadas como parte do relatório, com os respectivos fundamentos.

Art. 32. O relatório final do projeto de lei orçamentária anual adequará os pareceres setoriais aprovados, podendo alterar os valores neles constantes, vedada a aprovação de emendas já rejeitadas.

Seção V

Dos Destaques

Art. 33. Somente serão admitidos destaques, no âmbito da Comissão, a requerimento de qualquer de seus membros, observado o apoio, quando cabível, para:

I - inclusão de dotação, por meio de aprovação total ou parcial de emenda com parecer pela rejeição;

II - aumento de dotação, por meio de aprovação de emenda com parecer pela aprovação parcial;

III - redução ou cancelamento de dotação;

IV - remanejamento de valores entre emendas de um mesmo autor;

V - recomposição total ou parcial de dotação constante da proposta orçamentária, que tenha sido suprimida ou reduzida;

VI - supressão, total ou parcial, de dispositivo do texto da lei;

VII - restabelecimento de dispositivo suprimido do texto da lei;

VIII - aprovação de emenda à receita ou a dispositivo do texto da lei, que tenha sido rejeitada ou parcialmente aprovada.

§ 1º Ressalvadas as hipóteses deste artigo, não serão admitidos destaques de acréscimo de recursos sem que exista emenda previamente apresentada.

§ 2º Os destaques que tenham como finalidade inclusão, aumento ou recomposição de dotação orçamentária somente serão aprovados pela Comissão caso sejam previamente identificadas as origens dos recursos suficientes para seu atendimento.

§ 3º Para efeito do disposto no § 2º, somente serão admitidos os recursos previamente aprovados e provenientes de:

- I - cancelamentos propostos na própria emenda;
- II - remanejamentos entre emendas do mesmo autor;
- III - cancelamentos decorrentes da aprovação dos destaques de que tratam o inciso III do *caput*;
- IV - indicações de cancelamentos de iniciativa dos respectivos Relatores.

Seção VI

Dos Prazos

Art. 34. As Mensagens do Presidente da República encaminhando os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, aos orçamentos anuais e aos créditos adicionais serão recebidas pelo Presidente do Senado Federal e encaminhadas à Comissão em 48 (quarenta e oito) horas após a comunicação imediata às duas Casas do Congresso Nacional.

Art. 35. A tramitação das proposições referidas no art. 34 e das prestações de contas anuais, obedecerá aos seguintes prazos:

- I - projeto de lei do plano plurianual:
 - a) até 5 (cinco) dias para a publicação e distribuição em avulsos, a partir do recebimento;
 - b) até 14 (quatorze) dias para a realização de audiências públicas, a partir da distribuição dos avulsos;
 - c) até 17 (dezessete) dias para a apresentação de emendas ao projeto de lei do plano plurianual, a partir da distribuição dos avulsos;
 - d) até 5 (cinco) dias para publicação e distribuição de avulsos das emendas, a partir do encerramento do prazo para a apresentação de emendas;
 - e) até 21 (vinte e um) dias para a apresentação, publicação, distribuição e votação do parecer sobre o projeto de lei do plano plurianual pela Comissão, a partir do término do prazo para a apresentação de emendas;
 - f) até 7 (sete) dias para encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional, a partir do término do prazo definido na alínea "e";
- II - projeto de lei de diretrizes orçamentárias:
 - a) até 5 (cinco) dias para publicação e distribuição dos avulsos, a partir do recebimento;

b) até 7 (sete) dias para a realização de audiências públicas, a partir da distribuição dos avulsos;

c) até 15 (quinze) dias para a apresentação de emendas perante a Comissão, a contar da distribuição de avulsos;

d) até 5 (cinco) dias para a publicação e distribuição de avulsos das emendas, a partir do encerramento do prazo para a apresentação de emendas;

e) até 35 (trinta e cinco) dias para que a Comissão encaminhe à Mesa do Congresso Nacional o seu parecer sobre o projeto e as emendas, a partir do encerramento do prazo definido na alínea "d";

III - projeto de lei orçamentária anual:

a) até 5 (cinco) dias para publicação e distribuição dos avulsos, a partir do recebimento;

b) até 14 (quatorze) dias para a realização de audiências públicas, a partir da distribuição dos avulsos;

c) até 5 (cinco) dias para apresentação na Comissão, e publicação e distribuição do parecer preliminar, a partir do encerramento das audiências públicas;

d) até 3 (três) dias para a apresentação de emendas ao parecer preliminar, a partir do término do prazo definido na alínea "c";

e) até 6 (seis) dias para votação, no plenário da Comissão, do parecer preliminar com suas emendas, a partir do término do prazo definido na alínea "d";

f) até 15 (quinze) dias para a apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária anual perante a Comissão, a contar da votação do parecer preliminar;

g) até 5 (cinco) dias para publicação e distribuição de avulsos das emendas, a partir do encerramento do prazo para a apresentação de emendas;

h) até 21 (vinte e um) dias para a apresentação, publicação, distribuição e votação dos pareceres setoriais sobre a lei orçamentária anual pela Comissão, a partir do término do prazo definido na alínea "g";

i) até 20 (vinte) dias para a apresentação, publicação, distribuição e votação na Comissão do parecer final sobre a lei orçamentária anual, a partir do término do prazo definido na alínea "h";

j) até 5 (cinco) dias para sistematização do parecer sobre o projeto e seu encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional, a partir do término do prazo definido na alínea "i";

l) até 5 (cinco) dias para a sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração do Autógrafo;

IV - projetos de lei de crédito adicional:

a) até 5 (cinco) dias para a publicação e distribuição em avulsos, a partir do recebimento;

b) até 8 (oito) dias para a apresentação de emendas perante a Comissão, a contar da distribuição de avulsos;

c) até 5 (cinco) dias para a publicação e distribuição de avulsos das emendas, a partir do encerramento do prazo para a apresentação de emendas;

d) até 15 (quinze) dias, contados do recebimento das emendas, para que a Comissão discuta, vote e encaminhe à Mesa do Congresso Nacional o seu parecer sobre o projeto e as emendas;

V – prestações de contas apresentadas nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, com fundamento no parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas da União:

a) até 40 (quarenta) dias para a apresentação, na Comissão, do relatório e do projeto de decreto legislativo, a partir do recebimento do parecer prévio;

b) até 15 (quinze) dias para apresentação de emendas ao relatório e ao projeto apresentado, a partir do término do prazo anterior;

c) até 15 (quinze) dias para a apresentação do parecer do Relator às emendas apresentadas ao relatório e ao projeto de decreto legislativo, a partir do término do prazo anterior;

d) até 7 (sete) dias para discussão e votação do parecer do Relator, a partir do término do prazo anterior;

e) até 5 (cinco) dias, a partir do término da votação do parecer da Comissão, para encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional;

f) até 3 (três) dias, para a sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração da redação final;

VI – projeto de lei de planos e programas nacionais, regionais e setoriais:

a) até 40 (quarenta) dias para apresentação, publicação e distribuição do relatório de que trata o § 3º do art. 2º, desta Resolução;

b) até 15 (quinze) dias para a apresentação de emendas saneadoras da incompatibilidade ou inadequação orçamentária ou financeira, a partir do término do prazo anterior;

c) até 15 (quinze) dias para a apresentação do parecer do Relator às emendas apresentadas ao relatório, a partir do término do prazo anterior;

d) até 7 (sete) dias para discussão e votação do parecer do Relator, a partir do término do prazo anterior;

e) até 5 (cinco) dias, a partir do término da votação do parecer da Comissão, para encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional;

f) até 3 (três) dias, para a sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração da redação final;

VII – matérias relativas ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira:

a) até 5 (cinco) dias para a publicação e distribuição dos relatórios e informações previstos nas alíneas do art. 2º, inciso III desta Resolução, a partir do recebimento pelo Congresso Nacional;

b) até 15 (quinze) dias para a apresentação, pelo Relator designado, do relatório contendo as medidas que julgar cabíveis, apresentando, conforme o caso, projeto de decreto legislativo, a partir do término do prazo anterior;

c) até 8 (oito) dias para apresentação de emendas ao relatório apresentado e ao projeto de decreto legislativo, quando for o caso, a partir do encerramento do prazo da alínea "b";

d) até 7 (sete) dias, contados do término do prazo de recebimento das emendas, para que a Comissão discuta, vote e encaminhe à Mesa do Congresso Nacional o seu parecer sobre a matéria.

Parágrafo único. A Comissão, pela maioria absoluta de seus membros, poderá ampliar os prazos de que tratam as alíneas "b", "c" e "d" do inciso IV e VII deste artigo, devendo comunicar a decisão ao Presidente do Senado Federal.

Art. 36. Aplica-se à prestação de contas do Tribunal de Contas da União, apresentadas nos termos do § 2º do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, o rito e os prazos previstos para as demais prestações de contas do referido art. 56.

Art. 37. A apreciação dos pareceres ocorrerá somente 3 (três) dias úteis após a sua distribuição, nos casos dos pareceres finais dos projetos de lei orçamentária anual, das diretrizes orçamentárias e do plano plurianual, e 2 (dois) dias úteis nos casos das demais proposições, salvo se a Comissão dispensar esse último prazo por deliberação da maioria absoluta de seus membros.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. A Comissão fará, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, as adequações necessárias ao seu regulamento interno, mantidas, entre outras, as seguintes normas:

I - na discussão da matéria, cada parlamentar inscrito somente poderá usar a palavra por 5 (cinco) minutos;

II - nenhum membro da Comissão poderá falar mais de 5 (cinco) minutos sobre emenda, salvo o Relator, que poderá falar por último pelo dobro desse tempo;

III - se algum congressista pretender esclarecer a Comissão sobre emenda de sua autoria, poderá falar por, no máximo, 3 (três) minutos;

IV - a critério da Comissão, faltando 3 (três) dias para o encerramento do prazo para a apreciação do parecer, o projeto e as emendas poderão ser apreciados na Comissão;

V – não se concederá vista de parecer, projeto ou emenda;

VI – as emendas inadmitidas, com a respectiva decisão, serão publicadas separadamente das aceitas, observado o disposto no parágrafo único do art. 20;

VII – serão publicadas, em avulsos, as emendas aprovadas ou rejeitadas com os respectivos pareceres.

Art. 39. A Comissão poderá se reunir para votação após convocação escrita aos seus membros com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo único. Os pedidos de verificação de presença, durante a votação, somente poderão ser feitos com o apoio de 10% (dez por cento) dos membros presentes dentre os representantes da respectiva Casa na Comissão.

Art. 40. As deliberações da Comissão iniciar-se-ão pelos representantes da Câmara dos Deputados, sendo que o voto contrário da maioria dos representantes de uma das Casas importará em rejeição da matéria.

Art. 41. O parecer da Comissão sobre as emendas será conclusivo e final, salvo requerimento, para que a emenda seja submetida a votos, assinado por 1/10 (um décimo) dos Congressistas, apresentado à Mesa do Congresso Nacional até o dia anterior ao estabelecido para a discussão da matéria em Plenário.

Art. 42. O parecer da Comissão quanto às prestações de contas previstas no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, será apreciado exclusivamente pelo Plenário do Congresso Nacional.

Art. 43. A aprovação pela Comissão de projeto de decreto legislativo autorizando a execução de dotações constantes na lei orçamentária anual sob condição suspensiva, no caso de subtítulos, convênios, parcelas ou subtrechos em que foram identificados indícios de irregularidades graves levantados pelo TCU, dependerá de justificação quanto às medidas saneadoras adotadas pelo órgão responsável.

Art. 44. O projeto de lei aprovado e enviado em autógrafo para sanção do Presidente da República não poderá ser motivo de alteração, ressalvados os casos de correção de erros materiais verificados exclusivamente no processamento das proposições apresentadas e formalmente autorizados pelo Plenário do Congresso Nacional, por proposta da relatoria do projeto de lei, justificando-se cada caso.

Art. 45. A Comissão para o exercício das atribuições previstas nesta Resolução contará com assessoramento institucional e permanente a ser prestado pelos órgãos especializados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 1º A coordenação do trabalho de assessoramento caberá à consultoria técnica da Casa a que pertencer o Relator, com a constituição de equipes mistas quando se fizer necessário.

§ 2º Serão elaboradas notas técnicas como subsídio à análise das proposições relativas ao projeto de lei do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

Art. 46. A Comissão organizará a reunião conjunta de que trata o art. 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, em articulação com as demais comissões temáticas pertinentes das Casas do Congresso Nacional.

Art. 47. À redação final aplicar-se-á o disposto no art. 51 do Regimento Comum, concedendo-se, entretanto, à Comissão, o prazo de 3 (três) dias para sua elaboração.

Art. 48. Fica revogada a Resolução nº 2/95-CN, de 15 de setembro de 1995.

Art. 49. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 4 de outubro de 2001

Senador Ramez Tebet
Presidente do Senado Federal

Ata da 20ª Sessão Conjunta em 4 de outubro de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Ramez Tebet e Virgílio Guimarães

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Álvaro Dias – Amir Lando – Antonio Carlos Júnior – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Fernando Bezerra – Fernando Matusalém – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilvam Borges – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jefferson Peres – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Coelho –

José Eduardo Dutra – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Osmar Dias – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Tião Viana – Valmir Amaral – Wellington Roberto.

E OS SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

Luciano Castro
Robério Araújo
Salomão Cruz

Presentes de Roraima : 3

AMAPÁ

Eduardo Seabra
Jurandil Juarez
Sérgio Barcellos

Presentes de Amapá : 3

PARÁ

Anivaldo Vale
Asdrubal Bentes
Deusdeth Pantoja
Gerson Peres
Giovanni Queiroz
Haroldo Bezerra
Paulo Rocha
Raimundo Santos
Renildo Leal
Vic Pires Franco
Zenaldo Coutinho

Presentes de Pará : 11

AMAZONAS

Arthur Virgílio
Luiz Fernando
Pauderney Avelino
Vanessa Grazziotin

Presentes de Amazonas : 4

RONDONIA

Confúcio Moura
Expedito Júnior
Marinha Raupp
Sérgio Carvalho

Presentes de Rondonia : 4

Partido	Bloco
PFL	PFL/PST
PL	PL/PSL
PFL	PFL/PST
PTB	
PMDB	
PFL	PFL/PST
PSDB	
PMDB	
PFL	PFL/PST
PPB	
PDT	PDT/PPS
PSDB	
PT	
PL	PL/PSL
PTB	
PFL	PFL/PST
PSDB	
PSDB	
PPB	
PFL	PFL/PST
PCdoB	PSB/PCDOB
PMDB	
PSDB	
PMDB	
PSDB	

	Partido	Bloco
ACRE		
Ildelfonso Cordeiro	PFL	PFL/PST
João Tota	PPB	
Márcio Bittar	PPS	PDT/PPS
Nilson Mourão	PT	
Zila Bezerra	PTB	
Presentes de Acre : 5		
TOCANTINS		
Antônio Jorge	PTB	
Darci Coelho	PFL	PFL/PST
Freire Júnior	PMDB	
Igor Avelino	PMDB	
Kátia Abreu	PFL	PFL/PST
Osvaldo Reis	PMDB	
Paulo Mourão	PSDB	
Presentes de Tocantins : 7		
MARANHÃO		
Albérico Filho	PMDB	
Antonio Joaquim Araújo	PPB	
Costa Ferreira	PFL	PFL/PST
Eliseu Moura	PPB	
Francisco Coelho	PFL	PFL/PST
Gastão Vieira	PMDB	
João Castelo	PSDB	
José Antonio Almeida	PSB	PSB/PCDOB
Neiva Moreira	PDT	PDT/PPS
Nice Lobão	PFL	PFL/PST
Pedro Fernandes	PFL	PFL/PST
Remi Trinta	PL	PL/PSL
Sebastião Madeira	PSDB	
Presentes de Maranhão : 13		
CEARÁ		
Adolfo Marinho	PSDB	
Aníbal Gomes	PMDB	
Antonio Cambraia	PSDB	
Arnon Bezerra	PSDB	
Eunício Oliveira	PMDB	
José Linhares	PPB	
José Pimentel	PT	
Léo Alcântara	PSDB	
Manoel Salviano	PSDB	
Moroni Torgan	PFL	PFL/PST
Pimentel Gomes	PPS	PDT/PPS
Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
Rommel Feijó	PSDB	
Vicente Arruda	PSDB	
Presentes de Ceará : 14		

	Partido	Bloco
PIAUÍ		
Átila Lira	PSDB	
B. Sá	PSDB	
João Henrique	PMDB	
Marcelo Castro	PMDB	
Mussa Demes	PFL	PFL/PST
Themístocles Sampaio	PMDB	
Wellington Dias	PT	
Presentes de Piauí : 7		
RIO GRANDE DO NORTE		
Ana Catarina	PMDB	
Carlos Alberto Rosado	PFL	PFL/PST
Iberê Ferreira	PTB	
Lavoisier Maia	PFL	PFL/PST
Múcio Sá	PTB	
Ney Lopes	PFL	PFL/PST
Salomão Gurgel	PDT	PDT/PPS
Presentes de Rio Grande do Norte : 7		
PARAÍBA		
Armando Abílio	PSDB	
Avenzoar Arruda	PT	
Carlos Dunga	PTB	
Damião Feliciano	PMDB	
Domiciano Cabral	PSDB	
Inaldo Leitão	PSDB	
Marcondes Gadelha	PFL	PFL/PST
Ricardo Rique	PSDB	
Wilson Braga	PFL	PFL/PST
Presentes de Paraíba : 9		
PERNAMBUCO		
Clementino Coelho	PPS	PDT/PPS
Djalma Paes	PSB	PSB/PCDOB
Fernando Ferro	PT	
Gonzaga Patriota	PSB	PSB/PCDOB
Inocêncio Oliveira	PFL	PFL/PST
João Colaço	PMDB	
Joel De Hollanda	PFL	PFL/PST
Luciano Bivar	PSL	PL/PSL
Maurilio Ferreira Lima	PMDB	
Pedro Corrêa	PPB	
Pedro Eugênio	PPS	PDT/PPS
Ricardo Fiuza	PPB	
Salatiel Carvalho	PMDB	
Severino Cavalcanti	PPB	
Wolney Queiroz	PDT	PDT/PPS
Presentes de Pernambuco : 15		

	Partido	Bloco
ALAGOAS		
Augusto Farias	PPB	
Givaldo Carimbão	PSB	PSB/PCDOB
João Caldas	PL	PL/PSL
Luiz Dantas	PTB	
Olavo Calheiros	PMDB	
Regis Cavalcante	PPS	PDT/PPS
Presentes de Alagoas : 6		
SERGIPE		
Augusto Franco	PSDB	
Ivan Paixão	PPS	PDT/PPS
Jorge Alberto	PMDB	
José Teles	PSDB	
Presentes de Sergipe : 4		
BAHIA		
Ariston Andrade	PFL	PFL/PST
Benito Gama	PMDB	
Claudio Cajado	PFL	PFL/PST
Coriolano Sales	PMDB	
Félix Mendonça	PTB	
Gerson Gabrielli	PFL	PFL/PST
Haroldo Lima	PCdoB	PSB/PCDOB
Jaime Fernandes	PFL	PFL/PST
Jairo Carneiro	PFL	PFL/PST
Jaques Wagner	PT	
João Almeida	PSDB	
João Carlos Bacelar	PFL	PFL/PST
João Leão	PPB	
Jonival Lucas Junior	PMDB	
Jorge Khoury	PFL	PFL/PST
José Carlos Aleluia	PFL	PFL/PST
José Rocha	PFL	PFL/PST
Jutahy Junior	PSDB	
Luiz Moreira	PFL	PFL/PST
Mário Negromonte	PPB	
Milton Barbosa	PFL	PFL/PST
Nilo Coelho	PSDB	
Paulo Braga	PFL	PFL/PST
Paulo Magalhães	PFL	PFL/PST
Reginaldo Germano	PFL	PFL/PST
Saulo Pedrosa	PSDB	
Ursicino Queiroz	PFL	PFL/PST
Waldir Pires	PT	
Walter Pinheiro	PT	
Yvonilton Gonçalves	PFL	PFL/PST
Presentes de Bahia : 30		

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
Aécio Neves	PSDB	
Antônio do Valle	PMDB	
Aracely de Paula	PFL	PFL/PST
Bonifácio de Andrada	PSDB	
Cabo Júlio	PST	PFL/PST
Carlos Mosconi	PSDB	
Cleuber Carneiro	PFL	PFL/PST
Custódio Mattos	PSDB	
Danilo de Castro	PSDB	
Eduardo Barbosa	PSDB	
Elias Murad	PSDB	
Eliseu Resende	PFL	PFL/PST
Gilmar Machado	PT	
Glycon Terra Pinto	PMDB	
Hélio Costa	PMDB	
Herculano Anghinetti	PPB	
Ibrahim Abi-Ackel	PPB	
Jaime Martins	PFL	PFL/PST
João Magalhães	PMDB	
José Militão	PTB	
Lincoln Portela	PSL	PL/PSL
Márcio Reinaldo Moreira	PPB	
Marcos Lima	PMDB	
Maria Elvira	PMDB	
Mário Assad Júnior	PFL	PL/PSL
Mário de Oliveira	PMDB	PFL/PST
Narcio Rodrigues	PSDB	
Odelmo Leão	PPB	
Olimpio Pires	PDT	PDT/PPS
Osmânio Pereira	PSDB	
Paulo Delgado	PT	
Philemon Rodrigues	PL	PL/PSL
Rafael Guerra	PSDB	
Romel Anizio	PPB	
Romeu Queiroz	PTB	
Ronaldo Vasconcellos	PL	PL/PSL
Sérgio Miranda	PCdoB	PSB/PCDOB
Silas Brasileiro	PMDB	
Tilden Santiago	PT	
Virgílio Guimarães	PT	
Presentes de Minas Gerais : 40		

	Partido	Bloco
ESPÍRITO SANTO		
Feu Rosa	PSDB	
João Coser	PT	
José Carlos Elias	PTB	
José Carlos Fonseca Jr.	PFL	PFL/PST
Magno Malta	PL	PL/PSL
Marcus Vicente	PSDB	
Max Mauro	PTB	
Ricardo Ferraço	PPS	PDT/PPS
Rita Camata	PMDB	
Presentes de Espírito Santo : 9		
RIO DE JANEIRO		
Alcione Athayde	PSB	PSB/PCDOB
Aldir Cabral	PFL	PFL/PST
Alexandre Cardoso	PSB	PSB/PCDOB
Almerinda de Carvalho	PPB	
Arolde de Oliveira	PFL	PFL/PST
Bispo Rodrigues	PL	PL/PSL
Candinho Mattos	PSDB	
Carlos Santana	PT	
Dr. Heleno	PSDB	
Eurico Miranda	PPB	
Fernando Gabeira	PT	
Fernando Gonçalves	PTB	
Iéidio Rosa	PFL	PFL/PST
Jair Bolsonaro	PPB	
Jandira Feghali	PCdoB	PSB/PCDOB
João Mendes	PFL	PFL/PST
João Sampaio	PDT	PDT/PPS
Jorge Bittar	PT	
Laura Carneiro	PFL	PFL/PST
Luiz Ribeiro	PSDB	
Márcio Fortes	PSDB	
Mattos Nascimento	PST	PFL/PST
Milton Temer	PT	
Miriam Reid	PSB	PSB/PCDOB
Miro Teixeira	PDT	PDT/PPS
Paulo Baltazar	PSB	PSB/PCDOB
Paulo de Almeida	PFL	PFL/PST
Paulo Feijó	PSDB	
Reinaldo Gripp	PL	PL/PSL
Rodrigo Maia	PFL	PFL/PST
Rubem Medina	PFL	PFL/PST
Simão Sessim	PPB	
Valdeci Paiva	PSL	PL/PSL
Vivaldo Barbosa	PDT	PDT/PPS
Wanderley Martins	PSB	PSB/PCDOB
Presentes de Rio de Janeiro : 35		

SÃO PAULO	Partido	Bloco
Alberto Goldman	PSDB	
Aldo Rebelo	PCdoB	PSB/PCDOB
André Benassi	PSDB	
Angela Guadagnin	PT	
Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	
Arnaldo Faria de Sá	PTB	
Arnaldo Madeira	PSDB	
Bispo Wanderval	PL	PL/PSL
Celso Russomanno	PPB	
Chico Sardelli	PFL	PFL/PST
Clovis Volpi	PV	
Corauci Sobrinho	PFL	PFL/PST
Cunha Bueno	PPB	
Dr. Hélio	PDT	PDT/PPS
Duilio Pisaneschi	PTB	
Emerson Kapaz	PPS	PDT/PPS
Fernando Zuppo	PSDC	
Gilberto Kassab	PFL	PFL/PST
Ivan Valente	PT	
Jair Meneguelli	PT	
João Eduardo Dado	PMDB	
João Herrmann Neto	PPS	PDT/PPS
João Paulo	PT	
Jorge Tadeu Mudalen	PMDB	
José de Abreu	PTN	
José Dirceu	PT	
José Genoíno	PT	
José Índio	PMDB	
José Roberto Batochio	PDT	PDT/PPS
Julio Semeghini	PSDB	
Kincas Mattos	PSB	PSB/PCDOB
Luciano Zica	PT	
Luiz Antonio Fleury	PTB	
Luiz Eduardo Greenhalgh	PT	
Luiza Erundina	PSB	PSB/PCDOB
Marcos Cintra	PFL	PFL/PST
Milton Monti	PMDB	
Moreira Ferreira	PFL	PFL/PST
Nelo Rodolfo	PMDB	
Nelson Marquezelli	PTB	
Orlando Fantazzini	PT	
Paulo Kobayashi	PSDB	
Paulo Lima	PMDB	
Professor Luizinho	PT	
Ricardo Berzoini	PT	
Ricardo Izar	PTB	
Rubens Furlan	PPS	PDT/PPS
Salvador Zimbaldi	PSDB	
Sampaio Dória	PSDB	
Silvio Torres	PSDB	
Telma de Souza	PT	

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
Vadão Gomes	PPB	
Valdemar Costa Neto	PL	PL/PSL
Wagner Rossi	PMDB	
Wagner Salustiano	PPB	
Xico Graziano	PSDB	
Zulaiê Cobra	PSDB	
Presentes de São Paulo : 57		
MATO GROSSO		
Celcita Pinheiro	PFL	PFL/PST
Ricarte de Freitas	PSDB	
Teté Bezerra	PMDB	
Welinton Fagundes	PL	PL/PSL
Presentes de Mato Grosso : 4		
DISTRITO FEDERAL		
Agnelo Queiroz	PCdoB	PSB/PCDOB
Alberto Fraga	PMDB	
Jorge Pinheiro	PMDB	
Osório Adriano	PFL	PFL/PST
Paulo Octávio	PFL	PFL/PST
Pedro Celso	PT	
Wigberto Tartuce	PPB	
Presentes de Distrito Federal : 7		
GOIÁS		
Aldo Arantes	PCdoB	PSB/PCDOB
Barbosa Neto	PMDB	
Euler Moraes	PMDB	
Jovair Arantes	PSDB	
Nair Xavier Lobo	PMDB	
Norberto Teixeira	PMDB	
Pedro Canedo	PSDB	
Pedro Chaves	PMDB	
Ronaldo Caiado	PFL	PFL/PST
Vilmar Rocha	PFL	PFL/PST
Presentes de Goiás : 10		
MATO GROSSO DO SUL		
Dr. Antonio Cruz	PMDB	
João Grandão	PT	
Manoel Vítório	PT	
Marçal Filho	PMDB	
Nelson Trad	PTB	
Presentes de Mato Grosso do Sul : 5		

	Partido	Bloco
PARANÁ		
Affonso Camargo	PSDB	
Airton Roveda	PTB	
Chico da Princesa	PSDB	
Dilceu Sperafico	PPB	
Dr. Rosinha	PT	
Flávio Arns	PSDB	
Gustavo Fruet	PMDB	
Hermes Parcianello	PMDB	
Ivanio Guerra	PFL	PFL/PST
Luciano Pizzatto	PFL	PFL/PST
Luiz Carlos Haully	PSDB	
Max Rosenmann	PMDB	
Moacir Micheletto	PMDB	
Nelson Meurer	PPB	
Odílio Balbinotti	PSDB	
Osmar Serraglio	PMDB	
Ricardo Barros	PPB	
Rubens Bueno	PPS	PDT/PPS
Werner Wanderer	PFL	PFL/PST
Presentes de Paraná : 19		
SANTA CATARINA		
Antônio Carlos Konder Reis	PFL	PFL/PST
Carlito Merss	PT	
Edinho Bez	PMDB	
Edison Andrino	PMDB	
Eni Voltolini	PPB	
Fernando Coruja	PDT	PDT/PPS
Gervásio Silva	PFL	PFL/PST
Hugo Biehl	PPB	
João Matos	PMDB	
João Pizzolatti	PPB	
Luci Choinacki	PT	
Paulo Gouvêa	PFL	PFL/PST
Pedro Bittencourt	PFL	PFL/PST
Renato Vianna	PMDB	
Serafim Venzon	PDT	PDT/PPS
Vicente Caropreso	PSDB	
Presentes de Santa Catarina : 16		

	Partido	Bloco
RIO GRANDE DO SUL		
Airton Dipp	PDT	PDT/PPS
Alceu Collares	PDT	PDT/PPS
Ana Corso	PT	
Augusto Nardes	PPB	
Clovis Ilgenfritz	PT	
Darcísio Perondi	PMDB	
Enio Bacci	PDT	PDT/PPS
Esther Grossi	PT	
Ezidio Pinheiro	PSB	PSB/PCDOB
Fetter Junior	PPB	
Fioravante	PT	
Henrique Fontana	PT	
Jarbas Lima	PPB	
Luis Carlos Heinze	PPB	
Marcos Rolim	PT	
Mendes Ribeiro Filho	PMDB	
Nelson Marchezan	PSDB	
Nelson Proença	PMDB	
Orlando Desconsi	PT	
Osmar Terra	PMDB	
Osvaldo Biolchi	PMDB	
Paulo José Gouvêa	PL	PL/PSL
Paulo Paim	PT	
Roberto Argenta	PHS	
Telmo Kirst	PPB	
Presentes de Rio Grande do Sul : 25		

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Guimarães) – As listas de presença acusam o comparecimento de 62 Srs. Senadores e 369 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Guimarães) – Passando-se ao período destinado a Breves Comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Orlando Fantazzini. (Pausa.)

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a aquiescência do orador, Deputado Orlando Fantazzini, eu gostaria de dar como lido o meu pronunciamento, ressaltando os levantamentos que fizemos sobre os financiamentos da Caixa Econômica Federal que atendem aos pequenos e microempresários.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. DEPUTADO EDINHO BEZ.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, a Caixa Econômica Federal está oferecendo, desde o início do mês de setembro, linhas de crédito para as empresas interessadas em obter financiamento para a aquisição de novos equipamentos com maior eficiência energética. Estes financiamentos contam com recursos do Programa Energia Brasil MPME, do Governo Federal, cujo objetivo é o uso racional de energia pelo setor de micro, pequenas e médias empresas do País, aumentando sua produtividade e lucratividade.

O Programa prevê ações para informação e sensibilização dos empresários do setor, diagnóstico e consultoria sobre opções alternativas para suas empresas e crédito para aquisição de novos equipamentos além do acompanhamento dos projetos. Os instrutores e consultores do Energia Brasil vão procurar as empresas, avaliar seu perfil de consumo e propor um plano de negócios que leve a um uso mais eficiente de equipamentos e até substituições por fontes alternativas de energia.

A Caixa participa do Programa com linhas de financiamento para os planos de negócios, como o Girocaixa, o BNDES Automático, ou o Proger, que permite a obtenção de crédito a longo prazo, de 36 a 48 meses e taxas de juros que variam entre 4% a 5% ao ano, acrescido da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) – hoje em 9,5% ao ano.

Se uma padaria quiser substituir seu forno elétrico por um a gás, por exemplo, poderá obter empréstimo na Caixa para 90% do valor do equipamento, somado à mão-de-obra. Setores como o de cerâmicas e lavanderias, que têm grande despesa com energia elétrica, são outros exemplos que podem ser atendi-

dos pela Caixa. Além disso, poderão ser financiados geradores e equipamentos de menor consumo de energia.

Vale ressaltar que 98% do total das empresas brasileiras são constituídas de micro, pequenas e médias empresas.

Esta fatia do mercado é responsável por 32% do consumo total de energia no País. Para se ter uma idéia, esta economia de energia seria suficiente para abastecer 30 cidades com 500 mil habitantes.

Outro fator a ser considerado é que a ação das pequenas empresas na redução de consumo tem o efeito de ampliar a conscientização sobre o uso racional da energia entre o universo de seus empregados, pois essas empresas concentram 60% da força de trabalho no Brasil.

Sr. Presidente, essa é outra ação da Caixa para com o racionamento de energia no País. Por isso volto a parabenizar os empregados da Caixa que estão trabalhando para não ficarmos na escuridão. Retorno a dizer, essas iniciativas devem ser enaltecidas, pois o interesse, acima de tudo, é do nosso Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Guimarães) – A solicitação de V. Ex^a será atendida na forma regimental.

Todos os demais Srs. Parlamentares, Deputados e Senadores, que quiserem que seus pronunciamentos constem como lidos podem fazer o mesmo.

Com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. ORLANDO FANTAZZINI (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Congressistas, na semana passada, o Presídio José Parada Neto, na cidade de Guarulhos, uma instituição calma, tranqüila, onde, mesmo com os recentes movimentos organizados pelo PCC, há mais de dois anos não ocorre rebelião, sofreu uma ocorrência lamentável.

Com a nova direção do presídio, algumas normas foram alteradas, o que levou à insatisfação não só os encarcerados, mas também os trabalhadores do sistema penitenciário.

Segundo informações dos encarcerados, os funcionários da instituição lhes propuseram organizar um protesto pacífico em razão das medidas adotadas pelo novo diretor.

Contornada a situação, na segunda-feira, tudo estava tranqüilo e normalizado. Na terça-feira, como os agentes penitenciários não quiseram travar as celas, o diretor do presídio decidiu chamar a tropa de choque. Nessa oportunidade, os presos começaram

a organizar resistência, com a anuência dos agentes penitenciários, para que a tropa de choque não ingressasse no presídio.

Comunicados, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Guarulhos, a Comissão de Direitos Humanos da OAB e o Centro de Defesa de Direitos Humanos se dirigiram ao presídio, mas não puderam entrar. A tropa de choque entrou e fez um grande número de feridos, três em estado grave e uma dezena de outros sem qualquer atendimento médico.

Esse fato motivou a Câmara Municipal de Guarulhos a contatar a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, solicitando intervenção. O Deputado Nelson Pellegrino e eu procuramos a Juíza responsável pelas execuções penais e tivemos a informação de que nenhum preso seria transferido, mesmo porque S. Ex^a não havia dado autorização para tal e de que os removidos estavam sendo levados para o pronto-socorro municipal.

Mais tarde, soubemos que 28 presos estavam sendo removidos, por livre e espontânea vontade do Diretor do Presídio. Este, segundo informações, teria vínculo com o PCC, desafeto do segmento que comanda aquele presídio. Onze presos foram removidos para o presídio de Taubaté, e dezessete para o presídio de Avaré, ambos comandados pelo PCC, sem a autorização da Juíza da Vara de Execuções.

O Deputado Nelson Pellegrino e eu fizemos contato com o Secretário Adjunto do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo, que nos informou que estava ciente das remoções e que a autorização era mera formalidade. Primeiro iriam fazer a remoção e, depois, encaminhariam o expediente com data retroativa.

Sendo assim, estamos tomando medidas através da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, no sentido de exigir do Governo do Estado de São Paulo que assegure a integridade física daqueles presos, pois, por certo, os presos pertencentes ao grupo CRBC foram encaminhados a presídios comandados pelo PCC e, tanto eles quanto seus familiares têm certeza de suas execuções, em razão dessa divergência entre os dois grupos.

Então, ficam aqui consignados os nossos protestos junto ao Governo do Estado de São Paulo pela transferência sem a determinação judicial. Também estamos encaminhando uma solicitação ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara e ao Corregedor Geral dos presídios do Estado de São Paulo, no sentido de providências para que atos dessa natureza não mais ocorram.

O diretor do presídio informou-nos que tomou essa medida para punir os rebeldes. Entretanto, não tomou nenhuma providência em relação aos agentes penitenciários que insuflaram o motim dos presos. Ele deveria tomar medidas enérgicas no sentido de não permitir que os agentes penitenciários insuflassem o motim, pois os penalizados são os encarcerados, uma vez que a legislação, nesse caso, não foi observada.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Guimarães) – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, nobre Deputado José Antonio Almeida. S. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA (Bloco/PSB – MA. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, ocupo a tribuna nesta sessão do Congresso Nacional para comentar as recentes atitudes e declarações do Ministro da Educação, Sr. Paulo Renato de Souza, relativas à greve dos funcionários públicos e, de modo específico, às greves das universidades federais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o direito de greve é assegurado no Brasil como um direito fundamental. Está estabelecido na Constituição Federal, no Título dos Direitos e Garantias Fundamentais, art. 7º, que dispõe acerca dos direitos sociais e é inclusive considerado cláusula pétrea.

O fato de a lei não estabelecer parâmetros, como são feitas as greves no tocante aos funcionários públicos, não impede, de modo absoluto, esse direito.

Entretanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o Sr. Ministro da Educação resolveu suspender o pagamento dos grevistas, abusando, portanto, desse direito fundamental, porque, se não estavam indo ao trabalho, havia uma manifestação concreta dos objetivos do movimento.

Mais ainda, Sr. Presidente, o Sr. Ministro da Educação descumpriu decisões judiciais. O Sr. Ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça, concedeu liminar em mandado de segurança impetrado pela Andes – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior –, no sentido de ser restabelecido o pagamento. Um Juiz Federal de Brasília deu o prazo de 24 horas para que essa decisão do STJ fosse cumprida, mas até a manhã de hoje ela não havia sido honrada, Sr. Presidente, e o Sr. Ministro da Educação afirmou que só cumpriria a determinação da Justiça se houvesse decisão definitiva, transitada em julgado.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, é inconcebível que um cidadão com essa atitude, essa conduta queira ascender ao posto máximo do Poder Executivo. S. Ex^a se proclama candidato a Presidente

da República e começa muito mal, já descumprindo a Constituição, não respeitando o direito de greve nem ordem judicial. Mas ainda é importante discorrer sobre a justificativa – ou explicação, porque justificativa não há – do Ministro da Educação. Diz S. Ex^a que houve uma série de reajustes aos professores, que lhes foi dada uma gratificação no ano de 1998 e aos funcionários administrativos, e também lhes foi dada uma gratificação, em alguns casos de 20% ou 23% no ano passado.

Não é disso que trata o item X do art. 37 da Constituição. O que todos os funcionários públicos, de modo geral, estão pleiteando – não só os da educação – é a revisão geral prevista na Constituição, no item X do art. 37. O Supremo Tribunal Federal considerou o Presidente da República omissor, considerou que Sua Excelência havia incorrido em inconstitucionalidade por omissão quando deixou de enviar projeto de lei a esta Casa para aprovar o reajuste do funcionalismo público. Não se trata de uma gratificação aqui ou acolá. Na realidade, é isto o que está sendo buscado: um reajuste geral. Todos os preços da economia durante esses anos do Plano Real sofreram reajuste. Aqueles preços administrados pelo Poder Público foram os que mais sofreram reajuste; o próprio Governo Federal, que agora não quer conceder reajuste aos servidores, assinou contratos e mais contratos com empresas, algumas delas multinacionais que adquiriram empresas privatizadas concedendo a essas empresas a revisão dos preços, de suas tarifas ano a ano. Como então negar esse direito ao assalariado?

E, mais, Sr. Presidente, a proposta de reajuste do Presidente da República foi comprometida com o FMI antes de ser anunciada; essa proposta prevê um reajuste de 3,5%, um verdadeiro acinte porque não é uma revisão geral, mas sim previsão de inflação.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Guimarães) – Passo a palavra ao nobre Deputado Antonio Carlos Pannunzio.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, na verdade, gostaria de ter mais tempo, mas tentarei em cinco minutos falar um pouco sobre o que tivemos oportunidade de ouvir hoje por parte do Ministro das Relações Exteriores na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Foi um dos pronunciamentos mais importantes na Casa e que definitivamente trouxeram luz, a meu ver, sobre o assunto

de maneira a não permitir que quaisquer explorações, sejam de conotação ideológica, sejam por interpretação equivocada de notícias de jornais, possam ser utilizadas no que se referem à postura seja do Itamaraty, do Ministro Lafer, ou do Presidente da República.

Ficou muito clara a posição do Governo brasileiro no que se refere a invocar o Tiar – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – e levar o tema para debater na OEA. A partir do instante em que Sua Excelência, o Presidente, entendeu agir dessa forma o fez em defesa dos mais legítimos interesses nacionais, porque o Brasil é signatário do acordo e quase todos os parceiros latino-americanos foram consultados previamente pelo Ministro de Relações Exteriores e pelo próprio Presidente da República sobre o interesse de levar o tema para um debate, o que foi feito.

Com isso, diferentemente do que se alardeou, não se coloca em nenhuma circunstância a possibilidade de o Brasil enviar tropas para participar de um eventual conflito não se sabe onde. Na verdade, o Tiar circunscreve o assunto ao continente americano. Exatamente por ter invocado o Tiar é que temos a garantia, certamente, da solidariedade brasileira e dos demais países americanos a essa brutal agressão que sofreu o povo americano. Ninguém, em sã consciência, pode pactuar com atos de terrorismo, com atos de barbaridade que denigrem a humanidade, como o que foi perpetrado contra o povo americano.

Recebi recentemente da Embaixada de Cuba cópia do discurso proferido pelo Presidente Fidel Castro no qual repudia, com a típica energia, o atentado ao povo americano e afirma claramente, sem meias palavras, que o terrorismo é um fenômeno do momento e que deve ser combatido e erradicado – transcrevo, **ipsis literis**, o que disse o Presidente Fidel Castro. E entendo que está certamente coberto de razão quando faz esse tipo de assertiva.

Em outro momento, assisti, tanto aqui no plenário como na Comissão de Relações Exteriores, a nossa brava Oposição argumentando, com toda a energia, que a instalação do escritório do Serviço Secreto dos Estados Unidos da América do Norte em São Paulo é inconcebível, afronta a soberania nacional e até mesmo fere dispositivos constitucionais. Exatamente por isso trouxe à tribuna a Constituição Federal. E não consigo encontrar, em nenhum artigo, em nenhum inciso, nada que proíba a abertura aqui de escritório de um país que possui relações conosco, inclusive convênio de reciprocidade como os Estados Unidos, uma vez que há na Embaixada brasileira em Washington representantes do Ministério da Fazenda, da Secretaria

ria da Receita Federal, fazendo exatamente o que será competência dos agentes do serviço secreto americano. Alguém fez confusão entre serviço secreto e a finalidade da polícia fazendária, de proteção de autoridades, que vem aqui, sim, para ajudar o Governo brasileiro no combate à lavagem de dinheiro, ao narcotráfico, à falsificação de moedas e outras contravenções mais, além, evidentemente, das implicações que essas atividades ilícitas possam trazer com atos terroristas. Não fere a soberania brasileira, muito pelo contrário, complementa a soberania brasileira a partir do instante em que dá oportunidade ao Brasil de inserir-se nesse esforço de todas as nações, de combate ao terrorismo.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Guimarães) – V. Ex^a deve concluir, nobre Deputado Pannunzio.

O SR. ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Estou encerrando, Sr. Presidente.

Fica muito claro que não houve nenhuma afronta. Daí eu não conseguir entender até mesmo a ação que foi impetrada no Supremo Tribunal Federal contra o Presidente da República por conta dessa autorização. Não vejo base legítima alguma para os Parlamentares de Oposição ou os Partidos de Oposição tentarem levar à Justiça um tema perfeitamente disciplinado da Constituição Federal, consentâneo inclusive com todas as disposições e decisões tomadas na Organização das Nações Unidas.

Sr. Presidente, certamente eu teria muito mais a falar, uma vez que a palestra do Ministro Lafer foi extremamente profícua, mas quem sabe em outra oportunidade nós voltaremos a este assunto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Guimarães) – Oportunidades, sem dúvida, não faltarão.

Passo a palavra ao orador seguinte, nobre Deputado Alceu Collares.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ALCEU COLLARES (Bloco/PDT – RS. Para uma breve comunicação.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, já utilizamos determinado tempo, numa reunião da Câmara dos Deputados, para denunciar o que contém a Medida Provisória nº 2.222. O Congresso Nacional, desde 1999, foi chamado a examinar, junto com especialistas, as alterações da estrutura da previdência social pública e da previdência social privada, complementar, aberta e fechada. E aqui estivemos, Senadores e Deputados, de 1999 a 2001, executando um trabalho, sem dúvida alguma, de muito fôlego. Tanto que os Projetos de Lei Comple-

mentar nº 08 e 10, depois de longo debate e de muitas audiências públicas, foram devidamente aprovados e originando as Leis Complementares nºs 108 e 109. Sua Excelência o Presidente da República acabou vetando o art. 70 da Lei nº 109, que determinava o diferimento, a transferência da incidência dos tributos nas transações feitas com o patrimônio dos fundos de pensão. O diferimento evitava a tributação.

Todos sabemos da importância dos fundos de pensão para a construção de uma poupança interna capaz de permitir os investimentos na produção, na infra-estrutura, na educação e na saúde. Os Estados Unidos têm um sistema com setecentas mil organizações de fundo de pensão, com uma poupança avaliada em US\$6 trilhões. A Europa e os Estados Unidos têm juntos a invejável poupança de US\$13 trilhões, desses fundos. Estávamos dando aqui os primeiros passos com um bolo equivalente a R\$150 bilhões, mas houve um verdadeiro atraso, um retrocesso, um caminhar-para-trás por parte do Governo quando, mediante veto, rejeitou a proposta do Congresso Nacional de diferimento da incidência do tributo sobre as negociações, contribuições e negócios feitos pelos fundos de pensão. Tais fundos não são empresas, mas poupança do participante e, tanto na empresa fechada quanto na aberta. Constituem-se numa economia do participante. Quando aposentar, esse participante receberá os valores da contribuição feita por ele ou pela empresa.

Não só o Presidente da República como também o Ministro da Previdência, Roberto Brant, queriam o diferimento, mas, a pretexto de um veto apostado ao art. 70 da Lei nº 109, instalou-se grande confusão. O Presidente da República não foi respeitado na sua vontade, o Ministro da Previdência foi igualmente desrespeitado, prevalecendo a onda fiscalista do Sr. Evandro Maciel, comandado pelo Sr. Pedro Malan, que manda mais no País do que Fernando Henrique Cardoso. E ele, Ministro da Fazenda, determinou, por meio da Medida Provisória nº 2222, em tramitação no Congresso, a incidência do Imposto de Renda de 20% nas transações feitas com os fundos de pensão. E o que acontecerá, Sr. Presidente? Um prejuízo para os trabalhadores de 15 a 25% na redução dos valores de suas contribuições como participantes dos fundos de pensão em nosso País.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, estamos no fim de uma legislatura e verificamos que o Presidente da República e os partidos que lhe dão sustentação política não mandam nada, pois quem manda é o Ministro Pedro Malan, que disse ao Presidente Fernando Henrique Cardoso: "Não vou aceitar o diferimento

dos fundos de pensão. Vou mandar a Medida Provisória nº 2.222, estabelecendo a incidência do Imposto de Renda de 20% sobre todas as negociações feitas com os fundos de pensão.“ Isso representará um prejuízo enorme para 2 milhões de trabalhadores, para 6 milhões de familiares, para 2.200 empresas que hoje estão se dedicando à criação dessa poupança, essencial para o País.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Guimarães) – Antes de dar a palavra a mais um orador inscrito, que, pelo horário, será o último, uma vez que já decorreram 25 minutos dos 30 minutos destinados ao Pequeno Expediente do Congresso Nacional, solicito aos técnicos responsáveis pelo painel da Câmara dos Deputados que o reabram para que os Srs. Congressistas possam registrar normalmente a sua presença. Tal reabertura será mantida até o início das votações no Congresso Nacional, quando então o painel será encerrado, sendo reaberto caso haja votação nominal.

O SR. CLÓVIS ILGENFRITZ (PT – PT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Guimarães) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Congressista Clóvis Ilgenfritz, meu amigo e companheiro do Rio Grande do Sul.

O SR. CLÓVIS ILGENFRITZ (PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, fui vereador durante 12 anos, e no dia 1º deste mês fiz um pronunciamento em homenagem a todos os milhares de vereadores do Brasil, àqueles que atuam diretamente no Poder Legislativo local.

Queria solicitar que V. Ex^a considerasse como lido o pronunciamento que faço em homenagem aos vereadores da nossa democracia representativa, homenageando também a democracia participativa que complementa o trabalho dos vereadores.

*SEGUE NA ÍNTEGRA DISCURSO DO
SR. DEPUTADO CLÓVIS ILGENFRITZ*

O SR. CLÓVIS ILGENFRITZ (PT – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Congressistas, no primeiro dia deste mês de outubro, comemorou-se o “Dia Nacional do Vereador”, instituído pela Lei nº 7.218, de 20 de julho de 1984. Sou um ex-vereador que, por várias legislaturas, exerci o cargo de Presidente da Câmara de Porto Alegre, considerada exemplar por vários aspectos. Nela confirmei minha opinião de respeito à democracia representativa como um instituto outorgado pela população e insubstituível como representação popular.

Apreendi também como vereador e Secretário de Planejamento do município de Porto Alegre a importância fundamental da democracia participativa, quando da instituição do processo de discussão do orçamento de Porto Alegre – orçamento participativo – OP. Um outra se complementam e fortalecem a cidadania.

Convencido desses dois tipos de participação, nesta data, venho saudar todos os Vereadores deste imenso Brasil.

A razão de escolha dessa data resulta de ato que, em 1º de outubro de 1828, Sua Majestade o Imperador Dom Pedro I, deu autonomia às Câmaras Municipais.

A história desta entidade deu-se em meio à destruição das guerras medievais, da peste e da fome e em oposição ao poder régio, ao feudalismo e ao bispo, com a idéia comunitária fundada na valorização do homem. Daí por que sua origem não se encontra na **polis** nem na **urbes** – cidade-estado, mas na **citê** e no **bourg** – cidade-fortificada. Dentro das muralhas ou no quarteirão, protegido pelo foral, o burguês, assim cognominado o habitante das cidades ou “burgos”, pôde, a salvo das devastações da guerra e dos abusos do senhor feudal, do bispo e do rei, encontrar condições de desenvolver suas atividades, tanto econômica quanto social, pela associação voluntária, visando interesses comuns, como o bem-comum da população através de um novo instituto – a Câmara Municipal.

É certo que houve algumas distorções na evolução das municipalidades com o aparecimento das “cidades-estado” que logo se intitularam repúblicas. A instituição do governo local, tal qual idealizaram os primeiros habitantes das cidades, para a garantia da paz e valorização do homem, pela sua liberdade, seu direito ao trabalho livre, o cuidado de sua saúde, criando as misericórdias, as santas casas e os asilos, na luta contra os outros dois inimigos, que as muralhas não retinham, a fome e a peste, permaneceria até as reformas conseqüentes dos efeitos da Revolução Francesa, sempre altiva disposta a conter os abusos da nobreza e do clero, e, quando não, também do próprio rei.

A primeira Câmara municipal de que se tem notícia teria se instalado no Brasil por criação de Martim Afonso de Souza: é a Casa da Câmara em São Vicente, em 1532. A eleição da primeira Câmara se operou consoante os velhos costumes. Os “homens bons” elegeram os juizes e vereadores, revivendo toda a autonomia do antigo “conselho” medieval. Os vereadores não conheceram limitações, nem os juizes, me-

nos ainda o procurador.. Eles formaram o primeiro governo local autônomo das Américas. No Brasil Colônia, eram as Câmaras que cuidavam da defesa contra os ataques dos piratas, flibusteiros e corsários, para não se dizer dos índios também.

Foi decisiva a participação das Câmaras Municipais nas lutas pela independência do Brasil.

A lei de 1º de outubro de 1828 surgiu destinada a regulamentar o texto da Carta Imperial, outorgada em 1824, que destinou ao Município os seguintes dispositivos:

Art. 167 – Em todas as cidades e vilas ora existentes, e nas mais que para o futuro se criarem haverá câmaras, às quais compete o governo econômico e municipal das cidades e vilas.

Art.168 – As Câmaras serão eletivas e compostas do número de vereadores que a lei designar, e o que obtiver o maior número de votos será o presidente.

Art.169 – O exercício de suas funções municipais, formação de suas posturas policiais, aplicação de suas rendas e todas as suas particulares e úteis atribuições, serão decretadas por lei regulamentar.“

As lideranças locais criadas e forjadas pelas Câmaras também influíram na queda do Império, confiantes na política republicana de fortalecimento dos municípios.

O dia 1º de outubro, que é comemorado em todas as Câmaras e Prefeituras Municipais brasileiras, deve também ser motivo de júbilo nesta Casa Legislativa, quando todos nós Congressistas cumprimentamos o Vereador Brasileiro, reconhecendo nele o legítimo representante da estrutura governativa do poder local, que é o sustentáculo do progresso brasileiro.

Parabéns senhores Vereadores, pelo seu dia.!

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Guimarães) – A solicitação de V. Exª será atendida.

O SR. CLÓVIS ILGENFRITZ (RS – PT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Guimarães) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Congressista Wellington Dias.

S. Exª dispõe de cinco minutos.

Passo a Presidência dos trabalhos ao nobre Senador Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, gostaria de deixar registrado o importante evento que a Câmara dos Deputados realizou na manhã de hoje, o lançamento de uma campanha pela convivência com o semi-árido brasileiro, lançando juntamente o livro **Água de Chuva, o Segredo da Convivência com o Semi-árido Brasileiro**. O evento contou com a presença, por meio da Comissão de Fiscalização e Controle e de uma Subcomissão que trata do acompanhamento de áreas de exclusão social e da convivência com o semi-árido – dos autores: Sr. Ivo Poletto, Sr. Alberto Malvesi – o Gogó, e Sr. Harald Schistek . Devo dizer, inclusive, que essa campanha possui uma exposição na área destinada às Comissões Técnicas desta Casa.

O livro está à venda e custa R\$20,00. O valor da arrecadação será destinado a outra campanha que também foi lançada hoje e pretende construir um milhão de cisternas na região do semi-árido brasileiro, promover a captação da água da chuva e seu armazenamento, de modo a garantir condições de vida a várias regiões do Brasil, falo de regiões onde se concentram, com certeza, a maior quantidade de pobres.

Lembro-me bem da presença dos Deputados Marcelo Castro, Max Mauro e da Deputada Ângela Guadagnin. Pudemos assistir a uma importante aula de várias lideranças que trabalham com alternativas para a qualidade de vida e o desenvolvimento do semi-árido. Falo de alternativas baratas. Na campanha da cisterna falamos de um tipo de obra que custa, em média, R\$800,00 e serve para garantir determinada quantidade de água. Um milhão de cisternas, por exemplo, vão permitir o armazenamento de 16 bilhões/m³ de água de qualidade, para consumo humano, na região do semi-árido.

Houve, também, a apresentação do lago de uso múltiplo por um técnico da Embrapa, Luciano Córdoba, de Sete Lagoas, Minas Gerais. S. Sª trabalha, também, a contenção de água, que dá condições para a plantação no semi-árido; a apresentação pelo ASA, pelo Erpa, pela representação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, enfim, por várias pessoas que ali compareceram, de pequenas alternativas que custam barato e mostram que precisamos apenas de boa vontade.

Conseguimos agora um convênio que envolve a Agência Nacional de Águas e o Ministério do Meio Ambiente, com participação de cerca de R\$200 milhões, voltado para esse programa de convivência com o semi-árido. Quero lembrar que podemos operar no sentido de uma prioridade maior para essas formas de garantia do abastecimento de água para o

consumo humano, consumo animal, plantações e, principalmente, a introdução de uma cultura de formação dessas pessoas, de modo a garantir as condições de vida nessa região do semi-árido.

Neste livro há o CD de um artista da região, o Gogó, que apresenta, por meio da arte, sua defesa da convivência com o semi-árido. Tivemos oportunidade de conhecer diversas alternativas com plantas e criação de animais, que perfeitamente podem conviver com o semi-árido. Vimos a apresentação de várias experiências já realizadas em diversas regiões do semi-árido, envolvendo não só o Nordeste, mas também os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, as quais apontam perfeitamente que é possível, a um custo relativamente baixo, trabalharmos as condições do semi-árido.

É fundamental a apresentação desse projeto neste momento em que o Congresso Nacional e o próprio Governo começam a perceber que é preciso enfrentar a chamada indústria da seca, que muitas vezes opera com soluções paliativas, tratam a questão do semi-árido de forma emergencial e serve para o enriquecimento de alguns esquemas da região, concentrando mais ainda a renda, o que é um dos graves problemas da região.

Queremos aqui externar a necessidade, já no Orçamento deste ano, de priorizar as condições de um atendimento a essas pequenas obras. Sei que o Brasil precisa de grandes obras, mas se o dinheiro é pouco, por que não começar com pequenas obras como essa de cisternas, de lago de uso múltiplo, de poços que utilizem bem a água subterrânea, a perenização de rios e riachos? Dessa forma, podemos transformar aquela região, que é muito rica em várias áreas, numa região cuja população tenha uma vida digna, em condições de integrar-se às áreas de desenvolvimento deste País e do mundo.

É com muita alegria e com muita satisfação que trazemos a esta Casa a notícia desse importante evento realizado na tarde de hoje.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Wellington Dias, o Sr. Virgílio Guimarães deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB – RS) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, poderemos ter alguns problemas por não termos de volta o painel da Câmara, porque teremos que aguardar o quorum deste painel, quando já existia o painel da Câmara com o número de Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O painel da Câmara é que está registrando.

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB – RS) – Mas está havendo sessão do Congresso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas é o painel da Câmara que está registrando.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência comunica aos Srs. Congressistas que continua aberto o prazo na Secretaria-Geral da Mesa para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 5, de 2001, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a apreciação pelo Congresso Nacional das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal e dá outras providências, cujos avulsos estão distribuídos tanto neste Plenário como nas salas de avulsos na Câmara e no Senado.

Na última sessão conjunta do Congresso Nacional, realizada no dia 02 do corrente mês, o nobre Deputado Gerson Peres, usando a palavra pela ordem, reiterou manifestação efetuada no dia 26 de junho deste ano, na qual S. Ex^a requeria a tramitação em conjunto das medidas provisórias atualmente numeradas como 2.156–5 e 2.157–5, que tratam respectivamente das Agências de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia.

A Presidência esclarece que tanto o Regimento Comum como a Resolução nº 01, de 1989, que dispõe sobre a apreciação pelo Congresso Nacional das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, são omissos em relação ao tema.

Em decorrência dessa lacuna regimental, recentemente foi apresentado o Projeto de Resolução nº 4, de 2001, do Congresso Nacional, sendo o primeiro signatário o Deputado Luiz Carlos Hauly, propondo a tramitação em conjunto de medida provisória e projeto de lei sob exame em uma das Casas do Congresso Nacional.

Esclareço que, uma vez que foi promulgada a Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001, o Congresso Nacional deverá editar resolução regulando a apreciação das medidas provisórias, à luz das novas disposições constitucionais. Nesse sentido, na sessão conjunta do Congresso Nacional

do último dia 2 foi lido o Projeto de Resolução nº 5, de 2001, de autoria das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, estando ele, atualmente, na fase de recebimento de emendas.

Isto posto, tomo a liberdade de sugerir a V. Ex^a que apresente emenda à mencionada proposição, no sentido de que seja prevista expressamente a possibilidade de tramitação em conjunto de medidas provisórias.

Desde logo, manifesto que, de nossa parte, o assunto merecerá especial atenção.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, veto presidencial que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Wellington Dias.

É lido o seguinte:

VETO TOTAL Nº 28 DE 2001

Aposto ao

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 104, DE 1992

(Nº 604/1991, na Casa de origem)

(Mensagem nº 616/2001-CN –

nº 1.009/2001, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 12, do art. 66, da Constituição Federal, decidi votar integralmente, por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei nº 604, de 1991 (nº 104/92 no Senado Federal), que “Define e pune contravenção penal referente a condutas atentatórias contra o patrimônio público e privado”.

Ouvido, o Ministério da Justiça assim se manifestou:

“A norma projetada define como contravenção penal fixar cartazes, faixas ou realizar qualquer tipo de pichação em muros, paredes e fachadas em geral, em áreas particulares ou públicas, sem a expressa autorização do proprietário ou do órgão competente, cominando-lhe a pena do art. 46 da Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984 – Código Penal. Além disso, estabelece que se o contraventor for primário, pode o juiz aplicar somente a pena de multa.

Segundo dispõe o art. 5º, inciso XXXIX, da Constituição Federal, “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal” (princípio de legalidade penal). Nesse sentido dispõe, também, o art. 12 do Código Penal.

O preceito sancionador da norma projetada estabelece: “Pena – a do art. 46 da Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984 – Código Penal”.

O mencionado dispositivo define pena de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas. De se observar, porém, que as penas restritivas de direitos, na sistemática do Código Penal, são sempre penas substitutivas. Assim, sempre será necessário que, originariamente, haja a previsão de uma pena privativa de liberdade no preceito sancionador. Não é possível a aplicação direta de pena restritiva de direitos. Assim, como não há previsão de pena privativa de liberdade, ou no caso pena de prisão para a mencionada contravenção, será impossível a substituição. Cumpre lembrar que o § 3º do art. 46 estabelece que a pena de prestação de serviços à comunidade deve ser cumprida “a razão de 1 (uma) hora de tarefa por dia de condenação”.

Em assim sendo, da forma como estabelecido no projeto, tem-se uma contravenção penal com pena inexecutável.

Sobre o assunto, colhemos nos tribunais os seguintes pronunciamentos:

“Necessidade de fixação inicial de pena privativa de liberdade – TACRSP: ‘A Pena restritiva de direito, embora seja autônoma, tem caráter substitutivo não podendo ser aplicada diretamente e sim em substituição a anterior imposição da pena corporal’ (RJDTACRIM 4/118). No mesmo sentido, TACRSP: JTACRIM 85/511, 93/210.

Inadmissibilidade de cumulação com pena privativa de liberdade – TJMS: ‘A pena restritiva de direitos não pode coexistir com a pena corporal, uma vez que aquela é de caráter autônomo e substitutiva da pena privativa de liberdade quando o crime é culposos’ (RT 612/378). TACRSP: ‘As penas restritivas de direitos são substitutivas, e não acessórias. Assim, não podem ser aplicadas cumulativamente com a privativa de liberdade’ (RT 637/277). No mesmo sentido, TACRSP: JTACRIM 89/444 e 445.

Necessidade de fixação da espécie de pena – TACRSP: ‘o juiz, ao proceder a substituição da pena privativa por uma restritiva de direitos, deve, na sentença, especificar qual a espécie de restritiva foi escolhida. Deve o sentenciado saber que tipo de pena resgatará. Não sendo clara a sentença neste aspecto, deve ela ser anulada (JTACRIM) 86/400). TACRSP:”

Ademais, é de se observar que já há no ordenamento tutela penal ao bem jurídico objeto do projeto. A Lei dos Crimes Ambientais – Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, em seu art. 65, define como crime:

“Pichar, grafitar ou por qualquer outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano:

Pena – detenção de três meses a um ano, e multa”.

Ressalte-se que as demais formas de condutas previstas no tipo contravencional enquadram-se no preceito de interpretação analógica contido na expressão “ou por outro meio conspurcar”. Em consequência, a aprovação do projeto significaria um enfraquecimento da tutela penal na medida em que transformaria uma conduta hoje definida como crime em mera contravenção penal.

Cumpra, ainda, salientar que as contravenções penais estão definidas no Decreto-Lei nº 3.688, de 2 de outubro de 1941, diploma legal que deverá sediar disposição nova que trate da matéria, em obediência à Lei Complementar nº 95, de 1998, segundo a qual “o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa” (art. 7º, inciso IV).

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar integralmente o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 19 de setembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

PROJETO VETADO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 1992

(Nº 604/1991 – na Casa de origem)

**Define e pune contravenção penal
referente a condutas atentatórias contra
o patrimônio público e privado.**

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Constitui contravenção penal afixar cartazes, faixas, ou realizar qualquer tipo de pichação em muros, paredes e fachadas em geral, em áreas particulares ou públicas, sem a expressa autorização do proprietário ou do órgão competente.

Pena – a do art. 46 da Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1994 – Código Penal.

Parágrafo único. Se o contraventor é primário, pode o juiz aplicar somente a pena de multa.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de relatar o veto:

Veto Total nº 28, de 2001, ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 1992 – Senadores Roberto Freire,

Iris Rezende e Lúcio Alcântara; Deputados Ibrahim Abi-Ackel, Aldir Cabral e Bispo Rodrigues.

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 24 de outubro do corrente ano.

A convocação de sessão conjunta destinada à apreciação da matéria será feita após a publicação e distribuição de avulsos contendo o texto do projeto vetado, o parecer da Comissão que o apreciou e o relatório da Comissão Mista ora designada.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 3 de novembro de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Wellington Dias.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2001 – CN

Denomina Salão “Senador Antônio Mariz” o Salão Negro do Congresso Nacional.

O Congresso Nacional resolve,

Art. 1º O Salão Negro do Congresso Nacional passa a denominar-se Salão “Senador Antônio Mariz”.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação


O Senador Antônio Mariz, falecido em 1995, no exercício do mandato de Governador do Estado da Paraíba, dignificou o Congresso Nacional, principalmente como membro desta Casa.

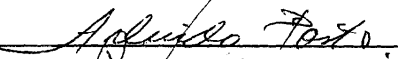

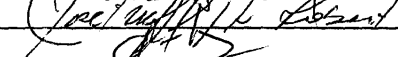

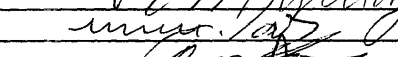
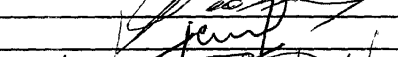
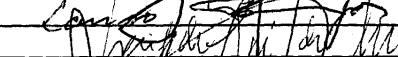
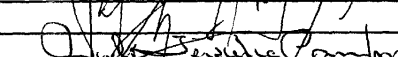
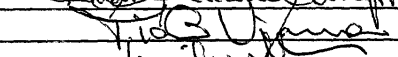
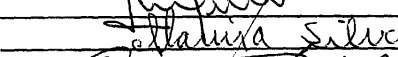





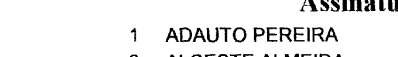
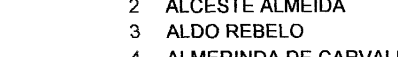
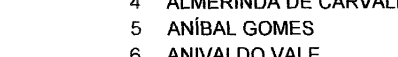
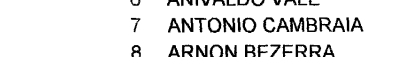
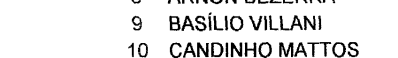
Sua luta por um mundo melhor para todos, mormente para os menos assistidos, permanece na memória de quem com ele conviveu. Embora não tenha vivido por longo tempo, suas realizações foram muitas e nos servem de inspiração para continuar a nossa luta pelo desenvolvimento econômico e social do Brasil, especialmente do Nordeste.

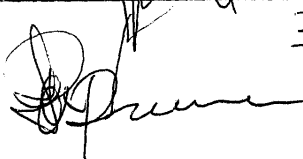
Nada mais justo que homenageá-lo, emprestando o seu nome ao Salão Negro do Congresso Nacional, para que as gerações seguintes possam lembrar do Senador que dedicou toda a sua vida à busca de soluções para a redução da pobreza nacional e das desigualdades regionais.

Em face do exposto, entendemos que os Deputados Federais e os Senadores haverão de se associar a nós nesta justa homenagem.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 2001.


Senador NEY SUASSUNA

01		ARLINDO PORTO.
02		CARLOS PATROCÍNIO.
03		SALVIANO INACIA
04		WOLNATON ROBERTO
05		LUIZ LOMAS
06		CASILDO MENDONÇA
07		EDUARDO SUPRICK
08		JORGE DO CARMO
09		PEDRO SIMON
10		GERALDO ALTHOFF
11		LAURO CAMPOS
12		GONCALVES DE MELLO
13		NILDO TEIXEIRA CAMPOS
14		FINE VIGOR
15		LUCIO ALBUQUERQUE
16		MARIA SILVA
17		OSMIR DIAS
18		ANTONIO CARLOS VALAREZ
19		CARLOS ROBERTO RIBEIRO
20		DEPUTADOS


DEPUTADOS


Relatoria 834

Assinaturas Confirmadas

1	ADAUTO PEREIRA	PFL	PB
2	ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR
3	ALDO REBELO	PCdoB	SP
4	ALMERINDA DE CARVALHO	PPB	RJ
5	ANÍBAL GOMES	PMDB	CE
6	ANIVALDO VALE	PSDB	PA
7	ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE
8	ARNON BEZERRA	PSDB	CE
9	BASÍLIO VILLANI	PSDB	PR
10	CANDINHO MATTOS	PSDB	RJ
11	CARLITO MERSS	PT	SC
12	DAMIÃO FELICIANO	PMDB	PB
13	DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB
14	EFRAIM MORAIS	PFL	PB
15	ELIAS MURAD	PSDB	MG
16	ELISEU MOURA	PPB	MA
17	ELISEU RESENDE	PFL	MG
18	FERNANDO ZUPPO	PSDC	SP
19	FETTER JUNIOR	PPB	RS
20	FIORAVANTE	PT	RS
21	GERALDO MAGELA	PT	DF
22	GILBERTO KASSAB	PFL	SP
23	GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA
24	GUSTAVO FRUET	PMDB	PR
25	HERCULANO ANGHINETTI	PPB	MG
26	IÉDIO ROSA	PFL	RJ

27	ILDEFONÇO CORDEIRO	PFL	AC
28	INALDO LEITÃO	PSDB	PB
29	JAIME FERNANDES	PFL	BA
30	JOÃO MATOS	PMDB	SC
31	JOÃO SAMPAIO	PDT	RJ
32	JOEL DE HOLLANDA	PFL	PE
33	JONIVAL LUCAS JUNIOR	PMDB	BA
34	JOSÉ ANTONIO ALMEIDA	PSB	MA
35	JOSÉ BORBA	PMDB	PR
36	JOSÉ CARLOS COUTINHO	PFL	RJ
37	JOSÉ CARLOS ELIAS	PTB	ES
38	JOSÉ ROCHA	PFL	BA
39	JOSÉ TELES	PSDB	SE
40	JOSUÉ BENGTON	PTB	PA
41	KÁTIA ABREU	PFL	TO
42	LAURA CARNEIRO	PFL	RJ
43	LAVOISIER MAIA	PFL	RN
44	LINCOLN PORTELA	PSL	MG
45	LUIZ SÉRGIO	PT	RJ
46	MARCELO TEIXEIRA	PMDB	CE
47	MARCONDES GADELHA	PFL	PB
48	MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB	PE
49	MAURO LOPES	PMDB	MG
50	NELO RODOLFO	PMDB	SP
51	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP
52	NELSON PROENÇA	PMDB	RS
53	NILO COELHO	PSDB	BA
54	NILSON MOURÃO	PT	AC
55	OLIVEIRA FILHO	PL	PR
56	OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR
57	OSVALDO COELHO	PFL	PE
58	PAULO BRAGA	PFL	BA
59	PAULO FEIJÓ	PSDB	RJ
60	PAULO KOBAYASHI	PSDB	SP
61	PAULO MOURÃO	PSDB	TO
62	PAULO OCTÁVIO	PFL	DF
63	PAULO ROCHA	PT	PA
64	PEDRO CELSO	PT	DF
65	PEDRO NOVAIS	PMDB	MA
66	PROFESSOR LUIZINHO	PT	SP
67	ROMEU QUEIROZ	PSDB	MG
68	SAMPAIO DÓRIA	PSDB	SP
69	SÉRGIO BARCELLOS	PFL	AP
70	SILVIO TORRES	PSDB	SP
71	THEMÍSTOCLES SAMPAIO	PMDB	PI
72	WILSON BRAGA	PFL	PB
73	WOLNEY QUEIROZ	PDT	PE
74	YEDA CRUSIUS	PSDB	RS
75	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA
76	ZEZÉ PERRELLA	PFL	MG
77	ZILA BEZERRA	PTB	AC
78	Robson Tunga		
79	Miro Teixeira		
Assinaturas que Não Conferem			
1	MIRO TEIXEIRA	PDT	RJ
2	SALOMÃO GURGEL	PDT	RN
80	Salomão Gurgel		

01	Amador Luiz PSDB-PB C
02	Amador Luiz PMDB-MS - Gab 846
03	Amador Luiz FICAM-MS - Gab 270
04	Amador Luiz PFL-AP 277
05	Amador Luiz Bezerra PTB - AC 510
06	Amador Luiz Amador Luiz PTB - AC 510
07	Amador Luiz PMDB-AP - Gab 483
08	Amador Luiz Almerinda de Carvalho - PPB-RJ
09	Amador Luiz Jesse Blingson - PTB-PAR
10	Amador Luiz Amador Luiz - PDB-PA
11	Amador Luiz Paulo Rocha - Gab 483
12	Amador Luiz Nelson Maciel - Gab 900
13	Amador Luiz João de Antônio Almeida - Gab 710
14	Amador Luiz Interim - Gab 710
15	Amador Luiz Paulo Costa - Gab 510
16	Amador Luiz Gustavo Magalhães - Gab 520
17	Amador Luiz Zeca Perceira - Gab 214
18	Amador Luiz Hercílio Amâncio - Gab 214
19	Amador Luiz W. F. F. - Gab 214
20	Amador Luiz Silvio Loures - Gab 214
21	Amador Luiz Gab 214
22	Amador Luiz Gab 438
23	Amador Luiz Gab 265
24	Amador Luiz Gab 615
25	Amador Luiz Gab 660
26	Amador Luiz Gab 533
27	Amador Luiz Gab 206
28	Amador Luiz Gab 913
29	Amador Luiz Paulo - Gab 348
30	Amador Luiz Gab 828
31	Amador Luiz Gab 743
32	Amador Luiz Gab 213
33	Amador Luiz Paulo Otávio - Gab 476
34	Amador Luiz Gab 843
35	Amador Luiz Gab 316
36	Amador Luiz Gab 316
37	Amador Luiz Gab 432 - AN-IV
38	Amador Luiz Gab 672 - João Matos
39	Amador Luiz Gab 376 - Wilson Mourão
40	Amador Luiz Gab 426

- 41 ~~Ademir de Barros~~ GAB. 224
- 42 ~~Alcides Almeida~~ GAB. 902 (Chimarrão)
- 43 ~~Alcides Almeida~~ GAB. 901
- 44 ~~Alcides Almeida~~ GAB. 906
- 45 ~~Alcides Almeida~~ - my - my - GAB. 929
- 46 ~~Alcides Almeida~~ 944
- 47 ~~Alcides Almeida~~ 956
- 48 ~~Alcides Almeida~~ 804
- 49 ~~Alcides Almeida~~ 821
- 50 ~~Alcides Almeida~~ SAB 731
- 51 ~~Alcides Almeida~~ 905 PM PB
- 52 ~~Alcides Almeida~~ PSDB - 605
- 53 ~~Alcides Almeida~~ PL. MARANHÃO 635
- 54 ~~Alcides Almeida~~ PSDB 413
- 55 ~~Alcides Almeida~~ 658
- 56 ~~Alcides Almeida~~ PFC - 102
- 57 ~~Alcides Almeida~~ GAB. 1/50
- 58 ~~Alcides Almeida~~ PSDB. PR. 844
- 59 ~~Alcides Almeida~~ GAB. 166
- 60 ~~Alcides Almeida~~ GAB. 117
- 61 ~~Alcides Almeida~~ GAB. 576
- 62 ~~Alcides Almeida~~ GAB. 277
- 63 ~~Alcides Almeida~~ GAB. 638
- 64 ~~Alcides Almeida~~ GAB. 359
- 65 ~~Alcides Almeida~~ GAB. 286
- 66 ~~Alcides Almeida~~ 634
- 67 ~~Alcides Almeida~~ GAB. 616
- 68 ~~Alcides Almeida~~ GAB. 908
- 69 ~~Alcides Almeida~~ GAB. 815
- 70 ~~Alcides Almeida~~ PDT/RN 539/1
- 71 ~~Alcides Almeida~~ PSDB. PR. 844
- 72 ~~Alcides Almeida~~ GAB. 110
- 73 ~~Alcides Almeida~~ GAB. 204
- 74 ~~Alcides Almeida~~ GAB. 546
- 75 ~~Alcides Almeida~~ GAB. 311
- 76 ~~Alcides Almeida~~ GAB. 311
- 77 ~~Alcides Almeida~~ GAB. 311
- 78 ~~Alcides Almeida~~ GAB. 311
- 79 ~~Alcides Almeida~~ GAB. 311
- 80 ~~Alcides Almeida~~ GAB. 311
- 81 - ~~Alcides Almeida~~ GAB. 539 = 110

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O projeto que acaba de ser lido vai às Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para emitirem pareceres, nos termos do § 3º do art. 128 do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Wellington Dias.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 7, DE 2001 – CN**

(Das Mesas da Câmara dos Deputados
e do Senado Federal)

Dispõe sobre a comissão mista permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição e sobre a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo.

Disposição Preliminar

Art. 1º Esta resolução é parte integrante do Regimento Comum e dispõe sobre a tramitação das matérias a que se refere o art. 166 da Constituição e sobre a comissão mista permanente prevista no § 1º do mesmo artigo, que passa a denominar-se Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

CAPÍTULO I

Da Competência e Composição

Art. 2º A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização tem por competência:

I – examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos créditos adicionais, assim como sobre as contas apresentadas nos termos do **caput** e do § 2º do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição, nos termos do art. 166, § 1º, inciso I, da Constituição;

III – examinar e emitir parecer sobre os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal, nos termos dos arts. 70 a 72 e 166, § 1º, inciso II, da Constituição e da Lei Complementar nº 101, de 2000, especialmente:

a) relatórios de gestão fiscal previstos no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

b) informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União ou por órgãos e entidades da administração federal, por intermédio do Congresso Nacional, inclusive as relativas a contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em que foram identificados indícios de irregularidades e relacionados em anexo à Lei Orçamentária Anual, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

c) relatórios referentes aos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, e demais relatórios de acompanhamento da execução orçamentária e financeira, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias; e

d) informações prestadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 2000; e

IV – demais atribuições constitucionais e legais.

§ 1º A Comissão, no exame e emissão de parecer à medida provisória que abra crédito extraordinário, conforme art. 62 e art. 167, § 3º, da Constituição, observará, no que couber, o rito estabelecido em resolução própria do Congresso Nacional.

§ 2º Para o exercício das competências mencionadas neste artigo a Comissão poderá:

I – solicitar ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeções e auditorias, bem como requisitar informações sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

II – requerer informações e documentos de órgãos e entidades federais;

III – realizar audiências públicas com representantes de órgãos e entidades públicas e da sociedade civil;

IV – realizar inspeções e diligências em órgãos da administração pública federal, bem como órgãos das administrações estadual e municipal que recebam recursos a título de transferência voluntária e entidades privadas que recebam recursos do orçamento da União a título de transferência, como subvenção, auxílio ou contribuição, ou que administre bens da União.

§ 3º Após haverem sido apreciados pelas comissões de mérito de cada uma das Casas do Congresso Nacional, os projetos de planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição serão examinados pela Comissão, a qual emitirá parecer quanto à adequação e compatibilidade com o Plano Plurianual, nos termos do art. 165, § 3º, da Constituição, e com as Leis de Diretrizes Orçamentárias.

rias, Orçamentária Anual e Complementares e normas que regem a matéria.

§ 4º Os projetos de planos e programas de que trata o § 3º serão votados pelo plenário das duas casas do Congresso Nacional, em reunião conjunta.

Art. 3º A Comissão compõe-se de oitenta e quatro membros titulares, sendo sessenta e três Deputados e vinte e um Senadores, com igual número de suplentes.

Art. 4º Na segunda quinzena do mês de fevereiro de cada sessão legislativa, a Mesa do Congresso Nacional fixará as representações dos partidos ou blocos parlamentares na Comissão, observado o critério da proporcionalidade partidária.

§ 1º Aplicado o critério do **caput** deste artigo e verificada a existência de vagas, estas serão destinadas aos partidos ou blocos parlamentares, levando-se em conta as frações do quociente partidário, da maior para a menor.

§ 2º As vagas que eventualmente sobraem, após aplicado o critério do parágrafo anterior, serão distribuídas, preferentemente, às bancadas ainda não representadas na Comissão, segundo a prece-dência no cálculo da proporcionalidade partidária.

§ 3º A proporcionalidade partidária estabelecida na forma deste artigo prevalecerá por toda a sessão legislativa.

Art. 5º Estabelecidas as representações previstas no artigo anterior, os líderes indicarão ao Presidente do Senado Federal, até o quinto dia útil de março, os nomes que integrarão as respectivas bancadas na Comissão, como titulares e suplentes.

§ 1º Esgotado o prazo referido neste artigo, não havendo eventualmente a indicação das Lideranças, o Presidente do Senado Federal fará a designação dos integrantes das respectivas bancadas.

§ 2º A instalação da Comissão ocorrerá até o último dia útil de março.

Art. 6º A representação, na Comissão, é do partido ou do bloco parlamentar, competindo ao respectivo líder solicitar, por escrito, ao Presidente do Senado Federal, em qualquer oportunidade, a substituição de titular ou suplente por ele indicado ou designado pelo Presidente na forma do disposto no art. 5º, § 1º, desta resolução.

§ 1º Será desligado da Comissão o membro titular que não comparecer, durante a sessão legislativa, sem justificativa, a três reuniões consecutivas ou seis alternadas, convocadas para votação nos termos do art. 39 desta resolução.

§ 2º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, o Presidente da Comissão comunicará, imediatamente, ao respectivo líder do partido ou bloco parlamentar para que seja providenciada a substituição nos termos do **caput** deste artigo.

CAPÍTULO II Da Direção

Art. 7º A Comissão terá um Presidente e três Vice-Presidentes, eleitos por seus pares, em reunião a ser realizada nos cinco dias úteis que se seguirem à sua constituição, com mandato anual, encerrando-se com a instalação da Comissão subsequente, vedada a reeleição.

§ 1º As funções de Presidente, Vice-Presidente, Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual e Relator do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, serão exercidas, a cada ano, alternadamente, por representantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º deste artigo.

§ 2º O Relator do projeto de lei do plano plurianual será designado, alternadamente, dentre representantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, não podendo o mesmo pertencer ao partido ou bloco parlamentar a que pertença o Presidente da Comissão.

§ 3º A primeira eleição, no início de cada legislatura, para Presidente e 2º Vice-Presidente, recairá em representantes do Senado Federal e a de 1º e 3º Vice-Presidentes em representantes da Câmara dos Deputados, alternando-se anualmente conforme disposto no parágrafo anterior.

§ 4º O Relator do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, bem como o Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual, não poderão ser designados entre os membros da Casa ou do partido ou bloco parlamentar a que pertença o Presidente da Comissão.

§ 5º O suplente da Comissão não poderá ser eleito para funções previstas neste artigo, nem ser designado relator.

Art. 8º O Presidente será, nos seus impedimentos, ou ausências substituído por Vice-Presidente, na sequência ordinal, e na ausência deles, pelo membro titular mais idoso da Comissão, dentre os de maior número de legislaturas.

Parágrafo único. Se vagar o cargo de Presidente ou de Vice-Presidente, proceder-se-á a nova eleição para escolha do sucessor, que deverá recair em representante da mesma Casa, salvo se faltarem menos de três meses para o término do mandato, caso

em que será provido na forma indicada no **caput** deste artigo.

Art. 9º Compete ao Presidente, designar:

I – o Relator-Geral e os Relatores-Setoriais do projeto de lei orçamentária anual;

II – os Relatores dos projetos de lei do plano plurianual e das diretrizes orçamentárias;

III – o Relator das contas de que trata o art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

IV – o Relator das contas do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei Complementar nº 101, 2000;

V – os Relatores das matérias atinentes ao acompanhamento e à fiscalização da execução orçamentária e financeira, estabelecidas no art. 2º, inciso II, desta resolução;

VI – os Relatores de projetos de lei de créditos adicionais e demais relatores que se fizerem necessários aos trabalhos da Comissão.

§ 1º A designação dos relatores mencionados nos incisos I a IV do **caput** observará o disposto nos §§ 1º, 3º e 4º do art. 7º e no § 3º deste artigo e será procedida de acordo com a indicação das lideranças partidárias ou dos blocos parlamentares, observado o critério da proporcionalidade partidária.

§ 2º As designações dos relatores obedecerão ao critério de rodízio dentre os membros titulares da Comissão.

§ 3º Na designação dos Relatores-Setoriais, será adotado o critério de rodízio de forma que não seja repetido, no ano subsequente, o mesmo relator para a mesma área temática.

§ 4º O relator que, no prazo regimental, não apresentar o seu parecer, será obrigatoriamente substituído.

§ 5º Ocorrendo o previsto no § 4º deste artigo, quanto aos Relatores-Setoriais do projeto de lei orçamentária anual, a programação da respectiva área temática e as emendas a ela apresentadas serão remetidas à apreciação exclusivamente na fase do Relator-Geral.

CAPÍTULO III Do Funcionamento

SEÇÃO I Dos Procedimentos

Art. 10. O projeto de lei do plano plurianual e o projeto de lei orçamentária anual poderão ser divididos em até dez áreas temáticas, que ficarão a cargo

dos respectivos Relatores-Setoriais, nos termos do regulamento interno.

Parágrafo único. Na apreciação, na Comissão, do projeto de lei orçamentária anual, a análise da parte relativa à receita, à reserva de contingência e ao texto da lei ficarão a cargo do Relator-Geral.

Art. 11. Serão constituídos até cinco comitês, sob a coordenação do Relator-Geral, com o mínimo de três e o máximo de sete integrantes cada, para apoio aos Relatores-Setoriais e ao Relator-Geral do projeto de lei orçamentária.

§ 1º Serão constituídos, pelo menos, os seguintes comitês:

I – Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária;

II – Comitê de Avaliação das Emendas;

III – Comitê de Avaliação das Informações enviadas pelo Tribunal de Contas da União.

§ 2º Cada comitê terá sua atribuição e número de membros fixados em ato da Comissão, sendo seus membros designados pelo Relator-Geral.

§ 3º As conclusões e recomendações dos comitês estarão previamente disponíveis na Comissão e subsidiarão os Relatores-Setoriais e o Relator-Geral, sendo parte integrante do relatório final.

Art. 12. A Comissão realizará audiências públicas para o debate e o aprimoramento dos projetos do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual, bem como para o cumprimento de suas atribuições no acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira.

Art. 13. Os Relatores do projeto de lei orçamentária anual e dos créditos adicionais deverão indicar em seus relatórios, para votação em separado, cada subtítulo que contenha contrato, convênio, parcela ou subtrecho em que foram identificados indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 14. A apreciação dos relatórios setoriais será realizada em separado para cada uma das áreas temáticas definidas no parecer preliminar.

Art. 15. As propostas de modificação das matérias constantes do art. 166 da Constituição, enviadas pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º daquele artigo, serão recebidas até o início da respectiva votação na Comissão.

Parágrafo único. As propostas de modificação do projeto de lei orçamentária anual somente serão acatadas se recebidas até o início da votação, na Comissão, do parecer preliminar a que se refere o art. 18 desta resolução.

Art. 16. Os Relatores das contas apresentadas nos termos do **caput** e do § 2º do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, apresentarão parecer, que concluirá por um projeto de decreto legislativo, ao qual poderão ser apresentadas emendas, na Comissão.

Parágrafo único. No início dos trabalhos do segundo período de cada sessão legislativa, a Comissão realizará audiência pública com o Ministro Relator do Tribunal de Contas da União, que fará exposição do parecer prévio das contas referidas no **caput**.

Art. 17. Os projetos de decretos legislativos referentes ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira previstos nesta resolução poderão ser objeto de emendas na Comissão.

§ 1º No caso do previsto no inciso III, alínea **b**, do art. 2º desta resolução, a Comissão concluirá pela iniciativa de projeto de decreto legislativo, quando:

I – entender necessária a suspensão da execução orçamentária e financeira de dotação; ou

II – entender terem sido adotadas as medidas saneadoras pelo órgão responsável necessárias à autorização para a execução orçamentária e financeira de dotações previamente condicionadas.

§ 2º A Comissão, quando da apreciação das matérias mencionadas nas alíneas **a**, **c** e **d** do inciso III, do art. 2º desta resolução, poderá concluir pela iniciativa de projeto de decreto legislativo, com base no art. 49, inciso V, da Constituição, determinando ainda, a órgãos ou entidades, a adoção das medidas cabíveis.

§ 3º No exercício da competência de que tratam os arts. 70 e 71 da Constituição, aplica-se o disposto no art. 151 do Regimento Comum e, no que couber, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

SEÇÃO II Do Parecer Preliminar

Art. 18. O Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual apresentará parecer preliminar que, depois de aprovado pelo plenário da Comissão, estabelecerá os parâmetros e critérios que, obrigatoriamente, deverão ser obedecidos pelos Relatores-Setoriais e pelo Relator-Geral na elaboração do parecer sobre o projeto de lei, inclusive quanto às emendas.

§ 1º Ao parecer preliminar poderão ser apresentadas emendas, por parlamentares e pelas Comissões Permanentes das duas Casas do Congresso Nacional, além das previstas no **caput** do art. 22 desta Resolução, que serão apreciadas pela Comissão.

§ 2º Os parâmetros e critérios a que se refere o **caput** deste artigo resultarão dos seguintes e emendados, fixados isolada ou combinadamente:

I – as dotações globais de cada função, subfunção, programa, órgão ou área temática, indicando as reduções e os acréscimos propostos;

II – as condições, restrições e limites para o remanejamento e o cancelamento de dotações, especialmente no que diz respeito aos subtítulos que nominalmente identifique Estado, Distrito Federal ou Município;

III – os limites de programação que contribuam para determinar a composição e a estrutura do orçamento, bem como critérios para apreciação das emendas.

§ 3º O parecer preliminar deverá conter, ainda:

I – exame da conjuntura macroeconômica e do endividamento, com seu impacto sobre as finanças públicas;

II – análise das metas fiscais, com os resultados primário e nominal implícitos na proposta orçamentária, comparado-os com os dos dois últimos exercícios;

III – avaliação da proposta encaminhada pelo Poder Executivo, do ponto de vista do atendimento ao que dispõe o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias;

IV – análise da evolução e avaliação das estimativas das receitas, com ênfase na metodologia e nos parâmetros utilizados;

V – observância dos limites previstos na Lei Complementar nº 101, de 2000;

VI – análise da programação das despesas, dividida por área temática, incluindo a execução recente;

VII – quadro comparativo, por órgão, entre a execução no exercício anterior, a lei orçamentária em vigor, o projeto do Executivo e as alterações eventualmente determinadas pelo parecer preliminar;

VIII – referência a temas que exijam maior aprofundamento durante a tramitação do projeto ou que merecerão tratamento especial no relatório.

§ 4º O parecer preliminar, com base no inciso IV do parágrafo anterior e no **caput** do art. 22 desta Resolução, poderá incorporar ao projeto de lei orçamentária eventuais reestimativas de receita, indicando, em nível de função, órgão ou área temática, as alterações das despesas delas decorrentes.

§ 5º O parecer preliminar estabelecerá critérios de preferência para as emendas que contemplem ações definidas como prioritárias na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 19. O Relator-Geral, na avaliação das estimativas das receitas orçamentárias, contará com o apoio de comitê consultivo de membros da Comissão.

§ 1º Os Relatores-Setoriais e o Relator-Geral deverão observar os limites fixados para as receitas nos termos do **caput**, vedada a utilização de quaisquer recursos cujas fontes não tenham sido previstas no parecer preliminar ou em suas alterações aprovadas.

§ 2º O Relator-Geral poderá, no decorrer dos trabalhos, propor à Comissão alteração do parecer preliminar, com a devida comprovação técnica e legal, caso identifique erro ou omissão nas estimativas de receita ou alteração relevante na conjuntura macroeconômica, nos resultados fiscais ou nas despesas obrigatórias.

SEÇÃO III Das Emendas

Art. 20. As emendas às proposições em tramitação na Comissão serão inadmitidas quando contrariarem as normas constitucionais, legais e regimentais.

Parágrafo único. O relator indicará, em demonstrativo específico, as emendas que, no seu entender, deverão ser declaradas inadmitidas pelo Presidente da Comissão, cabendo recurso da decisão ao, Plenário da Comissão.

Art. 21. As emendas ao projeto de lei orçamentária anual e aos projetos de lei de créditos adicionais que proponham inclusão ou acréscimo de valor somente poderão ser aprovadas pela Comissão caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal;

III – não sejam constituídas de várias ações que devam ser objeto de emendas distintas; e

IV – não contrariem as normas desta Resolução, bem como as previamente aprovadas pela Comissão.

Parágrafo único. Somente serão apreciadas emendas que proponham anulações de despesa mencionadas nas alíneas do inciso II deste artigo quando se referirem a correção de erros ou omissões.

Art. 22. Na apreciação do projeto de lei orçamentária anual poderão ser apresentadas, no âmbito do parecer preliminar, emendas que objetivem à correção de erros ou omissões de ordem técnica ou legal nas estimativas de receita.

Parágrafo único. Os valores acrescidos por reestimativa da receita, nos termos do **caput** deste artigo ou do § 4º do art. 18, poderão ser utilizados para aprovação de emendas à despesa.

Art. 23. As emendas aos projetos de lei de que trata o art. 2º, inciso I, desta Resolução, serão apresentadas, sempre que possível, em meio magnético e terão a assinatura do autor substituída por autenticação eletrônica, segundo as normas e procedimentos fixados pela Comissão.

Art. 24. Cada parlamentar poderá apresentar até vinte emendas individuais aos projetos de lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias, quanto ao seu anexo de metas e prioridades, do orçamento anual e de seus créditos adicionais, excluídas deste limite aquelas destinadas à receita, ao texto da lei e ao cancelamento parcial ou total de dotação.

Parágrafo único. O parecer preliminar estabelecerá limite global de valor para apresentação e aprovação de emendas individuais por mandato parlamentar.

Art. 25. Aos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual poderão ser apresentadas emendas coletivas cuja iniciativa caberá:

I – às comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, relativas às matérias que lhes sejam afetas regimentalmente e de caráter institucional ou nacional, acompanhadas da ata da reunião deliberativa, até o limite de cinco emendas por Comissão Permanente;

II – às bancadas estaduais no Congresso Nacional, relativas a matérias de interesse de cada Estado ou Distrito Federal, aprovadas por dois terços dos deputados e dois terços dos senadores da respectiva unidade da Federação, acompanhadas da ata da reunião da bancada, respeitados simultaneamente os seguintes limites:

a) mínimo de quinze e máximo de vinte emendas;

b) as bancadas com mais de onze parlamentares poderão apresentar além do mínimo de quinze emendas, uma emenda adicional para cada grupo completo de dez parlamentares da bancada que excederem a onze parlamentares;

III – às bancadas regionais no Congresso Nacional, até o limite de duas emendas, de interesse de

cada região macroeconômica definida pelo IBGE, por votação da maioria absoluta dos deputados e maioria absoluta dos senadores que compõem a respectiva região, devendo cada Estado ou Distrito Federal estar representado por no mínimo vinte por cento de sua bancada.

§ 1º A emenda coletiva e prioritária incluirá na sua justificação elementos necessários para subsidiar a avaliação da ação por ela proposta, apresentando informações sobre a viabilidade econômico-social e a relação custo-benefício, esclarecendo sobre o estágio de execução dos investimentos já realizados e a realizar, com a definição das demais fontes de financiamento e eventuais contrapartidas, quando houver, e definindo o cronograma de execução, além de outros dados relevantes para sua análise.

Art. 26. As modificações introduzidas pelas relatorias aos projetos de lei, em tramitação na Comissão, dependerão da apresentação e publicação da respectiva emenda.

§ 1º A Comissão não apreciará emenda à despesa, com parecer pela aprovação, cujas fontes de custeio, incluindo-se as condicionadas, não estejam previamente definidas.

§ 2º Nenhuma emenda poderá ser atendida em valor superior ao da proposição original, ressalvados os casos de remanejamento entre emendas individuais de mesmo autor, preservado o limite global previsto no parágrafo único do art. 24.

Art. 27. Os relatores somente poderão apresentar emendas à despesa e à receita com a finalidade de:

I – corrigir erros e omissões de ordem técnica ou legal;

II – agregar proposições com o mesmo objetivo ou viabilizar o alcance de resultados pretendidos por um conjunto de emendas.

§ 1º É vedada a apresentação de emendas de relator tendo por objetivo a inclusão de subtítulos novos, bem como o acréscimo de valores a dotações constantes no projeto de lei orçamentária, ressalvado o disposto no inciso I do **caput** e no parecer preliminar.

§ 2º As emendas de relator serão classificadas de acordo com a finalidade, nos termos do parecer preliminar.

Art. 28. Na apreciação do relatório final ao projeto de lei orçamentária anual, serão votadas, inicialmente, as emendas apresentadas à receita, seguidas pelas emendas que proponham cancelamento parcial

ou total de dotações e as destinadas a alterar o texto do projeto de lei, ressalvados os destaques.

Art. 29. As emendas a projeto de lei de crédito adicional não serão admitidas quando:

I – contemplarem subtítulos em unidade orçamentária não prevista no projeto de lei;

II – oferecerem como fonte de cancelamento categoria de programação não constante do projeto de lei;

III – se destinarem a contrapartida a empréstimos externos, exceto para a correção de erro ou omissão devidamente comprovado.

§ 1º Fica vedada, em projetos de lei de crédito suplementar, a criação de subtítulos novos.

§ 2º Aplicam-se aos projetos de lei de crédito adicional, quanto às receitas e cancelamentos, as restrições existentes na apreciação do projeto de lei orçamentária anual.

SEÇÃO IV Dos Relatórios

Art. 30. Os Relatores do projeto de lei orçamentária e de créditos adicionais farão constar nos seus relatórios análise sobre:

I – o atendimento das normas constitucionais e legais, especialmente quanto à compatibilidade da proposta com a lei do plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – a execução recente, comparando-a com os valores constantes da proposta;

III – os efeitos da aprovação dos créditos especiais e extraordinários aprovados ou em apreciação pelo Congresso nos últimos quatro meses do exercício, no caso do projeto de lei orçamentária;

IV – os critérios básicos utilizados nos cancelamentos e acréscimos efetuados e quanto à distribuição regional;

V – as medidas adotadas em relação às informações enviadas pelo TCU quanto às obras com indícios de irregularidades, justificando sua inclusão ou manutenção, observado o previsto no art. 13.

Art. 31. Constarão dos relatórios de que trata o artigo anterior os seguintes demonstrativos:

I – dos pareceres às emendas individuais à despesa apresentadas, por autor, contendo número da emenda, classificação institucional e funcional-programática e a denominação do subtítulo, com a decisão e o valor concedido;

II – dos pareceres às emendas coletivas e de relator apresentadas, por unidade da federação e autor, contendo número da emenda, classificação insti-

tucional e funcional programática e a denominação do subtítulo, com a decisão e o valor concedido;

III – dos acréscimos e cancelamentos das dotações por unidade orçamentária e por subtítulo, indicando expressamente aqueles constantes do relatório encaminhado pelo Tribunal de Contas da União nos termos da lei diretrizes orçamentárias;

IV – dos acréscimos e cancelamentos das dotações por unidade da federação.

Parágrafo único. As emendas de relator que venham a ser formuladas nos termos desta Resolução serão publicadas como parte do relatório, com os respectivos fundamentos.

Art. 32. O relatório final do projeto de lei orçamentária anual adequará os pareceres setoriais aprovados, podendo alterar os valores neles constantes, vedada a aprovação de emendas já rejeitadas.

SEÇÃO V Dos Destaques

Art. 33. Somente serão admitidos destaques, no âmbito da Comissão, a requerimento de qualquer de seus membros, observado o apoio, quando cabível, para:

I – inclusão de dotação, por meio de aprovação total ou parcial de emenda com parecer pela rejeição;

II – aumento de dotação, por meio de aprovação de emenda com parecer pela aprovação parcial;

III – redução ou cancelamento de dotação;

IV – remanejamento de valores entre emendas de um mesmo autor;

V – recomposição total ou parcial de dotação constante da proposta orçamentária, que tenha sido suprimida ou reduzida;

VI – supressão, total ou parcial, de dispositivo do texto da lei;

VII – restabelecimento de dispositivo suprimido do texto da lei;

VIII – aprovação de emenda à receita ou a dispositivo do texto da lei, que tenha sido rejeitada ou parcialmente aprovada.

§ 1º Ressalvadas as hipóteses desse artigo, não serão admitidos destaques de acréscimo de recursos sem que exista emenda previamente apresentada.

§ 2º Os destaques que tenham como finalidade inclusão, aumento ou recomposição de dotação orçamentária somente serão aprovados pela Comissão caso sejam previamente identificadas as origens dos recursos suficientes para seu atendimento.

§ 3º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, somente serão admitidos os recursos previamente aprovados e provenientes de:

I – cancelamentos propostos na própria emenda;

II – remanejamentos entre emendas do mesmo autor;

III – cancelamentos decorrentes da aprovação dos destaques de que tratam o item III do **caput**;

IV – indicações de cancelamentos de iniciativa dos respectivos relatores.

SEÇÃO VI Dos Prazos

Art. 34. As Mensagens do Presidente da República encaminhando os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, aos orçamentos anuais e aos créditos adicionais serão recebidas pelo Presidente do Senado Federal e encaminhadas à Comissão em quarenta e oito horas após a comunicação imediata às duas Casas do Congresso Nacional.

Art. 35. A tramitação das proposições referidas no artigo anterior e das prestações de contas anuais, obedecerá aos seguintes prazos:

I – projeto de lei do plano plurianual:

a) até cinco dias para a publicação e distribuição em avulsos, a partir do recebimento;

b) até quatorze dias para a realização de audiências públicas, a partir da distribuição dos avulsos;

c) até dezessete dias para a apresentação de emendas ao projeto de lei do plano plurianual, a partir da distribuição dos avulsos;

d) até cinco dias para publicação e distribuição de avulsos das emendas, a partir do encerramento do prazo para a apresentação de emendas;

e) até vinte e um dias para a apresentação, publicação, distribuição e votação do parecer sobre o projeto de lei do plano plurianual pela Comissão, a partir do término do prazo para a apresentação de emendas;

f) até sete dias para encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional, a partir do término do prazo definido na alínea anterior;

II – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias:

a) até cinco dias para publicação e distribuição dos avulsos, a partir do recebimento;

b) até sete dias para a realização de audiências públicas, a partir da distribuição dos avulsos;

c) até quinze dias para a apresentação de emendas perante a Comissão, a contar da distribuição de avulsos;

d) até cinco dias para a publicação e distribuição de avulsos das emendas, a partir do encerramento do prazo para a apresentação de emendas;

e) até trinta e cinco dias para que a Comissão encaminhe à Mesa do Congresso Nacional o seu parecer sobre o projeto e as emendas, a partir do encerramento do prazo definido na alínea anterior;

III – projeto de lei orçamentária anual:

a) até cinco dias para publicação e distribuição dos avulsos. a partir do recebimento;

b) até quatorze dias para a realização de audiências públicas, a partir da distribuição dos avulsos;

c) até cinco dias para apresentação na Comissão, e publicação e distribuição do parecer preliminar, a partir do encerramento das audiências públicas;

d) até três dias para a apresentação de emendas ao parecer preliminar, a partir do término do prazo definido na alínea anterior;

e) até seis dias para votação, no plenário da Comissão, do parecer preliminar com suas emendas, a partir do término do prazo definido na alínea anterior;

f) até quinze dias para a apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária anual perante a Comissão, a contar da votação do parecer preliminar;

g) até cinco dias para publicação e distribuição de avulsos das emendas, a partir do encerramento do prazo para a apresentação de emendas;

h) até vinte e um dias para a apresentação, publicação, distribuição e votação dos pareceres setoriais sobre a lei orçamentária anual pela Comissão, a partir do término do prazo definido na alínea anterior;

i) até vinte dias para a apresentação, publicação, distribuição e votação na Comissão do parecer final sobre a lei orçamentária anual, a partir do término do prazo definido na alínea anterior;

j) até cinco dias para sistematização do parecer sobre o projeto e seu encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional, a partir do término do prazo definido na alínea anterior;

l) até cinco dias para a sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração do Autógrafo;

IV – projetos de lei de crédito adicional:

a) até cinco dias para a publicação e distribuição em avulsos, a partir do recebimento;

b) até oito dias para a apresentação de emendas perante a Comissão, a contar da distribuição de avulsos;

c) até cinco dias para a publicação e distribuição de avulsos das emendas, a partir do encerramento do prazo para a apresentação de emendas;

d) até quinze dias, contados do recebimento das emendas, para que a Comissão discuta, vote e encaminhe à Mesa do Congresso Nacional o seu parecer sobre o projeto e as emendas;

V – prestações de contas apresentadas nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, com fundamento no parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas da União:

a) até quarenta dias para a apresentação, na Comissão, do relatório e do projeto de decreto legislativo, a partir do recebimento do parecer prévio;

b) até quinze dias para apresentação de emendas ao relatório e ao projeto apresentado, a partir do término do prazo anterior;

c) até quinze dias para a apresentação do parecer do relator às emendas apresentadas ao relatório e ao projeto de decreto legislativo, a partir do término do prazo anterior;

d) até sete dias para discussão e votação do parecer do relator, a partir do término do prazo anterior;

e) até cinco dias, a partir do término da votação do parecer da Comissão, para encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional;

f) até três dias, para a sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração da redação final;

VI – projeto de lei de planos e programas nacionais, regionais e setoriais:

a) até quarenta dias para apresentação, publicação e distribuição do relatório de que trata § 3º do art. 2º, desta Resolução;

b) até quinze dias para a apresentação de emendas saneadoras da incompatibilidade ou inadequação orçamentária ou financeira, a partir do término do prazo anterior;

c) até quinze dias para a apresentação do parecer do relator às emendas apresentadas ao relatório, a partir do término do prazo anterior;

d) até sete dias para discussão e votação do parecer do relator, a partir do término do prazo anterior;

e) até cinco dias, a partir do término da votação do parecer da Comissão, para encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional;

f) até três dias, para a sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração da redação final;

VII – matérias relativas ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira:

a) até cinco dias para a publicação e distribuição dos relatórios e informações previstos nas alíneas do art. 2º, inciso II, desta Resolução, a partir do recebimento pelo Congresso Nacional;

b) até quinze dias para a apresentação, pelo relator designado, do relatório contendo as medidas que julgar cabíveis, apresentando, conforme o caso, projeto de decreto legislativo, a partir do término do prazo anterior;

c) até oito dias para apresentação de emendas ao relatório apresentado e ao projeto de decreto legislativo, quando for o caso, a partir do encerramento do prazo da alínea anterior;

d) até sete dias, contados do término do prazo de recebimento das emendas, para que a Comissão discuta, vote e encaminhe à Mesa do Congresso Nacional o seu parecer sobre a matéria.

Parágrafo único. A Comissão, pela maioria absoluta de seus membros, poderá ampliar os prazos de que tratam as alíneas **b**, **c** e **d**, do inciso IV e VII deste artigo, devendo comunicar a decisão ao Presidente do Senado Federal.

Art. 36. Aplica-se à prestação de contas do Tribunal de Contas da União, apresentadas nos termos do § 2º do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, o rito e os prazos previstos para as demais prestações de contas do referido art. 56.

Art. 37. A apreciação dos pareceres ocorrerá somente três dias úteis após a sua distribuição, nos casos dos pareceres finais dos projetos de lei orçamentária anual, das diretrizes orçamentárias e do plano plurianual, e dois dias úteis nos casos das demais proposições, salvo se a Comissão dispensar esse último prazo por deliberação da maioria absoluta de seus membros.

CAPÍTULO IV Disposições Gerais

Art. 38. A Comissão fará, no prazo máximo de sessenta dias, as adequações necessárias ao seu regulamento interno, mantidas, entre outras, as seguintes normas:

I – na discussão da matéria, cada parlamentar inscrito somente poderá usar a palavra por cinco minutos;

II – nenhum membro da Comissão poderá falar mais de cinco minutos sobre emenda, salvo o relator, que poderá falar por último pelo dobro desse tempo;

III – se algum congressista pretender esclarecer a Comissão sobre emenda de sua autoria, poderá falar por, no máximo, três minutos;

IV – a critério da Comissão, faltando três dias para o encerramento do prazo para a apreciação do parecer, o projeto e as emendas poderão ser apreciados na Comissão;

V – não se concederá vista de parecer, projeto ou emenda;

VI – as emendas inadmitidas, com a respectiva decisão, serão publicadas separadamente das aceitas; observado o disposto no parágrafo único do art. 20;

VII – serão publicadas, em avulsos, as emendas aprovadas ou rejeitadas com os respectivos pareceres.

Art. 39. A Comissão poderá se reunir para votação após convocação escrita aos seus membros com antecedência mínima de vinte e quatro horas.

Parágrafo único. Os pedidos de verificação de presença, durante a votação, somente poderão ser feitos com o apoio de dez por cento dos membros presentes dentre os representantes da respectiva Casa na Comissão.

Art. 40. As deliberações da Comissão iniciar-se-ão pelos representantes da Câmara dos Deputados, sendo que o voto contrário da maioria dos representantes de uma das Casas importará em rejeição da matéria.

Art. 41. O parecer da Comissão sobre as emendas será conclusivo e final, salvo requerimento, para que a emenda seja submetida a votos, assinado por um décimo dos Congressistas, apresentado à Mesa do Congresso Nacional até o dia anterior ao estabelecido para a discussão da matéria em Plenário.

Art. 42. O parecer da Comissão quanto às prestações de contas previstas no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, será apreciado exclusivamente pelo Plenário do Congresso Nacional.

Art. 43. A aprovação pela Comissão de projeto de decreto legislativo autorizando a execução de dotações constantes na lei orçamentária anual sob condição suspensiva, no caso de subtítulos, convênios, parcelas ou subtrechos em que foram identificados indícios de irregularidades graves levantados pelo TCU, dependerá de justificação quanto às medidas saneadoras adotadas pelo órgão responsável.

Art. 44. O projeto de lei aprovado e enviado em autógrafo para sanção do Presidente da República não poderá ser motivo de alteração, ressalvados os

casos de correção de erros materiais verificados, exclusivamente, no processamento das proposições apresentadas e formalmente autorizados pelo Plenário do Congresso Nacional, por proposta da relatoria do projeto de lei, justificando-se cada caso.

Art. 45. A Comissão para o exercício das atribuições previstas nesta resolução contará com assessoramento institucional e permanente a ser prestado pelos órgãos especializados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 1º A coordenação do trabalho de assessoramento caberá à consultoria técnica da Casa a que pertencer o relator, com a constituição de equipes mistas quando se fizer necessário.

§ 2º Serão elaboradas notas técnicas como subsídio à análise das proposições relativas ao projeto de lei do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

Art. 46. A Comissão organizará a reunião conjunta de que trata o art. 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, em articulação com as demais comissões temáticas pertinentes às Casas do Congresso Nacional.

Art. 47. A redação final aplicar-se-á ao disposto no art. 51 do Regimento Comum, concedendo-se, entretanto, à Comissão, o prazo de três dias para sua elaboração.

Art. 48. Fica revogada a Resolução nº 2/95-CN, de 15 de setembro de 1995.

Art. 49. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, de outubro de 2001.

Justificação

Esta proposição visa substituir integralmente a Resolução do Congresso nº 2/95 disciplinando de forma exaustiva e permanente as matérias e os procedimentos adotados pela Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

A proposta incorpora os últimos avanços ocorridos em matéria de orçamento e controle, tanto em virtude da legislação superveniente como das práticas adotadas pela Comissão.

A seguir são destacadas as alterações propostas, consideradas mais relevantes.

1. Atualização dos procedimentos e das atribuições da CMO por força da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, com a apreciação pela CMO dos Relatórios de Gestão Fiscal, de Resultados Fiscais (superávit primário) e dos correspondentes atos de contingenciamento.

2. Consolidação das normas e procedimentos adotados pela CMO e reguladas por resoluções transitórias nos últimos exercícios em que se destaca:

– o disciplinamento na apresentação de destaques;

– atualização do conteúdo do parecer preliminar, incorporando os avanços trazidos pela LRF como as metas fiscais da LDO em termos de resultado primário e nominal, evolução das receitas,

– a reestimativa de receita somente pode-se dar no âmbito do parecer preliminar;

– o aumento do número de emendas de bancada estadual resultante da redução do número de emendas de bancada regional que passam a ser duas emendas por bancada, permitindo certa proporcionalidade às bancadas estaduais em razão do número de parlamentares, como demonstrado em anexo;

Bancada Estadual	Quantidade de Emendas	Bancada Estadual	Quantidade de Emendas	Bancada Estadual	Quantidade de Emendas
AC	15	MA	16	RJ	18
AL	15	MG	19	RN	15
AM	15	MS	15	RO	15
AP	15	MT	15	RR	15
BA	18	PA	15	RS	17
CE	16	PB	15	SC	15
DF	15	PE	16	SE	15
ES	15	PI	15	SP	20
GO	15	PR	17	TO	15

– a destinação das emendas de relator apenas para correção de erros ou omissões ou outras funções previstas no parecer preliminar;

– a substituição das subcomissões por áreas temáticas (até 10) definidas no parecer preliminar;

– a institucionalização dos comitês de apoio aos relatores (até 5) sendo obrigatórios os de receita, de emendas e de obras com gestão irregular;

– o encaminhamento das emendas e da proposta relativa à área temática ao Relator-Geral e substituição do Relator-Setorial que não apresentar relatório no prazo estabelecido;

– a fixação do conteúdo mínimo para os relatórios;

– a regulação dos procedimentos acerca do exame e parecer sobre obras com indícios de irregu-

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, essa resolução faz uma adaptação em razão de alterações, tal como a alteração ocorrida na Constituição Federal, no que se refere às medidas provisórias.

A Comissão passa a ter a atribuição de exame das medidas provisórias que tiverem como objetivo Créditos Extraordinários. As outras alterações são muito condicionadas às ações que vêm sendo feitas pela Comissão, na parte de fiscalização.

Eu diria que essa resolução traz uma adaptação a essa ação crescente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e a sua relação com os relatórios do Tribunal de Contas.

Eu gostaria de – ao defender a aprovação dessa resolução – dizer que, por sugestão de minha iniciativa, estamos corrigindo uma distorção que perdura até hoje. Refere-se à apresentação de emendas de Bancada.

A Bancada do Estado de São Paulo, com 70 Deputados e 3 Senadores, podia apresentar um número de 15 emendas. Fizemos um ajuste que entendo que deverá prosseguir nos próximos anos – de modo que as Bancadas menores terão um mínimo de 15 emendas a apresentar, e a Bancada maior, que é a de São Paulo, terá um número de 20 emendas; o Estado de Minas Gerais fica com 19; o Estado da Bahia fica com 18. Portanto, é uma mudança que permite que as Bancadas maiores possam negociar de maneira mais fácil.

Para isso, foi necessário reduzir o número de emendas regionais. Reduzimos para duas, o que considero suficiente para atender a obras regionais estruturantes.

Assim, a resolução é modernizadora, é moralizadora e, portanto, merece ser aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, a resolução que estamos votando neste momento é fruto de uma discussão havida no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – com a Presidência do Senador Carlos Bezerra, do Colégio de Líderes e da Mesa, com a participação de todos os Partidos. Ela tem al-

guns aspectos centrais que visam dar à antiga Resolução nº 2 uma maior atualização, para que ela funcione de uma maneira integrada, porque aquela resolução vinha sendo emendada anualmente, com dispositivos para funcionar pelo período de apenas um ano. Temos agora uma resolução unificada, de caráter permanente.

Em primeiro lugar, ela recebeu alguns dispositivos que visavam a sua adaptação ao que reza a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em segundo lugar, isso que já citei, a sua adaptação, atualização, integração dos diversos dispositivos votados anualmente. E isso é importante para dar um caráter mais duradouro.

O nobre Deputado José Carlos Aleluia lembrou que dentre esses dispositivos está a questão do número de emendas regionais, por Bancadas de Estado. Pareceu-me uma solução bastante harmoniosa. Os pequenos Estados, muito mais carentes, inclusive de recursos, mantiveram o seu número total de emendas. Os Estados que tinham maior dificuldade de ajuste, de quantidade de emendas, tiveram um aumento, até um teto de 20, não tendo, portanto, uma grande disparidade. Isso me pareceu adequado, e sobretudo porque não houve um aumento no número global de emendas, à medida em que as regionais, que eram de cinco, foram reduzidas para duas.

E quero chamar a atenção, Sr. Presidente, para a vantagem dessa redução. Porque à medida que as emendas regionais eram em número de cinco, havia aquela prática de dar uma a mais para cada Estado. Na verdade, as emendas de caráter estruturante, de fato regionais, eram uma ou duas, no máximo, quando o número de Estados não coincidia com o número de emendas. E aí as emendas regionais simplesmente desapareciam. Então, ao haver duas emendas de caráter regional, podemos ter certeza que serão de fato duas emendas com abrangência supra-estaduais e de caráter mais estruturante.

Há um outro aspecto importante, que se refere a uma prática relativamente nova na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que é a apreciação das obras com indícios de irregularidade. Creio que o que está aqui ainda vai evoluir, porque teremos que ir aos comitês de receita, para verificar também essas ações, esses programas, referentes a obras com esses indícios. Parece-me um grande avanço. A questão do comitê de receita é importante. Houve uma atualização maior das relatorias setoriais, fixando-se o número de dez e adaptando-se às condições políticas e também à própria estrutura do Orçamento. Por tudo isso, Sr. Presidente, creio que houve um avanço.

Sem dúvida nenhuma, teremos ainda alguma evolução nos próximos anos, notadamente ao que se refere a um acompanhamento e à liberação das obras com indícios de irregularidade. Estamos numa caminhada e devemos avançar muito.

Essa resolução que votamos agora abrange um aspecto mais duradouro e integrado, passando a ser uma referência em lugar da anterior, que era a referência, juntamente com tantas emendas e outras resoluções que a acompanhavam.

Por tudo isso, entendemos que essa resolução deve ser aprovada hoje, para que já produza os seus efeitos e já possamos começar a trabalhar efetivamente a Lei do Orçamento anual para 2002.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Resolução nº 7, de 2001-CN, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação, no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 7 DE 2001-CN
(Das Mesas da Câmara dos
Deputados e do Senado Federal)**

Dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição e sobre a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo.

Disposição Preliminar

Art. 1º Esta Resolução é parte integrante do Regimento Comum e dispõe sobre a tramitação das matérias a que se refere o art. 166 da Constituição e sobre a Comissão Mista Permanente prevista no § 1º do mesmo artigo, que passa a denominar-se Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

CAPÍTULO I

Da Competência e Composição

Art. 2º A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização tem por competência:

I – examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, assim como sobre as contas apresentadas nos termos do **caput** e do § 2º do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição, nos termos do art. 166, § 1º, inciso I, da Constituição;

III – examinar e emitir parecer sobre os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal, nos termos dos arts. 70 a 72 e 166, § 1º, inciso II, da Constituição e da Lei Complementar nº 101, de 2000, especialmente:

a) relatórios de gestão fiscal previstos no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e na lei de diretrizes orçamentárias;

b) informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União ou por órgãos e entidades da administração federal, por intermédio do Congresso Nacional, inclusive as relativas a contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em que foram identificados indícios de irregularidades e relacionados em anexo à lei orçamentária anual, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias;

c) relatórios referentes aos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, e demais relatórios de acompanhamento da execução orçamentária e financeira, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias; e

d) informações prestadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 2000; e

IV – demais atribuições constitucionais e legais.

§ 1º A Comissão, no exame e emissão de parecer à medida provisória que abra crédito extraordinário, conforme art. 62 e art. 167, § 3º da Constituição, observará, no que couber, o rito estabelecido em resolução própria do Congresso Nacional.

§ 2º Para o exercício das competências mencionadas neste artigo a Comissão poderá:

I – solicitar ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeções e auditorias, bem como requi-

sitar informações sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

II – requerer informações e documentos de órgãos e entidades federais;

III – realizar audiências públicas com representantes de órgãos e entidades públicas e da sociedade civil;

IV – realizar inspeções e diligências em órgãos da administração pública federal, bem como órgãos das administrações estadual e municipal que recebam recursos a título de transferência voluntária e entidades privadas que recebam recursos do orçamento da União a título de transferência, como subvenção, auxílio ou contribuição, ou que administre bens da União.

§ 3º Após haverem sido apreciados pelas comissões de mérito de cada uma das Casas do Congresso Nacional, os projetos de planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição serão examinados pela Comissão, a qual emitirá parecer quanto à adequação e compatibilidade com o plano plurianual, nos termos do art. 165, § 3º, da Constituição, e com as leis de diretrizes orçamentárias, orçamentária anual e complementares e normas que regem a matéria.

§ 4º Os projetos de planos e programas de que trata o parágrafo 3º serão votados pelo plenário das duas casas do Congresso Nacional, em reunião conjunta.

Art. 3º A Comissão compõe-se de oitenta e quatro membros titulares, sendo sessenta e três Deputados e vinte e um Senadores, com igual número de suplentes.

Art. 4º Na segunda quinzena do mês de fevereiro de cada sessão legislativa, a Mesa do Congresso Nacional fixará as representações dos partidos ou blocos parlamentares na Comissão, observado o critério da proporcionalidade partidária.

§ 1º Aplicado o critério do **caput** deste artigo e verificada a existência de vagas, estas serão destinadas aos partidos ou blocos parlamentares, levando-se em conta as frações do quociente partidário, da maior para a menor.

§ 2º As vagas que eventualmente sobraem, após aplicado o critério do parágrafo anterior, serão distribuídas, preferentemente, às bancadas ainda não representadas na Comissão, segundo a preceência no cálculo da proporcionalidade partidária.

§ 3º A proporcionalidade partidária estabelecida na forma deste artigo prevalecerá por toda a sessão legislativa.

Art. 5º Estabelecidas as representações previstas no artigo anterior, os líderes indicarão ao Presidente do Senado Federal, até o quinto dia útil de março, os nomes que integrarão as respectivas bancadas na Comissão, como titulares e suplentes.

§ 1º Esgotado o prazo referido neste artigo, não havendo eventualmente a indicação das Lideranças, o Presidente do Senado Federal fará a designação dos integrantes das respectivas bancadas.

§ 2º A instalação da Comissão ocorrerá até o último dia útil de março.

Art. 6º A representação, na Comissão, é do partido ou do bloco parlamentar, competindo ao respectivo líder solicitar, por escrito, ao Presidente do Senado Federal, em qualquer oportunidade, a substituição de titular ou suplente por ele indicado ou designado pelo Presidente, na forma do disposto no art. 5º, § 1º, desta Resolução.

§ 1º Será desligado da Comissão o membro titular que não comparecer, durante a sessão legislativa, sem justificativa, a três reuniões consecutivas ou seis alternadas, convocadas para votação nos termos do art. 39 desta Resolução.

§ 2º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, o Presidente da Comissão comunicará, imediatamente, ao respectivo líder do partido ou bloco parlamentar para que seja providenciada a substituição nos termos do **caput** deste artigo.

CAPÍTULO II Da Direção

Art. 7º A Comissão terá um Presidente e três Vice-Presidentes, eleitos por seus pares, em reunião a ser realizada nos cinco dias úteis que se seguirem à sua constituição, com mandato anual, encerrando-se com a instalação da Comissão subsequente, vedada a reeleição.

§ 1º As funções de Presidente, Vice-Presidente, Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual e Relator do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, serão exercidas, a cada ano, alternadamente, por representantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º deste artigo.

§ 2º O Relator do projeto de lei do plano plurianual será designado, alternadamente, dentre representantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, não podendo o mesmo pertencer ao partido ou

bloco parlamentar a que pertença o Presidente da Comissão.

§ 3º A primeira eleição, no início de cada legislatura, para Presidente e 2º Vice-Presidente, recairá em representantes do Senado Federal e a de 1º e 3º Vice-Presidentes em representantes da Câmara dos Deputados, alternando-se anualmente conforme disposto no parágrafo anterior.

§ 4º O Relator do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, bem como o Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual, não poderão ser designados entre os membros da Casa ou do partido ou bloco parlamentar a que pertença o Presidente da Comissão.

§ 5º O suplente da Comissão não poderá ser eleito para funções previstas neste artigo, nem ser designado relator.

Art. 8º O Presidente será, nos seus impedimentos, ou ausências substituído por Vice-Presidente, na seqüência ordinal, e na ausência deles, pelo membro titular mais idoso da Comissão, dentre os de maior número de legislaturas.

Parágrafo único. Se vagar o cargo de Presidente ou de Vice-Presidente, proceder-se-á a nova eleição para escolha do sucessor, que deverá recair em representante da mesma Casa, salvo se faltarem menos de três meses para o término do mandato, caso em que será provido na forma indicada no **caput** deste artigo.

Art. 9º Compete ao Presidente, designar:

I – o Relator-Geral e os Relatores-Setoriais do projeto de lei orçamentária anual;

II – os Relatores dos projetos de lei do plano plurianual e das diretrizes orçamentárias;

III – o Relator das contas de que trata o art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

IV – o Relator das contas do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei Complementar nº 101, 2000;

V – os Relatores das matérias atinentes ao acompanhamento e à fiscalização da execução orçamentária e financeira, estabelecidas no art. 2º, inciso II, desta Resolução;

VI – os Relatores de projetos de lei de créditos adicionais e demais relatores que se fizerem necessários aos trabalhos da Comissão.

§ 1º A designação dos relatores mencionados nos incisos I a IV do **caput** observará o disposto nos §§ 1º, 3º e 4º do art. 7º e no § 3º deste artigo e será procedida de acordo com a indicação das lideranças

partidárias ou dos blocos parlamentares, observado o critério da proporcionalidade partidária.

§ 2º As designações dos relatores obedecerão ao critério de rodízio dentre os membros titulares da Comissão.

§ 3º Na designação dos Relatores-Setoriais, será adotado o critério de rodízio de forma que não seja repetido, no ano subsequente, o mesmo relator para a mesma área temática.

§ 4º O relator que, no prazo regimental, não apresentar o seu parecer, será obrigatoriamente substituído.

§ 5º Ocorrendo o previsto no § 4º deste artigo, quanto aos Relatores-Setoriais do projeto de lei orçamentária anual, a programação da respectiva área temática e as emendas a ela apresentadas serão remetidas à apreciação exclusivamente na fase do Relator-Geral.

CAPÍTULO III Do Funcionamento

SEÇÃO I Dos Procedimentos

Art. 10. O projeto de lei do plano plurianual e o projeto de lei orçamentária anual poderão ser divididos em até dez áreas temáticas, que ficarão a cargo dos respectivos Relatores-Setoriais, nos termos do regulamento interno.

Parágrafo único. Na apreciação, na Comissão, do projeto de lei orçamentária anual, a análise da parte relativa à receita, à reserva de contingência e ao texto da lei ficarão a cargo do Relator-Geral.

Art. 11. Serão constituídos até cinco comitês, sob a coordenação do Relator-Geral, com o mínimo de três e o máximo de sete integrantes cada, para apoio aos Relatores-Setoriais e ao Relator-Geral do projeto de lei orçamentária.

§ 1º Serão constituídos, pelo menos, os seguintes comitês:

I – Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária;

II – Comitê de Avaliação das Emendas;

III – Comitê de Avaliação das informações enviadas pelo Tribunal de Contas da União.

§ 2º Cada comitê terá sua atribuição e número de membros fixados em ato da Comissão, sendo seus membros designados pelo Relator-Geral.

§ 3º As conclusões e recomendações dos comitês estarão previamente disponíveis na Comissão e

subsidiarão os Relatores-Setoriais e o Relator-Geral, sendo para integrante do relatório final.

Art. 12. A Comissão realizará audiências públicas para o debate e o aprimoramento dos projetos do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual, bem como para o cumprimento de suas atribuições no acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira.

Art. 13. Os Relatores do projeto de lei orçamentária anual e dos créditos adicionais deverão indicar em seus relatórios, para votação em separado, cada subtítulo que contenha contrato, convênio, parcela ou subtrecho em que foram identificados indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 14. A apreciação dos relatórios setoriais será realizada em separado para cada uma das áreas temáticas definidas no parecer preliminar.

Art. 15. As propostas de modificação das matérias constantes do art. 166 da Constituição, enviadas pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º daquele artigo, serão recebidas até o início da respectiva votação na Comissão.

Parágrafo único. As propostas de modificação do projeto de lei orçamentária anual somente serão acatadas se recebidas até o início da votação, na Comissão, do parecer preliminar a que se refere o art. 18 desta Resolução.

Art. 16. Os Relatores das contas apresentadas nos termos do **caput** e do § 2º do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, apresentarão parecer, que concluirá por um projeto de decreto legislativo, ao qual poderão ser apresentadas emendas, na Comissão.

Parágrafo único. No início dos trabalhos do segundo período de cada sessão legislativa, a Comissão realizará audiência pública com o Ministro Relator do Tribunal de Contas da União, que fará exposição do parecer prévio das contas referidas no **caput**.

Art. 17. Os projetos de decretos legislativos referentes ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira previstos nesta Resolução poderão ser objeto de emendas na Comissão.

§ 1º No caso do previsto no inciso III, alínea **b**, do art. 2º desta Resolução, a Comissão concluirá pela iniciativa de projeto de decreto legislativo, quando:

I – entender necessária a suspensão da execução orçamentária e financeira de dotação; ou

II – entender terem sido adotadas as medidas saneadoras pelo órgão responsável necessárias à

autorização para a execução orçamentária e financeira de dotações previamente condicionadas.

§ 2º A Comissão, quando da apreciação das matérias mencionadas nas alíneas **a**, **c** e **d** do inciso III, do art. 2º desta Resolução, poderá concluir pela iniciativa de projeto de decreto legislativo, com base no art. 49, inciso V, da Constituição, determinando ainda, a órgãos ou entidades, a adoção das medidas cabíveis.

§ 3º No exercício da competência de que tratam os arts. 70 e 71 da Constituição aplica-se o disposto no art. 151 do Regimento Comum e, no que couber, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

SEÇÃO II

Do Parecer Preliminar

Art. 18. O Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual apresentará parecer preliminar que, depois de aprovado pelo plenário da Comissão, estabelecerá os parâmetros e critérios que, obrigatoriamente, deverão ser obedecidos pelos Relatores-Setoriais e pelo Relator-Geral na elaboração do parecer sobre o projeto de lei, inclusive quanto às emendas.

§ 1º Ao parecer preliminar poderão ser apresentadas emendas, por parlamentares e pelas Comissões Permanentes das duas Casas do Congresso Nacional, além das previstas no **caput** do art. 22 desta Resolução, que serão apreciadas pela Comissão.

§ 2º Os parâmetros e critérios a que se refere o **caput** deste artigo resultarão dos seguintes e elementos, fixados isolada ou combinadamente:

I – as dotações globais de cada função, subfunção, programa, órgão ou área temática, indicando as reduções e os acréscimos propostos;

II – as condições, restrições e limites para o remanejamento e o cancelamento de dotações, especialmente no que diz respeito aos subtítulos que nominalmente identifique Estado, Distrito Federal ou Município;

III – os limites de programação que contribuam para determinar a composição e a estrutura do orçamento, bem como critérios para apreciação das emendas.

§ 3º O parecer preliminar deverá conter, ainda:

I – exame da conjuntura macroeconômica e do endividamento, com seu impacto sobre as finanças públicas;

II – análise das metas fiscais, com os resultados primário e nominal implícitos na proposta orçamentária, comparado-os com os dos dois últimos exercícios;

III – avaliação da proposta encaminhada pelo Poder Executivo, do ponto de vista do atendimento ao que dispõe o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias;

IV – análise da evolução e avaliação das estimativas das receitas, com ênfase na metodologia e nos parâmetros utilizados;

V – observância dos limites previstos na Lei Complementar nº 101, de 2000;

VI – análise da programação das despesas, dividida por área temática, incluindo a execução recente;

VII – quadro comparativo, por órgão, entre a execução no exercício anterior, a lei orçamentária em vigor, o projeto do Executivo e as alterações eventualmente determinadas pelo parecer preliminar;

VIII – referência a temas que exijam maior aprofundamento durante a tramitação do projeto ou que merecerão tratamento especial no relatório.

§ 4º O parecer preliminar, com base no inciso IV do parágrafo anterior e no **caput** do art. 22 desta Resolução, poderá incorporar ao projeto de lei orçamentária eventuais reestimativas de receita, indicando, em nível de função, órgão ou área temática, as alterações das despesas delas decorrentes.

§ 5º O parecer preliminar estabelecerá critérios de preferência para as emendas que contemplem ações definidas como prioritárias na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 19. O Relator-Geral, na avaliação das estimativas das receitas orçamentárias, contará com o apoio de comitê consultivo de membros da Comissão.

§ 1º Os Relatores-Setoriais e o Relator-Geral deverão observar os limites fixados para as receitas nos termos do **caput**, vedada a utilização de quaisquer recursos cujas fontes não tenham sido previstas no parecer preliminar ou em suas alterações aprovadas.

§ 2º O Relator-Geral poderá, no decorrer dos trabalhos, propor à Comissão alteração do parecer preliminar, com a devida comprovação técnica e legal, caso identifique erro ou omissão nas estimativas de receita ou alteração relevante na conjuntura macroeconômica, nos resultados fiscais ou nas despesas obrigatórias

SEÇÃO III Das Emendas

Art. 20. As emendas às proposições em tramitação na Comissão serão inadmitidas quando contrariarem as normas constitucionais, legais e regimentais.

Parágrafo único. O relator indicará, em demonstrativo específico, as emendas que, no seu entender,

deverão ser declaradas inadmitidas pelo Presidente da Comissão, cabendo recurso da decisão ao Plenário da Comissão.

Art. 21. As emendas ao projeto de lei orçamentária anual e aos projetos de lei de créditos adicionais que proponham inclusão ou acréscimo de valor somente poderão ser aprovadas pela Comissão caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal;

III – não sejam constituídas de várias ações que devam ser objeto de emendas distintas; e

IV – não contrariem as normas desta Resolução, bem como as previamente aprovadas pela Comissão.

Parágrafo único. Somente serão apreciadas emendas que proponham anulações de despesa mencionadas nas alíneas do inciso II deste artigo quando se referirem a correção de erros ou omissões.

Art. 22. Na apreciação do projeto de lei orçamentária anual poderão ser apresentadas, no âmbito do parecer preliminar, emendas que objetivem à correção de erros ou omissões de ordem técnica ou legal nas estimativas de receita.

Parágrafo único. Os valores acrescidos por reestimativa da receita, nos termos do **caput** deste artigo ou do § 4º do art. 18, poderão ser utilizados para aprovação de emendas à despesa.

Art. 23. As emendas aos projetos de lei de que trata o art. 2º, inciso I, desta Resolução, serão apresentadas, sempre que possível, em meio magnético e terão a assinatura do autor substituída por autenticação eletrônica, segundo as normas e procedimentos fixados pela Comissão.

Art. 24. Cada parlamentar poderá apresentar até vinte emendas individuais aos projetos de lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias, quanto ao seu anexo de metas e prioridades, do orçamento anual e de seus créditos adicionais, excluídas deste limite aquelas destinadas à receita, ao texto da lei e ao cancelamento parcial ou total de dotação.

Parágrafo único. O parecer preliminar estabelecerá limite global de valor para apresentação e aprovação de emendas individuais por mandato parlamentar.

Art. 25. Aos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual poderão ser apresentadas emendas coletivas cuja iniciativa caberá:

I – às comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, relativas às matérias que lhes sejam afetas regimentalmente e de caráter institucional ou nacional, acompanhadas da ata da reunião deliberativa, até o limite de cinco emendas por Comissão Permanente;

II – às bancadas estaduais no Congresso Nacional, relativas a matérias de interesse de cada Estado ou Distrito Federal, aprovadas por dois terços dos deputados e dois terços dos senadores da respectiva unidade da Federação, acompanhadas da ata da reunião da bancada, respeitados simultaneamente os seguintes limites:

a) mínimo de quinze e máximo de vinte emendas;

b) as bancadas com mais de onze parlamentares poderão apresentar além do mínimo de quinze emendas, uma emenda adicional para cada grupo completo de dez parlamentares da bancada que excederem a onze parlamentares;

III – às bancadas regionais no Congresso Nacional, até o limite de duas emendas, de interesse de cada região macroeconômica definida pelo IBGE, por votação da maioria absoluta dos deputados e maioria absoluta dos senadores que compõem a respectiva região, devendo cada Estado ou Distrito Federal estar representado por no mínimo vinte por cento de sua bancada.

§ 1º A emenda coletiva e prioritária incluirá na sua justificação elementos necessários para subsidiar a avaliação da ação por ela proposta, apresentando informações sobre a viabilidade econômico-social e a relação custo-benefício, esclarecendo sobre o estágio de execução dos investimentos já realizados e a realizar, com a definição das demais fontes de financiamento e eventuais contrapartidas, quando houver, e definindo o cronograma de execução, além de outros dados relevantes para sua análise.

Art. 26. As modificações introduzidas pelas relatorias aos projetos de lei em tramitação na Comissão dependerão da apresentação e publicação da respectiva emenda.

§ 1º A Comissão não apreciará emenda à despesa, com parecer pela aprovação, cujas fontes de custeio, incluindo-se as condicionadas, não estejam previamente definidas.

§ 2º Nenhuma emenda poderá ser atendida em valor superior ao da proposição original, ressalvados os casos de remanejamento entre emendas individuais de mesmo autor, preservado o limite global previsto no parágrafo único do art. 24.

Art. 27. Os relatores somente poderão apresentar emendas à despesa e à receita com a finalidade de:

I – corrigir erros e omissões de ordem técnica ou legal;

II – agregar proposições com o mesmo objetivo ou viabilizar o alcance de resultados pretendidos por um conjunto de emendas.

§ 1º É vedada a apresentação de emendas de relator tendo por objetivo a inclusão de subtítulos novos, bem como o acréscimo de valores a dotações constantes no projeto de lei orçamentária, ressalvado o disposto no inciso I do **caput** e no parecer preliminar.

§ 2º As emendas de relator serão classificadas de acordo com a finalidade, nos termos do parecer preliminar.

Art. 28. Na apreciação do relatório final ao projeto de lei orçamentária anual, serão votadas, inicialmente, as emendas apresentadas à receita, seguidas pelas emendas que proponham cancelamento parcial ou total de dotações e as destinadas a alterar o texto do projeto de lei, ressalvados os destaques.

Art. 29. As emendas a projeto de lei de crédito adicional não serão admitidas quando:

I – contemplarem subtítulos em unidade orçamentária não prevista no projeto de lei;

II – oferecerem como fonte de cancelamento categoria de programação não constante do projeto de lei;

III – se destinarem a contrapartida a empréstimos externos, exceto para a coleção de erro ou omissão devidamente comprovado.

§ 1º Fica vedada, em projetos de lei de crédito suplementar, a criação de subtítulos novos.

§ 2º Aplicam-se aos projetos de lei de crédito adicional, quanto às receitas e cancelamentos, as restrições existentes na apreciação do projeto de lei orçamentária anual.

Seção IV Dos Relatórios

Art. 30. Os Relatores do projeto de lei orçamentária e de créditos adicionais farão constar nos seus relatórios análise sobre:

I – o atendimento das normas constitucionais e legais, especialmente quanto à compatibilidade da proposta com a lei do plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – a execução recente, comparando-a com os valores constantes da proposta;

III – os efeitos da aprovação dos créditos especiais e extraordinários aprovados ou em apreciação pelo Congresso nos últimos quatro meses do exercício, no caso do projeto de lei orçamentária;

IV – os critérios básicos utilizados nos cancelamentos e acréscimos efetuados e quanto à distribuição regional;

V – as medidas adotadas em relação às informações enviadas pelo TCU quanto às obras com indícios de irregularidades, justificando sua inclusão ou manutenção, observado o previsto no art. 13.

Art. 31. Constarão dos relatórios de que trata o artigo anterior os seguintes demonstrativos:

I – dos pareceres às emendas individuais à despesa apresentadas, por autor, contendo número da emenda, classificação institucional e funcional-programática e a denominação do subtítulo, com a decisão e o valor concedido;

II – dos pareceres às emendas coletivas e de relator apresentadas, por unidade da federação e autor, contendo número da emenda, classificação institucional e funcional-programática e a denominação do subtítulo, com a decisão e o valor concedido;

III – dos acréscimos e cancelamentos das dotações por unidade orçamentária e por subtítulo, indicando expressamente aqueles constantes do relatório encaminhado pelo Tribunal de Contas da União nos termos da lei de diretrizes orçamentárias;

IV – dos acréscimos e cancelamentos das dotações por unidade da federação.

Parágrafo único. As emendas de relator que venham a ser formuladas nos termos desta Resolução serão publicadas como parte do relatório, com os respectivos fundamentos.

Art. 32. O relatório final do projeto de lei orçamentária anual adequará os pareceres setoriais aprovados, podendo alterar os valores neles constantes, vedada a aprovação de Emendas já rejeitadas.

Seção V Dos Destaques

Art. 33. Somente serão admitidos destaques, no âmbito da Comissão, o requerimento de qualquer de seus membros, observado o apoio, quando cabível, para:

I – inclusão de dotação, por meio de aprovação total ou parcial de emenda com parecer pela rejeição;

II – aumento de dotação, por meio de aprovação de emenda com parecer pela aprovação parcial;

III – redução ou cancelamento de dotação;

IV – remanejamento de valores entre emendas de um mesmo autor;

V – recomposição total ou parcial de dotação constante da proposta orçamentária, que tenha sido suprimida ou reduzida;

VI – supressão, total ou parcial, de dispositivo do texto da lei;

VII – restabelecimento de dispositivo suprimido do texto da lei;

VIII – aprovação de emenda à receita ou a dispositivo do texto da lei, que tenha sido rejeitada ou parcialmente aprovada.

§ 1º Ressalvadas as hipóteses desse artigo, não serão admitidos destaques de acréscimo de recursos sem que exista emenda previamente apresentada.

§ 2º Os destaques que tenham como finalidade inclusão, aumento ou recomposição de dotação orçamentária somente serão aprovados pela Comissão caso sejam previamente identificadas as origens dos recursos suficientes para seu atendimento.

§ 3º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, somente serão admitidos os recursos previamente aprovados e provenientes de:

I – cancelamentos propostos na própria emenda;

II – remanejamentos entre emendas do mesmo autor;

III – cancelamentos decorrentes da aprovação dos destaques de que tratam o item III do **caput**;

IV – indicações de cancelamentos de iniciativa dos respectivos relatores.

Seção VI Dos Prazos

Art. 34. As Mensagens do Presidente da República encaminhando os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, aos orçamentos anuais e aos créditos adicionais serão recebidas pelo Presidente do Senado Federal e encaminhadas à Comissão em quarenta e oito horas após a comunicação imediata às duas Casas do Congresso Nacional.

Art. 35. A tramitação das proposições referidas no artigo anterior e das prestações de contas anuais, obedecerá aos seguintes prazos:

I – projeto de lei do plano plurianual:

a) até cinco dias para a publicação e distribuição de avulsos, a partir do recebimento;

b) até quatorze dias para a realização de audiências públicas, a partir da distribuição dos avulsos;

c) até dezessete dias para a apresentação de emendas ao projeto de lei do plano plurianual, a partir da distribuição dos avulsos;

d) até cinco dias para publicação e distribuição de avulsos das emendas, a partir do encerramento do prazo para a apresentação de emendas;

e) até vinte e um dias para a apresentação, publicação, distribuição e votação do parecer sobre o projeto de lei do plano plurianual pela Comissão, a partir do término do prazo para a apresentação de emendas;

f) até sete dias para encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional, a partir do término do prazo definido na alínea anterior;

II – projeto de lei de diretrizes orçamentárias:

a) até cinco dias para publicação e distribuição dos avulsos, a partir do recebimento;

b) até sete dias para a realização de audiências públicas, a partir da distribuição dos avulsos;

c) até quinze dias para a apresentação de emendas perante a Comissão, a contar da distribuição de avulsos;

d) até cinco dias para a publicação e distribuição de avulsos das emendas, a partir do encerramento do prazo para a apresentação de emendas;

e) até trinta e cinco dias para que a Comissão encaminhe à Mesa do Congresso Nacional o seu parecer sobre o projeto e as emendas, a partir do encerramento do prazo definido na alínea anterior;

III – projeto de lei orçamentária anual;

a) até cinco dias para publicação e distribuição dos avulsos, a partir do recebimento;

b) até quatorze dias para a realização de audiências públicas, a partir da distribuição dos avulsos;

c) até cinco dias para apresentação na Comissão, e publicação e distribuição do parecer preliminar, a partir do encerramento das audiências públicas;

d) até três dias para a apresentação de emendas ao parecer preliminar, a partir do término do prazo definido na alínea anterior;

e) até seis dias para votação, no plenário da Comissão, do parecer preliminar com suas emendas, a partir do término do prazo definido na alínea anterior;

f) até quinze dias para a apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária anual perante a Comissão, a contar da votação do parecer preliminar;

g) até cinco dias para publicação e distribuição de avulsos das emendas, a partir do encerramento do prazo para a apresentação de emendas;

h) até vinte e um dias para a apresentação, publicação, distribuição e votação dos pareceres setoriais sobre a lei orçamentária anual pela Comissão, a partir do término do prazo definido na alínea anterior;

i) até vinte dias para a apresentação, publicação, distribuição e votação na Comissão do parecer final sobre a lei orçamentária anual, a partir do término do prazo definido na alínea anterior;

j) até cinco dias para sistematização do parecer sobre o projeto e seu encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional, a partir do término do prazo definido na alínea anterior;

l) até cinco dias para a sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração do Autógrafo;

IV – projetos de lei de crédito adicional:

a) até cinco dias para a publicação e distribuição de avulsos, a partir do recebimento;

b) até oito dias para a apresentação de emendas perante a Comissão, a contar da distribuição de avulsos;

c) até cinco dias para a publicação e distribuição de avulsos das emendas, a partir do encerramento do prazo para a apresentação de emendas;

d) até quinze dias, contados do recebimento das emendas, para que a Comissão discuta, vote e encaminhe à Mesa do Congresso Nacional o seu parecer sobre o projeto e as emendas;

V – prestações de contas apresentadas nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, com fundamento no parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas da União:

a) até quarenta dias para a apresentação, na Comissão, do relatório e do projeto de decreto legislativo, a partir do recebimento do parecer prévio;

b) até quinze dias para apresentação de emendas ao relatório e ao projeto apresentado, a partir do término do prazo anterior;

c) até quinze dias para a apresentação do parecer do relator às emendas apresentadas ao relatório e ao projeto de decreto legislativo, a partir do término do prazo anterior;

d) até sete dias para discussão e votação do parecer do relator, a partir do término do prazo anterior;

e) até cinco dias, a partir do término da votação do parecer da Comissão, para encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional;

f) até três dias, para a sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração da redação final;

VI – projeto de lei de planos e programas nacionais, regionais e setoriais:

a) até quarenta dias para apresentação, publicação e distribuição do relatório de que trata § 3º do art. 2º, desta Resolução;

b) até quinze dias para a apresentação de emendas saneadoras da incompatibilidade ou inadequação orçamentária ou financeira, a partir do término do prazo anterior;

c) até quinze dias para a apresentação do parecer do relator às emendas apresentadas ao relatório, a partir do término do prazo anterior;

d) até sete dias para discussão e votação do parecer do relator, a partir do término do prazo anterior;

e) até cinco dias, a partir do término da votação do parecer da Comissão, para encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional;

f) até três dias, para a sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração da redação final;

VII – matérias relativas ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira;

a) até cinco dias para a publicação e distribuição dos relatórios e informações previstos nas alíneas do art. 2º, inciso II, desta Resolução, a partir do recebimento pelo Congresso Nacional;

b) até quinze dias para a apresentação, pelo relator designado, do relatório contendo as medidas que julgar cabíveis, apresentando, conforme o caso, projeto de decreto legislativo, a partir do término do prazo anterior;

c) até oito dias para apresentação de emendas ao relatório apresentado e ao projeto de decreto legislativo, quando for o caso, a partir do encerramento do prazo da alínea anterior;

d) até sete dias, contados do término do prazo de recebimento das emendas, para que a Comissão discuta, vote e encaminhe à Mesa do Congresso Nacional o seu parecer sobre a matéria.

Parágrafo único. A Comissão, pela maioria absoluta de seus membros, poderá ampliar os prazos de que tratam as alíneas **b**, **c** e **d** dos incisos IV e VII deste artigo, devendo comunicar a decisão ao Presidente do Senado Federal.

Art. 36. Aplica-se à prestação de contas do Tribunal de Contas da União, apresentadas nos termos do § 2º do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de

2000, o rito e os prazos previstos para as demais prestações de contas do referido art. 56.

Art. 37. A apreciação dos pareceres ocorrerá somente três dias úteis após a sua distribuição, nos casos dos pareceres finais dos projetos de lei orçamentária anual, das diretrizes orçamentárias e do plano plurianual, e dois dias úteis nos casos das demais proposições, salvo se a Comissão dispensar esse último prazo por deliberação da maioria absoluta de seus membros.

CAPÍTULO IV Disposições Gerais

Art. 38. A Comissão fará, no prazo máximo de sessenta dias, as adequações necessárias ao seu regulamento interno, mantidas, entre outras, as seguintes normas:

I – na discussão da matéria, cada parlamentar inscrito somente poderá usar a palavra por cinco minutos;

II – nenhum membro da Comissão poderá falar mais de cinco minutos sobre emenda, salvo o relator, que poderá falar por último pelo dobro desse tempo;

III – se algum congressista pretender esclarecer à Comissão sobre emenda de sua autoria, poderá falar por, no máximo, três minutos;

IV – a critério da Comissão, faltando três dias para o encerramento do prazo para a apreciação do parecer, o projeto e as emendas poderão ser apreciados na Comissão;

V – não se concederá vista de parecer, projeto ou emenda;

VI – as emendas inadmitidas, com a respectiva decisão, serão publicadas separadamente das aceitas; observado o disposto no parágrafo único do art. 20;

VII – serão publicadas, em avulsos, as emendas aprovadas ou rejeitadas com os respectivos pareceres.

Art. 39. A Comissão poderá se reunir para votação após convocação escrita aos seus membros com antecedência mínima de vinte e quatro horas.

Parágrafo único. Os pedidos de verificação de presença, durante a votação, somente poderão ser feitos com o apoio de dez por cento dos membros presentes dentre os representantes da respectiva Casa na Comissão.

Art. 40. As deliberações da Comissão iniciar-se-ão pelos representantes da Câmara dos Deputados, sendo que o voto contrário da maioria dos representantes de uma das Casas importará em rejeição da matéria.

Art. 41. O parecer da Comissão sobre as emendas será conclusivo e final, salvo requerimento, para que a emenda seja submetida a votos, assinado por um décimo dos Congressistas, apresentado à Mesa do Congresso Nacional até o dia anterior ao estabelecido para a discussão da matéria em Plenário.

Art. 42. O parecer da Comissão quanto às prestações de contas previstas no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, será apreciado exclusivamente pelo Plenário do Congresso Nacional.

Art. 43. A aprovação pela Comissão de projeto de decreto legislativo autorizando a execução de dotações constantes na lei orçamentária anual sob condição suspensiva, no caso de subtítulos, convênios, parcelas ou subtrechos em que foram identificados indícios de irregularidades graves levantados pelo TCU, dependerá de justificação quanto às medidas saneadoras adotadas pelo órgão responsável.

Art. 44. O projeto de lei aprovado e enviado em autógrafo para sanção do Presidente da República não poderá ser motivo de alteração, ressalvados os casos de correção de erros materiais verificados exclusivamente no processamento das proposições apresentadas e formalmente autorizados pelo Plenário do Congresso Nacional, por proposta da relatoria do projeto de lei, justificando-se cada caso.

Art. 45. A Comissão para o exercício das atribuições previstas nesta Resolução contará com assessoramento institucional e permanente a ser prestado pelos órgãos especializados a Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 1º A coordenação do trabalho de assessoramento caberá à consultoria técnica da Casa a que pertencer o relator, com a constituição de equipes mistas quando se fizer necessário.

§ 2º Serão elaboradas notas técnicas como subsídio à análise das proposições relativas ao projeto de lei do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

Art. 46. A Comissão organizará a reunião conjunta de que trata o art. 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, em articulação com as demais comissões temáticas pertinentes das Casas do Congresso Nacional.

Art. 47. À redação final aplicar-se-á o disposto no art. 51 do Regimento Comum, concedendo-se, entretanto, à Comissão, o prazo de três dias para sua elaboração.

Art. 48. Fica revogada a Resolução nº 2/95-CN, de 15 de setembro de 1995.

Art. 49. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, parecer oferecendo a redação final do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 31, de 2001, do Congresso Nacional, que “altera o Plano Plurianual para o período 2000/2003”, oferecida pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização como conclusão do seu Parecer nº 38, de 2001, do Congresso Nacional, e que já se encontra distribuído em plenário.

A Presidência esclarece que, quando do exame do substitutivo, das alterações do Relator e das emendas aprovadas pelo Plenário, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a fim de ser elaborada a redação final, foram apresentadas três emendas.

A Emenda de nº 1, de autoria do nobre Deputado Antônio Carlos Konder Reis, foi rejeitada pela Comissão, com voto favorável do seu Autor. As Emendas nºs 2 e 3 foram retiradas pelo seu Autor, o nobre Deputado Jorge Bittar.

O Relator, Deputado Santos Filho, na elaboração da redação final, acatou a intervenção do Deputado Sérgio Miranda, dando ao objetivo do Programa nº 0257, Universalização dos Serviços de Telecomunicações, a seguinte redação:

Garantir o acesso aos serviços de telecomunicações e de valor adicionado em estabelecimento de ensino público e em instituições de saúde pública para as populações em localidades com menos de 100 habitantes e para as populações cuja renda não permita o acesso em base comercial, devendo ser utilizadas configurações instaladas que permitam diferentes alternativas de **softwares** nos sistemas operacionais.

Essa redação modifica a Emenda nº 3, do Relator, oferecida anteriormente ao projeto e, conseqüentemente, aos Anexos I e II da matéria aprovada pelo Plenário.

De acordo com o disposto no art. 31 da Resolução nº 2, de 1995, o parecer da Comissão sobre a Emenda nº 1 é conclusivo e final, salvo requerimento para que seja submetido a votos, assinado por um décimo dos Congressistas.

Com esses esclarecimentos e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 51 do Regimento Comum, a redação final oferecida pela Comissão como conclusão do seu parecer e na qual já se encontra o texto alterado pelo relator, será submetida imediatamente à discussão e votação.

Em discussão a redação final.

O SR. SÉRGIO MIRANDA (Bloco/PCdoB – MG) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex.^a tem a palavra para discutir.

O SR. SÉRGIO MIRANDA (Bloco/PCdoB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Congressistas, o debate sobre a revisão do PPA, de certa forma, ficou prejudicado na sua amplitude pela existência do programa do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), programa este discutido em função de um edital preexistente.

Não discutimos de forma genérica o Fust, pois não consideramos os programas a serem incluídos nem a omissão que o Governo faz das áreas de fronteira. Essas áreas contam com uma das obrigações da universalização, mas essa ação não foi incluída no programa do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, prejudicando, sim, para o próximo Orçamento, o atendimento às áreas longínquas de fronteira num momento tão conturbado da vida internacional.

Quando falamos sobre o edital, mesmo que tenhamos às vezes nos deslocado para pontos concretos, não devemos perder de vista, Sr. Presidente, o fato de que discutimos a nova configuração do Estado brasileiro e, dentro dessa nova configuração, o papel das agências reguladoras. Após a privatização dos monopólios públicos de serviços fundamentais, surgiram grandes e poderosas empresas. No caso das empresas de telecomunicações, há concorrência nos serviços de longa distância, mas não há concorrência no serviço telefônico fixo comutado. São grandes empresas monopolistas. E a agência, em vez de atender ao interesse público, coloca-se a serviço dessas grandes empresas. Fundamentalmente, é esse o debate.

Mostram os jornais de hoje a tentativa de as agências reguladoras se furtarem ao controle externo do Tribunal de Contas da União. Elas se arvoram no direito de não respeitar as leis: a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei n.º 8.666 porque consideram que suas licitações estão acima da legislação comum que afeta todo o setor público. É em torno desta questão que se deu e se deve dar o debate: o privilégio aos monopólios, tanto o monopólio das telecomunicações como o monopólio do setor de informática.

Tivemos uma grande vitória nesse embate. O Congresso decidiu incluir na revisão do PPA a obrigatoriedade de os laboratórios de informática das escolas terem os dois sistemas operacionais: o Linux e o

Windows, da Microsoft. Permaneceremos alertas para saber como a Anatel vai cumprir essa obrigação legal: se a cumprirá apenas formalmente para manter na prática os interesses e o monopólio da Microsoft ou se cumprirá o espírito da aprovação feita pelo Congresso Nacional.

Sr. Presidente, vai-se votar a revisão e o meu Partido, o Bloco PSB/PCdoB votará “não”. Não pediremos verificação. Em reunião com o Líder do Governo fizemos um acordo. De certa forma, o assunto já chegou à sociedade, a quem cabe dar continuidade ao debate. Conseguimos a garantia de que na próxima semana haverá uma reunião aberta com técnicos para discutir o edital. A Anatel se dispõe a fazer alterações no edital no que diz respeito à inclusão dos dois sistemas operacionais. E vai incluir informações sobre a forma de cálculo dos investimentos para que saibamos o quanto está destinado ao equipamento e às novas redes.

Votaremos “não”, marcando claramente a nossa posição para a sociedade em nome do PCdoB e do PSB, articulado com os outros Partidos de Oposição. E demonstramos também a nossa abertura para o debate. Estamos incentivando uma grande participação popular na discussão desse programa. Este talvez tenha sido o maior ganho de todo o processo: que as pessoas participem e discutam, pois é o interesse do futuro dos brasileiros que está em causa no programa do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência comunica aos Srs. Deputados que ainda não haviam registrado o seu comparecimento que podem fazê-lo. O sistema eletrônico, posteriormente, consolidará as duas listas.

Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, nós do Partido dos Trabalhadores estamos bastante satisfeitos com os avanços alcançados na discussão do importante tema incluído no projeto do PPA. Trata-se do programa do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Como é sabido, instalou-se um debate de grande monta que extrapolou os limites desta Casa e está sendo desenvolvido também pela **grande imprensa e áreas especializadas, como universidades e setores dedicados** à educação. Entendemos todos que, no edital publi-

cado pela Anatel, a concepção do projeto não era a mais adequada para dar conta dos desafios de introduzir a informática no mundo da educação.

Pude constatar que, até por desconhecimento, Parlamentares aqui revelaram certo preconceito com relação ao software de código aberto, o chamado software livre, ou Linux, como se denomina popularmente. Ouvi argumentos de que o software da Microsoft, o Windows, é de primeiro mundo e que o software Linux, ou de código aberto, é para países pobres e que nós não deveríamos levar para as nossas crianças um software que não é de primeira qualidade.

Entendo as razões que levaram Parlamentares a fazer afirmações desse tipo. Elas decorrem do pouco conhecimento que se tem sobre o chamado software aberto ou Linux. Na verdade, grandes empresas do mundo utilizam-se do chamado software Linux ou aberto. E quero me referir à IBM, à Boeing, que, aliás, está na ordem do dia internacional. Tantas outras companhias utilizam-se desse software, que é adequado para um conjunto de aplicações, notadamente as aplicações do tipo internet.

Ora, se queremos levar aos nossos jovens a possibilidade de uma educação profícua, para que eles não sejam apenas adestrados para utilizar esse ou aquele tipo de ferramenta, mas para que possam desenvolver sua criatividade a partir do ensino da informática, parece-me que foi adequada a solução encontrada, qual seja, que as redes de computadores existentes nas escolas e que a rede nacional que será formada com essas escolas possam dispor do software básico produzido pela Microsoft, que é o Windows, e que tem aplicação em largos setores da atividade de trabalho e da atividade doméstica, em coexistência com o sistema operacional baseado no software aberto, que é o sistema Linux.

Paira, no entanto, uma série de dúvidas com relação ao edital da Anatel. Por exemplo, se queremos comprar computadores – serão cerca de 290 mil computadores –, é obrigação do Estado brasileiro utilizar o poder de compra que ele tem para induzir mais em nosso País a produção de computadores e componentes. E alerta para o fato de termos um desequilíbrio na balança comercial de eletroeletrônicos em nosso País de US\$8,5 bilhões. Esse é o ponto **mais crítico da balança comercial brasileira. Então, é** uma excelente oportunidade para discutirmos isso.

Ficamos felizes porque os Parlamentares da Base do Governo concordaram conosco em promover duas reuniões na semana que vem: uma, na terça-feira, na Anatel, na qual, junto com técnicos espe-

cializados, vamos discutir toda a concepção de rede, de computadores, enfim, para se saber se aquilo que está desenhado no edital é o melhor, é o mais atual, é o mais eficaz, do ponto de vista da informática na escola; e, na quarta-feira, vamos discutir política industrial. É uma oportunidade excelente para que o nosso País possa avançar no sentido do conhecimento tecnológico, da produção local, da substituição de importações, tão importante para todos nós.

Há ainda o compromisso selado com o Governo de que o projeto que regulamenta o Fust seja alterado em regime de urgência nesta Casa para permitir que as licitações sejam mais amplas, que haja um número de participantes maior, para que a compra de equipamentos não seja necessariamente vinculada à compra de serviços de telecomunicações. Se este debate nos permitiu identificar problemas, ele está nos permitindo, pelo diálogo e pelo aprofundamento técnico, aperfeiçoar um projeto de enorme importância: trata-se de promover a informática para todas as escolas de grau médio do País e todas as escolas profissionalizantes, o que não é pouca coisa.

É preciso que seja bem feito para que não tenhamos o que se costuma chamar de "elefante branco" nas escolas: um computador que não serve para nada. Precisamos de um computador como ferramenta pedagógica estratégica para um novo futuro na educação em nosso Brasil.

Por conta dessa visão crítica, votaremos contrariamente ao projeto do PPA. Esperamos ver incluídas as modificações no Edital. Porém, ressalto que estamos identificando enormes avanços, fruto do debate.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o ilustre Deputado Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, a defesa veemente, a forma calorosa com que defendemos desde o início a instituição de um Fundo de Universalização pautava-se exclusivamente na possibilidade de tratar o desenvolvimento na área de telecomunicações e de dotá-lo de todas as condições para que o acesso ao telefone público não se restringisse à idéia de mero e conhecido por todos como a ferramenta mais aparente.

Universalizar serviços significa possibilitar a todos o acesso ao que de mais moderno há. É importante frisar essa questão, Deputado Jorge Bittar, porque, desde de 1997, a Bancada do Partido dos Trabalhadores queria inserir no projeto de Lei Geral de Comunicações as definições, o percentual e todo o objeto que resultou na montagem da chamada lei do Fust.

Entendíamos, naquela época, que deveria ser concomitante. Em havendo uma abertura para o processo de privatização, por que não instituir imediatamente a arrecadação de um fundo que possibilitasse tratar todos neste País de forma igualitária? O debate travado terminou sendo posto de lado por conta daqueles que diziam que não era possível incluir na lei geral toda a definição do Fundo.

Digo isso porque, em todos os momentos desse embate, alguns chegaram a afirmar que havia por parte da oposição um sentimento e uma tática de atrasar, de não permitir que as escolas públicas do País recebessem computadores e que isso significaria atraso para as crianças.

É bom frisar que esta Casa, refiro-me a esta Casa porque inclui o Senado, atrasou por dois anos a instituição desse Fundo. E não se trata apenas da utilização de computadores nas escolas; é necessário ir além: na área da saúde, da segurança, na área, inclusive, do rastreamento da agricultura. Portanto, as possibilidades são muito maiores do que, pura e simplesmente, um único e exclusivo direcionamento. Lutamos aqui, também, para que não houvesse a prática do monopólio, a escolha de um único programa de computador, de um único sistema operacional. Muitos, na sua santa ignorância, diziam que estávamos escolhendo algo que o mundo não conhecia. Sessenta por cento dos grandes provedores de Internet do mundo utilizam softwares abertos em sua base de sustentação. Não estamos falando de nada desconhecido, não estamos falando de algo que uns tentam transformar como se fosse uma produção de ponta de esquina. Estamos tratando de um assunto que tem a ver com liberdade, com progresso, com a tecnologia mais avançada em termos de ferramentas para sistemas de computador. Não é à toa que diversos órgãos mundiais considerados de ponta, de excelência, tenham utilizado tais programas.

Acredito, Senador Ramez Tebet, que, mesmo no calor do debate, foi possível alcançar o entendimento de que não é educativo que só um sistema seja instalado. Se vão para as escolas, nada melhor do que permitirmos aos jovens, às crianças do Brasil, a oportunidade de ter contato com todas as formas de sistema. É preciso que o sistema permita o desenvolvimento do jovem para que este não se torne um mero operador de sistemas. Todos sabemos que os sistemas operacionais, por mais avançados, só permitem, se o código é proprietário, uma mera operação por parte daquele que, diante desse sistema se assenta. Em outros casos, não.

Avançamos também na necessidade de que esse debate fosse estabelecido sobre o marco do desenvolvimento tecnológico, a questão da tecnologia da informação. Não basta haver computadores nas escolas; é preciso que haja redes, é preciso que haja interligação, é preciso que nessas escolas não tenhamos meramente operadores de sistema, mas, sim, pessoas que aprendam, que cresçam e que tenham capacidade de criar e sugerir. Acredito que seja muito tímida a proposta porque impõe uma única e exclusiva fonte de operação.

Por último, Sr. Presidente, lembro a questão dos equipamentos. É bom frisar que, na tarde de hoje, depois de um processo de negociação, os nossos Congressistas resolveram não pedir verificação de quorum, mas, mesmo assim, manteremos nossa posição contrária a esse método adotado, o da venda dirigida, possibilitando que empresas de telecomunicações se transformem, num processo como esse, em vendedores de computadores, passando por cima de regras estabelecidas, de normas construídas nesta Casa, como a Lei n.º 8.666. Entendemos que esse é outro grande furo do projeto. Mesmo que compreendamos ser possível que essas empresas tenham uma política mais aberta e não-direcionada, poderemos ter aí, Sr. Presidente, uma prática que contraria aquilo que ao longo do período combatemos.

Por isso, o PT votará contra esta matéria, mas não fará a verificação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para discutir, concedo a palavra ao ilustre Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco/PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Congressistas, estamos votando o Plano Plurianual de Investimentos. As discussões ficaram concentradas em torno da questão dos recursos da universalização das telecomunicações. Estamos discutindo refinamento de software – o Deputado Jorge Bittar, do Partido dos Trabalhadores, colocou isso muito bem. Acredito que o texto que existia anteriormente, que exigia apenas um tipo de software, não era adequado, e o texto proposto é muito mais adequado porque – e nisso concordo com S. Ex^a – o software aberto é interessante para determinadas aplicações, mas não pode ser exclusivo. Portanto, a discussão levou à evolução, a um entendimento melhor.

Concordo, também, com alguns Deputados da Oposição – e entendo que o Governo deve ficar aten-

to a isso – de que este País de dimensões continentais é um mercado fantástico. Pela Lei de Telecomunicações, o Congresso Nacional permitiu que os recursos disponíveis para a universalização de telecomunicações fossem expressivos. E estamos falando em investimentos da ordem de R\$1,2 bilhão ou mais para um ano.

Portanto, isso não é apenas para colocar máquinas. Observem que estamos falando de quase 300 mil máquinas distribuídas no Brasil. Isso, se bem feito, provocará uma revolução pela educação, uma revolução pela comunicação. Fará com que os jovens das escolas públicas possam se integrar entre si, possam se integrar às redes de informação nacionais. Mas, para isso, é necessário que os Estados e os Municípios atentem para a organização. Não adianta apenas colocar máquinas ou fazer a conexão delas com a rede de telecomunicações se não for desenvolvido um trabalho consistente na área de formação de pessoal, de aperfeiçoamento dos quadros das escolas e dos quadros que vão monitorar essas coisas.

Se bem feito, esse programa terá uma grande repercussão, será mais um programa vitorioso do Governo Fernando Henrique Cardoso, que promoveu uma revolução pela educação, sim. Basta lembrarmos que o Congresso Nacional votou o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental. As pessoas que estão nos ouvindo em casa sabem muito bem que, sobretudo nas cidades mais pobres do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste, de parte do Sul, que o Fundef fez com que os Prefeitos despertassem para a necessidade de toda criança estar na escola. As estatísticas indicam que no Brasil, hoje, estamos próximos de ter todas as crianças em idade do ensino fundamental na escola, quase 100% delas.

Temos, agora, um excesso de demanda no segundo grau, o que precisa ser encarado, inclusive pelo Congresso Nacional, no que se refere ao financiamento.

Portanto, Sr. Presidente, estamos votando mais um projeto vitorioso deste Governo que apoiamos no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Deputado Dr. Hélio, último orador inscrito.

O SR. DR. HÉLIO (Bloco/PDT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, gostaria, em primeiro lugar, de justificar por que o PDT irá votar contra, nesta tarde, embora não vá buscar a verificação de quórum. Isso tem de ficar registrado.

Não estamos discutindo a importância de telefonia para zonas distantes, com diferenças regionais. Tampouco discutimos se o programa instalado em um computador, que hoje é atual e amanhã será obsoleto, será o Windows ou o Linux ou se serão os dois. Trata-se de respeitar as principais metas contidas no Fust, discutido o seu mérito na Comissão Permanente de Ciência e Tecnologia desta Casa.

Discutimos mais do que isso. Discutimos que, por meio de um Fundo de Universalização como este, estaremos perseguindo aquela tão sonhada meta da equidade social de norte a sul, de leste a oeste deste País. É esse o objetivo da verba do Fundo de Universalização.

Hoje, discute-se o papel de equipamentos, o papel da telefonia nesses quatro rincões. Estamos discutindo algo que passará a ser obsoleto em alguns anos. Obsoleta não será, contudo, a necessidade imperiosa de fazer com que uma criança do Norte ou do Nordeste tenha as mesmas condições, em termos de educação, que tem uma criança do Sul e do Sudeste. Estamos tratando de dar as mesmas oportunidades, na área da saúde, para aqueles que moram em Rondônia ou em Mato Grosso, daqueles que estão próximos de um Hospital Sírio Libanês, de um Hospital Albert Einstein. Esta é a realidade!

Se, hoje, uma das maiores prioridades deste País é a segurança pública, é negada, aqui nesse papel, a possibilidade de investimento para saúde pública, uma das quatro metas principais do Fust.

Se trata-se de diminuir as diferenças da participação dos deficientes, neste País, com relação às comunicações, aqui não se coloca nenhuma verba para que nós diminuamos as diferenças, no setor de informações, com relação a cerca de 17 milhões de brasileiros. Senhores, esta é a verdade!

Queremos deixar registrado que estas metas colocadas aqui foram limitadas, única e exclusivamente, à educação, mas em cima de aparelhos, de equipamentos, não de sistemas, de projetos e programas que possam promover a equidade.

Aqui não se colocou a realidade da saúde, que deveria buscar, sim, a diminuição de atendimento, com qualidade, das diferentes regiões do País, por meio de um programa de telemedicina. Aqui não se colocaram verbas a serem aplicadas para que os deficientes visuais e os deficientes físicos pudessem ter o mesmo acesso aos sistemas de comunicações que têm os considerados normais.

Pasme, sociedade brasileira! Aqui não se colocou verba para que, por meio de sistemas de comuni-

cações tecnologicamente atuais, possamos combater a insegurança que impera na sociedade hoje.

Gostaria de deixar isso registrado, Sr. Presidente, porque participei, como representante do PDT, da Comissão Permanente de Ciência e Tecnologia. Lá, de forma suprapartidária, todos contribuíram para que uma ferramenta como o Fust pudesse ser estabelecida no País. Não foi o Governo atual, mas todos os Partidos políticos, juntos, é que construíram uma das ferramentas mais importantes para promover igualdade social neste País. E, infelizmente, vemos o assunto reduzido à discussão de programa de software, de equipamento como computador.

Ora, Sr^{as} e Srs. Congressistas, discutir educação com qualidade, discutir qualidade pública no atendimento à saúde, discutir acesso ao deficiente físico e a luta contra a insegurança deste País é muito, muito mais do que isto que está proposto aqui nesta discussão.

Portanto, este é o desagravo que gostaria de trazer, dizendo que votaremos contra, mas respeitaremos a maioria que quer passar, neste instante, por cima dessas limitações e aprovar este projeto nesta tarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (PPB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, de fato, fizemos um entendimento para a votação da redação final, nesta sessão da revisão do Plano Plurianual que estamos discutindo neste momento.

Além do Fust, esta revisão altera diversos programas do Plano Plurianual, entre eles a administração tributária aduaneira, "Águas do Brasil", "Amazônia Sustentável", assistência a vítimas e testemunhas ameaçadas, assistência jurídica integral e gratuita, atenção à criança, atenção à pessoa portadora de deficiência, o "Brasil Joga Limpo", o "Brasil Jovem", capacitação dos servidores públicos em finanças e áreas afins, capacitação em difusão de notícias, cartas de crédito, cesta de alimentos, ciência e tecnologia para gestão de ecossistemas, combate à violência contra a mulher, controle de fronteiras para a proteção agropecuária, controle externo, defesa comercial. Por aí V. Ex^{as} podem entender que este é um Plano Plurianual que, na verdade, engloba uma série de grandes programas, ações de governo, programas que irão sustentar ações de governo.

Neste Plano Plurianual, nesta alteração foram apresentadas mais de 400 emendas. O Relator Santos Filho sistematizou todas, atendendo aos Srs. Par-

lamentares, Sr. Presidente. Pudemos, então, ter, com a aprovação dessa matéria, o atendimento de diversas emendas sugeridas pela Oposição, entre elas essas importantes destacadas aqui pelos oradores que me antecederam e que registraram um compromisso que fizemos para que, na próxima semana, se realizem reuniões na Anatel. Uma reunião será técnica e visará à discussão da implementação da alteração votada nesta Casa.

Como foi aqui debatido, o edital previa um sistema operacional para o computador, que era o sistema Windows, e votamos neste plenário que os computadores deveriam receber a possibilidade de funcionar com outros sistemas de forma integrada, especialmente o sistema Linux. Essa reunião técnica definirá como se fará, tecnicamente, a alteração necessária no edital da licitação, para que possamos cumprir o que foi determinado pelo Plenário.

Haverá também uma reunião sobre a política industrial, em que veremos como essa compra de mais de um R\$1 bilhão poderá favorecer a indústria nacional e o desenvolvimento de novos produtos, permitindo que haja o atendimento de novos fornecedores. As reuniões acontecerão na terça-feira e na quarta-feira próximas, às 15 horas, na Anatel.

Esse é o nosso compromisso. A Anatel informará aos concorrentes que devem alterar suas propostas para acatar essa alteração que definimos em plenário, e ainda atenderemos a um pedido de informação do Deputado Sérgio Miranda, que deseja saber a memória de cálculo que definiu a relação de custeio e despesas de capital previstas nos valores destinados no PPA e no Orçamento.

É preciso que possamos entender e esclarecer, evidentemente, em que consiste aquela despesa de capital: o que é equipamento, o que é rede e os demais detalhes que merecem um entendimento mais detalhado dos Parlamentares envolvidos nesse processo.

Registro o esforço do Deputado Júlio Semeghini, que participou de todas as reuniões, como técnico do setor. S. Ex^a e os outros companheiros nos permitiram chegar a esse acordo.

Há compromisso também de acelerarmos a tramitação das alterações do Fust que incorporarão todos os debates já feitos até agora e os que resultarão das reuniões da próxima semana.

Esse é o acordo. Agradeço a todos os Parlamentares por superarmos mais essa etapa da vida pública brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final ao Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 31, de 2001, na Câmara dos Deputados.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, esclareço a posição do PT a esta Casa, à nossa Bancada e sobretudo à Nação brasileira, que nos acompanha pelas transmissões diretas.

Chegamos a um ponto aceitável das duas grandes lutas que travamos. A primeira batalha referia-se – já abordada pelos Deputados Walter Pinheiro e Jorge Bittar e por tantos outros – à questão do software aberto, do software livre, que já ficou consignado por meio de uma emenda nossa, da nossa Bancada, acolhida e aperfeiçoada por outros Parlamentares, para que os dois sistemas operacionais convivam nos equipamentos que serão implantados em nossas escolas. Trata-se de um avanço. Em outros aspectos do PPA, também conseguimos emendas e avanços importantes.

Mas, Sr. Presidente, ainda manteremos o voto “não”, porque não chegamos ao final daquilo que gostaríamos de chegar, que é um novo edital que trouxesse em si todo o potencial que esse programa tem, como a alavancagem de uma política industrial que trouxesse claramente definidos critérios de licitação que nos parecessem os mais favoráveis. Mas avançamos também quanto a isso, Sr. Presidente.

O Deputado Ricardo Barros lembrou os pontos centrais, e ficamos quase até o início desta sessão acertando com os representantes da Anatel e com os representantes políticos do Governo nesta Casa a realização de duas audiências, de duas reuniões de trabalho. A reunião técnica discutirá a implementação dos dois sistemas, das duas plataformas, que deverão ser, ambas, integradas em redes e utilizáveis e disponíveis igualmente aos estudantes e professores. Há outros aspectos de avanço que se podem conseguir na área técnica. Haverá ainda uma reunião para a discussão da política industrial, com as empresas fornecedoras de serviço, com os fornecedores de equipamentos e com os Representantes desta Casa. Deveremos analisar aqueles aspectos centrais que viabilizem inclusive o computador popular.

Sr. Presidente, poderemos chegar ou não – é bom que se diga – a um novo edital ou a uma adaptação desse edital, mas a abertura para essa possibilidade já foi apresentada. Portanto, a nossa obstrução chega ao fim, mas não o nosso trabalho, que continuará na revisão da Lei do Fust.

Votaremos contra o projeto, mas reconhecendo, de público, os enormes avanços conseguidos no texto da lei e nos acordos feitos com a Anatel e com os Representantes do Governo nesta Casa.

O Partido dos Trabalhadores vota “não”, mas trabalha para aperfeiçoar ainda mais esse instrumento.

Muito obrigado.

O SR. DR. HÉLIO (Bloco/PDT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (Bloco/PDT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o PDT manterá o seu voto “não”, sem prejuízo da votação desta tarde. Mas esse é um primeiro passo, muito tímido, para reconhecer que, na educação, o sistema de informações poderá ser aplicado de forma democrática em obediência à diminuição das diferenças regionais.

Esperamos que o projeto seja colocado em prática ainda neste ano. Verificaremos qual o impacto social que efetivamente a redução desse programa a apenas computadores e softwares poderá de fato trazer para a criança brasileira.

Esperamos que, no próximo ano, tenhamos a possibilidade de estabelecer e cumprir as metas determinadas na discussão do Fust que dizem respeito à extensão para a saúde, para o combate à insegurança pública e para a quebra dos aspectos de barreiras providas aos deficientes físicos neste País.

Era o que tinha a dizer.

O PDT encaminha o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Antonio Carlos Pannunzio para encaminhar a votação.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (Bloco/PSDB – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, é muito importante que, ao votarmos essa matéria, saibamos o seu alcance social. Quando se fala de programas e ações do Plano Plurianual, estamos fazendo referência a uma linguagem técnica. Entretanto, se formos esmiuçar esse projeto de lei do Congresso Nacional, verificaremos o seu alcance social.

Nesta Casa, não existe uma Bancada que não se refira à inclusão social. Falarei apenas sobre uma das facetas, que é a relacionada a essa questão. Nesse sentido, mais uma vez, repelirei um termo muito em voga nos discursos políticos. Direi “inclusão de todas as crianças da escola pública”, deixando de utilizar apenas a expressão “criança pobre”. É importante que tenhamos em mente o passo que estamos dando.

Ouvi, entre os inúmeros discursos, algumas severas críticas sobre o fato de o sistema operacional mo-

nopolizar o nome de uma empresa muito famosa internacionalmente. Ora, até a escolha do sistema operacional predominante – e não é o único, uma vez que há duas opções –, o da Microsoft, foi feita de forma democrática pelo Sr. Ministro da Educação, uma consulta, em que todos os Secretários de Estado de Educação opinaram, e a decisão coletiva dos Secretários de todos os Estados foi pela adoção do da Microsoft.

Fica muito claro que, a partir do instante em que esses computadores forem distribuídos funcionando, mais ainda, em que os Estados, a exemplo do que já está acontecendo em São Paulo, onde o Governador Geraldo Alckmin determinou o aporte de R\$500 milhões para complementar essas iniciativas na área de educação, todas as crianças de escola pública passarão a ter acesso ao mais moderno meio de comunicação, que é a Internet. Esse é o objetivo maior, e não existe inclusão mais clara, mais adequada do que a

de propiciar a universalização, de fato, do acesso à informática e à Internet.

Por isso, o PSDB encaminha “sim” ao presente projeto de lei do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o parecer oferecendo a redação final ao Substitutivo do Projeto de Lei n.º 31, de 2001-CN, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, contra os votos do PC do B, do PSB, do PT e do PDT.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 31/2001-CN, que “Altera o Plano Plurianual para o período 2000 - 2003”.

Sala de Reuniões, em 03 de outubro de 2001.


Senador CARLOS BEZERRA
Presidente


Deputado SANTOS FILHO
Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 31/2001- CN

Altera o Plano Plurianual para o período 2000 - 2003.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Plano Plurianual para o quadriênio 2000/2003, aprovado pela Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000, passa a incorporar as alterações constantes desta Lei.

Art. 2º Ficam incluídos, no Anexo II da Lei nº 9.989, de 2000, os programas constantes do Anexo I a esta Lei.

Parágrafo Único - No caso do Programa de Universalização do Serviço de Telecomunicações, deverão ser utilizadas configurações instaladas que permitam diferentes alternativas de softwares nos sistemas operacionais.

Art. 3º Ficam alteradas as denominações e objetivos dos programas constantes do Anexo II da Lei nº 9.989, de 2000, na forma do Anexo II a esta Lei, a partir do exercício de 2002.

Art. 4º Ficam alteradas as ações constantes do Anexo II da Lei nº 9.989, de 2000, na forma do Anexo III e IV desta Lei, a partir do exercício de 2002.

Art. 5º Ficam excluídos, do Anexo II da Lei nº 9.989, de 2000, os programas, constantes do Anexo V a esta Lei, a partir do exercício de 2002.

Art. 6º Ficam excluídas dos respectivos programas, as ações constantes do Anexo II da Lei nº 9.989, de 2000, na forma do Anexo VI desta Lei, a partir do exercício de 2002.

Art. 7º O parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.989, de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"III - adequar as metas físicas de ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações nos seus valores, ou produto, ou unidade de medida respectivos, efetivadas pelas leis orçamentárias anuais e seus créditos adicionais ou por leis que alterem o Plano Plurianual."

Art. 8º O Poder Executivo, no prazo de 45 dias, a partir da publicação desta lei, publicará o Plano Plurianual 2000/2003 vigente, incorporando as alterações efetivadas por esta Lei, pelas Leis nº 10.178/2001 e nº 10.265/2001, e as decorrentes das leis orçamentárias de 2000 e de 2001, e respectivos créditos adicionais.

§1º O documento apresentará, para cada programa e suas ações, os respectivos valores e metas físicas executados em 2000, aqueles previstos na lei orçamentária de 2001 e seus créditos e os saldos remanescentes para o biênio 2002/2003.

§2º Nos casos de ações incluídas no Plano Plurianual, por intermédio das leis orçamentárias ou de seus créditos adicionais, na forma do art. 7º da Lei nº 9.989/2000, deverá ser observado:

- a) quando a inclusão decorrer da migração de ação já existente em outro programa, o saldo remanescente da ação migrada será transferido à nova ação;
- b) quando a inclusão decorrer da aglutinação de uma ou mais ações já existentes, os saldos remanescentes das ações aglutinadas serão incorporados à ação resultante;
- c) quando a inclusão decorrer de desmembramento de ação já existente, o saldo remanescente da ação desmembrada será distribuído proporcionalmente pelas ações resultantes;
- d) em quaisquer das hipóteses das alíneas anteriores, será preservada a regionalização prevista nas ações envolvidas.

§3º O Poder Executivo publicará, periodicamente, o Plano Plurianual vigente atualizado, em especial após a edição das leis orçamentárias anuais e de leis que o revisem.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 03 de outubro de 2001

Anexos do PL nº 31/2001-CN

(Redação Final)

Brasília/DF, em 03 de outubro de 2001

Página 1 de 22

Anexo I

PPA 2000/2003

Programas Finalísticos

Programa: 8021 COMÉRCIO ELETRÔNICO

Objetivo: Desenvolver o comércio eletrônico mediante a instituição do arcabouço jurídico necessário

Indicador:

Número de empresas integradas ao Comércio eletrônico
Valor anual do comércio eletrônico realizado pelas empresas brasileiras

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

Recursos do Orçamento da União
Fiscal e Seguridade
Despesas de Capital
Despesas Correntes
Investimento Estatal :
Demais Fontes
TOTAL

Total
1.900.000
1.900.000
1.900.000
800.000
1.100.000
0
0
1.900.000

Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
US\$ milhão		420.000 700.000		4.100.000 2.700.000	
Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
1.900.000	0	0	0	0	0
1.900.000	0	0	0	0	0
1.900.000	0	0	0	0	0
800.000	0	0	0	0	0
1.100.000	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
1.900.000	0	0	0	0	0

AÇÕES

Cód Tipo Descrição da Ação / Produto Unidade de Medida
28.2517 A Estudos para a Promoção do Comércio Eletrônico unidade
Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1
Demais Fontes R\$1
Total da Ação
28.1695 P Implantação da Autoridade Certificadora Raiz da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil

Total
7
600.000
0
600.000

METAS / CUSTOS

Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
7	0	0	0	0	0
600.000	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
600.000	0	0	0	0	0

autoridade certificadora raiz implantada % de execução física
Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1
Demais Fontes R\$1
Total da Ação
28.2523 A Treinamento para Pequenas e Médias Empresas visando o Comércio Eletrônico empresa beneficiada unidade

30
1.000.000
0
1.000.000

Recursos do Orçamento da União R\$1
Demais Fontes R\$1
Total da Ação
28.2523 A Treinamento para Pequenas e Médias Empresas visando o Comércio Eletrônico empresa beneficiada unidade
Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1
Demais Fontes R\$1
Total da Ação
Total de todas as Ações

500
300.000
0
300.000
1.900.000

Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
30	0	0	0	0	0
1.000.000	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
1.000.000	0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Programas Finalísticos

Anexo I

Programa: 8008 DESENVOLVIMENTO DA FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS - PROFLORES

Objetivo: Ampliar a inserção do agronegócio de floricultura e plantas ornamentais, de forma competitiva, no mercado globalizado

Indicador:

Área cultivada de flores no Brasil
Consumo interno per capita anual de flores
Exportação de flores pelo Brasil

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1**Recursos do Orçamento da União**

Fiscal e Seguridade
Despesas de Capital
Despesas Correntes
Investimento Estatal
Demais Fontes

TOTAL

	Unidade de Medida	Índice mais recente				Índice final PPA
		Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	
	ha			4,850	5,820	
	US\$			7,000	8,400	
	US\$ milhão			13,100	20,000	

AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida
22.1687	P	Assistência Técnica aos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais	unidade
<i>produtor assistido</i>			
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	R\$1
		Demais Fontes	R\$1
		Total da Ação	
22.2493	A	Certificação de Flores e Plantas Ornamentais	unidade
<i>produto certificado</i>			
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	R\$1
		Demais Fontes	R\$1
		Total da Ação	
22.2461	A	Pesquisa e Desenvolvimento de Flores e Plantas Ornamentais	unidade
<i>tecnologia gerada</i>			
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	R\$1
		Demais Fontes	R\$1
		Total da Ação	
22.1689	P	Sistema de Informações Comerciais e Tecnológicas do Setor Florícola	% de execução física
<i>sistema implantado</i>			
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	R\$1
		Demais Fontes	R\$1
		Total da Ação	
		Total de todas as Ações	

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Programas Finalísticos

Anexo I

Programa: 8018 DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Objetivo: Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias hidrográficas drenantes de áreas com maior densidade urbana e industrial do País

Indicador:

Carga anual poluidora abatida

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

Recursos do Orçamento da União

Fiscal e Seguridade

Despesas de Capital

Despesas Correntes

Investimento Estatal

Demais Fontes

TOTAL

Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
kg/DBO/dia		781.000.000		985.000.000	
Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
86.156.527	0	0	3.000.000	0	0
86.156.527	0	0	3.000.000	0	0
0	0	0	0	0	0
86.156.527	0	0	3.000.000	0	0
0	0	0	0	0	0
74.768.874	0	0	0	0	0
160.925.401	0	0	3.000.000	0	0

AÇÕES

Cód Tipo Descrição da Ação / Produto Unidade de Medida

44.3939 P Campanha para mobilização e conscientização para limpar os rios unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

44.1967 P Elaboração de Planos de Despoluição de Bacias Hidrográficas unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

44.3935 P Recuperação de Nascentes e de Mananciais em Áreas Urbanas km²

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

44.2905 A Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas. carga poluidora abatida contratada kg/bo/dia

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

44.3084 P Recuperação de Bacias Hidrográficas da Região Sudeste. carga poluidora abatida contratada kg/bo/dia

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

METAS / CUSTOS

Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
kg/DBO/dia		781.000.000		985.000.000	
Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
10	0	0	0	0	0
830.000	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
830.000	0	0	0	0	0
250.000	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
250.000	0	0	0	0	0
179	0	0	0	0	0
8.307.653	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
8.307.653	0	0	0	0	0
92.821	0	0	0	0	0
76.768.874	0	0	0	0	0
74.768.874	0	0	0	0	0
151.537.748	0	0	0	0	0
3.000.000	0	0	3.000.000	0	0
0	0	0	0	0	0
3.000.000	0	0	3.000.000	0	0

PPA 2000/2003

Programas Finalísticos

Programa: 8010 EDUCAÇÃO FISCAL

Objetivo: Promover o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função socioeconômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos.

Indicador:

- Taxa de abrangência municipal
- Taxa de cobertura do Programa no ensino fundamental
- Taxa de cobertura do Programa no ensino médio
- Taxa de qualificação de docentes em educação fiscal

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

Recursos do Orçamento da União		Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
		Percentagem		15,630		32,000	
		Percentagem		4,500		15,000	
		Percentagem		1,800		6,000	
		Percentagem		2,520		6,280	
Total		Norte		Nordeste		Sudeste	
6.039.256		0		0		0	
6.039.256		0		0		0	
0		0		0		0	
6.039.256		0		0		0	
0		0		0		0	
0		0		0		0	
6.039.256		0		0		0	
TOTAL		0		0		0	

AÇÕES

Cód	P	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	METAS / CUSTOS				Sul
25.1665	P	Capacitação de Recursos Humanos para Disseminação da Educação Fiscal	unidade	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	unidade	401	409	490	298	75
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
Total da Ação				0	0	0	0	0
25.1663	P	Produção e Distribuição de Material para Disseminação da Educação Fiscal	unidade	1.614	5.496	2.725	1.167	1.493
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
Total da Ação				0	0	0	0	0
Total de todas as Ações				0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Anexo I

Programas Finalísticos

Programa: 8028 ESPORTE NA ESCOLA

Objetivo: Estimular a prática desportiva por estudantes das instituições públicas de ensino fundamental e médio

Indicador:

Taxa de atendimento dos alunos de instituições públicas de ensino fundamental e médio

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

Recursos do Orçamento da União

Fiscal e Seguridade

Despesas de Capital

Despesas Correntes

Investimento Estatal

Demais Fontes

TOTAL

Total	150.000.000
150.000.000	
150.000.000	
54.400.000	
95.600.000	
0	
0	
150.000.000	

Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
Porcentagem		Em Apuração		Em Apuração	
		Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Nacional	0	0	0	0	0
150.000.000					
150.000.000					
54.400.000					
95.600.000					
0					
0					
150.000.000					

AÇÕES

Cód Tipo Descrição da Ação / Produto Unidade de Medida

51.5071 P Campanha na Área do Esporte na Escola unidade

campanha realizada

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

51.5073 P Capacitação de Recursos Humanos em Esporte Escolar unidade

pessoa capacitada

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

51.3985 P Concurso Temático sobre o Esporte unidade

concurso realizado

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

51.5075 P Edição e Distribuição de Material Técnico-Didático para o Esporte na Escola unidade

exemplar distribuído

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
Porcentagem		Em Apuração		Em Apuração	
		Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Nacional	0	0	0	0	0
150.000.000					
150.000.000					
54.400.000					
95.600.000					
0					
0					
150.000.000					

METAS / CUSTOS		Sudeste		Centro-Oeste	
		Nordeste			Sul
Nacional	0	0	0	0	0
150.000.000					
150.000.000					
54.400.000					
95.600.000					
0					
0					
150.000.000					

Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
Porcentagem		Em Apuração		Em Apuração	
		Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Nacional	0	0	0	0	0
150.000.000					
150.000.000					
54.400.000					
95.600.000					
0					
0					
150.000.000					

Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
Porcentagem		Em Apuração		Em Apuração	
		Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Nacional	0	0	0	0	0
150.000.000					
150.000.000					
54.400.000					
95.600.000					
0					
0					
150.000.000					

Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
Porcentagem		Em Apuração		Em Apuração	
		Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Nacional	0	0	0	0	0
150.000.000					
150.000.000					
54.400.000					
95.600.000					
0					
0					
150.000.000					

PPA 2000/2003

Anexo I

Programas Finalísticos

Programa: 8028 ESPORTE NA ESCOLA									
51.4377	A	Funcionamento de Núcleos de Esporte em Escolas	unidade						
		aluno beneficiado		4.645.416		4.645.416		0	0
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União		R\$1	73.100.000	0	0	0	0
		Demais Fontes		R\$1	0	0	0	0	0
		Total da Ação			73.100.000	0	0	0	0
51.5069	P	Implantação de Infra-Estrutura Esportiva em Escolas	unidade						
		escola atendida		858		858		0	0
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União		R\$1	42.900.000	0	0	0	0
		Demais Fontes		R\$1	0	0	0	0	0
		Total da Ação			42.900.000	0	0	0	0
51.5077	P	Promoção de Eventos Esportivos na Escola	unidade						
		evento realizado		4		4		0	0
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União		R\$1	10.000.000	0	0	0	0
		Demais Fontes		R\$1	0	0	0	0	0
		Total da Ação			10.000.000	0	0	0	0
		Total de todas as Ações			150.000.000	0	0	0	0

PPA 2000/2003

Programas Finalísticos

Anexo I

Programa: 8007 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Objetivo: Universalizar a cobertura e aumentar a eficiência e a eficácia da prestação dos serviços de limpeza pública, de coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos

Indicador:

- TAXA DE ATENDIMENTO COM GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS
- TAXA DE ATENDIMENTO COM SERVIÇO DE COLETA DE LIXO
- TAXA DE TRATAMENTO ADEQUADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

Recursos do Orçamento da União

- Fiscal e Seguridade
- Despesas de Capital
- Despesas Correntes
- Investimento Estatal :
- Demais Fontes

TOTAL

Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
Percentagem		Em Apuração		Em Apuração	
Percentagem		Em Apuração		Em Apuração	
Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
10.929.438	9.426.440	8.672.174	775.777	3.166.857	905.052
10.929.438	9.426.440	8.672.174	775.777	3.166.857	905.052
25.038.846	8.776.342	7.353.108	543.043	2.896.753	749.279
8.836.892	6.209.117	1.319.066	232.734	270.104	155.773
0	0	0	0	0	0
1.976.660	584.860	367.421	0	174.823	48.899
35.852.398	10.011.300	9.039.595	775.777	3.341.680	953.951

AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total
20.5013	P	Capacitação de Municípios para a Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos	unidade	1.365
Origem dos Recursos:				1.982.837
Recursos do Orçamento da União				R\$1
Demais Fontes				R\$1
Total da Ação				360.000
Estudos para a Otimização da Prestação dos Serviços de Coleta e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos				2.342.837
estudo realizado				220
Origem dos Recursos:				2.203.285
Recursos do Orçamento da União				R\$1
Demais Fontes				R\$1
Total da Ação				440.657
Implantação e Ampliação dos Sistemas de Limpeza Pública, Acondicionamento, Coleta, Disposição Final e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos				2.643.942
família beneficiada				230.190
Origem dos Recursos:				15.652.922
Recursos do Orçamento da União				R\$1
Demais Fontes				R\$1
Total da Ação				507.122
Total da Ação				16.160.044

METAS / CUSTOS

Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
Percentagem		Em Apuração		Em Apuração	
Percentagem		Em Apuração		Em Apuração	
Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
10.929.438	9.426.440	8.672.174	775.777	3.166.857	905.052
10.929.438	9.426.440	8.672.174	775.777	3.166.857	905.052
25.038.846	8.776.342	7.353.108	543.043	2.896.753	749.279
8.836.892	6.209.117	1.319.066	232.734	270.104	155.773
0	0	0	0	0	0
800.657	584.860	367.421	0	174.823	48.899
11.730.095	10.011.300	9.039.595	775.777	3.341.680	953.951

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Programas Finalísticos

Anexo I

Programa: 8007 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

20.3966 P Implantação e Ampliação dos Sistemas de Limpeza Pública, Acondicionamento, Coleta, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com Criações que Vivem do Lixo

	criança beneficiada	unidade							
Origem dos Recursos:	Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	143.751	191.322	23.959	48.311	28.093	
	Demais Fontes	R\$1	0	4.825.487	6.173.872	775.777	1.556.506	905.052	
Total da Ação			0	311.597	225.221	0	83.164	48.899	
Total de todas as Ações			0	4.937.084	6.399.093	775.777	1.639.670	953.951	
			11.730.095	10.011.300	9.039.595	775.777	3.341.680	953.951	

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; 0=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Programas Finalísticos

Anexo I

Programa: 8025 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES

Objetivo: Pesquisar, desenvolver e defender inovações tecnológicas voltadas à competitividade de produtos e serviços de telecomunicação

Indicador:

Taxa de incorporação de tecnologias desenvolvidas

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

	Total	Nacional	Norte	Unidade de Medida	Índice mais recente	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
			Porcentagem		0,000		90,000	
Recursos do Orçamento da União	382.961.250	381.961.250	0		0	0	0	1.000.000
Fiscal e Seguridade	382.961.250	381.961.250	0		0	0	0	1.000.000
Despesas de Capital	182.341.401	183.341.401	0		0	0	0	1.000.000
Despesas Correntes	198.619.849	198.619.849	0		0	0	0	0
Investimento Estatal	0	0	0		0	0	0	0
Demais Fontes	0	0	0		0	0	0	0
TOTAL	382.961.250	381.961.250	0		0	0	0	1.000.000

AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
41.4341	A	Capacitação de Recursos Humanos em Tecnologias e Pesquisa Aplicada às Telecomunicações						
		<i>unidade</i>						
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
Total da Ação				0	0	0	0	0
41.0505	E	Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações						
		<i>unidade</i>						
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
Total da Ação				0	0	0	0	0
41.4343	A	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações na Fundação CPQD						
		<i>unidade</i>						
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
Total da Ação				0	0	0	0	0
41.4333	A	Fomento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras nas Telecomunicações						
		<i>unidade</i>						
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
Total da Ação				0	0	0	0	0
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
Total da Ação				0	0	0	0	0
41.9094	P	Implantação de Pólos Tecnológicos na Região Sul						
		<i>unidade</i>						
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	1.000.000
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
Total da Ação				0	0	0	0	1.000.000

PPA 2000/2003

Anexo I

Programas Finalísticos

Programa: 8026 MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL

Objetivo: Preparar e, quando necessário, executar a mobilização para a defesa nacional, sob a orientação do Estado.

Indicador:

A DEFINIR

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

Recursos do Orçamento da União

Fiscal e Seguridade
Despesas de Capital
Despesas Correntes
Investimento Estatal
Demais Fontes
TOTAL

Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
258.005	258.005	0	0	0	0	0
258.005	258.005	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
258.005	258.005	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
258.005	258.005	0	0	0	0	0

METAS / CUSTOS

Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
/	/	0	0	0	0	0
33.000	33.000	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
33.000	33.000	0	0	0	0	0
/	/	0	0	0	0	0
42.400	42.400	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
42.400	42.400	0	0	0	0	0
/	/	0	0	0	0	0
37.400	37.400	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
37.400	37.400	0	0	0	0	0
3	3	0	0	0	0	0
145.205	145.205	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
145.205	145.205	0	0	0	0	0
258.005	258.005	0	0	0	0	0

AÇÕES

Cód Tipo Descrição da Ação / Produto Unidade de Medida

52.4429 A Adequação do Setor Produtivo aos Interesses da Defesa Nacional unidade produtiva adequada

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

52.5155 P Campanhas de Educação para Mobilização da Defesa Nacional campanha realizada

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

52.4427 A Exercícios de Mobilização para Defesa Nacional exercício de mobilização realizado

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

52.5153 P Implantação do Sistema de Mobilização para Defesa Nacional sistema implantado

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

Total de todas as Ações

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Programas Finalísticos

Anexo I

Programa: 8032 OPERAÇÕES MILITARES

Objetivo: Garantir a interoperabilidade das Forças Armadas no desempenho de ações de segurança institucional, garantia da lei e da ordem e apoio às comunidades nacional e internacional

Indicador:		A DEFINIR		Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA							
Dados Financeiros do Programa em R\$ 1															
Recursos do Orçamento da União		Total		Nacional		Norte		Nordeste		Sudeste		Centro-Oeste		Sul	
Fiscal e Seguridade		90.464.014		90.464.014		0		0		0		0		0	
Despesas de Capital		30.447.900		30.447.900		0		0		0		0		0	
Despesas Correntes		60.016.114		60.016.114		0		0		0		0		0	
Investimento Estatal		0		0		0		0		0		0		0	
Demais Fontes		0		0		0		0		0		0		0	
TOTAL		90.464.014		90.464.014		0		0		0		0		0	
AÇÕES															
Cód	Tipo	Unidade de Medida		Norte		Nordeste		Sudeste		Centro-Oeste		Sul			
2.6499	A	Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira		0		0		0		0		0			
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União		65.215.900		0		0		0		0			
		Demais Fontes		0		0		0		0		0			
Total da Ação		65.215.900		0		0		0		0		0			
2.4229	A	Operações Militares Combinadas ou Conjuntas		3		0		0		0		0			
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União		25.248.114		0		0		0		0			
		Demais Fontes		0		0		0		0		0			
Total da Ação		25.248.114		0		0		0		0		0			
Total de todas as Ações		90.464.014		0		0		0		0		0			

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES

Anexo I

PPA 2000/2003

Programas Finalísticos

Programa: 8009 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES - PRONAGER

Objetivo: Capacitar comunidades pobres visando a sua organização produtiva e inserção competitiva no mercado de trabalho

Indicador:

TAXA DE POSTOS DE TRABALHO GERADOS POR PESSOA CAPACITADA

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

Recursos do Orçamento da União		Total	Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
Fiscal e Seguridade			Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Despesas de Capital		48.680.086	32.597.086	4.824.900	6.433.200	1.206.226	2.412.450	1.206.224
Despesas Correntes		48.680.086	32.597.086	4.824.900	6.433.200	1.206.226	2.412.450	1.206.224
Investimento Estatal		0	0	0	0	0	0	0
Demais Fontes		0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		48.680.086	32.597.086	4.824.900	6.433.200	1.206.226	2.412.450	1.206.224

AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	METAS / CUSTOS		Índice mais recente		Índice final PPA	
53.1843	P	Capacitação de Técnicos Multiplicadores, Diretores de Laboratórios Organizacionais e Empreendedores			Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Origem dos Recursos:		multiplicador capacitado		460	0	138	184	35	69	34
		Recursos do Orçamento da União		1.608.300	0	482.490	643.320	120.623	241.245	120.622
		Demais Fontes		0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1.608.300	0	482.490	643.320	120.623	241.245	120.622
53.1859		Geração de Empreendimentos Produtivos		72.000	0	21.600	28.800	5.400	10.800	5.400
Origem dos Recursos:		pessoa capacitada		14.474.700	0	4.342.410	5.789.880	1.085.603	2.171.205	1.085.602
		Recursos do Orçamento da União		0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes		0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		14.474.700	0	4.342.410	5.789.880	1.085.603	2.171.205	1.085.602
53.2821		Sistema de Participação Social para Geração de Emprego e Renda - SIPGER		2	2	0	0	0	0	0
Origem dos Recursos:		sistema mantido		2.042.030	2.042.030	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União		0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes		0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		2.042.030	2.042.030	0	0	0	0	0
53.5565		Ações de Geração de Renda e Enfrentamento à Pobreza		105.360	105.360	0	0	0	0	0
Origem dos Recursos:		centro de geração de emprego e renda implantado		30.555.056	30.555.056	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União		0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes		0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		30.555.056	30.555.056	0	0	0	0	0
		Total de todas as Ações		48.680.086	48.680.086	4.824.900	6.433.200	1.206.226	2.412.450	1.206.224

OBS: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Anexo I

Programas Finalísticos

Programa: 8017 PROTEÇÃO DA ADOÇÃO INTERNACIONAL

Objetivo: Proteger os interesses de crianças e adolescentes nos processos de adoção internacional

Indicador:

Número de denúncias de violação de direitos de crianças e adolescentes adotados por residentes no exterior
Taxa de adoção internacional em relação à adoção nacional

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

Recursos do Orçamento da União

Fiscal e Seguridade
Despesas de Capital
Despesas Correntes
Investimento Estatal
Demais Fontes

TOTAL

Total
1.139.611
1.139.611
0
1.139.611
0
0
1.139.611
0

AÇÕES

Cód Tipo Descrição da Ação / Produto Unidade de Medida

30.5027 P Capacitação de Técnicos que Atuam em Processos de Adoção

pessoa capacitada

unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

Total da Ação

30.5029 P Estudos e Pesquisas na Área de Adoção

estudo/pesquisa divulgada

unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

30.1775 P Instalação da unidade da Autoridade Central Federal Administrativa de Adoção de

Crianças e Adolescentes

unidade administrativa instalada

unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

30.5025 P Promoção de Eventos em Matéria de Adoção

evento realizado

unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

Total de todas as Ações

Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
Percentagem		Em Apuração 50,000		Em Apuração 40,000	
Norte		Nordeste		Centro-Oeste	
Nacional		Sudeste		Sul	
1.139.611	0	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0	0
METAS / CUSTOS					
Norte		Nordeste		Centro-Oeste	
Nacional		Sudeste		Sul	
700	0	0	0	0	0
189.000	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
189.000	0	0	0	0	0
1	0	0	0	0	0
87.000	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
87.000	0	0	0	0	0
27	0	0	0	0	0
426.311	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
426.311	0	0	0	0	0
2	0	0	0	0	0
437.300	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
437.300	0	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Anexo I

Programas Finalísticos

Programa: 0257 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Objetivo: Garantir o acesso aos serviços de telecomunicações e de valor adicionado em estabelecimentos de ensino público, instituições de saúde pública, para as populações em localidades com menos de 100 habitantes e para as populações cuja renda não permita o acesso em base comercial, devendo ser utilizadas configurações instaladas que permitam diferentes alternativas de softwares nos sistemas operacionais.

Indicador:

Indicador:	TAXA DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PÚBLICO COM ACESSO AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE VALOR ADICIONADO				Unidade de Medida	Índice mais recente	Índice final PPA
	TAXA DE ESTABELECIMENTOS RURAIS COM ACESSO AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE VALOR ADICIONADO				Percentual	0,000	100,000
	TAXA DE INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA COM ACESSO AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE VALOR ADICIONADO				Percentual	0,000	60,000
					Percentual	0,000	50,000
Dados Financeiros do Programa em R\$ 1							
Recursos do Orçamento da União		Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste
Fiscal e Seguridade		2.686.000.000	2.685.950.000	0	50.000	0	0
Despesas de Capital		2.686.000.000	2.685.950.000	0	50.000	0	0
Despesas Correntes		2.329.818.761	2.329.768.761	0	50.000	0	0
Investimento Estatal		356.181.239	356.181.239	0	0	0	0
Demais Fontes		0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	0	0	0	0	0
		2.686.000.000	2.685.950.000	0	50.000	0	0
ACÕES							
Cód	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste
41.1319	P Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações em Instituições de Saúde Pública	unidade	13.1.000	0	0	0	0
	acesso em serviço						
Origem dos Recursos:	Recursos do Orçamento da União	R\$1	703.470.100	0	0	0	0
	Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
	Total da Ação		703.470.100	0	0	0	0
41.1323	P Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações em Localidades Onde o Custo dos Serviços Não Possa Ser Recuperado com Sua Exploração Comercial	unidade	44.004	0	4	0	0
	acesso em serviço						
Origem dos Recursos:	Recursos do Orçamento da União	R\$1	435.438.300	0	50.000	0	0
	Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
	Total da Ação		435.438.300	0	50.000	0	0
41.1321	P Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações nos Estabelecimentos Públicos de Ensino e Bibliotecas Públicas	unidade	93.000	0	0	0	0
	acesso em serviço						
Origem dos Recursos:	Recursos do Orçamento da União	R\$1	1.523.091.600	0	0	0	0
	Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
	Total da Ação		1.523.091.600	0	0	0	0

Anexo I

PPA 2000/2003

Programas Finalísticos

Programa: 0257 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

41.4459	A	Monitoramento da Universalização dos Serviços de Telecomunicações acesso telefônico implantado	unidade	23.360.000	23.360.000	0	0	0	0	0
Origem dos Recursos:				R\$1	24.000.000	0	0	0	0	0
Demais Fontes				R\$1	0	0	0	0	0	0
Total da Ação					24.000.000	0	0	0	0	0
Total de todas as Ações					2.686.000.000	2.685.950.000	50.000	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, Q=OUTRAS AÇÕES

Anexo I

PPA 2000/2003

Programas Finalísticos

Programa: 8035 INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTES

Objetivo: Adequar, construir rodovias federais e realizar infra-estrutura em portos

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

Recursos do Orçamento da União
Fiscal e Seguridade
Despesas de Capital
Despesas Correntes
Investimento Estatal
Demais Fontes
TOTAL

Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
15.000.000	15.000.000	0	0	0	0	0
15.000.000	15.000.000	0	0	0	0	0
15.000.000	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
15.000.000	15.000.000	0	0	0	0	0

39.5850 P Adequação de Rodovias Federais
obra executada % de execução física

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União
Demais Fontes
Total da Ação

R\$1	5.000.000	0	0	0	0	0
R\$1	0	0	0	0	0	0
	5.000.000	0	0	0	0	0

39.5852 P Construção de Rodovias Federais
obra executada % de execução física

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União
Demais Fontes
Total da Ação

R\$1	5.000.000	0	0	0	0	0
R\$1	0	0	0	0	0	0
	5.000.000	0	0	0	0	0

39.5852 P Infra-estrutura Portuária

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União
Demais Fontes
Total da Ação

R\$1	5.000.000	0	0	0	0	0
R\$1	0	0	0	0	0	0
	5.000.000	0	0	0	0	0

PPA 2000/2003

Anexo I

Programas de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 8006 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES

Objetivo: Apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área de comunicações

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1		Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Recursos do Orçamento da União		620.000	620.000	0	0	0	0	0
Fiscal e Seguridade		620.000	620.000	0	0	0	0	0
Despesas de Capital		0	0	0	0	0	0	0
Despesas Correntes		620.000	620.000	0	0	0	0	0
Investimento Estatal		0	0	0	0	0	0	0
Demais Fontes		0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		620.000	620.000	0	0	0	0	0

AÇÕES

METAS / CUSTOS

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
41.4303	A	Estudos para implantação do Órgão Regulador de Serviços Postais	unidade	2	2	0	0	0	0	0
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	R\$1	420.000	420.000	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		420.000	420.000	0	0	0	0	0
41.4321	A	Formulação de Políticas para o Setor de Comunicações	-							
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	R\$1	200.000	200.000	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		200.000	200.000	0	0	0	0	0
		Total de todas as Ações		620.000	620.000	0	0	0	0	0

3: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Anexo I

Programas de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 0782 GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

Objetivo: Aumentar a eficiência e a eficácia na aplicação de recursos públicos pelo Poder Executivo Federal e zelar pela regularidade da gestão dos administradores públicos federais

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1		Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Recursos do Orçamento da União		35.358.670	34.048.570	1.310.100	0	0	0	0
Fiscal e Seguridade		35.358.670	34.048.570	1.310.100	0	0	0	0
Despesas de Capital		487.000	487.000	0	0	0	0	0
Despesas Correntes		34.871.670	33.561.570	1.310.100	0	0	0	0
Investimento Estatal		0	0	0	0	0	0	0
Demais Fontes		0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		35.358.670	34.048.570	1.310.100	0	0	0	0

AÇÕES

METAS / CUSTOS

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul	
25.2073	A	Avaliação da Execução das Ações Integrantes de Programas Governamentais									
		ação avaliada	unidade	99.180	76.818	3.999	6.642	4.025	3.741	3.955	
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	3.609.150	2.299.050	1.310.100	0	0	0	0	
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	
		Total da Ação		3.609.150	2.299.050	1.310.100	0	0	0	0	
25.2072	A	Avaliação da Gestão dos Administradores Públicos Federais									
		gestão avaliada	unidade	7.326	6.103	162	242	310	384	125	
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	11.553.520	11.553.520	0	0	0	0	0	
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	
		Total da Ação		11.553.520	11.553.520	0	0	0	0	0	
25.2080	A	Sistema Informatizado da Secretaria Federal de Controle									
		sistema mantido	unidade	6	6	0	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	20.196.000	20.196.000	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		20.196.000	20.196.000	0	0	0	0	0	
		Total de todas as Ações		35.358.670	34.048.570	1.310.100	0	0	0	0	

OBS: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

Página 19 de 22

Anexo I

PPA 2000/2003

Programas de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 8002 GOVERNO ELETRÔNICO

Objetivo: Ampliar a oferta de serviços públicos por meio eletrônico com vistas à melhoria da qualidade e tempestividade do atendimento ao cidadão

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

Recursos do Orçamento da União		Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Fiscal e Seguridade		62.009.668	62.009.668	0	0	0	0	0
Despesas de Capital		62.009.668	62.009.668	0	0	0	0	0
Despesas Correntes		2.200.000	2.200.000	0	0	0	0	0
Investimento Estatal		59.809.668	59.809.668	0	0	0	0	0
Demais Fontes		0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		62.009.668	62.009.668	0	0	0	0	0

AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
41.4323	A	Capacitação de Agentes envolvidos no Programa Governo Eletrônico	unidade	7.984	7.984	0	0	0	0	0
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	R\$1	8.771.695	8.771.695	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Total da Ação		Elaboração de Plano de Universalização do Acesso a Serviços Públicos por Meio Eletrônico		8.771.695	8.771.695	0	0	0	0	0

Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	% de execução física	100	100	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	392.472	392.472	0	0	0	0	0
Total da Ação		Implantação da Rede de Comunicação Informatizada do Governo Federal - Rede		392.472	392.472	0	0	0	0	0

Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	% de execução física	1,5	1,5	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	14.088.000	14.088.000	0	0	0	0	0
Total da Ação		Instalação de Pontos de Acesso a Serviços Públicos por Meio Eletrônico		14.088.000	14.088.000	0	0	0	0	0

Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	unidade	14.271	14.271	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	21.307.501	21.307.501	0	0	0	0	0
Total da Ação		Ponto de acesso instalado		21.307.501	21.307.501	0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES

Página 20 de 22

Anexo I

PPA 2000/2003

Programas de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 8002 GOVERNO ELETRÔNICO

Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	% de execução física	10	10	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	9.800.000	9.800.000	0	0	0	0	0
Total da Ação		Promoção do Uso de Sistemas de Atendimento ao Cidadão por Meios Eletrônicos		9.800.000	9.800.000	0	0	0	0	0

Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	unidade	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	7.650.000	7.650.000	0	0	0	0	0
Total da Ação		Campanha realizada		7.650.000	7.650.000	0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Programas de Gestão de Políticas Públicas

Anexo I

Programa: 9990 RESPONSABILIDADE FISCAL PARA A ESTABILIDADE

Objetivo: Contribuir, de forma permanente, para o ajuste fiscal com vistas à estabilidade econômica

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

Recursos do Orçamento da União		Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Fiscal e Seguridade		8.933.517	8.933.517	0	0	0	0	0
Despesas de Capital		8.933.517	8.933.517	0	0	0	0	0
Despesas Correntes		314.000	314.000	0	0	0	0	0
Investimento Estatal		8.619.517	8.619.517	0	0	0	0	0
Demais Fontes		0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		8.933.517	8.933.517	0	0	0	0	0

AÇÕES

Cód	Tip	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
47.1777	P	Avaliação do Impacto da Implantação da LRF								
		sistema implantado	% de execução física	40	40	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	1.660.000	1.660.000	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1.660.000	1.660.000	0	0	0	0	0
47.1801	P	Cooperação para Capacitação Municipal em Gestão Pública e Responsabilidade Fiscal								
		município assistido	unidade	1.500	1.500	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	2.999.017	2.999.017	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		2.999.017	2.999.017	0	0	0	0	0
47.1745	P	Desenvolvimento de Portal de Informações Fiscais de Estados e Municípios								
		portal desenvolvido	% de execução física	40	40	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	350.000	350.000	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		350.000	350.000	0	0	0	0	0
47.1599	P	Implementação de projetos para o desempenho fiscal da Administração Pública								
		tribunal de contas atendido	unidade	35	35	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	205.500	205.500	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		205.500	205.500	0	0	0	0	0
47.2861	A	Monitoramento da Evolução dos Indicadores de Desempenho Fiscal dos Municípios								
		estudo realizado	unidade	3	3	0	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	3.719.000	3.719.000	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		3.719.000	3.719.000	0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

TOTAL DOS NOVOS PROGRAMAS

Anexo I

Dados Financeiros Totais em R\$ 1		Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Recursos do Orçamento da União		3.618.896.342	3.572.506.942	15.561.440	15.155.374	7.982.003	5.579.307	2.111.276
Fiscal e Seguridade		3.618.896.342	3.572.506.942	15.561.440	15.155.374	7.982.003	5.579.307	2.111.276
Despesas de Capital		2.645.497.908	2.621.129.383	8.776.342	7.403.108	3.543.043	2.896.753	1.749.279
Despesas Correntes		974.398.434	951.377.559	6.785.098	7.752.266	4.438.960	2.682.554	1.361.997
Investimento Estatal		0	0	0	0	0	0	0
Demais Fontes		76.745.534	75.569.531	594.860	367.421	0	174.823	48.899
TOTAL GERAL		3.695.641.876	3.651.076.473	16.146.300	15.522.795	7.982.003	5.754.130	3.160.175

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa

Página: 1/7

Anexo II

Revisão Proposta Programa / Objetivo	
0770	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA Garantir a realização da arrecadação tributária, promover a justiça fiscal e combater a evasão fiscal, o contrabando e o descaminho e modernizar o sistema tributário
0497	ÁGUAS DO BRASIL Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade
0502	AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL Promover o desenvolvimento da Amazônia, mediante o uso sustentável de seus recursos naturais
0670	ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS Garantir proteção especial a testemunhas e a vítimas sobreviventes de crimes
0699	ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA Prestar assistência jurídica gratuita ao cidadão, contribuindo para a democratização da Justiça
0067	ATENÇÃO À CRIANÇA Assegurar o atendimento a crianças carentes de até seis anos em creches, pré-escolas ou outras alternativas comunitárias
0065	ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA Assegurar os direitos, promover condições de acessibilidade e combater a discriminação de pessoas portadoras de deficiência
0516	BRASIL JOGA LIMPO Reduzir a geração, aumentar a taxa de coleta e de disposição final adequada, a reciclagem, o reaproveitamento e o tratamento de resíduos e garantir meios de disposição ambientalmente adequados
0070	BRASIL JOVEM Atender jovens carentes de 15 a 24 anos em risco pessoal e social em comunidades de baixa renda
0777	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM FINANÇAS PÚBLICAS E ÁREAS AFINS Desenvolver recursos humanos do setor público em finanças públicas e áreas afins, mediante formação de carreiras e educação continuada
0252	CAPTAÇÃO E DIFUSÃO DE NOTÍCIAS Divulgar material jornalístico sobre os atos governamentais nos campos social, político, econômico, educativo, cultural, científico, recreativo e de utilidade pública
0904	CARTA DE CRÉDITO Ampliar o acesso à moradia e melhorar a qualidade das habitações da população urbana
0069	CESTA DE ALIMENTOS Reduzir a fome da população brasileira com carência de alimentação básica
0468	Ciência E TECNOLOGIA PARA A GESTÃO DE ECOSISTEMAS Desenvolver, divulgar e utilizar o conhecimento científico e tecnológico para o gerenciamento racional dos ecossistemas brasileiros e de sua biodiversidade
0156	COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER Combater a violência doméstica e sexual contra a mulher
0357	CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária
0550	CONTROLE EXTERNO Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos federais em benefício da sociedade, bem como auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo
0418	DEFESA COMERCIAL Defender o sistema produtivo nacional contra práticas desleais de comércio e surtos de importação e prestar assistência ao exportador brasileiro submetido a processos de defesa comercial no exterior

Página: 2/7

Anexo II**PPA 2000/2003****Alteração de Denominação e Objetivo de Programa**

Revisão Proposta Programa / Objetivo	
0153	DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Cobrir a violação de direitos da criança e do adolescente
0049	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL Ampliar e melhorar a oferta de atendimento aos portadores de necessidades educacionais especiais
0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUITA Elevar a competitividade do setor frutícola
5005	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA Ampliar a produção brasileira de açúcar e de álcool
0419	DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS Promover o fortalecimento econômico-administrativo das micro, pequenas e médias empresas por intermédio do crédito e da capacitação gerencial
0045	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO Contribuir para a oferta de vagas no ensino médio e promover a melhoria de sua qualidade
0094	DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável do Entorno do Distrito Federal
0776	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL Assegurar a solidez do Sistema Financeiro Nacional
9998	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR II Desenvolver a infra-estrutura turística da Região Nordeste
0366	DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS - PRODECER Estimular e desenvolver a implantação de agricultura moderna e empresarial, de médio porte, na região dos cerrados
0779	DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS PRIVADOS, CAPITALIZAÇÃO, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO Garantir o adequado funcionamento e o desenvolvimento dos mercados de seguros, previdência privada aberta, capitalização e resseguro
0077	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Bacia do Itabapoana, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0079	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA CHAPADA DAS MANGABEIRAS Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Chapada das Mangabeiras, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos
0080	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA CHAPADA DO ARAPIPE Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Chapada do Araripe, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0083	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA ZONA DA MATA CANAVIEIRA NORDESTINA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Zona da Mata Canavieira Nordestina, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos
0076	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DE ÁGUAS EMENDADAS Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião de Águas Emendadas, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais

PPA 2000/2003

Página: 3/7

Anexo II

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa

Revisão Proposta Programa / Objetivo	
0074	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO ALTO SOLIMÕES Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Alto Solimões, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0078	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Bico do Papagaio, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0090	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DA RIBEIRA E GUARAQUECABA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Vale da Ribeira e Guaraquecaba, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0082	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA E DO MUCURI Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos
0091	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DO RIO ACRE Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Vale do Rio Acre, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0092	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO XINGÓ Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Xingó, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0075	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0081	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da metade sul do Rio Grande do Sul, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0120	DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA FAIXA DE FRONTEIRA Contribuir para o desenvolvimento social da faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira terrestre brasileira, buscando sua ocupação e utilização de forma compatível com a importância territorial estratégica
0467	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA NUCLEAR Gerar conhecimentos e desenvolver produtos e serviços, aplicáveis na saúde, no meio ambiente e no setor produtivo, utilizando tecnologia nuclear
0154	DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS Promover, garantir e defender os direitos individuais, coletivos e difusos da população brasileira, assegurando acesso aos mecanismos necessários para o exercício pleno da cidadania
0283	DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL Oferecer melhor infra-estrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural e álcool combustível
0052	EDUCAÇÃO AMBIENTAL Promover a conscientização, capacitação e mobilização dos diversos segmentos da sociedade para prevenção e solução dos problemas ambientais
0638	ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO Formar e capacitar recursos humanos com estudos em todos os níveis, necessários para a defesa terrestre
0042	ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS Melhorar a qualidade do ensino fundamental

Página: 4/7
Anexo II

PPA 2000/2003

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa

Revisão Proposta Programa / Objetivo	
0180	ESPORTE SOLIDÁRIO Diminuir a situação de exclusão de idosos acima de 60 anos e de jovens e adolescentes carentes na faixa etária de 10 a 24 anos pela intensificação da prática desportiva
0505	FLORESTAR Aumentar a oferta de produtos e subprodutos florestais oriundos de áreas plantadas e manejadas
0506	FLORESTAS SUSTENTÁVEIS Promover o uso sustentável dos recursos florestais, conciliando os interesses dos usuários dos recursos com a necessidade de conservação
0774	FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS Melhorar a gestão dos recursos públicos dos Estados e Municípios na área fiscal, contribuindo para o ajuste fiscal e possibilitando a racionalização e transparência na sua aplicação
0773	GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO Contribuir para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da recuperação de haveres do Estado
0625	GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL Apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área das Forças Armadas
0276	GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA Apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área de energia
0771	GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO Garantir o cumprimento dos índices de metas para a inflação definidos pelo Governo Federal
0802	GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL Elaborar, gerir a execução e avaliar os resultados do Plano Plurianual, visando à melhoria da qualidade do gasto público
0795	GESTÃO DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO Garantir a elaboração e execução dos Orçamentos da União
0792	GESTÃO PÚBLICA EMPREENDEDORA Promover a melhoria da gestão pública, visando à ampliação dos resultados para o cidadão
0311	GESTÃO URBANA E METROPOLITANA Aumentar a eficiência e a eficácia da gestão urbana e metropolitana e da qualidade e produtividade dos serviços urbanos
0285	INDÚSTRIA PETROQUÍMICA Aumentar a oferta de produtos básicos da indústria petroquímica para atendimento ao mercado
0796	INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS Fornecer informações de natureza estatística - demográfica e socioeconômica - e geográfica e ambiental
0805	INFRA-ESTRUTURA URBANA Contribuir para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, mediante a reestruturação de sua infra-estrutura urbana
0641	INTELIGÊNCIA NACIONAL Desenvolver atividades de inteligência de interesse do Estado e da Sociedade
0379	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM Promover o desenvolvimento sustentável de áreas irrigadas e irrigáveis, elevando os níveis de produção e produtividade agrícola, com a consequente melhoria das condições de vida do homem do campo

PPA 2000/2003

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa

Página: 5/7

Anexo II

Revisão Proposta Programa / Objetivo	
0415	JOVEM EMPREENDEDOR Criar oportunidades de trabalho para jovens com dificuldade de inserção no mercado de trabalho ou sem experiência no mercado formal
0168	LIVRO ABERTO Estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas e propiciar a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário
0813	MONUMENTA: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade
0128	MORAR MELHOR Contribuir para a redução do déficit habitacional quantitativo e qualitativo da população em estado de exclusão social
0665	NACIONAL ANTIDROGAS Prevenir o uso indevido de substâncias que causem dependência física ou psíquica e promover o tratamento, a recuperação e a reinserção social de indivíduos com transtornos decorrentes do uso dessas drogas
0228	NAVEGAÇÃO INTERIOR Prestar serviços de transporte hidroviário de cargas e passageiros no rio São Francisco até sua transferência para a iniciativa privada
0514	NOSSOS RIOS: ARAGUAIA-TOCANTINS Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade na bacia do rio Araguaia-Tocantins
0513	NOSSOS RIOS: PARAÍBA DO SUL Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade na bacia do rio Paraíba do Sul
0507	NOSSOS RIOS: SÃO FRANCISCO Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade na bacia do rio São Francisco
0099	NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO Elevar o número de trabalhadores colocados pelo Sistema Nacional de Emprego - SINE, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego pela maior abrangência da intermediação do emprego e da assistência financeira temporária ao trabalhador
0810	PBQP - HABITAT - PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT Melhorar a qualidade e a produtividade do setor de construção habitacional
0006	PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS Prevenir e manter sob controle as doenças passíveis de imunização
0002	PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES Reduzir a morbimortalidade por doenças transmitidas por vetores
0509	PROBEM DA AMAZÔNIA Promover o desenvolvimento da bioindústria na Amazônia, tendo por base a biodiversidade, a aplicação de biotecnologia e a ampliação das oportunidades de investimento na região
0758	PRODUÇÃO DE MOEDA E DOCUMENTOS DE SEGURANÇA Suprir o meio circulante com cédulas e moedas e atender ao mercado de documentos de segurança
0373	PRODUTIVIDADE DA CITRICULTURA Elevar a produtividade da citricultura brasileira mediante o monitoramento e o controle das pragas de maior impacto na exploração e que restringem a comercialização do produto
0363	PRODUTIVIDADE DE OLEAGINOSAS Elevar a produtividade das oleaginosas mediante melhoramento genético, controle de pragas e incorporação de novas tecnologias

PPA 2000/2003

Página: 6/7

Anexo II

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa

Revisão Proposta Programa / Objetivo	
0479	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR PETROLÍFERO Promover a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico aplicados na indústria do petróleo e gás natural
0496	PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA Contribuir para a proteção da Amazônia Legal brasileira de pressões ao meio ambiente e do exercício de atividades ilícitas, mediante vigilância permanente
0007	QUALIDADE DO SANGUE Garantir a qualidade e a auto-suficiência em sangue, componentes, derivados sanguíneos e correlatos
0793	QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO Promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão
0775	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DA UNIÃO Aumentar a recuperação de créditos não-pagos e reduzir as perdas judiciais da União em matéria fiscal
0803	RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO Ampliar as fontes de recursos não-fiscais para financiamento de programas e de outras oportunidades de investimentos a eles associados
0288	REFINO DE PETRÓLEO Ampliar e otimizar o parque de refino, adequando-o para maximizar o processamento de petróleo nacional e atender às exigências ambientais e de qualidade do mercado
0119	SANEAMENTO BÁSICO Prover saneamento básico em municípios com menos de 30.000 habitantes para eliminar as condições ambientais responsáveis pela ocorrência de agravos ou que ofereçam riscos iminentes ao seu aparecimento
0122	SANEAMENTO É VIDA Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade na prestação dos serviços de saneamento básico pelas concessionárias públicas e privadas
0666	SEGURANÇA DO CIDADÃO Reduzir a criminalidade
0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos
0637	SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS Prestar assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar das Forças Armadas, seus dependentes e efetuar o controle das condições de saúde de
0756	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EM PARCERIA COM A INICIATIVA PRIVADA Desenvolver e operar sistemas de informação e informática em parceria com o setor privado, para atendimento de necessidades do Governo Federal e aperfeiçoamento da qualidade dos seus serviços
0751	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA O SETOR PÚBLICO Desenvolver e manter sistemas de informação e informática contratados por órgãos responsáveis pela gestão das finanças públicas e por sistemas estruturadores e integradores do Governo Federal
0255	SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO Promover maior abrangência e disponibilidade dos serviços de radiodifusão
0254	TELEFONIA FIXA Garantir a prestação do serviço telefônico fixo comutado em localidades com população superior a 100 habitantes
0040	TODA CRIANÇA NA ESCOLA Contribuir para a universalização do ensino fundamental, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência.
0289	TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL Ampliar a infra-estrutura para transporte dutoviário de petróleo, gás natural e derivados, visando o atendimento do mercado

PPA 2000/2003
Alteração de Denominação e Objetivo de Programa
Página: 7/7
Anexo II

Revisão Proposta	Programa / Objetivo
0290	TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS Atender ao mercado de transporte marítimo para movimentação de petróleo e derivados
5003	TRANSPORTE RODOVIÁRIO URBANO Melhorar a qualidade e a produtividade na prestação do serviço público de transporte rodoviário urbano nos Municípios com população superior a 75 mil habitantes
0024	VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS Evitar a entrada e disseminação de doenças transmissíveis em portos, aeroportos e fronteiras e garantir a qualidade e segurança dos produtos para consumo humano
0257	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES Garantir o acesso aos serviços de telecomunicações e de valor adicionado em estabelecimento de ensino público, instituições de saúde pública, para as populações em localidade com menos de 100 habitantes e para as populações cuja renda não permita o acesso em base comercial, devendo ser utilizadas configurações instaladas que permitam diferentes alternativas de softwares nos sistemas operacionais.

PPA 2000/2003
Ações Alteradas
Página: 1/21
Anexo III

0167 - BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tip	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
6333	O	AUTORIZAÇÃO DE EIA-RIMA E DE PESQUISAS E SALVAMENTO ARQUEOLÓGICOS <i>pesquisa autorizada</i>							
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0
6334	O	AUTORIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ENTRADA E SAÍDA DE OBRAS DE ARTE E OFÍCIOS <i>movimentação de obra de arte e ofício</i>							
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0
6335	O	AUTORIZAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÕES EM BENS PROTEGIDOS <i>projeto autorizado</i>							
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Ações Alteradas

Página: 2/21

Anexo III

0233 - CORREDOR MERCOSUL				PROGRAMA / AÇÕES					METAS / CUSTOS			
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul		
7331	O	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	km									
		trecho construído										
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	546.960.000	0	0	0	0	0	0	546.960.000	0
		Total da Ação		546.960.000	0	0	0	0	0	0	546.960.000	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Ações Alteradas

Página: 3/21

Anexo III

0235 - CORREDOR NORDESTE				PROGRAMA / AÇÕES					METAS / CUSTOS			
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul		
7325	O	RECUPERAÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE	% de execução física									
		trecho recuperado										
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	1.128.476.000	0	0	1.128.476.000	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1.128.476.000	0	0	1.128.476.000	0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Ações Alteradas

Página: 4/21

Anexo III

0236 - CORREDOR OESTE-NORTE				PROGRAMA / AÇÕES					METAS / CUSTOS			
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul		
7302	O	ADEQUAÇÃO E MELHORAMENTOS DO PORTO DE MANAUS PARA PASSAGEIROS	% de execução física									
		obra executada										
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	15.751.000	0	15.751.000	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		15.751.000	0	15.751.000	0	0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Ações Alteradas

Página: 5/21

Anexo III

0231 - CORREDOR TRANSMETROPOLITANO									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
7329	O	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO obra executada	% de execução física						
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	301.423.000	0	0	0	301.423.000	0
		Total da Ação		301.423.000	0	0	0	301.423.000	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Ações Alteradas

Página: 6/21

Anexo III

0695 - DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
6108	O	HARMONIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA COM OS BLOCOS ECONÔMICOS norma publicada	Unidade						
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Ações Alteradas

Página: 7/21

Anexo III

0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
9522	O	CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOCANTINS aeroporto construído	Unidade						
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	47.000.000	0	47.000.000	0	0	0
		Total da Ação		47.000.000	0	47.000.000	0	0	0

Página: 7/21

Anexo III

PPA 2000/2003

Ações Alteradas

[illegible]

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES

Página: 8/21

Anexo III

PPA 2000/2003

Ações Alteradas

0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PROGRAMA / AÇÕES				METAS / CUSTOS						
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
0	0	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO SÃO FRANCISCO								
		aeroporto reformado/implantado								
			Unidade							
Revisão		Recursos do Orçamento da União		0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes		90.595.735	0	0	30.529.542	10.066.193	0	0
		Total da Ação		90.595.735	0	0	80.529.542	10.066.193	0	0

PPA 2000/2003

Ações Alteradas

Página: 9/21

Anexo III

0420 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR

PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
0893	O	RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS <i>trecho recuperado</i>	km							
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	43.021.111	0	0	43.021.111	0	0	0
		Total da Ação		43.021.111	0	0	43.021.111	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Ações Alteradas

Página: 10/21

Anexo III

9998 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR II

PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
9302	O	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS <i>trecho construído</i>	km							
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	31.752.000	31.752.000	0	0	0	0	0
		Total da Ação		31.752.000	31.752.000	0	0	0	0	0

9306 O IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

habitante beneficiado
Unidade

Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	95.067.000	95.067.000	0	0	0	0	0
		Total da Ação		95.067.000	95.067.000	0	0	0	0	0

9324 O IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

Unidade
FAMÍLIA BENEFICIADA

Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	63.315.000	63.315.000	0	0	0	0	0
		Total da Ação		63.315.000	63.315.000	0	0	0	0	0

0887 O RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS

trecho recuperado
km

Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	31.563.000	31.563.000	0	0	0	0	0
		Total da Ação		31.563.000	31.563.000	0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003
Ações Alteradas

Página: 11/21
Anexo III

0297 - ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS

PROGRAMA / AÇÕES			
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida
7352	O	ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE (PA) DE 11.000 MW estudo realizado	Unidade
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1
		Demais Fontes	R\$1
		Total da Ação	

METAS / CUSTOS			
	Norte	Nordeste	Sul
	0	0	0
	0	0	0
	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003
Ações Alteradas

Página: 12/21
Anexo III

0358 - ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA

PROGRAMA / AÇÕES		
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto
0753	O	VACINAÇÃO DE BOVINOS E BUBALINOS animal vacinado
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União
		Demais Fontes
		Total da Ação

METAS / CUSTOS			
	Norte	Nordeste	Sul
	0	0	0
	66.828.000	61.500.000	76.160.000
	66.828.000	61.500.000	76.160.000

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003
Ações Alteradas

Página: 13/21
Anexo III

0780 - GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS

PROGRAMA / AÇÕES			
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida
6126	O	ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DE MERCADO análise realizada	Unidade
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1
		Demais Fontes	R\$1
		Total da Ação	

METAS / CUSTOS			
	Norte	Nordeste	Sul
	0	0	0
	0	0	0
	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Página: 14/21

Ações Alteradas

Anexo III

0011 - PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA

			PROGRAMA / AÇÕES		Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS				Sul
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto											
6136	O	APOIO À ONCOLOGIA PEDIÁTRICA - PROJETO CRIANÇA E VIDA <i>criança/adolescente beneficiado</i>											
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União			R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes			R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação				0	0	0	0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Página: 15/21

Ações Alteradas

Anexo III

0009 - PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM

			PROGRAMA / AÇÕES		Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS				Sul
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto											
7701	O	NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES SOBRE CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS LABORAIS PARA AUXILIARES DE ENFERMAGEM <i>norma publicada</i>											
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União			R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes			R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação				0	0	0	0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

Página: 16/21
Anexo III

PPA 2000/2003
Ações Alteradas

0501 - QUALIDADE AMBIENTAL									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
7527	O	APOIO TÉCNICO AOS ESTUDOS VOLTADOS À PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E À RECUPERAÇÃO DE DANOS CAUSADOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO	Unidade						
assistência prestada									
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0
METAS / CUSTOS									
6705 O INSERÇÃO DA VARIÁVEL AMBIENTAL NAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS DE REGULAÇÃO DO USO DO SOLO URBANO									
norma publicada									
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0
6703 O INSERÇÃO DE DIRETRIZES AMBIENTAIS NA CONCESSÃO DE CRÉDITOS OFICIAIS PARA INVESTIMENTOS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS									
norma publicada									
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0
6704 O INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA INCENTIVO À MUDANÇA DE PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO NAS ÁREAS URBANAS E RURAIS E AO USO DE TECNOLOGIAS LIMPAS									
norma publicada									
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003
Ações Alteradas

Página: 17/21
Anexo III

0501 - QUALIDADE AMBIENTAL									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
7903	O	NORMAS DE ESTÍMULO PARA INCORPORAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL PELAS EMPRESAS (ISO 14000)							
		norma publicada	Unidade						
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0
7904	O	NORMAS E CRITÉRIOS PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES EFETIVA OU POTENCIALMENTE POLUIDORAS							
		norma publicada	Unidade						
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0
7905	O	NORMAS E PADRÕES RELATIVOS AO CONTROLE E A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE							
		norma publicada	Unidade						
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0
7906	O	NORMAS PARA CONTROLE AMBIENTAL DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS, INCLUSIVE OS POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES							
		norma publicada	Unidade						
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003
Ações Alteradas

0221 - QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

PROGRAMA / AÇÕES			Unidade de Medida
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	
7526	O	ARRENDAMENTOS EM ÁREAS PORTUÁRIAS	
		área arrendada	m²
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1
Proposta		Demais Fontes	R\$1
		Total da Ação	
7523	O	IMPLANTAÇÃO DE AUTORIDADES PORTUÁRIAS	
		autoridade portuária implantada	Unidade
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1
Proposta		Demais Fontes	R\$1
		Total da Ação	
7524	O	OUTORGA DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO INTERIOR	
		outorga concedida	Unidade
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1
Proposta		Demais Fontes	R\$1
		Total da Ação	
7525	O	PARCERIAS EM PORTOS	
		parceria realizada	Unidade
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1
Proposta		Demais Fontes	R\$1
		Total da Ação	

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Ações Alteradas

Página: 19/21

Anexo III

0226 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA										
PROGRAMA / AÇÕES				METAS / CUSTOS						
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
7522	O	CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	km							
		trecho concedido								
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0

NOTAS: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Ações Alteradas

Página: 20/21

Anexo III

0520 - TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO										
PROGRAMA / AÇÕES					METAS / CUSTOS					
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
7910	0	CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE ADUÇÃO AOS CENTROS DE DEMANDA DE IRRIGAÇÃO								
		<i>obra construída</i>	% de execução física							
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	400.000.000	0	0	400.000.000	0	0	0
		Total da Ação		400.000.000	0	0	400.000.000	0	0	0
7909	0	CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE ADUÇÃO AOS CENTROS URBANOS								
		<i>obra construída</i>	% de execução física							
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	400.000.000	0	0	400.000.000	0	0	0
		Total da Ação		400.000.000	0	0	400.000.000	0	0	0

PPA 2000/2003

Ações Alteradas

Página: 21/21

Anexo III

0520 - TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
Dados Financeiros Totais Revisão em R\$ 1									
		Recursos do Orçamento da União		Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
		Fiscal e Seguridade		0	0	0	0	0	0
		Despesas de Capital		0	0	0	0	0	0
		Despesas Correntes		0	0	0	0	0	0
		Investimento Estatal		0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes		4.577.599,189	221.697.000	190.606.094	2.175.212,165	1.123.430,180	623.120,000
		Total Geral Revisão		4.577.599,189	221.697.000	190.606.094	2.175.212,165	1.123.430,180	623.120,000

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - RESOLUÇÃO Nº 100 - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

ANEXO IV

AÇÃO	Em R\$ 1,00
VALOR	
PROGRAMA: 0274 ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	
9052 AÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA PARA IMPLANTAÇÃO DE CENTRAIS EÓLICAS NO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO	1.500.000
9060 LEVANTAMENTO DO POTENCIAL EÓLICO OFF SHORE NO LAGO DE SOBRADINHO NA REGIÃO DO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO	400.000
Total do Programa:	1.900.000
PROGRAMA: 0770 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	
3583 REAPARELHAMENTO, ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO DA SRF	49.412.000
2247 SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR- SISCOMEX	77.799.634
Total do Programa:	127.211.634
PROGRAMA: 0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	
6312 DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA DE AGRICULTURA FAMILIAR	6.600.000
Total do Programa:	6.600.000
PROGRAMA: 0497 ÁGUAS DO BRASIL	
3041 PROJETOS PARA PREVENÇÃO DE ENCHENTES	22.463.394
Total do Programa:	22.463.394
PROGRAMA: 0802 ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS	
4251 DESENVOLVIMENTO DE GERENCIAMENTO DE GRUPOS DE PROGRAMAS	1.877.440
Total do Programa:	1.877.440
PROGRAMA: 0806 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	
7478 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCULTURA	2.000.000
2356 APOIO ÀS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	45.600.000
7482 DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	25.000.000
1483 ELETRIFICAÇÃO RURAL	146.100.000
7484 ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA	4.600.000
7062 ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	42.000.000
7481 ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA	83.000.000
1482 MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	85.436.001
7479 REVITALIZAÇÃO DA CULTURA DO ALGODÃO	6.900.000
Total do Programa:	440.636.001
PROGRAMA: 0181 BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA	
1616 MODERNIZAÇÃO DE CENTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA O ESPORTE	92.877
1623 PROMOÇÃO DE EVENTOS E INTERCÂMBIOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS NO ESPORTE	411.231
Elaboração: COFFICD CONORSE PRODASEN - 001 - Rel. Programática Anexo IV	
Backup/PPA REVISÃO II	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANO ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃ
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - R E V I S Ã O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

ANEXO IV

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR
PROGRAMA: 0181 BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA	
Total do Programa:	504.108
PROGRAMA: 0156 COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
7051 CONSTRUÇÃO DE CASA-ABRIGO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	16.678.000
Total do Programa:	16.678.000
PROGRAMA: 0662 COMBATE AO CRIME ORGANIZADO	
2680 COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES	4.937.762
2680 COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES	41.822.000
Total do Programa:	46.759.762
PROGRAMA: 8021 COMÉRCIO ELETRÔNICO	
2517 ESTUDOS PARA A PROMOÇÃO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO	600.000
1695 IMPLANTAÇÃO DA AUTORIDADE CERTIFICADORA RAIZ DA INFRA-ESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA - ICP - BRASIL	1.000.000
2523 TREINAMENTO PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS VISANDO O COMÉRCIO ELETRÔNICO	300.000
Total do Programa:	1.900.000
PROGRAMA: 0071 COMUNIDADE ATIVA	
6001 APOIO A PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO	2.500.000
Total do Programa:	2.500.000
PROGRAMA: 0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS	
5781 CONSTRUÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS	18.025.000
1061 CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS	35.292.800
7254 DERROCAMENTO DO ACESSO AO BERÇO 107 DO PIER PETROLEIRO DO PORTO DE ITAQUI (MA)	2.000.000
Total do Programa:	55.317.800
PROGRAMA: 0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE	
5711 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE	583.577.600
Total do Programa:	588.577.600
PROGRAMA: 0230 CORREDOR LESTE	
5725 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE	549.260.000
1923 AMPLIAÇÃO DO PORTO DA BARRA DO FIACHO	15.485.900
5756 CONSTRUÇÃO DE INTERLIGAÇÕES RODOVIÁRIAS NO CORREDOR LESTE	56.445.200
5704 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE	291.015.000
Elaboração: COEFIC/ CONOR/SE PRODASEN - 001 - Rel Programa/Ação ANEXO IV Backup/PPA - REVISÃO II	

ANEXO IV

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO

VALOR

PROGRAMA: 0230 CORREDOR LESTE	
Total do Programa:	912.206.100
PROGRAMA: 0233 CORREDOR MERCOSUL	
5727 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	1.884.818.500
5881 CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	7.788.720
5724 CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	17.000.000
1225 CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR MERCOSUL	57.138.100
7331 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	41.500.000
5707 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	442.858.800
7276 DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE PARANAGUÁ (PR)	5.500.000
7284 MELHORAMENTOS E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE PARANAGUÁ (PR)	16.500.000
Total do Programa:	2.473.104.120
PROGRAMA: 0235 CORREDOR NORDESTE	
5728 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE	890.248.300
5666 AMPLIAÇÃO, EM 140 METROS, DO CAIS COMERCIAL DO PORTO DE NATAL (RN)	2.000.000
5709 CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR NORDESTE	10.500.000
5708 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS DO CORREDOR NORDESTE	331.778.931
5884 MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE NATAL	29.263.666
7325 RECUPERAÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE	19.000.000
5689 RECUPERAÇÃO DO MOLHE DE PROTEÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ (AL)	7.000.000
3388 RECUPERAÇÃO DO PORTO DE CABELO	41.605.000
Total do Programa:	1.331.400.897
PROGRAMA: 0236 CORREDOR OESTE-NORTE	
5709 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE	812.368.442
Total do Programa:	812.368.442
PROGRAMA: 0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO	
5795 CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR SÃO FRANCISCO	31.000.000
5703 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO	337.660.896
Total do Programa:	368.660.896
PROGRAMA: 0232 CORREDOR SUDOESTE	
5706 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SUDOESTE	183.535.000
Total do Programa:	183.535.000

Elaboração: COFFICD CONORISF PRODASEN - 001 - Rel Programa Ação ANEXO IV
Backup/PPA REVISÃO II

ANEXO IV

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR
PROGRAMA: 0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	
5726 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	211.425.000
5844 CONSTRUÇÃO DE CONTOURNO RODOVIÁRIO EM MOGI DAS CRUZES	26.457.700
Total do Programa:	237.882.700
PROGRAMA: 0372 DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA	
7067 IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE AQUICULTURA EM JAZIDAS DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO	2.455.000
5524 PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA DIVULGAÇÃO DA AQUICULTURA	87.366.359
Total do Programa:	89.831.359
PROGRAMA: 0630 DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL	
3121 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE INSTALAÇÕES PARA O SISTEMA DE AVIAÇÃO CIVIL	25.615.000
Total do Programa:	25.615.000
PROGRAMA: 0350 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	
9104 FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTOS EM MELHORIA DA QUALIDADE DO CAFÉ - RESPONSÁVEL: FUNCAFE/MA	1.000.000
Total do Programa:	1.000.000
PROGRAMA: 0049 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
6123 CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.686.110
6127 FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	65.893.007
3206 PESQUISAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	899.087
6131 PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL	456.375
6141 QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA PARA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	319.234
Total do Programa:	69.253.813
PROGRAMA: 8008 DESENVOLVIMENTO DA FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS - PROFLORES	
1687 ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS PRODUTORES DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS	1.000.000
2493 CERTIFICAÇÃO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS	1.500.000
2461 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS	3.000.000
1689 SISTEMA DE INFORMAÇÕES COMERCIAIS E TECNOLÓGICAS DO SETOR FLORICOLA	1.000.000
Total do Programa:	6.500.000
PROGRAMA: 0354 DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	
4243 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM FRUTICULTURA	95.899.387
Total do Programa:	95.899.387
Elaboração: COFECD CONORIS/ PRODASEN - 001 - Rel. Programático Anexo IV Backup/PPA REVISÃO II	
Pág. 4 de 13	

ANEXO IV

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLAN , ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃ
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - R E V I S Ã O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR
PROGRAMA: 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	
9522 CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOCANTINS	2.000.000
1615 MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA EM SALVADOR	30.000.000
9510 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO SUL	14.000.000
Total do Programa:	46.000.000
PROGRAMA: 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO	
9100 IMPLANTAÇÃO DE UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO EM PETROLINA - PE	6.500.000
3114 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO A INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	85.690.414
5081 MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO	16.109.457
6348 PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO - PET	5.500.000
4004 SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	16.625.857
Total do Programa:	130.425.723
PROGRAMA: 0420 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR	
9106 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO CULTURAL	3.000.000
Total do Programa:	3.000.000
PROGRAMA: 0075 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	
2818 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	3.000.000
Total do Programa:	3.000.000
PROGRAMA: 8018 DESPOLLUÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	
3939 CAMPANHAS PARA MOBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO PARA LIMPAR OS RIOS	830.000
1967 ELABORAÇÃO DE PLANOS DE DESPOLLUÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	250.000
9084 RECUPERAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DA REGIÃO SUDESTE	3.000.000
3935 RECUPERAÇÃO DE NASCENTES E DE MANANCIAIS EM ÁREAS URBANAS	8.307.653
2905 REMOÇÃO DE CARGAS POLUIDORAS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	76.768.874
Total do Programa:	89.156.527
PROGRAMA: 8010 EDUCAÇÃO FISCAL	
1665 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL	3.370.320
1663 PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PARA DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL	2.668.936
Total do Programa:	6.039.256
PROGRAMA: 0273 ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES	

ANEXO IV

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

AÇÃO	Em R\$ 1,00	VALOR
PROGRAMA: 0273 ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES		
7157 APROVEITAMENTO DA ENERGIA EÓLICA		5.000.000
9056 PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS CENTRAIS ELÉTRICAS		2.000.000
Total do Programa:		7.000.000
PROGRAMA: 0295 ENERGIA NO EIXO SUL		
9044 APROVEITAMENTO EÓLICO NO LITORAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL		1.000.000
9040 CONSTRUÇÃO DE PCH - PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS		250.000
Total do Programa:		1.250.000
PROGRAMA: 0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE		
9108 ESTUDOS DE VIABILIDADE DE APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO		500.000
Total do Programa:		500.000
PROGRAMA: 8028 ESPORTE NA ESCOLA		
5071 CAMPANHA NA ÁREA DO ESPORTE NA ESCOLA		3.000.000
5073 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ESPORTE ESCOLAR		4.800.000
3986 CONCURSO TEMÁTICO SOBRE O ESPORTE		200.000
5075 EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL TÉCNICO-DIDÁTICO PARA O ESPORTE NA ESCOLA		16.000.000
4377 FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE EM ESCOLAS		73.100.000
5069 IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA EM ESCOLAS		42.900.000
5077 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS NA ESCOLA		10.000.000
Total do Programa:		150.000.000
PROGRAMA: 0180 ESPORTE SOLIDÁRIO		
7961 PROMOÇÃO DE EVENTOS DE ESPORTE E DE LAZER EM COMUNIDADES CARENTES		12.986.000
1624 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS DE IDENTIDADE CULTURAL E CRIAÇÃO NACIONAL		88.597
Total do Programa:		13.074.597
PROGRAMA: 0150 ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS		
9090 ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA		1.500.000
Total do Programa:		1.500.000
PROGRAMA: 0461 EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO		
4158 FOMENTO À PESQUISA FUNDAMENTAL		69.201.486
Total do Programa:		69.201.486

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

ANEXO IV

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR
PROGRAMA: 0103 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	
7764 APOIO A PROJETOS DE PARCERIA PARA CRIAÇÃO DE EMPRESAS/EMPREGO E RENDA	2.200.000
Total do Programa:	2.200.000
PROGRAMA: 0360 GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	
9098 APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL NA REGIÃO SUL	2.000.000
Total do Programa:	2.000.000
PROGRAMA: 8006 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES	
4303 ESTUDOS PARA IMPLANTAÇÃO DO ÓRGÃO REGULADOR DE SERVIÇOS POSTAIS	420.000
4321 FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PARA O SETOR DE COMUNICAÇÕES	200.000
Total do Programa:	620.000
PROGRAMA: 0782 GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	
2073 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES INTEGRANTES DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	3.609.150
2072 AVALIAÇÃO DA GESTÃO DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS FEDERAIS	11.553.520
2080 SISTEMA INFORMATIZADO DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE	20.196.000
Total do Programa:	35.358.670
PROGRAMA: 0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
3982 ESTUDOS PARA REVITALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE CENTROS URBANOS EM CAPITALS	151.748.000
Total do Programa:	151.748.000
PROGRAMA: 0051 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	
4029 CONTROLE E INSPEÇÃO DA ARRECAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	4.036.885
Total do Programa:	4.036.885
PROGRAMA: 8007 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	
5013 CAPACITAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	1.982.837
3963 ESTUDOS PARA A OTIMIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	2.203.285
5005 IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PÚBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSIÇÃO FINAL E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	15.652.922
3966 IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PÚBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM MUNICÍPIOS COM CRIANÇAS QUE VIVEM DO LIXO	14.036.694
Total do Programa:	33.875.738
PROGRAMA: 0311 GESTÃO URBANA	

Elaboração: COFFICD CONOR/SF PRODASEN - 001 - Rel Programa/Ação ANEXO IV
Backup/PPA REVISÃO II

ANEXO IV

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - RESOLUÇÃO Nº 107 - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR
PROGRAMA: 0311 GESTÃO URBANA	
9993 AÇÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO/AÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA - SC	1.000.000
Total do Programa:	1.000.000
PROGRAMA: 8002 GOVERNO ELETRÔNICO	
4323 CAPACITAÇÃO DE AGENTES ENVOJIDOS NO PROGRAMA GOVERNO ELETRÔNICO	8.771.895
4305 ELABORAÇÃO DE PLANO DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS POR MEIO ELETRÔNICO	392.472
3543 IMPLANTAÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO INFORMATIZADA DO GOVERNO FEDERAL - REDE GOVERNO	14.088.000
5051 INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS POR MEIO ELETRÔNICO	21.307.501
3549 INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DO GOVERNO FEDERAL	9.800.000
3553 PROMOÇÃO DO USO DE SISTEMAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO POR MEIOS ELETRÔNICOS	7.650.000
Total do Programa:	62.009.668
PROGRAMA: 0046 HOSPITAIS DE ENSINO	
3085 AMPLIAÇÃO DE HOSPITAIS DE ENSINO	11.010.000
4509 APOIO AO FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO	133.600.000
4010 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO	473.412.480
7086 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DOS HOSPITAIS DE ENSINO	6.000.000
3094 EQUIPAMENTOS PARA HOSPITAIS DE ENSINO	35.500.000
4086 FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO	151.523.131
3210 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO A HOSPITAIS DE ENSINO	42.920.000
3156 REFORMA DE HOSPITAIS DE ENSINO	6.485.000
Total do Programa:	860.450.611
PROGRAMA: 8035 INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTES	
5850 ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	5.000.000
5852 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	5.000.000
1040 INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA	5.000.000
Total do Programa:	15.000.000
PROGRAMA: 0805 INFRA-ESTRUTURA URBANA	
1920 IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	654.293.000
Total do Programa:	654.293.000
PROGRAMA: 8025 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES	
4341 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM TECNOLOGIAS E PESQUISA APLICADA ÀS TELECOMUNICAÇÕES	38.196.125

ANEXO IV

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR
PROGRAMA: 8025 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES	
0505 FINANCIAMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS NAS TELECOMUNICAÇÕES	76.392.250
4343 FOMENTO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES NA FUNDAÇÃO CPQD	76.392.250
4333 FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS NAS TELECOMUNICAÇÕES	190.990.625
9094 IMPLANTAÇÃO DE POLOS TECNOLÓGICOS NA REGIÃO SUL	1.000.000
Total do Programa:	382.961.250
PROGRAMA: 0379 IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	
1836 CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEMAIS	1.443.873.619
Total do Programa:	1.443.873.619
PROGRAMA: 7006 LUZ NO CAMPO	
1494 IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL (3.125 KM)	155.520.000
Total do Programa:	155.520.000
PROGRAMA: 0220 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	
2834 RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	1.817.582.955
Total do Programa:	1.817.582.955
PROGRAMA: 0637 MANUTENÇÃO DA REDE HOSPITALAR DAS FORÇAS ARMADAS	
1723 AMPLIAÇÃO DE INSTALAÇÕES MÉDICO-HOSPITALARES	6.000.000
3104 AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS E DE UTI MÓVEL	1.600.000
2059 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/ FATOR DE CUSTO	127.950.366
5592 DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PROCEDIMENTOS NA ÁREA BIOMÉDICA	555.044
2888 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA AERONÁUTICA	45.623.932
6533 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA MARINHA	14.288.261
2887 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DO EXÉRCITO	618.000.417
Total do Programa:	814.028.020
PROGRAMA: 0390 METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL	
3573 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR	6.568.136
Total do Programa:	6.568.136
PROGRAMA: 8026 MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	
4429 ADEQUAÇÃO DO SETOR PRODUTIVO AOS INTERESSES DA DEFESA NACIONAL	33.000
5155 CAMPANHAS DE EDUCAÇÃO PARA MOBILIZAÇÃO DA DEFESA NACIONAL	42.400
4427 EXERCÍCIOS DE MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	37.400

ANEXO IV

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR
PROGRAMA: 8026 MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	
5153 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	145.205
Total do Programa:	258.005
PROGRAMA: 0128 MORAR MELHOR	
3978 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS	189.568.344
9987 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM REGIME DE MUTUO	25.000.000
3986 MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	829.058.057
9096 URBANIZAÇÃO COM INCLUSÃO SOCIAL - URBIS/BIRD	4.000.000
Total do Programa:	1.048.016.401
PROGRAMA: 0507 NOSSOS RIOS: SÃO FRANCISCO	
9993 DESASSOREAMENTO DO LETO DO RIO SÃO FRANCISCO	1.000.000
9054 RECUPERAÇÃO DAS MATAS CILIARES	2.000.000
3626 RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE NASCENTES E MANANCIAIS NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	40.848.115
Total do Programa:	43.848.115
PROGRAMA: 8032 OPERAÇÕES MILITARES	
6499 INTENSIFICAÇÃO DA PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NAS ÁREAS DE FRONTEIRA	65.215.900
4229 OPERAÇÕES MILITARES COMBINADAS OU CONJUNTAS	25.248.114
Total do Programa:	90.464.014
PROGRAMA: 8009 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES - PRONAGER	
5585 AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA	30.555.056
1843 CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS MULTIPLICADORES, DIRETORES DE LABORATÓRIOS ORGANIZACIONAIS E EMPREENDEDORES	1.608.300
1859 GERAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS	14.474.700
2821 SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA - SIPGER	2.042.030
Total do Programa:	48.680.086
PROGRAMA: 0476 PESQUISA APLICADA NA ÁREA ENERGÉTICA	
4191 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO SOBRE FONTES NOVAS E RENOVÁVEIS DE ENERGIA	4.604.010
Total do Programa:	4.604.010
PROGRAMA: 0571 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	
9078 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DAS VARAS FEDERAIS DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO NO ESTADO DO MARANHÃO	1.000.000
2002 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	231.108.138

ANEXO IV

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR
PROGRAMA: 0571 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	
Total do Programa:	232.108.138
PROGRAMA: 0002 PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES	
4366 ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO AMBULATORIAL E DOMICILIAR DOS CASOS POSITIVOS DE MALARIA	9.581.002
3847 CAMPANHA EDUCATIVA PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS ENDÊMICAS	6.045.000
4425 CONTROLE DE DOENÇAS ENDÊMICAS	364.532.018
3883 DRENAGEM E MANEJO AMBIENTAL EM ÁREAS ENDÊMICAS DE MALARIA	20.288.280
Total do Programa:	400.426.300
PROGRAMA: 0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA	
1845 CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCHENTES	453.554.199
1851 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	2.987.145.742
Total do Programa:	3.320.699.941
PROGRAMA: 0377 PRODUTIVIDADE DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCULTURA	
2176 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM OVINOCULTURA	6.377.680
Total do Programa:	6.377.680
PROGRAMA: 0374 PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO E DE OUTRAS FIBRAS	
1093 CONTROLE DE PRAGAS DA COTONICULTURA	17.173.570
Total do Programa:	17.173.570
PROGRAMA: 8017 PROTEÇÃO DA ADOÇÃO INTERNACIONAL	
5027 CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS QUE ATUEM EM PROCESSOS DE ADOÇÃO	189.000
5028 ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DE ADOÇÃO	87.000
1775 INSTALAÇÃO DA UNIDADE DA AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL ADMINISTRATIVA DE ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	426.311
5025 PROMOÇÃO DE EVENTOS EM MATÉRIA DE ADOÇÃO	437.300
Total do Programa:	1.139.611
PROGRAMA: 0496 PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	
6009 LEVANTAMENTO DE DADOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS NA AMAZÔNIA LEGAL	2.000.000
Total do Programa:	2.000.000
PROGRAMA: 0501 QUALIDADE AMBIENTAL	
2608 RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	33.000.000

ANEXO IV

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLAN , ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃ
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - R E V I S Ã O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR
PROGRAMA: 0501 QUALIDADE AMBIENTAL	
Total do Programa:	33.000.000
PROGRAMA: 9990 RESPONSABILIDADE FISCAL PARA A ESTABILIDADE	
1777 AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DA LRF	1.660.000
1601 COOPERAÇÃO PARA CAPACITAÇÃO MUNICIPAL EM GESTÃO PÚBLICA E RESPONSABILIDADE FISCAL	2.999.017
1745 DESENVOLVIMENTO DE PORTAL DE INFORMAÇÕES FISCAIS DE ESTADOS E MUNICÍPIOS	350.000
1599 IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS PARA O DESEMPENHO FISCAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	205.500
2661 MONITORAMENTO DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO FISCAL DOS MUNICÍPIOS	3.719.000
Total do Programa:	8.933.517
PROGRAMA: 0119 SANEAMENTO BÁSICO	
5528 AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS LOCALIDADES	315.535.293
Total do Programa:	315.535.293
PROGRAMA: 0122 SANEAMENTO É VIDA	
9992 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS E RESÍDUOS SÓLIDOS EM OUTRAS BACIAS	6.800.000
Total do Programa:	6.800.000
PROGRAMA: 0040 TODA CRIANÇA NA ESCOLA	
0513 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	4.545.693.571
0304 GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	3.105.566.465
0519 PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA ASSOCIADOS A AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS (LEI Nº 9.533)	1.728.307.401
Total do Programa:	9.379.567.437
PROGRAMA: 0222 TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	
1044 IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE CURITIBA	32.000.000
7342 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE GOIÂNIA (GO)	7.000.000
1046 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	15.000.000
Total do Programa:	54.000.000
PROGRAMA: 0410 TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO	
2435 CAMPANHA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO INTERNO	103.628.379
5099 CAPACITAÇÃO DE GESTORES E TÉCNICOS NA ÁREA DO TURISMO	109.831.040
0469 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA	117.065.720
1145 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO SUL	20.000.000

ANEXO IV

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR
PROGRAMA: 0410 TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO	
1669 ESTUDOS DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS	11.657.951
2437 FORMAÇÃO DA IMAGEM TURÍSTICA DO PAÍS NO EXTERIOR	101.751.560
5701 IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS	6.826.108
1667 ROTEIROS TURÍSTICOS PARA O BRASIL	49.605.810
2301 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	112.711.918
Total do Programa:	633.078.486
PROGRAMA: 0257 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	
1319 IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA	703.470.100
1323 IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM LOCALIDADES ONDE O CUSTO DOS SERVIÇOS NÃO POSSA SER RECUPERADO COM SUA EXPLORAÇÃO COMERCIAL	435.438.300
1321 IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE ENSINO E BIBLIOTECAS PÚBLICAS	1.523.091.600
4459 MONITORAMENTO DA UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	24.000.000
Total do Programa:	2.686.000.000

Página: 1/1

Anexo V

PPA 2000/2003

Programas Excluídos

Código / Programa

- 0910 - ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS
- 0772 - ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA
- 0055 - ARRECADADAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO
- 5001 - ATENDIMENTO À MULHER
- 0804 - BRASIL EM AÇÃO
- 0811 - COMPLEMENTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PORTOS
- 0911 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS
- 0053 - EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA
- 0054 - EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA VISUAL
- 0809 - ENFRENTAMENTO À POBREZA
- 0182 - ESPORTE DIREITO DE TODOS
- 0050 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
- 0754 - GERÊNCIAS REGIONAIS DE SERVIÇOS
- 0394 - PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE
- 0015 - PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE
- 0014 - PREVENÇÃO E CONTROLE DA MALÁRIA
- 0312 - REESTRUTURAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS
- 0634 - SERVIÇO DE SAÚDE DA AERONÁUTICA
- 0635 - SERVIÇO DE SAÚDE DA MARINHA
- 0624 - SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO
- 0165 - TURISMO CULTURAL
- 0422 - TURISMO NO CORAÇÃO DO BRASIL
- 0423 - TURISMO NO NORDESTE
- 0425 - TURISMO NO SUDESTE
- 0424 - TURISMO NO SUL

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANC ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO ANEXO VI
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 AÇÕES EXCLUÍDAS DOS RESPECTIVOS PROGRAMAS

PROGRAMA: 0910 ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS

- 5850 ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS
- 5951 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA REGIÃO SUDESTE
- 5988 ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE CAPACIDADE DE RODOVIAS

PROGRAMA: 0772 ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

- 3583 REAPARELHAMENTO, ATUALIZAÇÃO E APERFEÇOAMENTO TECNOLÓGICO DOS POSTOS ADUANEIROS
- 2247 SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR- SISCOMEX

PROGRAMA: 0055 ARRECAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO

- 4029 CONTROLE E INSPEÇÃO DA ARRECAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO

PROGRAMA: 5001 ATENDIMENTO À MULHER

- 7517 CONSTRUÇÃO DE CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO À MULHER

PROGRAMA: 0804 BRASIL EM AÇÃO

- 4251 DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS DE GERENCIAMENTO DE GRUPOS DE PROGRAMAS
- 4074 SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DO BRASIL EM AÇÃO

PROGRAMA: 0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

- 6333 AUTORIZAÇÃO DE EIA-RIMA E DE PESQUISAS E SALVAMENTO ARQUEOLÓGICOS
- 6334 AUTORIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ENTRADA E SAÍDA DE OBRAS DE ARTE E OFÍCIOS
- 6335 AUTORIZAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÕES EM BENS PROTEGIDOS

PROGRAMA: 0811 COMPLEMENTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PORTOS

- 1040 INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA

PROGRAMA: 0071 COMUNIDADE ATIVA

- 1843 CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS MULTIPLICADORES, DIRETORES DE LABORATÓRIOS ORGANIZACIONAIS E EMPREENDEDORES
- 1859 GERAÇÃO DE EMPREENHIMENTOS PRODUTIVOS
- 2821 MANUTENÇÃO DO SIPGER - SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

PROGRAMA: 0911 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS

- 5852 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS
- 5867 ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

PROGRAMA: 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

- 9522 CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO APAGUAIA-TOCANTINS
- 9515 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DA REDE SUDESTE
- 9514 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOCANTINS
- 9513 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARCO NORTE
- 9523 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO SÃO FRANCISCO

PROGRAMA: 9998 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NO NORDESTE

- 9302 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS

ANEXO VI

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANO ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003

AÇÕES EXCLUÍDAS DOS RESPECTIVOS PROGRAMAS

PROGRAMA: 9998 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NO NORDESTE

- 9306 IMPLANTACÃO, AMPLIACÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO
- 9324 IMPLANTACÃO, AMPLIACÃO E MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA
- 0887 RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS

PROGRAMA: 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

- 7090 IMPLANTACÃO DE CAMPI AVANÇADO DA UFPE, NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO, NO BI-PÓLO PETROLINA, ESTADO DE PERNAMBUCO E JUAZEIRO, ESTADO DA BAHIA

PROGRAMA: 0420 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR

- 0893 RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS

PROGRAMA: 0053 EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA

- 3054 CAPACITAÇÃO À DISTÂNCIA PARA PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ÁREA DA SURDEZ
- 3055 CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SURDEZ
- 3063 ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA
- 2988 FUNCIONAMENTO DO ENSINO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA
- 3059 IMPLANTACÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA VIRTUAL NA ÁREA DE SURDEZ
- 3066 PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PROJETOS EDUCACIONAIS, CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS NA ÁREA DA SURDEZ
- 3070 QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA PARA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

PROGRAMA: 0054 EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA VISUAL

- 2989 FUNCIONAMENTO DO ENSINO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL
- 1519 GRAVAÇÃO DE LIVROS E TEXTOS PARA AUDIÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL
- 3058 IMPLANTACÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA VIRTUAL NA ÁREA DA VISÃO
- 3064 PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE DEFICIÊNCIA VISUAL

PROGRAMA: 0809 ENFRENTAMENTO À POBREZA

- 5585 AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA
- 7490 CONCESSÃO DE BOLSA ESCOLA

PROGRAMA: 0358 ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA

- 0753 VACINAÇÃO DE BOVINOS E BUBALINOS

PROGRAMA: 0182 ESPORTE DIREITO DE TODOS

- 6664 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE
- 1505 CAMPANHA NA ÁREA DO ESPORTE
- 1520 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ESPORTE E LAZER
- 3985 CONCURSO TEMÁTICO SOBRE O ESPORTE
- 4412 FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE
- 1616 MODERNIZAÇÃO DE CENTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA O ESPORTE
- 6663 PROMOÇÃO DE EVENTOS DE ESPORTE E LAZER AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA
- 1623 PROMOÇÃO DE EVENTOS E INTERCÂMBIOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS NO ESPORTE
- 1624 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS DE IDENTIDADE CULTURAL E CRIAÇÃO NACIONAL

ANEXO VI

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003

AÇÕES EXCLUÍDAS DOS RESPECTIVOS PROGRAMAS

PROGRAMA: 0050 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

4004 FUNCIONAMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

3081 PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E CIENTÍFICOS

PROGRAMA: 0754 GERÊNCIAS REGIONAIS DE SERVIÇOS

4280 AVALIAÇÃO INDEPENDENTE DE DESEMPENHO, CUSTO E QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO

3533 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES NA MELHORIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO

3544 IMPLANTAÇÃO DAS GERÊNCIAS REGIONAIS DE SERVIÇOS

3555 REVISÃO E INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO

PROGRAMA: 0780 GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS

6126 ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DE MERCADO

PROGRAMA: 0773 GESTÃO DAS POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO

2073 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES INTEGRANTES DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

2072 AVALIAÇÃO DA GESTÃO DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS FEDERAIS

2080 SISTEMA INFORMATIZADO DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE

PROGRAMA: 0792 GESTÃO PÚBLICA EMPREENDEDORA

3543 IMPLANTAÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO INFORMATIZADA DO GOVERNO FEDERAL - REDE GOVERNO

3549 INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA: 0793 MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO CIDADÃO

3553 PROMOÇÃO DO USO DE SISTEMAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO POR MEIOS ELETRÔNICOS

PROGRAMA: 0394 PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

3557 CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA A QUALIDADE

3559 CAPACITAÇÃO DE MULTIPLICADORES PARA ORIENTAÇÃO NO CONSUMO

6133 CAPACITAÇÃO PARA GESTÃO PELA QUALIDADE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

3573 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR

1000 MOBILIZAÇÃO PARA A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

3576 PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA ESCLARECIMENTO NAS DECISÕES DE CONSUMO

3991 QUALIDADE E PRODUTIVIDADE NA PESQUISA AGROPECUÁRIA

3990 QUALIDADE E PRODUTIVIDADE PARA O AGRONEGÓCIO

PROGRAMA: 0015 PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE

3847 CAMPANHA EDUCATIVA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE E DA FEBRE AMARELA

5598 ERRADICAÇÃO DO Aedes Aegypti PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE

PROGRAMA: 0014 PREVENÇÃO E CONTROLE DA MALÁRIA

4329 DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE CASOS DE MALÁRIA

3883 DRENAGEM E MANEJO AMBIENTAL EM ÁREAS ENDÊMICAS DE MALÁRIA

4366 PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO AMBULATORIAL E DOMICILIAR DOS CASOS POSITIVOS DE MALÁRIA

PROGRAMA: 0011 PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANO , ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃ
PLANO PLURIANUAL 2000/2003

ANEXO VI

AÇÕES EXCLUÍDAS DOS RESPECTIVOS PROGRAMAS

PROGRAMA: 0011 PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA	
6136	APOIO À ONCOLOGIA PEDIÁTRICA - PROJETO CRIANÇA E VIDA
PROGRAMA: 0009 PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM	
7701	NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES SOBRE CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS LABORAIS PARA AUXILIARES DE ENFERMAGEM
PROGRAMA: 0501 QUALIDADE AMBIENTAL	
7527	APOIO TÉCNICO AOS ESTUDOS VOLTADOS À PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E À RECUPERAÇÃO DE DANOS CAUSADOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO
6705	INSERÇÃO DA VARIÁVEL AMBIENTAL NAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS DE REGULAÇÃO DO USO DO SOLO URBANO
6703	INSERÇÃO DE DIRETRIZES AMBIENTAIS NA CONCESSÃO DE CRÉDITOS OFICIAIS PARA INVESTIMENTOS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS
6704	INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA INCENTIVO À MUDANÇA DE PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO NAS ÁREAS URBANAS E RURAIS E AO USO DE TECNOLOGIAS LIMPAS
7903	NORMAS DE ESTÍMULO PARA INCORPORAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL PELAS EMPRESAS (ISO 14000)
7904	NORMAS E CRITÉRIOS PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES EFETIVA OU POTENCIALMENTE POLUIDORAS
7905	NORMAS E PADRÕES RELATIVOS AO CONTROLE E À MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE
7906	NORMAS PARA CONTROLE AMBIENTAL DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS, INCLUSIVE OS POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES
PROGRAMA: 0221 QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	
7526	ARRENDAMENTOS EM ÁREAS PORTUÁRIAS
7523	IMPLANTAÇÃO DE AUTORIDADES PORTUÁRIAS
7524	OUTORGA DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO INTERIOR
7525	PARCERIAS EM PORTOS
PROGRAMA: 0312 REESTRUTURAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS	
0720	FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE COLETORES TRONCO DE ESGOTOS E EFLUENTES
3982	REVITALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE CENTROS URBANOS EM CAPITALS
PROGRAMA: 0634 SERVIÇO DE SAÚDE DA AERONÁUTICA	
9563	AMPLIAÇÃO DO SERVIÇO E DE INSTALAÇÕES MÉDICO-HOSPITALARES
3104	AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS E DE UTI MÓVEL
2059	ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO
9564	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES MÉDICAS REMOTAS EM LOCAIS ISOLADOS
2888	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA AERONÁUTICA
PROGRAMA: 0635 SERVIÇO DE SAÚDE DA MARINHA	
2059	ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO
5592	DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PROCEDIMENTOS NA ÁREA BIOMÉDICA
6533	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA MARINHA
PROGRAMA: 0624 SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO	
2059	ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO
2887	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DO EXÉRCITO
PROGRAMA: 0226 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA	
7522	CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS

PROGRAMA: 0520 TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO

7910 CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE ADUÇÃO AOS CENTROS DE DEMANDA DE IRRIGAÇÃO
7909 CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE ADUÇÃO AOS CENTROS URBANOS

PROGRAMA: 0165 TURISMO CULTURAL

4484 APOIO A PROJETOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL
1559 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A DIFUSÃO DO TURISMO CULTURAL
1504 CAPACITAÇÃO DE INSTRUTORES E GUÍAS CULTURAIS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL
7977 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A ÁREA DO TURISMO CULTURAL
7983 EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PROMOCIONAL SOBRE O TURISMO CULTURAL EM SÍTOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS
7979 ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA CESSÃO DE PRÓPRIOS DA UNIÃO PARA EXPLORAÇÃO TURÍSTICA
7981 IDENTIFICAÇÃO DE PÓLOS DE TURISMO CULTURAL
5397 IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO EM SÍTOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL
6368 PESQUISA DE SÍTOS ARQUEOLÓGICOS
6369 PRESERVAÇÃO DE BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO
4465 PRESERVAÇÃO DE BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL
1636 PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO
5625 RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE CIDADES, PRÓPRIOS E MONUMENTOS DA UNIÃO DE INTERESSE TURÍSTICO
1648 RESTAURAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL
1536 REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO DE ÁREAS DETERIORADAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL

PROGRAMA: 0422 TURISMO NO CORAÇÃO DO BRASIL

7683 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO CENTRO-OESTE
7673 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO CENTRO-OESTE
7914 CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS TURÍSTICOS NA REGIÃO CENTRO-OESTE
7933 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA
5768 ESTUDOS DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS E NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE
3794 ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE
2303 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO CENTRO-OESTE

PROGRAMA: 0423 TURISMO NO NORDESTE

7679 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO NORDESTE
7675 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO NORDESTE
1141 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA
5766 ESTUDOS DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS E NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO NORDESTE
3796 ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO NORDESTE
2305 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO NORDESTE

PROGRAMA: 0425 TURISMO NO SUDESTE

7695 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO SUDESTE
7693 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO SUDESTE
1143 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO SUDESTE

PROGRAMA: 0425 TURISMO NO SUDESTE

7697 ESTUDO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO SUDESTE
7699 ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO SUDESTE
2309 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO SUDESTE

PROGRAMA: 0424 TURISMO NO SUL

7681 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO SUL
7671 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO SUL
1145 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO SUL
7929 DESENVOLVIMENTO DE PÓLOS DE TURISMO
7685 ESTUDO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO SUL
7677 ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO SUL
2307 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO SUL

Documentos Auxiliares aos Anexos do PL nº 31/2001-CN

PPA 2000/2003

Página: 1/11

Documento auxiliar do Anexo II

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0040	ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM Assegurar a equidade nas condições de acesso, permanência e êxito escolar do aluno no ensino fundamental	TODA CRIANÇA NA ESCOLA Contribuir para a universalização do ensino fundamental, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência.
0770	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA Garantir a realização da arrecadação tributária, modernizar o sistema tributário e promover a justiça fiscal	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA Garantir a realização da arrecadação tributária, promover a justiça fiscal e combater a evasão fiscal, o contrabando e o descaminho e modernizar o sistema tributário
0497	ÁGUAS DO BRASIL Contribuir para a melhoria da qualidade e da quantidade de água	Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade
0802	ALOCACÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS Alocar estrategicamente recursos para o desenvolvimento sustentável do País	GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL Elaborar, gerir a execução e avaliar os resultados do Plano Plurianual, visando à melhoria da qualidade do gasto público
0502	AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL Promover o desenvolvimento da Amazônia com o uso sustentável de seus recursos	Promover o desenvolvimento da Amazônia, mediante o uso sustentável de seus recursos naturais
0775	ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO Aumentar a arrecadação da dívida ativa da União e melhorar a cobrança dos créditos da	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DA UNIÃO Aumentar a recuperação de créditos não-pagos e reduzir as perdas judiciais da União em matéria fiscal
0670	ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS Garantir proteção especial a testemunhas e vítimas sobreviventes de crimes	Garantir proteção especial a testemunhas e a vítimas sobreviventes de crimes
0067	ATENÇÃO À CRIANÇA Assegurar o atendimento a crianças carentes de até 6 anos em creches e pré-escolas	Assegurar o atendimento a crianças carentes de até seis anos em creches, pré-escolas ou outras alternativas comunitárias
0065	ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA Assegurar os direitos e combater a discriminação de pessoas portadoras de deficiência.	Assegurar os direitos, promover condições de acessibilidade e combater a discriminação de pessoas portadoras de deficiência
0516	BRASIL JOGA LIMPO Reduzir a geração, aumentar a reciclagem e o reaproveitamento de resíduos e garantir meios de disposição ambientalmente adequados	Reduzir a geração, aumentar a taxa de coleta e de disposição final adequada, a reciclagem, o reaproveitamento e o tratamento de resíduos e garantir meios de disposição ambientalmente adequados
0777	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS Desenvolver recursos humanos do Governo Federal, mediante formação de carreiras e educação continuada	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM FINANÇAS PÚBLICAS E ÁREAS AFINS Desenvolver recursos humanos do setor público em finanças públicas e áreas afins, mediante formação de carreiras e educação continuada

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0252	CAPTAÇÃO E DIFUSÃO DE NOTÍCIAS Divulgar informações sobre os atos governamentais nos campos social, político, econômico e cultural	Divulgar material jornalístico sobre os atos governamentais nos campos social, político, econômico, educacional, cultural, científico, entretenimento e de utilidade pública
0904	CARTA DE CRÉDITO Reduzir o déficit habitacional qualitativo e quantitativo da população urbana com renda mensal de até 20 salários mínimos	Ampliar o acesso à moradia e melhorar a qualidade das habitações da população urbana
0070	CENTROS DA JUVENTUDE Atender a jovens menores de 24 anos em risco pessoal e social em comunidades de baixa renda	BRASIL JOVEM Atender jovens carentes de 15 a 24 anos em risco pessoal e social em comunidades de baixa renda
0069	CESTA DE ALIMENTOS Reduzir a parcela da população brasileira com carência de alimentação básica	Reduzir a fome da parcela da população brasileira com carência de alimentação básica
0468	CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A GESTÃO DE ECOSSISTEMAS Desenvolver pesquisas para a exploração sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade e para o gerenciamento racional dos ecossistemas brasileiros	Desenvolver, divulgar e utilizar o conhecimento científico e tecnológico para o gerenciamento racional dos ecossistemas brasileiros e de sua biodiversidade
0156	COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Combater a violência doméstica contra a mulher	Combater a violência doméstica e sexual contra a mulher
0357	CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA Impedir a disseminação de pragas e doenças na agropecuária	Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária
0550	CONTROLE EXTERNO Zelar pela proibição na aplicação dos recursos públicos federais e auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo	Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos federais em benefício da sociedade, bem como auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo
0418	DEFESA COMERCIAL Proteger o sistema produtivo nacional contra práticas desleais do comércio internacional	Defender o sistema produtivo nacional contra práticas desleais de comércio e surtos de e prestar assistência ao exportador brasileiro submetido a processos de defesa comercial no exterior
0153	DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Combater a violação dos direitos da criança e do adolescente	Colir a violação de direitos da criança e do adolescente
0699	DEFESA JURÍDICA GRATUITA Garantir prestação de assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, ao cidadão necessitado	ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA Prestar assistência jurídica gratuita ao cidadão, contribuindo para a democratização da

importação

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0774	DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS Melhorar a gestão dos recursos públicos dos Estados e Municípios na área fiscal, contribuindo para o ajuste fiscal e possibilitando a racionalização e transparência na sua	FORTEALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS
0049	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL Ampliar e melhorar a oferta de oportunidades de atendimento aos portadores de necessidades educacionais especiais	Ampliar e melhorar a oferta de atendimento aos portadores de necessidades educacionais especiais
0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA Elevar a competitividade do setor frutícola	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA
5005	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA SUCRO-ALCOOLEIRA Manutenção e ampliação da produção brasileira de açúcar e álcool.	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA Ampliar a produção brasileira de açúcar e de álcool
9998	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NO NORDESTE Desenvolver a infra-estrutura turística da Região Nordeste	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR II
0419	DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS Promover o fortalecimento econômico-administrativo das micro, pequenas e médias empresas por intermédio da ampliação das linhas de crédito, acesso a novas tecnologias e capacitação gerencial	Promover o fortalecimento econômico-administrativo das micro, pequenas e médias empresas por intermédio do crédito e da capacitação gerencial
0045	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO Contribuir para a oferta de vagas no ensino médio	Contribuir para a oferta de vagas no ensino médio e promover a melhoria de sua qualidade
0776	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL Assegurar condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do sistema financeiro	Assegurar a solidez do Sistema Financeiro Nacional
0366	DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS - PRODECER Estimular e desenvolver a implantação de agricultura moderna e empresarial na região dos cerrados	Estimular e desenvolver a implantação de agricultura moderna e empresarial, de médio porte, na região dos cerrados
0779	DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS PRIVADOS, CAPITALIZAÇÃO, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E PLANOS DE SAÚDE Garantir o adequado funcionamento e o desenvolvimento dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e planos de saúde	DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS PRIVADOS, CAPITALIZAÇÃO, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO Garantir o adequado funcionamento e o desenvolvimento dos mercados de seguros, previdência privada aberta, capitalização e resseguro
0077	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Bacia do Itabapoana, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0079	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA CHAPADA DAS MANGABEIRAS Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA CHAPADA DAS MANGABEIRAS Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Chapada das Mangabeiras, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos
0080	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA CHAPADA DO ARARIPE Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA CHAPADA DO ARARIPE Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Chapada do Araripe, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0081 RIO	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da metade sul do Rio Grande do Sul, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0093	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA ZONA DA MATA CANAVIEIRA NORDESTINA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA ZONA DA MATA CANAVIEIRA NORDESTINA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Zona da Mata Canavieira Nordeste, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos
0076	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DE ÁGUAS EMENDADAS Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DE ÁGUAS EMENDADAS Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião de Águas Emendadas, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0074	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO ALTO SOLIMÕES Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Alto Solimões, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0078 PAPAGAIO	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Bico do Papagaio, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0082	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA/MUCURI Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA E DO MUCURI Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos
0090 RIBEIRA E	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA/GUARACUÇABA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DA GUARACUÇABA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Vale da Ribeira e Guaracuçaba, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0091 ACRE	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO RIO ACRE Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DO RIO ACRE Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Vale do Rio Acre, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0092	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO XINGÓ Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO XINGÓ Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Xingó, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0075 FRONTEIRA	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO GRANDE DO MERCOSUL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0120	DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA FAIXA DE FRONTEIRA Contribuir para o desenvolvimento social da faixa de fronteira de 150 Km de largura, fixando o homem à terra e contribuindo para a solução do problema do êxodo populacional em direção às metrópoles regionais ou nacionais	Contribuir para o desenvolvimento social da faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira terrestre brasileira, buscando sua ocupação e utilização de forma compatível com a importância territorial estratégica
0467	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA NUCLEAR Desenvolver conhecimentos em uso de tecnologia nuclear, criando condições para geração de novos produtos e serviços	Gerar conhecimentos e desenvolver produtos e serviços, aplicáveis na saúde, no meio ambiente e no setor produtivo, utilizando tecnologia nuclear
0154	DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS Conscientizar a Sociedade Brasileira sobre seus direitos individuais, coletivos e difusos	DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS Promover, garantir e defender os direitos individuais, coletivos e difusos da população brasileira, assegurando acesso aos mecanismos necessários para o exercício pleno da cidadania

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0283	DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS, GÁS NATURAL E ÁLCOOL Oferecer melhor serviço ao cliente na distribuição de derivados, gás natural e álcool	DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL Oferecer melhor infra-estrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural e álcool combustível
0052	EDUCAÇÃO AMBIENTAL Promover a conscientização e a capacitação da coletividade na prevenção e solução dos problemas ambientais	Promover a conscientização, capacitação e mobilização dos diversos segmentos da sociedade para prevenção e solução dos problemas ambientais
0638	ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO Formar e capacitar recursos humanos e prover altos estudos necessários para a defesa terrestre	Formar e capacitar recursos humanos com estudos em todos os níveis, necessários para a defesa terrestre
0042	ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS Contribuir para a universalização do ensino fundamental de qualidade	Melhorar a qualidade do ensino fundamental
0180	ESPORTE SOLIDÁRIO Diminuir a situação de exclusão e risco social de jovens e adolescentes carentes na faixa etária de 10 a 24 anos pela intensificação da prática desportiva	Diminuir a situação de exclusão de idosos acima de 60 anos e de jovens e adolescentes carentes na faixa etária de 10 a 24 anos pela intensificação da prática desportiva
0505	FLORESTAR Aumentar a oferta de produtos e subprodutos florestais oriundos de áreas plantadas	Aumentar a oferta de produtos e subprodutos florestais oriundos de áreas plantadas e manejadas
0506	FLORESTAS SUSTENTÁVEIS Promover o uso sustentável dos recursos florestais, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua preservação	Promover o uso sustentável dos recursos florestais, conciliando os interesses dos usuários dos recursos com a necessidade de conservação
0479	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NO SETOR PETROLÍFERO Promover a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico aplicados na indústria do petróleo e gás natural	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR PETROLÍFERO
0625	GESTÃO DA POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS Apolar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área das Forças Armadas	GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL
0276	GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA E MINERAÇÃO Apolar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área de energia e de	GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA Apolar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área de energia
0771	GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA Formular e coordenar a política econômica governamental	GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO Garantir o cumprimento dos índices de metas para a inflação definidos pelo Governo Federal

Página: 7/11

PPA 2000/2003		Documento auxiliar do Anexo II	
Alteração de Denominação e Objetivo de Programa		Revisão Proposta Programa / Objetivo	
Referência	Lei PPA Programa / Objetivo		
0773	GESTÃO DAS POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO Aperfeiçoar os procedimentos das áreas de execução financeira, contábil e de controle interno, buscando maior eficiência e a melhoria do gasto público	GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO Contribuir para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da recuperação de haveres do Estado	
0792	GESTÃO PÚBLICA EMPREENDEDORA Promover a transformação da gestão pública para ampliar os resultados para o cidadão e reduzir custos	Promover a melhoria da gestão pública, visando à ampliação dos resultados para o cidadão	
0311	GESTÃO URBANA Aumentar a eficiência e eficácia da gestão urbana e da qualidade e produtividade na produção de serviços de saneamento básico e transporte urbano.	GESTÃO URBANA E METROPOLITANA Aumentar a eficiência e a eficácia da gestão urbana e metropolitana e da qualidade e produtividade dos serviços urbanos	
0796	INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS Fornecer informações de natureza estatística - demográfica e socioeconômica - e geocientífica - geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental	Fornecer informações de natureza estatística - demográfica e socioeconômica - e geográfica e ambiental	
0805	INFRA-ESTRUTURA URBANA Apolar os municípios na adequação e complementação de sua infra-estrutura urbana, sobretudo pela implantação e redimensionamento de seus equipamentos urbanos básicos.	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, mediante a reestruturação de sua infra-estrutura urbana	
0795	INTEGRAÇÃO ENTRE PLANO E ORÇAMENTO Promover a implantação do Plano Plurianual, integrando planejamento, orçamento e gestão	GESTÃO DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO Garantir a elaboração e execução dos Orçamentos da União	
0641	INTELIGÊNCIA NACIONAL Desenvolver processos e produtos para a proteção da informação governamental classificada e das comunicações.	Desenvolver atividades de inteligência de interesse do Estado e da Sociedade	
0379	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM Promover o desenvolvimento sustentável de áreas irrigadas e irrigáveis, elevando os níveis de produção e produtividade agrícola e a melhoria das condições de vida do homem do campo	Promover o desenvolvimento sustentável de áreas irrigadas e irrigáveis, elevando os níveis de produção e produtividade agrícola, com a consequente melhoria das condições de vida do homem do campo	
0415	JOVEM EMPREENDEDOR Criar oportunidades de trabalho para jovens com vocação empreendedora	Criar oportunidades de trabalho para jovens com dificuldade de inserção no mercado de trabalho ou sem experiência no mercado formal	
0168	LIVRO ABERTO Estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas	Estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas e propiciar a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário	

PPA 2000/2003

Página: 8/11

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa

Documento auxiliar do Anexo II

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0637	MANUTENÇÃO DA REDE HOSPITALAR DAS FORÇAS ARMADAS Prestar assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar das Forças Armadas e seus dependentes	SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS Prestar assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar das Forças Armadas, seus dependentes e efetuar o controle das condições de saúde de
0285	MATÉRIAS-PRIMAS E PRODUTOS BÁSICOS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA Aumentar a oferta de matérias-primas e produtos básicos da indústria petroquímica para atendimento ao mercado	INDÚSTRIA PETROQUÍMICA Aumentar a oferta de produtos básicos da indústria petroquímica para atendimento ao
0793	MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO CIDADÃO Promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão	QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO
0813	MONUMENTA - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos e sítios arqueológicos de interesses históricos, criando condições para a sua sustentabilidade.	MONUMENTA: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade
0128	MORAR MELHOR Universalizar os serviços de saneamento básico, reduzir o déficit habitacional e melhorar a infra-estrutura urbana para a população em estado de exclusão social	Contribuir para a redução do déficit habitacional quantitativo e qualitativo da população em estado de exclusão social
0665	NACIONAL ANTIDROGAS Prevenir o uso de entorpecentes e promover a recuperação de usuários de drogas	Prevenir o uso indevido de substâncias que causem dependência física ou psíquica e promover o tratamento, a recuperação e a reinserção social de indivíduos com transtornos decorrentes do uso dessas drogas
0228	NAVEGAÇÃO INTERIOR Prestar serviços de transporte hidroviário de cargas e passageiros no rio São Francisco, até sua transferência para a iniciativa privada	Prestar serviços de transporte hidroviário de cargas e passageiros no rio São Francisco
0514	NOSSOS RIOS: ARAGUAIA-TOCANTINS Aplicar modelo-piloto de gestão integrada que permita o uso múltiplo dos recursos hídricos em bases sustentáveis no eixo Araguaia-Tocantins para difundir soluções inovadoras nas demais bacias	Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade na bacia do rio Araguaia-Tocantins
0513	NOSSOS RIOS: PARAÍBA DO SUL Aplicar modelo-piloto de gestão integrada que permita o uso múltiplo dos recursos hídricos em bases sustentáveis passível de ser adotado em situação de extrema degradação e utilização conflituosa dos corpos de água e difundir soluções inovadoras para as demais	Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade na bacia do rio Paraíba do Sul
0507	NOSSOS RIOS: SÃO FRANCISCO Aplicar modelo-piloto de gestão integrada que permita o uso múltiplo dos recursos hídricos em bases sustentáveis na bacia do rio São Francisco para difundir soluções inovadoras nas demais bacias	Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade na bacia do rio São Francisco

PPA 2000/2003

Página: 9/11

Documento auxiliar do Anexo II

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0099	NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO Elevar o número de trabalhadores colocados pelo SINE, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego pela maior abrangência da intermediação financeira temporária ao trabalhador, conforme previsão legal	Elevar o número de trabalhadores colocados pelo SINE, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego pela maior abrangência da intermediação do emprego e da assistência financeira temporária ao trabalhador
0006	PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS Prevenir e manter sob controle as doenças passíveis de imunização	PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS
0002	PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES Reduzir a morbimortalidade por cólera, peste, traçoma, filariose, oncocercose, raiva, leptospirose, leishmaniose, doença de Chagas e esquistossomose	Reduzir a morbimortalidade por doenças transmitidas por vetores
0509	PROBEM DA AMAZÔNIA Ampliar as oportunidades de investimentos na Amazônia, tendo por base a biodiversidade e a aplicação da biotecnologia, estimulando o desenvolvimento da bioindústria na região	Promover o desenvolvimento da bioindústria na Amazônia, tendo por base a biodiversidade, a aplicação de biotecnologia e a ampliação das oportunidades de investimento na região
0758	PRODUÇÃO DE MOEDA E DOCUMENTOS DE SEGURANÇA Atender o mercado de moedas e de documentos de segurança	Suprir o meio circulante com cédulas e moedas e atender ao mercado de documentos de segurança
0373	PRODUTIVIDADE DE CÍTRICOS Elevar a produtividade da citricultura mediante o controle de pragas e emprego de novas tecnologias	PRODUTIVIDADE DA CITRICULTURA Elevar a produtividade da citricultura brasileira mediante o monitoramento e o controle das pragas de maior impacto na exploração e que restringem a comercialização do produto
0363	PRODUTIVIDADE DE OLEAGINOSAS Elevar a produtividade das oleaginosas mediante o controle de pragas e a incorporação de novas tecnologias	Elevar a produtividade das oleaginosas mediante melhoramento genético, controle de pragas e incorporação de novas tecnologias
0810	PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT – PBQP-HABITAT Apoiar o esforço de modernização do setor da construção e da gestão urbana, por meio da melhoria de qualidade e aumento da produtividade, com vistas ao aumento da competitividade, como forma de ampliar a eficiência da construção habitacional, do saneamento e serviços de transporte urbano, reduzindo custos de manutenção das edificações, fornecimento de água e otimizando os serviços de transportes urbanos.	PBQP - HABITAT - PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT Melhorar a qualidade e a produtividade do setor de construção habitacional
0094	PROGRAMA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável do Entorno do Distrito
0496	PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA Proteger a Amazônia Legal brasileira de pressões ao meio ambiente e do exercício de atividades ilícitas, mediante vigilância permanente	Contribuir para a proteção da Amazônia Legal brasileira de pressões ao meio ambiente e do exercício de atividades ilícitas, mediante vigilância permanente

PPA 2000/2003

Página: 10/11

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa Documento auxiliar do Anexo II

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0007	QUALIDADE DO SANGUE Garantir a qualidade e a auto-suficiência em sangue, componentes, derivados sanguíneos e correlatos	Garantir a qualidade e a auto-suficiência em sangue, componentes, derivados sanguíneos e correlatos
0803	RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO Ampliar as fontes de recursos não-fiscais para financiamento do desenvolvimento	Ampliar as fontes de recursos não-fiscais para financiamento de programas e de outras oportunidades de investimentos a eles associados
0288	REFINO DE PETRÓLEO Ampliar e otimizar o parque de refino, adequando-o às exigências ambientais e de qualidade do mercado	Ampliar e otimizar o parque de refino, adequando-o para maximizar o processamento de petróleo nacional e atender às exigências ambientais e de qualidade do mercado
0119	SANEAMENTO BÁSICO Apolar técnica e financeiramente as ações de saneamento a partir de critérios epidemiológicos para prevenção de controle de agravos, bem assim atender municípios com até 30.000 habitantes.	Prover saneamento básico em municípios com menos de 30.000 habitantes para eliminar as condições ambientais responsáveis pela ocorrência de agravos ou que ofereçam riscos iminentes ao seu aparecimento
0122	SANEAMENTO É VIDA Melhorar a qualidade na prestação dos serviços de saneamento básico pelas concessionárias públicas e privadas em Municípios com população superior a 75 mil	ampliar a cobertura e melhorar a qualidade na prestação dos serviços de saneamento básico.
0666	SEGURANÇA DO CIDADÃO Reduzir a criminalidade nos locais de maior incidência de crimes	Reduzir a criminalidade
0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS Melhorar a qualidade dos alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos
0756	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EM PARCERIA COM A INICIATIVA PRIVADA Desenvolver sistemas de informação e informática em parceria com a iniciativa privada	Desenvolver e operar sistemas de informação e informática em parceria com o setor privado, para atendimento de necessidades do Governo Federal e aperfeiçoamento da qualidade dos seus serviços
0751	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA O SETOR PÚBLICO Desenvolver, aperfeiçoar e manter sistemas de informação e informática contratados por órgãos governamentais	Desenvolver e manter sistemas de informação e informática contratados por órgãos responsáveis pela gestão das finanças públicas e por sistemas estruturadores e integradores do Governo Federal
0254	TELEFONIA FIXA Universalizar a prestação do serviço telefônico fixo comutado	Garantir a prestação do serviço telefônico fixo comutado em localidades com população superior a 100 habitantes

PPA 2000/2003

Página: 11/11

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa Documento auxiliar do Anexo II

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0289	TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL Ampliar a infra-estrutura para transporte dutoviário de petróleo, gás natural e derivados, visando a garantia ao atendimento do mercado	Ampliar a infra-estrutura para transporte dutoviário de petróleo, gás natural e derivados, visando o atendimento do mercado
0290	TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS Atender às necessidades de transporte marítimo para movimentação de petróleo e	Atender ao mercado de transporte marítimo para movimentação de petróleo e derivados
5003	TRANSPORTE RODOVIÁRIO URBANO Melhorar a qualidade e a produtividade na prestação do serviço público de transporte rodoviário coletivo urbano nos Municípios com população superior a 75 mil habitantes.	Melhorar a qualidade e a produtividade na prestação do serviço público de transporte rodoviário urbano nos Municípios com população superior a 75 mil habitantes
0255	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO Promover maior abrangência e disponibilidade dos serviços de radiodifusão	SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
0024	VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS Evitar a entrada e disseminação de doenças transmissíveis em portos, aeroportos e fronteiras e garantir a qualidade dos produtos de consumo humano	VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS Evitar a entrada e disseminação de doenças transmissíveis em portos, aeroportos e fronteiras e garantir a qualidade e segurança dos produtos para consumo humano
0257	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES Garantir o acesso aos serviços de telecomunicações e de valor adicionado em estabelecimento de ensino público, instituições de saúde pública, para as populações em localidade com menos de 100 habitantes e para as populações cuja renda não permita o acesso em base comercial.	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES Garantir o acesso aos serviços de telecomunicações e de valor adicionado em estabelecimento de ensino público, instituições de saúde pública, para as populações em localidade com menos de 100 habitantes e para as populações cuja renda não permita o acesso em base comercial, devendo ser utilizadas configurações instaladas que permitam diferentes alternativas de softwares nos sistemas operacionais.

PPA 2000/2003

Documento auxiliar do Anexo III

Ações Alteradas

0167 - BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL										
PROGRAMA / AÇÕES					METAS / CUSTOS					
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
6333	O	AUTORIZAÇÃO DE EIA-RIMA E DE PESQUISAS E SALVAMENTO ARQUEOLÓGICOS	Unidade							
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0
6334	O	AUTORIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ENTRADA E SAÍDA DE OBRAS DE ARTE E OFÍCIOS	Unidade							
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0
6335	O	AUTORIZAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÕES EM BENS PROTEGIDOS	Unidade							
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0

PPA 2000/2003

Página: 2/24

Ações Alteradas

Documento auxiliar do Anexo III

0233 - CORREDOR MERCOSUL

PROGRAMA / AÇÕES				METAS / CUSTOS			
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Sul
7331	O	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL <i>trecho construído</i>	km				
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	40.500.000	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	546.960.000	0	0	0
		Total da Ação		587.460.000	0	0	587.460.000
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	546.960.000	0	0	0
		Total da Ação		546.960.000	0	0	546.960.000

0235 - CORREDOR NORDESTE

PROGRAMA / AÇÕES				METAS / CUSTOS			
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Sul
7325	O	RECUPERAÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE <i>trecho recuperado</i>	% de execução física				
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	16.000.000	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	1.128.476.000	0	0	0
		Total da Ação		1.144.476.000	0	1.144.476.000	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	1.128.476.000	0	0	0
		Total da Ação		1.128.476.000	0	1.128.476.000	0

0236 - CORREDOR OESTE-NORTE

PROGRAMA / AÇÕES				METAS / CUSTOS			
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Sul
7302	O	ADEQUAÇÃO E MELHORAMENTOS DO PORTO DE MANAUS PARA PASSAGEIROS <i>obra executada</i>	% de execução física				
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	3.000.000	0	3.000.000	0
		Demais Fontes	R\$1	15.751.000	0	15.751.000	0
		Total da Ação		18.751.000	0	18.751.000	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	15.751.000	0	15.751.000	0
		Total da Ação		15.751.000	0	15.751.000	0

0231 - CORREDOR TRANSMETROPOLITANO

PROGRAMA / AÇÕES				METAS / CUSTOS			
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Sul
7329	O	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO <i>obra executada</i>	% de execução física				
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	9.000.000	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	301.423.000	0	0	0
		Total da Ação		310.423.000	0	310.423.000	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	301.423.000	0	0	0
		Total da Ação		301.423.000	0	301.423.000	0

PPA 2000/2003

Ações Alteradas

Documento auxiliar do Anexo III

0695 - DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA

PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
6108	O	HARMONIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA COM OS BLOCOS ECONÔMICOS	Unidade							
		norma publicada								
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	338.429	338.429	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		338.429	338.429	0	0	0	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0

0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
9522	O	CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOCANTINS	Unidade							
		aeroporto construído								
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	17.500.000	0	17.500.000	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	47.000.000	0	47.000.000	0	0	0	0
		Total da Ação		64.500.000	0	64.500.000	0	0	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	47.000.000	0	47.000.000	0	0	0	0
		Total da Ação		47.000.000	0	47.000.000	0	0	0	0

9515 O REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DA REDE SUDESTE

aeroporto reformado/implantado

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	5.500.000	0	0	0	5.500.000	0	0
		Demais Fontes	R\$1	705.380.987	0	0	0	705.380.987	0	0
		Total da Ação		710.880.987	0	0	0	710.880.987	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	705.380.987	0	0	0	705.380.987	0	0
		Total da Ação		705.380.987	0	0	0	705.380.987	0	0

9514 O REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOCANTINS

aeroporto reformado/implantado

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	195.337.456	0	51.404.594	61.685.512	0	82.247.350	0
		Total da Ação		195.337.456	0	51.404.594	61.685.512	0	82.247.350	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	195.337.456	0	51.404.594	61.685.512	0	82.247.350	0
		Total da Ação		195.337.456	0	51.404.594	61.685.512	0	82.247.350	0

PPA 2000/2003

Ações Alteradas

Documento auxiliar do Anexo III

Página: 8/24

0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PROGRAMA / AÇÕES				METAS / CUSTOS						
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
9513	O	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARCO NORTE								
		aeroporto reformado/ampliado	Unidade							
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	15.300.000	0	15.300.000	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	9.622.500	0	9.622.500	0	0	0	0
		Total da Ação		24.922.500	0	24.922.500	0	0	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	9.622.500	0	9.622.500	0	0	0	0
		Total da Ação		9.622.500	0	9.622.500	0	0	0	0
9523	O	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO SÃO FRANCISCO								
		aeroporto reformado/ampliado	Unidade							
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	53.000.000	0	0	53.000.000	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	90.595.735	0	0	80.529.542	10.066.193	0	0
		Total da Ação		143.595.735	0	0	133.529.542	10.066.193	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	90.595.735	0	0	80.529.542	10.066.193	0	0
		Total da Ação		90.595.735	0	0	80.529.542	10.066.193	0	0

0420 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR

PROGRAMA / AÇÕES				METAS / CUSTOS						
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
0893	O	RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	km							
		trecho recuperado								
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	1.100.000	0	0	1.100.000	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	50.000.000	0	0	50.000.000	0	0	0
		Total da Ação		51.100.000	0	0	51.100.000	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	43.021.111	0	0	43.021.111	0	0	0
		Total da Ação		43.021.111	0	0	43.021.111	0	0	0

PPA 2000/2003
Ações Alteradas

Página: 10/24

Documento auxiliar do Anexo III

9998 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR II

PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS		Sudeste	Centro-Oeste	Sul
							Nordeste				
9302	O	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS <i>trecho construído</i>	km								
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	6.200.000	0	0	6.200.000	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	31.752.000	31.752.000	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		37.952.000	31.752.000	0	6.200.000	0	0	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	31.752.000	31.752.000	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		31.752.000	31.752.000	0	0	0	0	0	0
9306	O	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO <i>habitante beneficiado</i>	Unidade								
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	9.500.000	0	0	9.500.000	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	95.067.000	95.067.000	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		104.567.000	95.067.000	0	9.500.000	0	0	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	95.067.000	95.067.000	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		95.067.000	95.067.000	0	0	0	0	0	0
9324	O	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA <i>FAMÍLIA BENEFICIADA</i>	UND								
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	45.200.000	0	0	45.200.000	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	63.315.000	63.315.000	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		108.515.000	63.315.000	0	45.200.000	0	0	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	63.315.000	63.315.000	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		63.315.000	63.315.000	0	0	0	0	0	0

9998 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR II

PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS		Sudeste	Centro-Oeste	Sul
							Nordeste				
0887	O	RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS <i>trecho recuperado</i>	km								
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	6.400.000	0	0	6.400.000	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	31.563.000	31.563.000	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		37.963.000	31.563.000	0	6.400.000	0	0	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	31.563.000	31.563.000	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		31.563.000	31.563.000	0	0	0	0	0	0

PPA 2000/2003

Ações Alteradas

Documento auxiliar do Anexo III

0009 - PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM

PROGRAMA / AÇÕES

[illegible]

0501 - QUALIDADE AMBIENTAL

PROGRAMA / AÇÕES

[illegible]

6705 O INSERÇÃO DA VARIÁVEL AMBIENTAL NAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS DE REGULAÇÃO DO USO DO SOLO URBANO

Lei PPA	Recursos do Orçamento da União	R\$1	1	0	0	0	0
	Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
	Total da Ação		1	0	0	0	0
Revisão Proposta	Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0
	Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
	Total da Ação		0	0	0	0	0

	INSERÇÃO DE DIRETRIZES AMBIENTAIS NA CONCESSÃO DE CRÉDITOS OFICIAIS PARA INVESTIMENTOS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS							
	<i>norma publicada</i>	<i>Unidade</i>						
6703	O							
Lei PPA								
			R\$1	1		0	0	0
			R\$1	0		0	0	0
				1	1	0	0	0
Revisão			R\$1	0		0	0	0
Proposta			R\$1	0		0	0	0
				0	0	0	0	0

PPA 2000/2003
Ações Alteradas

Página: 18/24

Documento auxiliar do Anexo III

0501 - QUALIDADE AMBIENTAL										
PROGRAMA / AÇÕES				METAS / CUSTOS						
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA INCENTIVO À MUDANÇA DE PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO NAS ÁREAS URBANAS E RURAIS E AO USO DE TECNOLOGIAS LIMPAS										
norma publicada										
Unidade										
Lei PPA	O	Recursos do Orçamento da União	R\$1	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0	0
Revisão Proposta	O	Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0
7903 O NORMAS DE ESTÍMULO PARA INCORPORAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL PELAS EMPRESAS (ISO 14000)										
norma publicada										
Unidade										
Lei PPA	O	Recursos do Orçamento da União	R\$1	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0	0
Revisão Proposta	O	Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0
7904 O NORMAS E CRITÉRIOS PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES EFETIVA OU POTENCIALMENTE POLUIDORAS										
norma publicada										
Unidade										
Lei PPA	O	Recursos do Orçamento da União	R\$1	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0	0
Revisão Proposta	O	Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0

PPA 2000/2003
Ações Alteradas

Documento auxiliar do Anexo III

0501 - QUALIDADE AMBIENTAL										
PROGRAMA / AÇÕES										
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS			Sul
7905	O	NORMAS E PADRÕES RELATIVOS AO CONTROLE E A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE								
norma publicada										
Unidade										
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0
7906										
NORMAS PARA CONTROLE AMBIENTAL DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS, INCLUSIVE OS POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES										
norma publicada										
Unidade										
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0

PPA 2000/2003
Ações Alteradas

Página: 20/24

Documento auxiliar do Anexo III

0221 - QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

PROGRAMA / AÇÕES			Unidade de Medida
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	
7526	O	ARRENDAMENTOS EM ÁREAS PORTUÁRIAS	
		área arrendada	m²
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1
		Demais Fontes	R\$1
		Total da Ação	
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1
		Demais Fontes	R\$1
		Total da Ação	
7523	O	IMPLANTAÇÃO DE AUTORIDADES PORTUÁRIAS	
		autoridade portuária implantada	Unidade
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1
		Demais Fontes	R\$1
		Total da Ação	
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1
		Demais Fontes	R\$1
		Total da Ação	
7524	O	OUTORGA DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO INTERIOR	
		outorga concedida	Unidade
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1
		Demais Fontes	R\$1
		Total da Ação	
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1
		Demais Fontes	R\$1
		Total da Ação	

PPA 2000/2003

Página: 21/24

Ações Alteradas

Documento auxiliar do Anexo III

0221 - QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

PROGRAMA / AÇÕES				METAS / CUSTOS					
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
7525	O	PARCERIAS EM PORTOS	Unidade						
parceria realizada									
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	4	4	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		4	4	0	0	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0

0226 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA

PROGRAMA / AÇÕES				METAS / CUSTOS					
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
7522	O	CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	km						
trecho concedido									
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	1	1	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0

PPA 2000/2003

Página: 23/24

Ações Alteradas

Documento auxiliar do Anexo III

0520 - TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO									
PROGRAMA / AÇÕES				METAS / CUSTOS					
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
7910	O	CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE ADUÇÃO AOS CENTROS DE DEMANDA DE IRRIGAÇÃO	% de execução física						
obra construída									
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	500.000	0	0	500.000	0	0
		Demais Fontes	R\$1	400.000.000	0	0	400.000.000	0	0
		Total da Ação		400.500.000	0	0	400.500.000	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	400.000.000	0	0	400.000.000	0	0
		Total da Ação		400.000.000	0	0	400.000.000	0	0
obra construída									
7909	O	CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE ADUÇÃO AOS CENTROS URBANOS	% de execução física						
obra construída									
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	500.000	0	0	500.000	0	0
		Demais Fontes	R\$1	400.000.000	0	0	400.000.000	0	0
		Total da Ação		400.500.000	0	0	400.500.000	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	400.000.000	0	0	400.000.000	0	0
		Total da Ação		400.000.000	0	0	400.000.000	0	0

PPA 2000/2003

Página: 24/24

Ações Alteradas

Documento auxiliar do Anexo III

0520 - TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO				METAS / CUSTOS				
PROGRAMA / AÇÕES				Norte				
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sul
Dados Financeiros Totais Lei PPA em R\$ 1								
Recursos do Orçamento da União				Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sul
Fiscal e Seguridade				235.376.890	676.890	38.800.000	138.400.000	500.000
Despesas de Capital				233.376.890	676.890	36.800.000	138.400.000	500.000
Despesas Correntes				229.700.000	0	35.800.000	138.400.000	500.000
Investimento Estatal				3.676.890	676.890	1.000.000	0	0
Demais Fontes				2.000.000	0	2.000.000	0	0
Total Geral Lei				4.584.578.078	221.697.000	190.606.094	2.182.191.054	623.120.000
				4.819.954.968	222.373.890	229.406.094	2.320.591.054	663.620.000
Dados Financeiros Totais Revisão em R\$ 1								
Recursos do Orçamento da União				Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sul
Fiscal e Seguridade				0	0	0	0	0
Despesas de Capital				0	0	0	0	0
Despesas Correntes				0	0	0	0	0
Investimento Estatal				0	0	0	0	0
Demais Fontes				4.577.599.189	221.697.000	190.606.094	2.175.212.165	623.120.000
Total Geral Revisão				4.577.599.189	221.697.000	190.606.094	2.175.212.165	623.120.000
							1.123.430.180	243.533.750
							1.123.430.180	243.533.750

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLAN , ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇã DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - R E V I S ã O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 0274 ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA							
9052 AÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA PARA IMPLANTAÇÃO DE CENTRAIS EÓLICAS NO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO	0	0	0	1.500.000	0	0	1.500.000
9060 LEVANTAMENTO DO POTENCIAL EÓLICO OFF SHORE NO LAGO DE SOBRADINHO NA REGIÃO DO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO	0	0	0	400.000	0	0	400.000
Total do Programa:	0	0	0	1.900.000	0	0	1.900.000
PROGRAMA: 0910 ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS							
5850 ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	54.230.751	54.230.751	-1	0	0	0	0
5851 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA REGIÃO SUDESTE	10.000.000	2.200.000	-7.800.000	0	0	0	0
5888 ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE CAPACIDADE DE RODOVIAS	4.000.000	0	-4.000.000	0	0	0	0
Total do Programa:	68.230.751	56.430.751	-11.800.001	0	0	0	0
PROGRAMA: 0772 ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA							
3583 REAPARELHAMENTO, ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO DOS POSTOS ADUANEIROS	69.412.000	20.000.000	-49.412.000	0	0	0	0
2247 SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR- SISCOMEX	238.637.240	160.837.606	-77.799.634	0	0	0	0
Total do Programa:	308.049.240	180.837.606	-127.211.634	0	0	0	0
PROGRAMA: 0770 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA							
3583 REAPARELHAMENTO, ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO DA SRF	0	0	49.412.000	0	0	0	49.412.000
2247 SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR- SISCOMEX	0	0	77.799.634	0	0	0	77.799.634
Total do Programa:	0	0	127.211.634	0	0	0	127.211.634
PROGRAMA: 0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF							
6312 DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA DE AGRICULTURA FAMILIAR	2.000.000	0	4.600.000	0	0	0	6.600.000
Total do Programa:	2.000.000	0	4.600.000	0	0	0	6.600.000
PROGRAMA: 0497 ÁGUAS DO BRASIL							
3041 PROJETOS PARA PREVENÇÃO DE ENCHENTES	20.463.394	20.463.394	0	2.000.000	0	0	22.463.394
Total do Programa:	20.463.394	20.463.394	0	2.000.000	0	0	22.463.394
PROGRAMA: 0802 ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS							
4251 DESENVOLVIMENTO DE GERENCIAMENTO DE GRUPOS DE PROGRAMAS	0	0	1.877.440	0	0	0	1.877.440
Total do Programa:	0	0	1.877.440	0	0	0	1.877.440
PROGRAMA: 0806 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO							
7478 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCULTURA	2.000.000	0	-2.000.000	0	2.000.000	0	2.000.000

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLAN , ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃ DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - R E V I S Ã O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO/ CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 0806 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO							
2356 APOIO ÀS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURA	45.600.000	8.265.000	-37.335.000	0	45.600.000	0	45.600.000
7482 DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CAJU	25.000.000	0	-25.000.000	0	25.000.000	0	25.000.000
1483 ELETRIFICAÇÃO RURAL	146.100.000	15.560.000	-130.520.000	0	146.100.000	0	146.100.000
7484 ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA	4.600.000	0	-4.600.000	0	4.600.000	0	4.600.000
7062 ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	42.000.000	0	-42.000.000	0	42.000.000	0	42.000.000
7481 ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA	83.000.000	0	-83.000.000	0	83.000.000	0	83.000.000
1482 MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	85.436.001	15.485.913	-69.952.088	0	85.436.001	0	85.436.001
7479 REVITALIZAÇÃO DA CULTURA DO ALGODÃO	6.900.000	0	-6.900.000	0	6.900.000	0	6.900.000
Total do Programa:	440.638.001	39.330.913	-401.307.088	0	440.638.001	0	440.638.001
PROGRAMA: 0055 ARRECAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO							
4029 CONTROLE E INSPEÇÃO DA ARRECAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO Migrado para: GESTÃO DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO	7.444.590	3.407.705	-4.036.885	0	0	0	0
Total do Programa:	7.444.590	3.407.705	-4.036.885	0	0	0	0
PROGRAMA: 5001 ATENDIMENTO À MULHER							
7517 CONSTRUÇÃO DE CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO À MULHER Migrado para: COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER	4.200.000	0	-4.200.000	0	0	0	0
Total do Programa:	4.200.000	0	-4.200.000	0	0	0	0
PROGRAMA: 0804 BRASIL EM AÇÃO							
4251 DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS DE GERENCIAMENTO DE GRUPOS DE PROGRAMAS Migrado para: ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS	2.693.100	1.015.660	-1.677.440	0	0	0	0
4074 SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DO BRASIL EM AÇÃO	792.600	160.000	-632.600	0	0	0	0
Total do Programa:	3.685.700	1.175.660	-2.510.040	0	0	0	0
PROGRAMA: 0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL							
6333 AUTORIZAÇÃO DE EIA-RIMA E DE PESQUISAS E SALVAMENTO ARQUEOLÓGICOS	1	0	-1	0	0	0	0
6334 AUTORIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ENTRADA E SAÍDA DE OBRAS DE ARTE E OFÍCIOS	1	0	-1	0	0	0	0
6335 AUTORIZAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÕES EM BENS PROTEGIDOS	1	0	-1	0	0	0	0
Total do Programa:	3	0	-3	0	0	0	0
PROGRAMA: 0181 BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA							
1616 MODERNIZAÇÃO DE CENTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA O ESPORTE	0	0	92.877	0	0	0	92.877
1623 PROMOÇÃO DE EVENTOS E INTERCÂMBIOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS NO ESPORTE	0	0	411.231	0	0	0	411.231
Total do Programa:	0	0	504.108	0	0	0	504.108

Elaboração: COFE/CD CONORISF PRODASEN - 001 - Rel Setor/Programa/Ação
Backup/PPA - REVISÃO II

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLAN , ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃ DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - R E V I S Ã O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO/ CANCELAMENT O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO DESTAQUES EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 0156 COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER							
7051 CONSTRUÇÃO DE CASA-ABRIGO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLENCIA	12.478.000	1.610.000	4.200.000	0	0	0	16.678.000
Total do Programa:	12.478.000	1.610.000	4.200.000	0	0	0	16.678.000
PROGRAMA: 0662 COMBATE AO CRIME ORGANIZADO							
2680 COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES	3.937.762	3.937.762	0	1.000.000	0	0	4.937.762
2680 COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES	40.822.000	0	0	1.000.000	0	0	41.822.000
Total do Programa:	44.759.762	3.937.762	0	2.000.000	0	0	46.759.762
PROGRAMA: 8021 COMÉRCIO ELETRÔNICO							
2517 ESTUDOS PARA A PROMOÇÃO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO	0	0	600.000	0	0	0	600.000
1895 IMPLANTAÇÃO DA AUTORIDADE CERTIFICADORA RAIZ DA INFRA-ESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA - ICP - BRASIL	0	0	1.000.000	0	0	0	1.000.000
2523 TREINAMENTO PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS VISANDO O COMÉRCIO ELETRÔNICO	0	0	300.000	0	0	0	300.000
Total do Programa:	0	0	1.900.000	0	0	0	1.900.000
PROGRAMA: 0811 COMPLEMENTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PORTOS							
1040 INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA	14.600.000	14.600.000	-14.600.000	0	0	0	0
Total do Programa:	14.600.000	14.600.000	-14.600.000	0	0	0	0
PROGRAMA: 0071 COMUNIDADE ATIVA							
6001 APOIO A PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO	1.000.000	0	0	1.500.000	0	0	2.500.000
1843 CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS MULTIPLICADORES, DIRETORES DE LABORATÓRIOS ORGANIZACIONAIS E EMPREENDEDORES	13.283.818	5.176.027	-8.107.791	0	0	0	0
1859 GERAÇÃO DE EMPREENDIMIENTOS PRODUTIVOS	19.247.751	11.328.387	-7.919.364	0	0	0	0
2821 MANUTENÇÃO DO SIGER - SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	2.635.909	1.873.328	-762.581	0	0	0	0
Total do Programa:	36.167.478	18.377.742	-16.789.736	1.500.000	0	0	2.500.000
PROGRAMA: 0911 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS							
5852 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	164.830.901	164.830.901	-164.830.901	0	0	0	0
5867 ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS	2.000.000	0	-2.000.000	0	0	0	0
Total do Programa:	166.830.901	164.830.901	-166.830.901	0	0	0	0
PROGRAMA: 0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS							
5781 CONSTRUÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS	15.025.000	0	0	3.000.000	0	0	18.025.000
1081 CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS	31.292.800	21.600.000	0	4.000.000	0	0	35.292.800
Elaboração: COFE/CD CONOR/SE PRODASEN - 001 - Rel Setor/Programa/Ação Backup/PPA REVISÃO II							

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO DESTAQUES EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS							
7264 DERROCAMENTO DO ACESSO AO BERÇO 107 DO PIER PETROLEIRO DO PORTO DE ITAQUI (MA)	0	0	0	2.000.000	0	0	2.000.000
Total do Programa:	46.317.800	21.600.000	0	9.000.000	0	0	55.317.800
PROGRAMA: 0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE							
5711 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE	587.577.600	176.181.634	0	1.000.000	0	0	588.577.600
Total do Programa:	587.577.600	176.181.634	0	1.000.000	0	0	588.577.600
PROGRAMA: 0230 CORREDOR LESTE							
5725 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE	543.260.000	157.500.000	0	6.000.000	0	0	549.260.000
1923 AMPLIAÇÃO DO PORTO DA BARRA DO RIACHO	14.485.900	2.000.000	0	1.000.000	0	0	15.485.900
5756 CONSTRUÇÃO DE INTERLIGAÇÕES RODOVIÁRIAS NO CORREDOR LESTE	54.445.200	2.525.000	0	2.000.000	0	0	56.445.200
5704 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE	286.515.000	135.233.329	0	3.500.000	1.000.000	0	291.015.000
Total do Programa:	889.706.100	297.258.329	0	12.500.000	1.000.000	0	912.206.100
PROGRAMA: 0233 CORREDOR MERCOSUL							
5727 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	1.877.818.500	394.082.811	0	6.000.000	0	1.000.000	1.884.818.500
5581 CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	5.788.720	650.000	0	2.000.000	0	0	7.788.720
5724 CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	10.000.000	0	0	6.000.000	1.000.000	0	17.000.000
1225 CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR MERCOSUL	55.138.100	900.000	0	2.000.000	0	0	57.138.100
7331 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	40.500.000	0	0	1.000.000	0	0	41.500.000
5707 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	438.858.800	202.503.358	0	4.000.000	0	0	442.858.800
7276 DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE PARANAGUÁ (PR)	2.500.000	0	0	3.000.000	0	0	5.500.000
7284 MELHORAMENTOS E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE PARANAGUÁ (PR)	14.500.000	0	0	2.000.000	0	0	16.500.000
Total do Programa:	2.445.104.120	508.136.169	0	26.000.000	1.000.000	1.000.000	2.473.104.120
PROGRAMA: 0235 CORREDOR NORDESTE							
5728 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE	887.748.300	167.559.320	0	2.500.000	0	0	890.248.300
5686 AMPLIAÇÃO, EM 140 METROS, DO CAIS COMERCIAL DO PORTO DE NATAL (RN)	1.000.000	1.000.000	0	1.000.000	0	0	2.000.000
5799 CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR NORDESTE	9.500.000	9.500.000	0	1.000.000	0	0	10.500.000
5708 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS DO CORREDOR NORDESTE	329.778.931	71.820.000	0	2.000.000	0	0	331.778.931
5684 MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE NATAL	28.268.666	28.268.666	0	1.000.000	0	0	29.268.666
7325 RECUPERAÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE	16.000.000	0	0	3.000.000	0	0	19.000.000

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLAN , ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃ DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - R E V I S Ã O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO EM DESTAQUES EM PLÊNARIO	VALOR
PROGRAMA: 0235 CORREDOR NORDESTE							
5689 RECUPERAÇÃO DO MOLHE DE PROTEÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ (AL)	6.000.000	1.530.888	0	1.000.000	0	0	7.000.000
5388 RECUPERAÇÃO DO PORTO DE CABEDELO	40.605.000	20.030.000	0	1.000.000	0	0	41.605.000
Total do Programa:	1.318.900.897	299.708.874	0	12.500.000	0	0	1.331.400.897
PROGRAMA: 0236 CORREDOR OESTE-NORTE							
5709 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE	809.368.442	278.190.322	0	3.000.000	0	0	812.368.442
Total do Programa:	809.368.442	278.190.322	0	3.000.000	0	0	812.368.442
PROGRAMA: 0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO							
5795 CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR SÃO FRANCISCO	29.500.000	10.500.000	0	1.500.000	0	0	31.000.000
5703 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO	335.160.896	47.740.422	0	2.500.000	0	0	337.660.896
Total do Programa:	364.660.896	58.240.422	0	4.000.000	0	0	368.660.896
PROGRAMA: 0232 CORREDOR SUDOESTE							
5706 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SUDOESTE	181.535.000	53.884.520	0	1.000.000	1.000.000	0	183.535.000
Total do Programa:	181.535.000	53.884.520	0	1.000.000	1.000.000	0	183.535.000
PROGRAMA: 0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO							
5726 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	203.625.000	10.785.000	7.800.000	0	0	0	211.425.000
5844 CONSTRUÇÃO DE CONTORNO RODOVIÁRIO EM MOGI DAS CRUZES	25.457.700	0	0	1.000.000	0	0	26.457.700
Total do Programa:	229.082.700	10.785.000	7.800.000	1.000.000	0	0	237.882.700
PROGRAMA: 0372 DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA							
7067 IMPLANTACÃO DE UNIDADE DE AQUICULTURA EM JAZIDAS DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO	2.000.000	0	0	465.000	0	0	2.465.000
5524 PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA DIVULGAÇÃO DA AQUICULTURA	4.366.359	502.763	83.000.000	0	0	0	87.366.359
Total do Programa:	6.366.359	502.763	83.000.000	465.000	0	0	89.831.359
PROGRAMA: 0630 DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL							
3121 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE INSTALAÇÕES PARA O SISTEMA DE AVIAÇÃO CIVIL	24.615.000	10.089.182	0	1.000.000	0	0	25.615.000
Total do Programa:	24.615.000	10.089.182	0	1.000.000	0	0	25.615.000
PROGRAMA: 0350 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA							
9104 FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTOS EM MELHORIA DA QUALIDADE DO CAFÉ - RESPONSÁVEL: FUNCAFE/MA	0	0	0	1.000.000	0	0	1.000.000
Total do Programa:	0	0	0	1.000.000	0	0	1.000.000

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLAN , ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃ DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - R E V I S Ã O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 0049 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL							
6123 CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.200.000	846.268	486.110	0	0	0	1.686.110
6127 FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	14.455.185	14.455.185	51.437.822	0	0	0	65.893.007
3206 PESQUISAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	800.000	0	99.087	0	0	0	899.087
6131 PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL	197.000	197.000	259.375	0	0	0	456.375
6141 QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA PARA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	100.000	100.000	219.234	0	0	0	319.234
Total do Programa:	16.752.185	15.598.453	52.501.628	0	0	0	69.253.813
PROGRAMA: 8008 DESENVOLVIMENTO DA FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS - PROFLORES							
1687 ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS PRODUTORES DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS	0	0	1.000.000	0	0	0	1.000.000
2493 CERTIFICAÇÃO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS	0	0	1.500.000	0	0	0	1.500.000
2461 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS	0	0	3.000.000	0	0	0	3.000.000
1689 SISTEMA DE INFORMAÇÕES COMERCIAIS E TECNOLÓGICAS DO SETOR FLORÍCOLA	0	0	1.000.000	0	0	0	1.000.000
Total do Programa:	0	0	6.500.000	0	0	0	6.500.000
PROGRAMA: 0354 DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA							
4243 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM FRUTICULTURA	28.889.387	10.905.277	67.000.000	0	0	0	95.899.387
Total do Programa:	28.889.387	10.905.277	67.000.000	0	0	0	95.899.387
PROGRAMA: 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA							
9522 CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOCANTINS	17.500.000	0	-17.500.000	2.000.000	0	0	2.000.000
1615 MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA EM SALVADOR	29.000.000	29.000.000	0	1.000.000	0	0	30.000.000
9515 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DA RIEDE SUDESTE	5.500.000	0	-5.500.000	0	0	0	0
9514 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOCANTINS	500.000	0	-500.000	0	0	0	0
9513 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO AFICO NORTE	15.300.000	0	-15.300.000	0	0	0	0
9523 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO SÃO FRANCISCO	53.000.000	0	-53.000.000	0	0	0	0
9510 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO SUL	10.000.000	0	0	4.000.000	0	0	14.000.000
Total do Programa:	130.300.000	29.000.000	-91.800.000	7.000.000	0	0	46.000.000
PROGRAMA: 9998 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NO NORDESTE							

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - R E V I S ã O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 9998 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NO NORDESTE							
9302 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS	6.200.000	0	-6.200.000	0	0	0	0
9306 IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	9.500.000	0	-9.500.000	0	0	0	0
9324 IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	45.200.000	0	-45.200.000	0	0	0	0
0887 RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	6.400.000	0	-6.400.000	0	0	0	0
Total do Programa:	67.300.000	0	-67.300.000	0	0	0	0
PROGRAMA: 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO							
7090 IMPLANTAÇÃO DE CAMPI AVANÇADO DA UFRPE, NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO, NO BI-PÓLO PETROLINA, ESTADO DE PERNAMBUCO E JUAZEIRO, ESTADO DA BAHIA	5.500.000	0	-5.500.000	0	0	0	0
9100 IMPLANTAÇÃO DE UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO EM PETROLINA - PE	0	0	0	6.500.000	0	0	6.500.000
3114 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO A INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	15.590.272	15.590.272	70.100.142	0	0	0	85.690.414
5081 MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO	0	0	16.109.457	0	0	0	16.109.457
6348 PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO - PET	2.000.000	0	0	3.500.000	0	0	5.500.000
4004 SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	0	0	16.625.857	0	0	0	16.625.857
Total do Programa:	23.090.272	15.590.272	97.335.456	10.000.000	0	0	130.425.728
PROGRAMA: 0420 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR							
9106 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO CULTURAL	0	0	0	3.000.000	0	0	3.000.000
0893 RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	1.100.000	0	-1.100.000	0	0	0	0
Total do Programa:	1.100.000	0	-1.100.000	3.000.000	0	0	3.000.000
PROGRAMA: 0075 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL							
2818 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	0	0	0	3.000.000	0	0	3.000.000
Total do Programa:	0	0	0	3.000.000	0	0	3.000.000
PROGRAMA: 8018 DESPOLLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS							
3939 CAMPANHAS PARA MOBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO PARA LIMPAR OS RIOS	0	0	830.000	0	0	0	830.000
1987 ELABORAÇÃO DE PLANOS DE DESPOLLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	0	0	250.000	0	0	0	250.000
9084 RECUPERAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DA REGIÃO SUDESTE	0	0	0	3.000.000	0	0	3.000.000
3935 RECUPERAÇÃO DE NASCENTES E DE MANANCIAIS EM ÁREAS URBANAS	0	0	8.307.653	0	0	0	8.307.653

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLAN , ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃ DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - R E V I S Ã O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO DESTAQUES EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 8018 DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS							
2905 REMOÇÃO DE CARGAS POLUIDORAS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS.	0	0	75.768.874	1.000.000	0	0	76.768.874
Total do Programa:	0	0	85.156.527	4.000.000	0	0	89.156.527
PROGRAMA: 0053 EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA							
3054 CAPACITAÇÃO À DISTÂNCIA PARA PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ÁREA DA SURDEZ	188.000	46.934	-141.066	0	0	0	0
3055 CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SURDEZ	460.000	114.956	-345.044	0	0	0	0
3063 ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA	108.000	8.913	-99.087	0	0	0	0
2998 FUNCIONAMENTO DO ENSINO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA	34.971.019	8.467.333	-26.503.686	0	0	0	0
3059 IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA VIRTUAL NA ÁREA DE SURDEZ	40.000	11.625	-28.375	0	0	0	0
3066 PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PROJETOS EDUCACIONAIS, CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS NA ÁREA DA SURDEZ	240.000	60.000	-180.000	0	0	0	0
3070 QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA PARA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	280.000	60.766	-219.234	0	0	0	0
Total do Programa:	36.287.019	8.770.527	-27.516.492	0	0	0	0
PROGRAMA: 0054 EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA VISUAL							
2999 FUNCIONAMENTO DO ENSINO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL	31.644.085	6.709.949	-24.934.136	0	0	0	0
1519 GRAVAÇÃO DE LIVROS E TEXTOS PARA AUDIÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL	40.400	10.086	-30.304	0	0	0	0
3058 IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA VIRTUAL NA ÁREA DA VISÃO	48.000	12.000	-36.000	0	0	0	0
3064 PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE DEFICIÊNCIA VISUAL	20.000	5.000	-15.000	0	0	0	0
Total do Programa:	31.752.485	6.737.045	-25.015.440	0	0	0	0
PROGRAMA: 8010 EDUCAÇÃO FISCAL							
1665 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL	0	0	3.370.320	0	0	0	3.370.320
1663 PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PARA DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL	0	0	2.668.936	0	0	0	2.668.936
Total do Programa:	0	0	6.039.256	0	0	0	6.039.256
PROGRAMA: 0273 ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES							
7157 APROVEITAMENTO DA ENERGIA EÓLICA	4.000.000	0	0	1.000.000	0	0	5.000.000
9056 PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS CENTRAIS ELÉTRICAS	0	0	0	0	1.000.000	1.000.000	2.000.000
Elaboração: COFF/CD CONORISF PRODASEN - 001 - Rel Setor/Programa/Ação Backup/PPA REVISÃO II							

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO EM DESTAQUES EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 0273 ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES	4.000.000	0	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	7.000.000
Total do Programa:							
PROGRAMA: 0295 ENERGIA NO EIXO SUL							
9044 APROVEITAMENTO EÓLICO NO LITORAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	0	0	0	1.000.000	0	0	1.000.000
9040 CONSTRUÇÃO DE PCH - PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS	0	0	0	0	250.000	0	250.000
Total do Programa:	0	0	0	1.000.000	250.000	0	1.250.000
PROGRAMA: 0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE							
9108 ESTUDOS DE VIABILIDADE DE APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO	0	0	0	0	500.000	0	500.000
Total do Programa:	0	0	0	0	500.000	0	500.000
PROGRAMA: 0809 ENFRENTAMENTO À POBREZA							
5565 AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA	95.347.000	64.791.944	-30.555.056	0	0	0	0
7490 CONCESSÃO DE BOLSA ESCOLA	1.200.000	0	-1.200.000	0	0	0	0
Total do Programa:	96.547.000	64.791.944	-31.755.056	0	0	0	0
PROGRAMA: 0358 ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA							
0753 VACINAÇÃO DE BOVINOS E BUBALINOS	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0	0
Total do Programa:	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0	0
PROGRAMA: 0182 ESPORTE DIREITO DE TODOS							
6664 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	20.000.000	0	-20.000.000	0	0	0	0
1505 CAMPANHA NA ÁREA DO ESPORTE	2.577.871	1.475.000	-1.102.871	0	0	0	0
1520 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ESPORTE E LAZER	5.514.490	5.499.919	-14.571	0	0	0	0
3985 CONCURSO TEMÁTICO SOBRE O ESPORTE	484.659	116.000	-368.659	0	0	0	0
4412 FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE	13.282.309	6.218.205	-7.064.104	0	0	0	0
1616 MODERNIZAÇÃO DE CENTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA O ESPORTE	5.253.098	5.160.222	-92.877	0	0	0	0
6663 PROMOÇÃO DE EVENTOS DE ESPORTE E LAZER AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	500.000	0	-500.000	0	0	0	0
1623 PROMOÇÃO DE EVENTOS E INTERCÂMBIOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS NO ESPORTE	3.656.982	3.245.751	-411.231	0	0	0	0
1624 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS DE IDENTIDADE CULTURAL E CRIAÇÃO NACIONAL	2.111.779	2.023.182	-88.597	0	0	0	0
Total do Programa:	53.361.189	23.738.279	-29.642.910	0	0	0	0
PROGRAMA: 8028 ESPORTE NA ESCOLA							
5071 CAMPANHA NA ÁREA DO ESPORTE NA ESCOLA	0	0	3.000.000	0	0	0	3.000.000
5073 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ESPORTE ESCOLAR	0	0	4.800.000	0	0	0	4.800.000
Total do Programa:	0	0	7.800.000	0	0	0	7.800.000

Elaboração: COFFICD CONORISF PRODASEN - 001 - Rel Setor/Programa/Ação
Backup/PPA REVISÃO II

Pág. 9 de 23

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO EM DESTAQUES	VALOR
PROGRAMA: 8028 ESPORTE NA ESCOLA							
3985 CONCURSO TEMÁTICO SOBRE O ESPORTE	0	0	200.000	0	0	0	200.000
5075 EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL TÉCNICO-DIDÁTICO PARA O ESPORTE NA ESCOLA	0	0	16.000.000	0	0	0	16.000.000
4377 FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE EM ESCOLAS	0	0	73.100.000	0	0	0	73.100.000
5069 IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA EM ESCOLAS	0	0	42.900.000	0	0	0	42.900.000
5077 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS NA ESCOLA	0	0	10.000.000	0	0	0	10.000.000
Total do Programa:	0	0	150.000.000	0	0	0	150.000.000
PROGRAMA: 0180 ESPORTE SOLIDÁRIO							
7961 PROMOÇÃO DE EVENTOS DE ESPORTE E DE LAZER EM COMUNIDADES CARENTES	12.486.000	500.000	500.000	0	0	0	12.986.000
1624 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS DE IDENTIDADE CULTURAL E CRIAÇÃO NACIONAL	0	0	88.597	0	0	0	88.597
Total do Programa:	12.486.000	500.000	588.597	0	0	0	13.074.597
PROGRAMA: 0150 ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS							
9090 ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	0	0	0	1.500.000	0	0	1.500.000
Total do Programa:	0	0	0	1.500.000	0	0	1.500.000
PROGRAMA: 0461 EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO							
4158 FOMENTO À PESQUISA FUNDAMENTAL	67.201.486	22.788.030	0	2.000.000	0	0	69.201.486
Total do Programa:	67.201.486	22.788.030	0	2.000.000	0	0	69.201.486
PROGRAMA: 0050 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA							
4004 FUNCIONAMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	34.777.262	18.873.048	-15.904.214	0	0	0	0
3081 PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E CIENTÍFICOS	1.107.060	385.417	-721.643	0	0	0	0
Total do Programa:	35.884.322	19.258.465	-16.625.857	0	0	0	0
PROGRAMA: 0103 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA							
7764 APOIO A PROJETOS DE PARCERIA PARA CRIAÇÃO DE EMPRESAS/EMPREGO E RENDA	1.200.000	0	0	1.000.000	0	0	2.200.000
Total do Programa:	1.200.000	0	0	1.000.000	0	0	2.200.000
PROGRAMA: 0754 GERÊNCIAS REGIONAIS DE SERVIÇOS							
4250 AVALIAÇÃO INDEPENDENTE DE DESEMPENHO, CUSTO E QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.446.550	428.000	-1.018.550	0	0	0	0
3533 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES NA MELHORIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	2.640.950	0	-2.640.950	0	0	0	0
3544 IMPLANTAÇÃO DAS GERÊNCIAS REGIONAIS DE SERVIÇOS	29.817.600	600.000	-29.217.600	0	0	0	0
Elaboração: COFFICD CONORISF PRODASEN - 001 - Rel Setor/Programa/Ação Backun/PPA REVISÃO II							

Pág. 10 de 23

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANI ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 0754 GERÊNCIAS REGIONAIS DE SERVIÇOS							
3555 REVISÃO E INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	8.296.000	970.000	-7.326.000	0	0	0	0
Total do Programa:	42.201.100	1.998.000	-40.203.100	0	0	0	0
PROGRAMA: 0360 GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA							
9098 APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL NA REGIÃO SUL	0	0	0	2.000.000	0	0	2.000.000
Total do Programa:	0	0	0	2.000.000	0	0	2.000.000
PROGRAMA: 8006 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES							
4303 ESTUDOS PARA IMPLANTAÇÃO DO ÓRGÃO REGULADOR DE SERVIÇOS POSTAIS	0	0	420.000	0	0	0	420.000
4321 FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PARA O SETOR DE COMUNICAÇÕES	0	0	200.000	0	0	0	200.000
Total do Programa:	0	0	620.000	0	0	0	620.000
PROGRAMA: 0782 GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL							
2073 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES INTEGRANTES DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	0	0	3.609.150	0	0	0	3.609.150
2072 AVALIAÇÃO DA GESTÃO DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS FEDERAIS	0	0	11.553.520	0	0	0	11.553.520
2080 SISTEMA INFORMATIZADO DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE	0	0	20.196.000	0	0	0	20.196.000
Total do Programa:	0	0	35.358.670	0	0	0	35.358.670
PROGRAMA: 0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO							
3982 ESTUDOS PARA REVITALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE CENTROS URBANOS EM CAPITALIS	0	0	151.748.000	0	0	0	151.748.000
Total do Programa:	0	0	151.748.000	0	0	0	151.748.000
PROGRAMA: 0051 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO							
4029 CONTROLE E INSPEÇÃO DA AFRECAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0	0	4.036.885	0	0	0	4.036.885
Total do Programa:	0	0	4.036.885	0	0	0	4.036.885
PROGRAMA: 0780 GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS							
6128 ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DE MERCADO	338.432	0	-338.432	0	0	0	0
Total do Programa:	338.432	0	-338.432	0	0	0	0
PROGRAMA: 0773 GESTÃO DAS POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO							
2073 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES INTEGRANTES DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	5.589.201	637.603	-4.951.598	0	0	0	0

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO EM DESTAQUES EM PLÊNARIO	VALOR
PROGRAMA: 0773 GESTÃO DAS POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO							
2072 AVALIAÇÃO DA GESTÃO DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS FEDERAIS	12.123.253	5.316.916	-6.806.337	0	0	0	0
2080 SISTEMA INFORMATIZADO DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE	12.445.184	1.920.000	-10.525.184	0	0	0	0
Total do Programa:	30.157.638	7.874.519	-22.283.119	0	0	0	0
PROGRAMA: 8007 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS							
5013 CAPACITAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	0	0	1.992.837	0	0	0	1.992.837
3963 ESTUDOS PARA A OTIMIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	0	0	2.203.285	0	0	0	2.203.285
5005 IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PÚBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSIÇÃO FINAL E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	0	0	15.652.922	0	0	0	15.652.922
3966 IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PÚBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM MUNICÍPIOS COM CRIANÇAS QUE VIVEM DO LIXO	0	0	14.036.694	0	0	0	14.036.694
Total do Programa:	0	0	33.875.738	0	0	0	33.875.738
PROGRAMA: 0792 GESTÃO PÚBLICA EMPREENDEDORA							
3543 IMPLANTAÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO INFORMATIZADA DO GOVERNO FEDERAL - REDE GOVERNO	48.696.564	15.832.300	-33.864.264	0	0	0	0
3549 INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DO GOVERNO FEDERAL	16.219.048	13.180.364	-3.038.684	0	0	0	0
Total do Programa:	65.915.612	29.012.664	-36.902.948	0	0	0	0
PROGRAMA: 0311 GESTÃO URBANA							
9993 AÇÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO/AÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA - SC	0	0	0	0	0	1.000.000	1.000.000
Total do Programa:	0	0	0	0	0	1.000.000	1.000.000
PROGRAMA: 8002 GOVERNO ELETRÔNICO							
4323 CAPACITAÇÃO DE AGENTES ENVOLVIDOS NO PROGRAMA GOVERNO ELETRÔNICO	0	0	8.771.695	0	0	0	8.771.695
4305 ELABORAÇÃO DE PLANO DE UNIVERSIZAÇÃO DO ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS POR MEIO ELETRÔNICO	0	0	392.472	0	0	0	392.472
3543 IMPLANTAÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO INFORMATIZADA DO GOVERNO FEDERAL - REDE GOVERNO	0	0	14.088.000	0	0	0	14.088.000
5051 INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS POR MEIO ELETRÔNICO	0	0	21.307.501	0	0	0	21.307.501
3549 INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DO GOVERNO FEDERAL	0	0	9.800.000	0	0	0	9.800.000
3553 PROMOÇÃO DO USO DE SISTEMAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO POR MEIOS ELETRÔNICOS	0	0	7.650.000	0	0	0	7.650.000

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLAN , ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃ DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - R E V I S Ã O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 8002 GOVERNO ELETRÔNICO	0	0	62.009.668	0	0	0	62.009.668
Total do Programa:							
PROGRAMA: 0046 HOSPITAIS DE ENSINO							
3085 AMPLIAÇÃO DE HOSPITAIS DE ENSINO	11.010.000	3.899.543	-7.110.457	0	11.010.000	0	11.010.000
4509 APOIO AO FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO	133.600.000	64.398.015	-69.201.985	0	133.600.000	0	133.600.000
4010 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO	473.412.480	264.309.420	-209.103.060	0	473.412.480	0	473.412.480
7086 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DOS HOSPITAIS DE ENSINO	6.000.000	0	-6.000.000	0	6.000.000	0	6.000.000
3094 EQUIPAMENTOS PARA HOSPITAIS DE ENSINO	35.500.000	8.019.982	-27.480.018	0	35.500.000	0	35.500.000
4086 FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO	151.523.131	78.106.699	-73.416.432	0	151.523.131	0	151.523.131
3210 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO A HOSPITAIS DE ENSINO	42.920.000	299.876	-42.620.124	0	42.920.000	0	42.920.000
3156 REFORMA DE HOSPITAIS DE ENSINO	6.485.000	3.486.000	-2.999.000	0	6.485.000	0	6.485.000
Total do Programa:	860.450.611	422.519.535	-437.931.076	0	860.450.611	0	860.450.611
PROGRAMA: 8035 INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTES							
5860 ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	0	0	5.000.000	0	0	0	5.000.000
5862 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	0	0	5.000.000	0	0	0	5.000.000
1040 INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA	0	0	5.000.000	0	0	0	5.000.000
Total do Programa:	0	0	15.000.000	0	0	0	15.000.000
PROGRAMA: 0805 INFRA-ESTRUTURA URBANA							
1920 IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	650.293.000	454.030.711	0	4.000.000	0	0	654.293.000
Total do Programa:	650.293.000	454.030.711	0	4.000.000	0	0	654.293.000
PROGRAMA: 8025 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES							
4341 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM TECNOLOGIAS E PESQUISA APLICADA ÀS TELECOMUNICAÇÕES	0	0	38.196.125	0	0	0	38.196.125
0505 FINANCIAMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS NAS TELECOMUNICAÇÕES	0	0	76.392.250	0	0	0	76.392.250
4343 FOMENTO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES NA FUNDAÇÃO CPQD	0	0	76.392.250	0	0	0	76.392.250
4338 FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS NAS TELECOMUNICAÇÕES	0	0	190.980.625	0	0	0	190.980.625
9094 IMPLANTAÇÃO DE POLOS TECNOLÓGICOS NA REGIÃO SUL	0	0	0	1.000.000	0	0	1.000.000
Total do Programa:	0	0	381.961.250	1.000.000	0	0	382.961.250
PROGRAMA: 0379 IRRIGAÇÃO E DRENAGEM							
1836 CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM, DEIMAIS	1.434.873.619	566.547.537	0	9.000.000	0	0	1.443.873.619
Total do Programa:	1.434.873.619	566.547.537	0	9.000.000	0	0	1.443.873.619

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 0379 IRRIGAÇÃO E DRENAGEM							
Total do Programa:	1.434.873.619	566.547.537	0	9.000.000	0	0	1.443.873.619
PROGRAMA: 7006 LUZ NO CAMPO							
1464 IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL (3.125 KM)	25.000.000	0	130.520.000	0	0	0	155.520.000
Total do Programa:	25.000.000	0	130.520.000	0	0	0	155.520.000
PROGRAMA: 0220 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL							
2834 RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	1.812.582.955	956.553.768	0	5.000.000	0	0	1.817.582.955
Total do Programa:	1.812.582.955	956.553.768	0	5.000.000	0	0	1.817.582.955
PROGRAMA: 0637 MANUTENÇÃO DA REDE HOSPITALAR DAS FORÇAS ARMADAS							
1723 AMPLIAÇÃO DE INSTALAÇÕES MÉDICO-HOSPITALARES	0	0	6.000.000	0	0	0	6.000.000
3104 AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS E DE UTI MÓVEL	0	0	1.600.000	0	0	0	1.600.000
2059 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/ FATOR DE CUSTO	0	0	127.950.366	0	0	0	127.950.366
5592 DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PROCEDIMENTOS NA ÁREA BIOMÉDICA	0	0	555.044	0	0	0	555.044
2888 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA AERONÁUTICA	0	0	45.623.932	0	0	0	45.623.932
6533 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA MARINHA	0	0	14.298.261	0	0	0	14.298.261
2887 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DO EXÉRCITO	0	0	618.000.417	0	0	0	618.000.417
Total do Programa:	0	0	814.028.020	0	0	0	814.028.020
PROGRAMA: 0793 MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO CIDADÃO							
3553 PROMOÇÃO DO USO DE SISTEMAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO POR MEIOS ELETRÔNICOS	607.000	400.000	-207.000	0	0	0	0
Total do Programa:	607.000	400.000	-207.000	0	0	0	0
PROGRAMA: 0390 METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL							
3573 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR	0	0	6.568.136	0	0	0	6.568.136
Total do Programa:	0	0	6.568.136	0	0	0	6.568.136
PROGRAMA: 8026 MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL							
4429 ADEQUAÇÃO DO SETOR PRODUTIVO AOS INTERESSES DA DEFESA NACIONAL	0	0	33.000	0	0	0	33.000
5165 CAMPANHAS DE EDUCAÇÃO PARA MOBILIZAÇÃO DA DEFESA NACIONAL	0	0	42.400	0	0	0	42.400
4427 EXERCÍCIOS DE MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	0	0	37.400	0	0	0	37.400
5163 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	0	0	145.205	0	0	0	145.205

Elaboração: COFF/CD CONOR/SF PRODASEN - 001 - Rel Setor/Programa/Ação
Backup/PPA REVISÃO II

Pág 14 de 23

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO DESTAQUES EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 8026 MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL							
Total do Programa:	0	0	258.005	0	0	0	258.005
PROGRAMA: 0128 MORAR MELHOR							
3978 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS	187.958.344	5.449.943	0	2.000.000	0	0	189.958.344
9987 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM REGIME DE MUTUÁRIO	24.000.000	0	0	1.000.000	0	0	25.000.000
3988 MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	826.058.057	521.314.252	0	3.000.000	0	0	829.058.057
9096 URBANIZAÇÃO COM INCLUSÃO SOCIAL - URBIS/BIOD	0	0	0	4.000.000	0	0	4.000.000
Total do Programa:	1.038.016.401	526.764.195	0	10.000.000	0	0	1.048.016.401
PROGRAMA: 0507 NOSSOS RIOS: SÃO FRANCISCO							
9983 DESASSOREAMENTO DO LEITO DO RIO SÃO FRANCISCO	0	0	0	0	0	1.000.000	1.000.000
9054 RECUPERAÇÃO DAS MATAS CILIARES	0	0	0	2.000.000	0	0	2.000.000
3626 RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE NASCENTES E MANANCIAIS NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	37.848.115	6.498.070	0	3.000.000	0	0	40.848.115
Total do Programa:	37.848.115	6.498.070	0	5.000.000	0	1.000.000	43.848.115
PROGRAMA: 8032 OPERAÇÕES MILITARES							
6499 INTENSIFICAÇÃO DA PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NAS ÁREAS DE FRONTEIRA	0	0	65.215.900	0	0	0	65.215.900
4229 OPERAÇÕES MILITARES COMBINADAS OU CONJUNTAS	0	0	25.248.114	0	0	0	25.248.114
Total do Programa:	0	0	90.464.014	0	0	0	90.464.014
PROGRAMA: 8009 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES - PRONAGER							
5565 AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA	0	0	30.555.056	0	0	0	30.555.056
1843 CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS MULTIPLICADORES, DIRETORES DE LABORATÓRIOS ORGANIZACIONAIS E EMPREENDEDORES	0	0	1.608.300	0	0	0	1.608.300
1859 GERAÇÃO DE EMPREENDEIMENTOS PRODUTIVOS	0	0	14.474.700	0	0	0	14.474.700
2821 SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA - SIPGER	0	0	2.042.030	0	0	0	2.042.030
Total do Programa:	0	0	48.680.086	0	0	0	48.680.086
PROGRAMA: 0394 PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE							
3557 CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA A QUALIDADE	1.317.080	370.135	-946.955	0	0	0	0
3559 CAPACITAÇÃO DE MULTIPLICADORES PARA ORIENTAÇÃO NO CONSUMO	1.317.080	445.798	-871.282	0	0	0	0
6133 CAPACITAÇÃO PARA GESTÃO PELA QUALIDADE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	200.000	0	-200.000	0	0	0	0
3573 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR	8.380.600	1.812.464	-6.568.136	0	0	0	0
1000 MOBILIZAÇÃO PARA A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	3.589.750	1.519.478	-2.070.272	0	0	0	0
Migrado para: METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL							

Pag. 15 de 23

Elaboração: COFFICD CONORISF PRODASEN - 001 - Rel Setor/Programa/Ação
 Backup/PPA REVISÃO II

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLAN , ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇ DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - R E V I S Ã O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO DESTAQUES EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 0394 PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE							
3576 PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA ESCLARECIMENTO NAS DECISÕES DE CONSUMO	1.744.120	554.900	-1.189.220	0	0	0	0
3891 QUALIDADE E PRODUTIVIDADE NA PESQUISA AGROPECUÁRIA	1.848.478	609.379	-1.239.099	0	0	0	0
3890 QUALIDADE E PRODUTIVIDADE PARA O AGRONEGÓCIO	3.830.556	1.055.321	-2.765.235	0	0	0	0
Total do Programa:	22.227.684	6.377.475	-15.850.209	0	0	0	0
PROGRAMA: 0476 PESQUISA APLICADA NA ÁREA ENERGÉTICA							
4191 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO SOBRE FONTES NOVAS E RENOVÁVEIS DE ENERGIA	2.604.010	2.000.000	0	2.000.000	0	0	4.604.010
Total do Programa:	2.604.010	2.000.000	0	2.000.000	0	0	4.604.010
PROGRAMA: 0571 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA							
9078 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DAS VARAS FEDERAIS DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO NO ESTADO DO MARANHÃO	0	0	0	1.000.000	0	0	1.000.000
2002 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	230.108.138	127.591.946	0	1.000.000	0	0	231.108.138
Total do Programa:	230.108.138	127.591.946	0	2.000.000	0	0	232.108.138
PROGRAMA: 0015 PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE							
3847 CAMPANHA EDUCATIVA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE E DA FEBRE AMARELA	12.000.000	5.955.000	-6.045.000	0	0	0	0
5586 ERRADICAÇÃO DO AEDES AEGYPTI PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE	299.563.182	120.415.099	-179.148.083	0	0	0	0
Total do Programa:	311.563.182	126.370.099	-185.193.083	0	0	0	0
PROGRAMA: 0014 PREVENÇÃO E CONTROLE DA MALÁRIA							
4329 DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE CASOS DE MALÁRIA	327.000.000	141.616.065	-185.383.935	0	0	0	0
3883 DRENAGEM E MANEJO AMBIENTAL EM ÁREAS ENDEMICAS DE MALÁRIA	50.000.000	29.731.720	-20.268.280	0	0	0	0
4386 PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO AMBULATORIAL E DOMICILAR DOS CASOS POSITIVOS DE MALÁRIA	18.816.200	9.235.198	-9.581.002	0	0	0	0
Total do Programa:	395.816.200	180.582.983	-215.233.217	0	0	0	0
PROGRAMA: 0002 PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES							
4386 ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO AMBULATORIAL E DOMICILAR DOS CASOS POSITIVOS DE MALÁRIA	0	0	9.581.002	0	0	0	9.581.002
3847 CAMPANHA EDUCATIVA PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS ENDEMICAS	0	0	6.045.000	0	0	0	6.045.000
4425 CONTROLE DE DOENÇAS ENDEMICAS	0	0	364.532.018	0	0	0	364.532.018

Elaboração: COFECD CONOR/SF PRODASEN - 001 - Rel Setor/Programa/Ação
Backup/PPA REVISÃO II

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 0002 PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES							
3883 DRENAGEM E MANEJO AMBIENTAL EM ÁREAS ENDEMICAS DE MALÁRIA	0	0	20.268.280	0	0	0	20.268.280
Total do Programa:	0	0	400.426.300	0	0	0	400.426.300
PROGRAMA: 0011 PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA							
6136 APOIO À ONCOLOGIA PEDIÁTRICA - PROJETO CRIANÇA E VIDA	2.000.000	0	-2.000.000	0	0	0	0
Total do Programa:	2.000.000	0	-2.000.000	0	0	0	0
PROGRAMA: 0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA							
1845 CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCHENTES	449.554.199	353.109.050	0	4.000.000	0	0	453.554.199
1851 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	2.855.145.742	1.103.544.923	0	12.000.000	0	0	2.867.145.742
Total do Programa:	3.304.699.941	1.456.653.973	0	16.000.000	0	0	3.320.699.941
PROGRAMA: 0377 PRODUTIVIDADE DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCULTURA							
2176 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM OVINOCULTURA	4.377.680	432.913	2.000.000	0	0	0	6.377.680
Total do Programa:	4.377.680	432.913	2.000.000	0	0	0	6.377.680
PROGRAMA: 0374 PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO E DE OUTRAS FIBRAS							
1093 CONTROLE DE PRAGAS DA COTONICULTURA	10.273.570	1.352.773	6.900.000	0	0	0	17.173.570
Total do Programa:	10.273.570	1.352.773	6.900.000	0	0	0	17.173.570
PROGRAMA: 0009 PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM							
7701 NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES SOBRE CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS LABORAIS PARA AUXILIARES DE ENFERMAGEM	4	0	-4	0	0	0	0
Total do Programa:	4	0	-4	0	0	0	0
PROGRAMA: 8017 PROTEÇÃO DA ADOÇÃO INTERNACIONAL							
5027 CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS QUE ATUEM EM PROCESSOS DE ADOÇÃO	0	0	189.000	0	0	0	189.000
5028 ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DE ADOÇÃO	0	0	87.000	0	0	0	87.000
1775 INSTALAÇÃO DA UNIDADE DA AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL ADMINISTRATIVA DE ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	0	0	426.311	0	0	0	426.311
5025 PROMOÇÃO DE EVENTOS EM MATÉRIA DE ADOÇÃO	0	0	437.300	0	0	0	437.300
Total do Programa:	0	0	1.139.611	0	0	0	1.139.611
PROGRAMA: 0496 PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA							
6009 LEVANTAMENTO DE DADOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS NA AMAZÔNIA LEGAL	1.000.000	0	0	1.000.000	0	0	2.000.000
Total do Programa:	1.000.000	0	0	1.000.000	0	0	2.000.000
PROGRAMA: 0501 QUALIDADE AMBIENTAL							

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANALÇA, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃ DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO EM DESTAQUES EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 0501 QUALIDADE AMBIENTAL							
7827 APOIO TÉCNICO AOS ESTUDOS VOLTADOS À PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E À RECUPERAÇÃO DE DANOS CAUSADOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO	1	0	-1	0	0	0	0
6705 INSERÇÃO DA VARIÁVEL AMBIENTAL NAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS DE REGULAÇÃO DO USO DO SOLO URBANO	1	0	-1	0	0	0	0
6703 INSERÇÃO DE DIRETRIZES AMBIENTAIS NA CONCESSÃO DE CRÉDITOS OFICIAIS PARA INVESTIMENTOS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS	1	0	-1	0	0	0	0
6704 INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA INCENTIVO À MUDANÇA DE PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO NAS ÁREAS URBANAS E RURAIS E AO USO DE TECNOLOGIAS LIMPAS	1	0	-1	0	0	0	0
7903 NORMAS DE ESTÍMULO PARA INCORPORAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL PELAS EMPRESAS (ISO 14000)	1	0	-1	0	0	0	0
7904 NORMAS E CRITÉRIOS PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES EFETIVA OU POTENCIALMENTE POLUIDORAS	1	0	-1	0	0	0	0
7905 NORMAS E PADRÕES RELATIVOS AO CONTROLE E A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE	1	0	-1	0	0	0	0
7906 NORMAS PARA CONTROLE AMBIENTAL DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS, INCLUSIVE OS POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES	1	0	-1	0	0	0	0
2808 RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	30.000.000	0	0	2.000.000	1.000.000	0	33.000.000
Total do Programa:	30.000.008	0	-8	2.000.000	1.000.000	0	33.000.000
PROGRAMA: 0221 QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO							
7526 ARRENDAMENTOS EM ÁREAS PORTUÁRIAS	4	0	-4	0	0	0	0
7523 IMPLANTAÇÃO DE AUTORIDADES PORTUÁRIAS	4	0	-4	0	0	0	0
7524 OUTORGA DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO INTERIOR	1	0	-1	0	0	0	0
7525 PARCERIAS EM PORTOS	4	0	-4	0	0	0	0
Total do Programa:	13	0	-13	0	0	0	0
PROGRAMA: 0312 REESTRUTURAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS							
0720 FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE COLETORES TRONCO DE ESGOTOS E EFLUENTES	5.000.000	0	-5.000.000	0	0	0	0
3982 REVITALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE CENTROS URBANOS EM CAPITALIS	151.908.000	160.000	-151.748.000	0	0	0	0
Total do Programa:	156.908.000	160.000	-156.748.000	0	0	0	0
PROGRAMA: 9990 RESPONSABILIDADE FISCAL PARA A ESTABILIDADE							
1777 AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DA LRF	0	0	1.660.000	0	0	0	1.660.000
1801 COOPERAÇÃO PARA CAPACITAÇÃO MUNICIPAL EM GESTÃO PÚBLICA E RESPONSABILIDADE FISCAL	0	0	2.999.017	0	0	0	2.999.017
1745 DESENVOLVIMENTO DE PORTAL DE INFORMAÇÕES FISCAIS DE ESTADOS E MUNICÍPIOS	0	0	350.000	0	0	0	350.000
1599 IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS PARA O DESEMPENHO FISCAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	0	0	205.500	0	0	0	205.500

Elaboração: COFF/CD CONOR/SF PRODASEN - 001 - Rel Setor/Programa/Ação
 Backun/PPA REVISÃO II

Pág. 18 de 23

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 9990 RESPONSABILIDADE FISCAL PARA A ESTABILIDADE							
2661 MONITORAMENTO DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO FISCAL DOS MUNICÍPIOS	0	0	3 719 000	0	0	0	3 719 000
Total do Programa:	0	0	8 933 517	0	0	0	8 933 517
PROGRAMA: 0119 SANEAMENTO BÁSICO							
5528 AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS LOCALIDADES	314 535 293	314 535 293	0	1 000 000	0	0	315 535 293
Total do Programa:	314 535 293	314 535 293	0	1 000 000	0	0	315 535 293
PROGRAMA: 0122 SANEAMENTO É VIDA							
9892 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS E RESÍDUOS SÓLIDOS EM OUTRAS BACIAS	5 800 000	0	0	1 000 000	0	0	6 800 000
Total do Programa:	5 800 000	0	0	1 000 000	0	0	6 800 000
PROGRAMA: 0634 SERVIÇO DE SAÚDE DA AERONÁUTICA							
9663 AMPLIAÇÃO DO SERVIÇO E DE INSTALAÇÕES MÉDICO-HOSPITALARES	4 000 000	0	-4 000 000	0	0	0	0
3104 AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS E DE UTI MÓVEL	2 500 000	900 000	-1 600 000	0	0	0	0
2059 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/ FATOR DE CUSTO	114 264 462	49 571 446	-64 693 016	0	0	0	0
9564 IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES MÉDICAS REMOTAS EM LOCAIS ISOLADOS	2 000 000	0	-2 000 000	0	0	0	0
2888 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA AERONÁUTICA	75 969 859	30 345 927	-45 623 932	0	0	0	0
Total do Programa:	198 734 321	80 817 373	-117 916 948	0	0	0	0
PROGRAMA: 0635 SERVIÇO DE SAÚDE DA MARINHA							
2059 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/ FATOR DE CUSTO	46 046 769	24 313 566	-21 733 183	0	0	0	0
5582 DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PROCEDIMENTOS NA ÁREA BIOMÉDICA	774 147	219 103	-555 044	0	0	0	0
6533 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA MARINHA	46 100 059	31 801 798	-14 298 261	0	0	0	0
Total do Programa:	92 920 975	56 334 467	-36 586 488	0	0	0	0
PROGRAMA: 0624 SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO							
2059 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/ FATOR DE CUSTO	91 026 081	49 501 914	-41 524 167	0	0	0	0
2887 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DO EXÉRCITO	972 042 888	354 042 471	-618 000 417	0	0	0	0
Total do Programa:	1 063 068 969	403 544 385	-659 524 584	0	0	0	0
PROGRAMA: 0226 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA							
7522 CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	1	0	-1	0	0	0	0

Elaboração: COFF/CD CONORSE PRODASEN - 001 - Rel Setor/Programa/Ação
Backup/PPA REVISÃO II

Pag 19 de 23

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLAN , ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃ DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - R E V I S Ã O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 0226 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA	1	0	-1	0	0	0	0
Total do Programa:							
PROGRAMA: 0040 TODA CRIANÇA NA ESCOLA							
0513 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	4.542.693.571	1.821.967.478	0	3.000.000	0	0	4.545.693.571
0304 GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIDADE DE FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	3.101.566.465	1.262.703.976	0	4.000.000	0	0	3.105.566.465
0519 PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA ASSOCIADOS A AÇÕES SOCIO-EDUCATIVAS (LEI Nº 9.339)	1.727.107.401	1.727.107.401	1.200.000	0	0	0	1.728.307.401
Total do Programa:	9.371.367.437	4.811.778.855	1.200.000	7.000.000	0	0	9.379.567.437
PROGRAMA: 0222 TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS							
1044 IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE CURITIBA	17.000.000	17.000.000	0	15.000.000	0	0	32.000.000
7342 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE GOIÂNIA (GO)	5.000.000	0	0	2.000.000	0	0	7.000.000
1046 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	14.000.000	14.000.000	0	1.000.000	0	0	15.000.000
Total do Programa:	36.000.000	31.000.000	0	18.000.000	0	0	54.000.000
PROGRAMA: 0520 TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO							
7910 CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE ADUÇÃO AOS CENTROS DE DEMANDA DE IRRIGAÇÃO	500.000	0	-500.000	0	0	0	0
7909 CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE ADUÇÃO AOS CENTROS URBANOS	500.000	0	-500.000	0	0	0	0
Total do Programa:	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0	0
PROGRAMA: 0165 TURISMO CULTURAL							
4484 APOIO A PROJETOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL	4.539.003	1.426.103	-3.112.900	0	0	0	0
1559 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A DIFUSÃO DO TURISMO CULTURAL	3.028.706	546.432	-2.482.274	0	0	0	0
1504 CAPACITAÇÃO DE INSTRUTORES E GUIAS CULTURAIS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL	143.130	0	-143.130	0	0	0	0
7977 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A ÁREA DO TURISMO CULTURAL	3.000.000	470.000	-2.530.000	0	0	0	0
7983 EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PROMOCIONAL SOBRE O TURISMO CULTURAL EM SÍTOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS	1.500.000	141.000	-1.359.000	0	0	0	0
7979 ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA CESSÃO DE PRÓPRIOS DA UNIÃO PARA EXPLORAÇÃO TURÍSTICA	1.097.040	672.100	-424.940	0	0	0	0
7981 IDENTIFICAÇÃO DE POÇOS DE TURISMO CULTURAL	3.000.000	378.510	-2.621.490	0	0	0	0
5397 IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO EM SÍTOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL	2.119.300	118.894	-2.000.406	0	0	0	0
6368 PESQUISA DE SÍTOS ARQUEOLÓGICOS	500.000	0	-500.000	0	0	0	0

Elaboração: COFFICD CONOR/SF PRODASEN - 001 - Rel Setor/Programa/Ação
Backup/PPA revisão II

Pág. 20 de 23

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLAN(ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃ DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 0165 TURISMO CULTURAL							
6389 PRESERVAÇÃO DE BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	8.500.000	0	-8.500.000	0	0	0	0
4485 PRESERVAÇÃO DE BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL	4.286.031	782.175	-3.503.856	0	0	0	0
1636 PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO	2.108.400	447.949	-1.660.451	0	0	0	0
5625 RECUPERAÇÃO E REVALORIZAÇÃO DE CIDADES, PRÓPRIOS E MONUMENTOS DA UNIÃO DE INTERESSE TURÍSTICO	3.838.004	945.900	-2.892.104	0	0	0	0
1648 RESTAURAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL	2.380.414	924.336	-1.456.078	0	0	0	0
1536 REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO DE ÁREAS DETERIORADAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL	4.983.970	642.415	-4.341.555	0	0	0	0
Total do Programa:	45.001.998	7.495.814	-37.506.184	0	0	0	0
PROGRAMA: 0422 TURISMO NO CORAÇÃO DO BRASIL							
7883 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO CENTRO-OESTE	12.100.000	770.800	-11.329.200	0	0	0	0
7873 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO CENTRO-OESTE	10.200.000	803.700	-9.396.300	0	0	0	0
7914 CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS TURÍSTICOS NA REGIÃO CENTRO-OESTE	500.000	0	-500.000	0	0	0	0
7933 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA	13.615.000	0	-13.615.000	0	0	0	0
5788 ESTUDOS DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS E NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE	1.860.901	141.000	-1.719.901	0	0	0	0
3794 ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE	2.461.190	327.360	-2.133.830	0	0	0	0
2303 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO CENTRO-OESTE	8.780.200	862.791	-7.917.409	0	0	0	0
Total do Programa:	49.517.291	2.905.651	-46.611.640	0	0	0	0
PROGRAMA: 0423 TURISMO NO NORDESTE							
7879 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO NORDESTE	40.160.000	1.880.000	-38.280.000	0	0	0	0
7875 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO NORDESTE	33.340.000	930.600	-32.409.400	0	0	0	0
1141 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA	55.400.000	7.850.000	-47.550.000	0	0	0	0
5766 ESTUDOS DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS E NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO NORDESTE	3.350.500	1.082.720	-2.267.780	0	0	0	0
3796 ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO NORDESTE	18.115.500	1.920.000	-16.195.500	0	0	0	0
2305 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO NORDESTE	36.185.000	2.670.000	-33.515.000	0	0	0	0
Total do Programa:	186.551.000	16.333.320	-170.217.680	0	0	0	0

Elaboração: COFFICD CONOR/SF PRODASEN - 001 - Rel Setor/Programa/Ação
Backup/PPA REVISÃO II

Pág. 21 de 23

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANILHA ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 0425 TURISMO NO SUDESTE							
7895 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO SUDESTE	41.250.000	1.739.000	-39.511.000	0	0	0	0
7893 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO SUDESTE	35.630.000	1.004.860	-34.625.140	0	0	0	0
1143 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO SUDESTE	17.870.000	9.475.000	-8.395.000	0	0	0	0
7897 ESTUDO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO SUDESTE	3.090.000	955.980	-2.134.020	0	0	0	0
7899 ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO SUDESTE	16.870.000	1.968.000	-14.902.000	0	0	0	0
2308 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO SUDESTE	33.160.000	2.279.040	-30.880.960	0	0	0	0
Total do Programa:	147.870.000	17.421.880	-130.448.120	0	0	0	0
PROGRAMA: 0424 TURISMO NO SUL							
7881 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO SUL	43.370.000	1.880.000	-41.490.000	0	0	0	0
7871 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO SUL	31.870.000	1.059.800	-30.770.200	0	0	0	0
1145 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO SUL	42.976.500	16.070.780	-26.905.720	0	0	0	0
7829 DESENVOLVIMENTO DE POLOS DE TURISMO	500.000	0	-500.000	0	0	0	0
7885 ESTUDO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO SUL	3.380.000	890.180	-2.489.820	0	0	0	0
7877 ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO SUL	18.230.000	1.955.520	-16.274.480	0	0	0	0
2307 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO SUL	34.150.000	2.393.280	-31.756.720	0	0	0	0
Total do Programa:	174.476.500	24.289.560	-150.186.940	0	0	0	0
PROGRAMA: 0410 TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO							
2435 CAMPANHA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO INTERNO	34.382.005	19.873.154	69.246.374	0	0	0	103.628.379
5098 CAPACITAÇÃO DE GESTORES E TÉCNICOS NA ÁREA DO TURISMO	0	0	109.831.040	0	0	0	109.831.040
0469 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA	20.000.000	0	97.055.720	0	0	0	117.055.720
1145 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO SUL	0	0	20.000.000	0	0	0	20.000.000
1689 ESTUDOS DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS	0	0	11.657.951	0	0	0	11.657.951
2437 FORMAÇÃO DA IMAGEM TURÍSTICA DO PAÍS NO EXTERIOR	36.446.460	21.182.717	65.305.100	0	0	0	101.751.560
5701 IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS	3.936.004	900.000	2.896.104	0	0	0	6.826.108
1687 ROTEIROS TURÍSTICOS PARA O BRASIL	0	0	49.605.810	0	0	0	49.605.810
2301 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	8.541.829	8.541.829	104.170.089	0	0	0	112.711.918
Total do Programa:	103.305.298	50.497.700	529.772.188	0	0	0	633.078.486

Elaboração: COFF/CD CONORSEF PRODASEN - 001 - Rel Setor/Programa/Ação
Backup/PPA REVISÃO II

Pág. 22 de 23

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLAN , ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃ DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - R E V I S Ã O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENT O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO DESTAQUES EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 0257 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES							
1319 IMPLANTACÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA	0	0	703.470.100	0	0	0	703.470.100
1323 IMPLANTACÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM LOCALIDADES ONDE O ACESSO AOS SERVIÇOS NÃO POSSA SER RECUPERADO COM SUA EXPLORAÇÃO COMERCIAL	0	0	435.438.300	0	0	0	435.438.300
1321 IMPLANTACÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE ENSINO E BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0	0	1.523.091.600	0	0	0	1.523.091.600
4459 MONITORAMENTO DA UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	0	0	24.000.000	0	0	0	24.000.000
Total do Programa:	0	0	2.686.000.000	0	0	0	2.686.000.000
				1.306.836.612	4.000.000		35.023.462.584

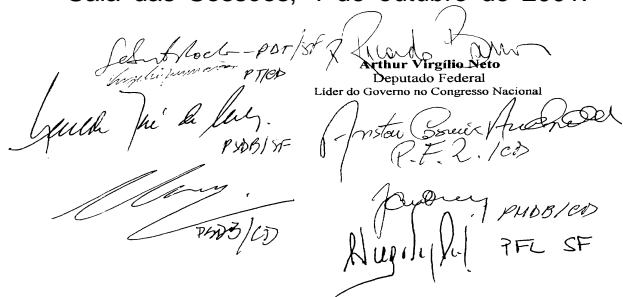
O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, requerimento de urgência que será lido pelo Sr. 1.º Secretário em exercício, Deputado Wellington Dias.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2001 – CN

Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para votação do PLN nº 35/01, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério Público da União e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$1.713.481.357,00, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes”, na presente Sessão.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 2001. –



O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento, de urgência, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as}. e o Srs. Deputados que o aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e o Srs. Senadores que o aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) –

PROJETO DE LEI Nº 35, DE 2001-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 35 de 2001-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério Público da União e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$1.713.481.357,00, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes”.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Virgílio Guimarães para proferir o parecer.

O SR. VÍRGILIO GUIMARÃES (PT – MG. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidentes, Srs. Congressistas, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art.61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem n.º 630, de 2001-CN, submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei abrindo aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade da União, em favor do Ministério Público da União (R\$28.000.000,00 – vinte e oito milhões de reais) e do Ministério da Defesa (R\$1.685.481.357,00 – um bilhão seiscentos e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e um mil e trezentos e cinquenta e sete reais) crédito suplementar no valor global de R\$1.713.481.357,00 (um bilhão, setecentos e treze milhões, quatrocentos e oitenta e um mil e trezentos e cinquenta e sete reais) para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes.

Nos termos da EM n.º 258/MP, de 16 de agosto de 2001, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, “O crédito em questão objetiva a recomposição de parte das dotações de pessoal e encargos sociais, canceladas em virtude da não aprovação das fontes” “106 – Recursos Ordinários – Condicionados” e “110 – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor – Condicionada”, conforme Decreto de 16 de maio de 2001, bem como a complementarão de dotações para pagamento de despesas que estão a exigir pronto atendimento. O pleito também se faz necessário para pagamento da extensão, aos membros do MPU, dos efeitos da Resolução n.º 195, do Supremo Tribunal Federal, de 27 de fevereiro de 2000, que alterou o valor da Parcela Autônoma de Equivalência, a partir de 1999”.

Os recursos necessários à abertura do crédito são oriundos do superávit financeiro da União, apurado no Balanço Patrimonial de 2000.

Voto

Considerando que o projeto de lei não colide com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2001, não ferindo, tampouco, a quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos, e seu detalhamento acha-se conforme às exigências legais e aos princípios da boa técnica orçamentária, Somos Pela Aprovação do Projeto de Lei nº 35 de 2001-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.”

Sr. Presidente, nós da Oposição sempre nos batíamos contra critério que utilizasse como fonte o superávit primário do ano anterior, mas como essa prática tem sido reiterada e trata-se de uma dotação para pagamento de pessoal, este Relator, assumindo mais a posição do Congresso Nacional e considerando, pelo mérito, a importância, preferi acolher a jurisprudência estabelecida como já consolidada, conforme tem feito o Ministério do Planejamento. Preferi acolher

o superávit primário, mas sem abrir mão da condição de, enquanto Líder do PT no Orçamento e membro da Oposição, continuar lutando por uma mudança desse critério. Mas, como Relator, representando a Casa e acolhendo a necessidade do Ministério da Defesa e do Ministério Público da União, de seus servidores, proferi o voto favorável à aprovação do projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer do ilustre Deputado Virgílio Guimarães conclui pela aprovação do Projeto.

Em discussão o Projeto de Lei n.º 35, de 2001-CN, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 35, DE 2001-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério Público da União e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$1.713.481.357,00, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da

Seguridade Social da União (Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001), em favor do Ministério Público da União e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$1.713.481.357,00 (um bilhão, setecentos e treze milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, trezentos e cinquenta e sete reais), para atender as programações constantes do Anexo desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de superávit financeiro da União apurado no Balanço Patrimonial de 2000.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORÇAO - 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
UNIDADE - 34101 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

ANEXO			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VACAO/SUBTITULO/PRODUTO	IN	DN	PR	DM	LU	FE	VALOR
0000 - PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									2.522.000
OPERACOES ESPECIAIS									
09 272	0022 0322	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E							2.522.000
09 272	0022 0326 0015	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E							2.522.000
		PENSÕES - NACIONAL							2.522.000
			1			20	0	300	
0001 - DEFESA DA ORDEM JURIDICA									2.522.000
ATIVIDADES									
03 021	0521 4264	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO							2.522.000
03 021	0521 4264 0001	PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DA REPUBLICA							2.522.000
		DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO							
		PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DA REPUBLICA - NACIONAL							
			1			20	0	300	
TOTAL - FISCAL									2.522.000
TOTAL - SEGURIDADE									2.522.000
TOTAL - GERAL									11.076.000

ORÇAO - 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
UNIDADE - 34102 - MINISTERIO PUBLICO MILITAR

ANEXO			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VACAO/SUBTITULO/PRODUTO	IN	DN	PR	DM	LU	FE	VALOR
0000 - PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									1.059.000
OPERACOES ESPECIAIS									
09 272	0022 0322	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E							1.059.000
09 272	0022 0326 0027	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E							1.059.000
		PENSÕES - NACIONAL							1.059.000
			1			20	0	300	
0001 - DEFESA DA ORDEM JURIDICA									1.193.400
ATIVIDADES									
03 021	0521 4262	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO							1.193.400
03 021	0521 4262 0001	PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DA JUSTICA MILITAR							1.193.400
		DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO							
		PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DA JUSTICA MILITAR - NACIONAL							
			1			20	0	300	
TOTAL - FISCAL									1.193.400
TOTAL - SEGURIDADE									1.059.000
TOTAL - GERAL									2.262.400

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	U	FTE	VALOR
0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									713.089.652
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0000 0179	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS							509.397.148
09 272	0000 0179 0003	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS - NACIONAL							509.397.148
			S	1	P	90	0	353	509.397.148
09 272	0000 0180	PAGAMENTO DE PENSÕES - MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS							123.692.504
09 272	0000 0180 0003	PAGAMENTO DE PENSÕES - MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS - NACIONAL							123.692.504
			S	1	P	90	0	300	4.089.652
			S	1	P	90	0	353	119.602.852
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									713.089.652
TOTAL - GERAL									713.089.652

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder.) – Sr. Presidente, ressalto a alegria, que sei é de todos, com o caráter produtivo das reuniões do Congresso Nacional presididas com a segurança e o bom senso de V. Exª. Funcionou, na verdade, o espírito público de todos; funcionou o desejo de ver esta Casa completamente soerguida e ressarcida moralmente diante da opinião pública. Creio que o caminho é precisamente a fertilidade legislativa, a austeridade e a correção com que todos haveremos de nos portar na defesa dos nossos pontos de vista e no exercício de nossos mandatos.

Mas o que me traz à tribuna, Sr. Presidente, é um assunto de Governo, é o episódio envolvendo a Srª Tereza Grossi, Diretora de Fiscalização do Banco Central.

A posição do Banco Central, a posição do Governo, portanto, em primeiro lugar, é a de dizer que respeita a Justiça, mas que até a última instância lutará para que fique demonstrada a seriedade, a lisura e a inocência da Srª Tereza Grossi; em segundo lugar, é a de dar o testemunho de que, ao longo do tempo em que vem exercendo a sua função nesse importante órgão, que é definidor da própria saúde da moeda brasileira, a Srª Tereza Grossi tem-se portado com honradez, com seriedade, perfeitamente afinada com a gestão segura do Presidente Armínio Fraga.

A posição do Governo, então, é muito clara, muito nítida, é de se registrar a confiança do Presidente da República, a confiança do Ministro Pedro Malan, a confiança do Presidente Armínio Fraga, a confiança desta Liderança, a confiança de todos os Diretores do Banco Central nessa profissional, que terá o direito a ver o seu nome ressarcido das acusações que tem sofrido e que, a meu ver, são igualmente injustas, descabidas.

Numa democracia, Sr. Presidente, há uma decisão de primeira instância, que pode ser corrigida na segunda. Em última análise, com toda certeza, confiamos que a Justiça, ao se pronunciar de modo final, de modo terminativo, deixará bem patente que uma coisa é alguém não concordar com determinada política que está sendo posta em prática, outra coisa é alguém que tenha tomado uma decisão grave, num momento grave, correta ou incorreta, tecnicamente, ser antecipadamente acusado de ter praticado dolo. A minha opinião pessoal é de que não praticou, e eu tenho

confiança de que a decisão de última instância da Justiça brasileira dirá que a Srª Tereza Grossi é uma profissional séria e, portanto, merecedora do respeito do povo brasileiro, do Congresso Nacional e de todos aqueles que almejam um país marcado pela ética, pela competência e sobretudo pelo senso de justiça.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO BARROS (PPB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. RICARDO BARROS (PPB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não há mais acordo entre as Lideranças para o prosseguimento das votações.

As matérias que constam da pauta, embora de relevância, lamentavelmente não encontram, neste momento, por diversas razões, acordo para a sua apreciação.

Quero fazer um agradecimento aos Líderes da base do Governo, aos Líderes da Oposição, a todos os Srs. Parlamentares e à Presidência, que nos permitiram avançar nas votações de hoje. Fizemos apreciações importantes. Essa votação do PPA vai permitir que diversos programas do Governo Federal tenham andamento; a votação da Resolução n.º 7 permite que, a partir de hoje, os prazos para a tramitação do Orçamento de 2002 se iniciem com os procedimentos já definidos – e queremos votar o Orçamento de 2002 dentro do ano, como fizemos já no ano passado, quando da votação do Orçamento de 2001.

Portanto, aqui fica nosso agradecimento ao empenho de todos pela condução dos trabalhos, mas lamentavelmente não temos mais entendimento para o prosseguimento da apreciação das matérias, Sr. Presidente.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho um convite muito especial para V. Exª, do nosso Presidente de honra, o nosso querido Luiz Inácio Lula da Silva, que quero apresentar de público a V. Exª.

No dia 16, o Instituto de Cidadania estará realizando, aqui na Casa, o seminário Fome Zero. E, de público, vou levar até a mesa o convite que o nosso Lula pediu-me que entregasse a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço a V. Exª pelo convite.

São os seguintes os itens da Ordem do Dia cuja apreciação é adiada:

– 1 –

PROJETO DE LEI Nº 10, DE 2001-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 10, de 2001-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$8.350.000,00, para esforço de dotação consignada no vigente orçamento” tendo,

– Parecer nº 39, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto e inadmissibilidade da emenda apresentada. (Mensagem nº 315/2001-CN – nº 495/2001, na origem).

– 2 –

PROJETO DE LEI Nº 18, DE 2001-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 18, de 2001-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$700.000,00, para os fins que especifica” tendo.

– Parecer nº 35, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto e rejeição da emenda apresentada (Mensagem nº 346/2001-CN – nº 579/2001, na origem).

– 3 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 5, DE 2001-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2001, do Congresso Nacional, que “Autoriza a execução de contratos relativos dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0237 5730.0001 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia – Tocantins – BR – 060/GO – Entroncamento BR – 153/GO – Divisa DF/GO, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER”, como conclusão do

– Parecer nº 25, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

– 4 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 6, DE 2001-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2001, do Congresso Nacional, que “Autoriza a execução de contrato relativo à dota-

ção consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.784.0237.5749.0005 – Implantação de Hidrovias no Corredor Araguaia – Tocantins – Hidrovia do Capim, da Unidade Orçamentária 39.101 – Ministério dos Transportes”, como conclusão do

– Parecer nº 26, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

– 5 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO,
Nº 7 DE 2001-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2001, do Congresso Nacional, que “Autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0230.5725.0019 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Leste – BR-040/MG – Santos Dumont – Ressaquinha – Belo Horizonte – Sete Lagoas, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER” como conclusão do

– Parecer nº 27, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

– 6 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 8 DE 2001-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2001, do Congresso Nacional, que “Autoriza a execução de contrato relativo à datação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0237.5710.0013 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia – Tocantins – BR-235/TO – Divisa TO/MA – Divisa TO/PA, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER”, como conclusão do

– Parecer nº 29, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

– 7 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 9, DE 2001-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2001, do Congresso Nacional, que “Autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0230.5704.0024 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Leste – BR-482/MG – Conselheiro Lafaiete (BR-040) – Piranga – Fervedouro, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER”, como conclusão do

– Parecer nº 30, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 10, DE 2001-CN

Discurso, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativa nº 10, de 2001, do Congresso Nacional, que “Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 do subtítulo 18.544.0515.1.851.0123 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica, constante do Quadro V da Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001, nas condições que especifica”, como conclusão do

– Parecer nº 31, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 11, DE 2001-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2001, do Congresso Nacional, que “Autoriza a execução de contratos relativos à Lotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 02.122.0567.3756.0001 – Recuperação do Palácio da Justiça do Distrito Federal, da Unidade Orçamentária 16.101. – Tribunal de Justiça do Distrito Federal”, como conclusão do

– Parecer nº 37, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 42 minutos.)

(OS 19944/2001)

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização *

Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados

Comissão instalada em 23-5-2001

Composição

Presidente: Senador Carlos Bezerra

1º Vice-Presidente: Deputado Santos Filho

2º Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

3º Vice-Presidente: Deputado Virgílio Guimarães

SENADORES

Titulares

Suplentes

PMDB

Pedro Ubirajara

1. Alberto Silva

Wellington Roberto

2. Gilvam Borges

Nabor Júnior

3. Ney Suassuna

Gilberto Mestrinho

4. Valmir Amaral

Amir Lando

5. (vago)

Carlos Bezerra

6. (vago)

Marluce Pinto

7. (vago)

PFL

Mozarildo Cavalcanti

1. Carlos Patrocínio

Moreira Mendes

2. Romeu Tuma

Eduardo Siqueira Campos

3. Hugo Napoleão

Jonas Pinheiro

4. Francelino Pereira

José Coelho

5. Geraldo Althoff

PSDB

Romero Jucá

1. Ricardo Santos

Nilo Teixeira Campos

2. Sergio Machado

Antero Paes de Barros

3. Lúcio Alcântara

(vago)

4. Lúdio Coelho

Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)

Tião Viana

1. Eduardo Suplicy

Paulo Hartung

2. Roberto Freire

Sebastião Rocha

3. Jefferson Peres

PSB

Ademir Andrade

1. Roberto Saturnino

PPB

Leomar Quintanilha

1.(vago)

(*)PTB

Arlindo Porto

1.(vago)

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

Bloco PSDB/PTB

Alberto Goldman-SP	1. Armando Abílio-PB
Anivaldo Vale-PA	2. Carlos Batata-PE
Arnon Bezerra-CE	3. Domiciano Cabral-PB
Basílio Villani-PR	4. Fátima Pelaes-AP
Félix Mendonça-BA	5. Fernando Gonçalves-RJ
Helenildo Ribeiro-AL	6. Josué Bengtson-PA
João Almeida-BA	7. Lidia Quinan-GO
José Carlos Elias-ES	8. Nilo Coelho-BA
Lúcia Vânia-GO	9. Ricarte de Freitas-MT
Narcio Rodrigues-MG	10. Renildo Leal-PA
Paulo Feijó-RJ	11. Paulo Kobayashi-SP
Sampaio Dória-SP	12. Danilo de Castro-MG
Paulo Mourão-TO	13. Juquinha-GO
Roberto Rocha-MA	14. Raimundo Gomes de Matos-CE
Romeu Queiroz-MG	15. Sérgio Barros-AC
Zila Bezerra-MT	16. Augusto Franco-SE

Bloco PFL/PST

Antônio Carlos Konder Reis-SC	1. Aracely de Paula-MG
Divaldo Suruagy-AL	2. Átila Lins-AM
Jorge Khoury-BA	3. Cláudio Cajado-BA
José Carlos Aletuia-BA	4. Paes Landim-PI
Lael Varella-MG	5. Francisco Garcia-AM
Luciano Castro-RR	6. Francisco Rodrigues-RR
Mussa Demes-PI	7. Gerson Gabrielli-BA
Neuton Lima-SP	8. Gervásio Silva-SC
Osvaldo Coelho-PE	9. Ildefonso Cordeiro-AC
Paulo Braga-BA	10. Darci Coelho-TO
Pedro Fernandes-MA	11. José Carlos Coutinho-RJ
Santos Filho-PR	12. José Thomaz Nonô-AL
Wilson Braga-PB	13. Laura Carneiro-RJ

DEPUTADOS

PMDB

Antônio do Valle-MG	1. Alceste Almeida-RR
Jonival Lucas Júnior-BA	2. Coriolano Sales-BA
José Borba-PR	3. Jorge Alberto-SE
José Chaves-PE	4. Silas Brasileiro-MG
José Priante-PA	5. Pedro Chaves-GO
Milton Monti-SP	6. Darcísio Perondi-RS
Zé Gomes da Rocha -GO	7. Osvaldo Reis-TO
Olavo Calheiros-AL	8. Eunício Oliveira-CE
Marcelo Teixeira-CE	9. Gastão Vieira-MA
Pedro Novais-MA	10. Renato Vianna-SC
João Matos-SC	11. Waldemir Moka-MS
Marçal Filho-MT	12. Wilson Santos-MT

PT

Gilmar Machado-MG	1. Carlito Merss-SC
João Coser-ES	2. João Paulo-SP
João Grandão-MS	3. Luiz Sérgio-RJ
João Magno-MG	4. Paulo Paim-RS
Jorge Bittar-RJ	5. José Pimentel-CE
Pedro Celso-DF	6. Professor Luizinho-SP
Virgílio Guimarães-MG	7. Telma de Souza-SP

PPB

Almir Sá-RR	1. Wagner Salustiano-SP
Roberto Balestra-GO	2. Enivaldo Ribeiro-PB
Márcio Reinaldo Moreira-MG	3. Vadão Gomes-SP
Nelson Meurer-PR	4. Eliseu Moura-MA
João Pizzolatti-SC	5. João Tota-AC
João Leão-MG	6. Ricardo Barros-PR

DEPUTADOS

Bloco PSB/PC do B

Alexandre Cardoso-RJ	1. Agnelo Queiroz-DF
Gonzaga Patriota-PE	2. Givaldo Carimbão-AL
Sérgio Miranda-MG	3. Socorro Gomes-PA

Bloco PDT/PPS

Airton Dipp	1. Olimpio Pires
Giovanni Queiroz	2. Pompeo de Mattos
Pedro Eugênio-PE	3. Clementino Coelho-PE

Bloco PL/PSL

Eujácio Simões-BA	1. Lincoln Portela-MG
João Caldas-AL	2. Oliveira Filho-PR
Cornélio Ribeiro-RJ	3. Robério Araújo-RR

^(*)PV

Orlando Desconsi-RS (cessão)	1. Dr. Rosinha-PR (cessão)
------------------------------	----------------------------

CONGRESSO NACIONAL

**ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS
DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO EM 16 DE AGOSTO DE 2001

Presidente: Senador Jefferson Péres (1)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado JUTAHY JÚNIOR (Bloco PSDB/PTB-BA) Telefones: 318-8221 e 318-7167/8224	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado WALTER PINHEIRO (PT-BA) Telefones: 318-5274 e 318-5170	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco PT/PDT/PPS-SE) Telefones: 311-2391/2397 e 311-3191/3192
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado HÉLIO COSTA (PMDB-MG) Telefones: 318-5206 e 318-6992/6997	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador JEFFERSON PÉRES (Bloco PT/PDT/PPS-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

(1) Eleito na 1ª Reunião do Órgão, realizada em 15.8.2001, às 17 horas.

**SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA							
CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE							
VICE-PRESIDENTE							
SECRETÁRIO-GERAL							
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO							

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTEs				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. JOSÉ COELHO	PE	@@@04	311 1184	323 6494
Bloco (PSDB/PPB)									
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	1. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	2. LEOMAR QUINTANILHA	TO	###08	311-2071	323-3188
PT/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	JEFFERSON PÉRES	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	*05	311-2324	323-2537	VAGO				

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	900	318-5900	318-2900	2. NELSON MARCHEZAN	RS	#13	318-5963	3182963
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÊA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
ALOÍZIO MERCADANTE	SP	825	318-5825	318-2825	PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	3182268
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercosul
e_mail - cpcm@camara.gov.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 04/09/2001

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug – 020002
gestão – 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-x – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-9000
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 194 PÁGINAS